

IGOR RAMON LOPES MONTEIRO

PRÁTICAS DE EXTERMÍNIO E LÓGICAS DE GÊNERO:
uma análise de registros de homicídio no campo da segurança pública

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
2021

IGOR RAMON LOPES MONTEIRO

**PRÁTICAS DE EXTERMÍNIO E LÓGICAS DE GÊNERO:
uma análise de registros de homicídio no campo da segurança pública**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Política, Participação e Processos de Identificação.

Orientador: Professor Doutor Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
2021

| | |
|-------|--|
| 150 | Monteiro, Igor Ramon Lopes. |
| M775p | Práticas de extermínio e lógicas de gênero [manuscrito] : |
| 2021 | uma análise de registros de homicídio no campo da segurança pública / Igor Ramon Lopes Monteiro. - 2021. 305 f. Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado. |
| | Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia. |
| | 1. Psicologia – Teses. 2. Relações de gênero - Teses. 3. Sexo – Teses. 4. Homicídio – Teses. 5. Segurança pública – Teses. I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título. |

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

FOLHA DE APROVAÇÃO

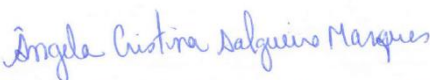
PRÁTICAS DE EXTERMÍNIO E LÓGICAS DE GÊNERO: uma análise de registros de homicídio no campo da segurança pública


IGOR RAMON LOPES MONTEIRO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 11 de outubro de 2021, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Marco Aurélio Máximo Prado (Doutor)


Prof(a). Ângela Cristina Salgueiro Marques (Doutora)


Prof(a). Pablo Perez Navarro (Doutor)

Documento assinado digitalmente
gov.br GUILHERME SILVA DE ALMEIDA
Data: 12/12/2022 15:29:46-0300
Verifique em <https://verificador.jti.br>

Prof(a). Guilherme Silva de Almeida (Doutor)

Documento assinado digitalmente
gov.br FLAVIA DO BONSUCESSE TEIXEIRA
Data: 15/12/2022 10:13:39-0300
Verifique em <https://verificador.jti.br>

Prof(a). Flavia do Bonsucesso Teixeira (Doutora)

[...] no fim, meus pensamentos mais se juntam do que se espalham [...]. Não tenho uma memória fotográfica e minha memória não é uma galeria estática de pensamentos razoáveis. [...] Não consigo pintar, desenhar, esculpir, ou até mesmo costurar [...] quanto à escrita [...] é um processo tortuoso de tradução, e eu sinto que não funciona bem. [...] Tudo isso só para dizer que sempre entendi muito mais do que [consigo] comunicar. [...] Minha luta [*agora*] não é escapar da tempestade ...
(H.G.)

Sou capitão do Exército, a minha especialidade é matar, não é curar ninguém. [...]
Se eu não fosse preparado para matar, eu não seria militar.
Você teria jogado dinheiro fora.
(Mito? Talvez não...)

À Mirella, Rafael e Rômulo.
À Tuca, Rodrigo, Tinin e Dércio.

AGRADECIMENTOS

Enquanto escrevo o agradecimento, pessoas têm sido assassinadas no lugar onde vivo. Lidar com esse campo, ainda que à distância, gera implicações no meu estilo de escrita e interlocução. Mesmo quando a ação é simples, mesmo quando a tarefa é meramente dizer obrigado, fico no receio. Ao olhar para a intensidade do drama, acabo não sabendo como me portar, geralmente opto pelo silêncio. Não falo nada.

Pensei em agir dessa mesma maneira agora, não teceria considerações. Como o agradecimento é elemento opcional em textos acadêmicos, formalmente, não haveria necessidade de colocar nada embaixo desse tópico, ficaria calado. Seria ótimo.

Para meu azar, entretanto, há processos de normalização: pelo que pude notar, soa estranho não haver referências de gratidão em uma obra como esta. Que se há de fazer?

É curioso: a tese é um trabalho que encerra uma jornada. Confere um título importante. É um marco na vida acadêmica da pessoa – e parece ser de bom tom reconhecer aqueles e aquelas (binários ou não) que fizeram parte da trajetória intelectual.

Eu concordo, é importante reconhecer as pessoas que contribuíram no percurso reflexivo. Porém, correndo o risco de parecer ridículo, também acredito que notar espaços, termos e pontos de interlocução seja fundamental...

Sim, um agradecimento seria ótimo aqui... mas o problema é que talvez eu não saiba agradecer, talvez eu tenha dificuldades para agradecer, ou talvez eu apenas esteja dramatizando.

Vou tentar me explicar: quando não se trata de uma situação protocolar, frequentemente levo muito a sério essa coisa de agradecimentos. Em um horizonte de liberdade, costumo refletir bastante antes de expressar a palavra “obrigado”. Ela é importante para mim.

A partir daí, vem uma questão: a quem devo agradecer por estar pensando sobre assassinatos e mortes? A quem devo destinar a minha gratidão por abordar esse tópico?

Andei lendo um pouco..., conheço quem seja capaz de fazer agradecimentos incríveis – e acho muito bonito. No entanto, quando assumo essa mesma posição diante das coisas que faço, noto que “obrigado” pode ser um termo ambíguo... fico com dúvidas ... e não sei se consigo dizer essa mesma palavra às pessoas mais próximas de mim... não nessas circunstâncias. Não diante das práticas de extermínio.

As pessoas com quem tenho contato, as pessoas que fizeram parte da minha trajetória mais imediata – seja no âmbito pessoal, acadêmico ou o que quer que se queira – foram extremamente relevantes na minha vida. Porém, quando paro para pensar, não acho que seria apropriado agradecê-las por, de alguma maneira, estar discutindo um tema tão triste... tão sombrio.

Família, amizades, colegas de núcleo, livros, professores, professoras, movimentos sociais fizeram parte das minhas relações. Continuo a nutrir um carinho enorme pelas pessoas e ideias que têm me cercado dentro desse universo. No entanto, me parece estranho retribuir essa experiência com um ato de reconhecimento, uma palavra de gratidão, vinculada a um trabalho acadêmico cujo conteúdo se detesta...

A quem devo agradecer por estar escrevendo sobre assassinatos e mortes? Ao falar com essas pessoas, precisaria ser afável? Mas o tema é horrível. Seria mesmo o caso de agradecer? Eu deixei uma dedicatória nas páginas anteriores..., será que elas fazem algum sentido?

“Obrigado” é um termo ambíguo. Quais relações podem estar presentes nessa ambiguidade? Que sentimentos são construídos e experimentados nesse lugar? Como um poema, seria possível fazer um agradecimento em linha reta? Não sei...

Assim, “sem saber como fazer para ter um jeito meu de *te* mostrar”, guardo, pensando em nós, o agradecimento que não soube dar: seja me dando suporte – ou mesmo me suportando – obrigado a vocês por estarem perto de mim durante esse período da minha vida.

RESUMO

Neste trabalho uma de nossas preocupações centrais esteve ligada à reflexão sobre estratégias de prevenção a extermínios. Como se trata de uma questão relativamente ampla, fizemos alguns recortes: deslocamos nosso foco para a esfera da segurança pública e, além disso, para as relações de gênero e sexualidade. Pragmaticamente, em termos sensíveis, nos colocamos um desafio: se, em conjunto, olharmos de modo conceitualmente qualificado para algumas práticas de extermínio, como poderíamos contribuir para diminuição desses casos? Que respostas efetivas poderíamos dar aos problemas mapeados?

Com esse desejo e esse foco, nos propusemos a analisar e a indicar de que maneiras profissionais do Estado poderiam contribuir para minimizar a extensão das experiências de letalidade conformadas por determinadas dinâmicas hierárquicas e assimétricas. A partir daí, então, o trabalho foi se convertendo em uma proposta analítico-metodológica.

Considerando algumas produções acadêmicas no campo de estudos feministas, LGBT e *queer*, primeiro, foram feitos alguns ajustes conceituais nas categorias gênero e sexualidade. Neste momento, propusemos a compreensão dessas noções enquanto lógicas políticas – um recurso que pode ser utilizado para atribuir sentidos, organizar as relações no campo social e, além disso, se mostra útil para a leitura e reflexão dessas mesmas práticas.

Através dessa perspectiva, ao considerar as situações letais, tornou-se possível notar que algumas modalidades de extermínio não se subsumiam ao mero ato de matar, mas, analiticamente, se tratavam de práticas tecnológicas que poderiam ser tomadas como exemplos comunicacionais e legíveis daquilo que temos partilhado em nosso cotidiano regulamentar.

A fim de testar os limites e mapear a viabilidade dessa aposta teórica, coletamos as notificações de homicídios de crianças e adolescentes registradas no âmbito do Estado de Minas Gerais no ano de 2017. Dentre os 315 eventos reportados pela Secretaria de Segurança Pública no período, identificamos 18 casos em que as cenas de extermínio estavam estreitamente vinculadas a lógicas de gênero e sexualidade.

Concomitantemente, durante o processo de análise, verificamos que os equipamentos do Estado mineiro não têm conseguido produzir esse tipo de informação. Essa não é uma constatação disponibilizada de maneira sistemática e criteriosa pelos órgãos oficiais. Neste texto, esse número só foi expresso devido à operacionalidade conceitual das categorias utilizadas na organização dos registros. Contudo, a nosso ver, o maior valor da metodologia não foi essa indicação e redistribuição quantitativa dos dados, e sim a possibilidade de tornar viável o acompanhamento qualificado de determinadas formas de violência letal.

Ao indicar como profissionais do estado configuram algumas mortes e que efeitos isso tem no tratamento governamental de algumas experiências de letalidade, a estratégia acabou por permitir maior capacidade de avaliação técnica das políticas de segurança pública – algo a corroborar não somente com indicativos da necessidade de uma construção mais apropriada dos atuais indicadores de violência na esfera do estado, como da necessidade de aprimoramento das técnicas de registro institucional dos eventos.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Homicídios, Política e Tecnologia.

RESUMEN

En este trabajo, una de nuestras preocupaciones estuvo relacionada con la reflexión acerca de las estrategias de prevención de exterminios. Por tratarse de una cuestión relativamente amplia, hicimos algunos recortes: desplazamos nuestro enfoque hacia la esfera de la seguridad pública y, además, hacia las relaciones de género y sexualidad. Pragmáticamente, en términos sensibles, nos planteamos un desafío: si - en conjunto - observamos de modo conceptualmente calificado algunas prácticas de exterminio, ¿cómo podríamos contribuir para la disminución de esos casos? ¿Qué respuestas efectivas podríamos dar a los problemas mapeados?

Con ese deseo y ese enfoque, nos propusimos analizar e indicar de qué maneras profesionales del Estado podrían contribuir para minimizar la extensión de las experiencias de letalidad conformadas por determinadas dinámicas jerárquicas y asimétricas. A partir de eso, entonces, el trabajo se fue convirtiendo en una propuesta analítico-metodológica.

Considerando algunas producciones académicas en el campo de los estudios feministas, LGBTIQ+ y *queer*, primero fueron hechos algunos ajustes conceptuales en las categorías género y sexualidad. En este momento, propusimos la comprensión de esas nociones como lógicas políticas, un recurso que puede ser utilizado para atribuir sentidos, organizar las relaciones en el campo social y, además, se muestra útil para la lectura y reflexión de esas mismas prácticas.

A través de dicha perspectiva, al considerar las situaciones letales, resultó evidente que algunas modalidades de exterminio no se reducen al mero acto de matar; analizando tal asunto encontramos que también son prácticas tecnológicas que podrían ser tomadas como ejemplos comunicacionales y legibles de lo que solemos compartir, regularmente, en nuestro cotidiano.

Con el fin de probar los límites y mapear la viabilidad de esa apuesta teórica, recolectamos las notificaciones de homicidios de niños y adolescentes registrados en el ámbito del Estado de Minas Gerais (Brasil) en 2017. Entre los 315 eventos reportados por la Secretaria de Seguridad Pública en aquel año, identificamos 18 casos en los cuales las escenas de exterminio estaban estrechamente vinculadas a las lógicas de género y sexualidad.

Durante el proceso de análisis, verificamos que los organismos encargados en el Estado de Minas Gerais no han conseguido producir este tipo de información. Es decir, esa no es una constatación disponible de manera sistemática por los órganos oficiales. En este texto, ese número se expresa únicamente debido a la operatividad conceptual de las categorías utilizadas en la organización de los registros. Sin embargo, a nuestro ver, el mayor valor de la metodología no ha sido esa indicación o la reconsideración cuantitativa de los datos, sino la posibilidad de tornar viable el acompañamiento calificado de determinadas formas de violencia letal.

Al indicar cómo profesionales del estado configuran algunas muertes y los efectos del tratamiento gubernamental de algunas experiencias de letalidad, la estrategia tendría un mayor alcance para la evaluación técnica de las políticas de seguridad pública – algo a corroborar en la necesidad de una construcción más apropiada de los actuales indicadores de violencia en la esfera del Estado de Minas Gerais (Brasil) y, de modo específico, con la necesidad de mejorar las técnicas de registro institucional de dichos eventos.

Palabras clave: Género, Sexualidades, Homicidios, Política y Tecnología.

ABSTRACT

In this paper one of our central concerns was related to the thought on strategies for the prevention of exterminations practices. As it is about a relatively broad issue, we made some cutbacks: we shifted our focus to the sphere of public security and, in addition, to gender and sexuality relations. Pragmatically, in sensible terms, we set ourselves a challenge: in group, if we look at some extermination practices in a conceptually qualified way, how could we contribute to the reduction of those cases? What effective answers could we give to the mapped problems?

With that desire and that focus, we set out to analyze and indicate over what ways security professionals could contribute to minimize the extension of lethality experiences shaped by certain hierarchical and asymmetrical dynamics. From then on so, the work was been converted into an analytical-methodological proposal.

Considering some academic productions in the field of feminist, LGBT and queer studies, at first, some conceptual adjustments were made to the categories gender and sexuality. At this moment, we proposed the understanding of those notions as political logics - a resource which can be used to attribute meanings, to organize relations in the social field and, furthermore, also proves being useful for the reading and reflection of those same practices.

Through those perspective, when considering lethal situations, it became possible to notice that some modalities of extermination were not subsumed to the mere act of killing, but analytically they were about technological practices which could be taken as communicational and readable examples of what we have shared in our regulatory daily life.

In order to test the limits and map the feasibility of that theoretical wager, we collected notifications of homicides of children and adolescents registered within the state of Minas Gerais in the year 2017. Among the 315 events reported by the Secretariat of Public Security in the period, we identified 18 cases in which the scenes of extermination were closely linked to the logics of gender and sexuality.

Moreover, during the analysis process, we verified that the equipment of the Minas Gerais state has not been able to produce this type of information. That is not a finding made available in a systematic and judicious way by the official agencies. In this paper, that number was only expressed due to the conceptual operability of the categories used in the organization of the records. However, in our view, the greatest value of the methodology was not that indication or the quantitative redistribution of the data, but rather the possibility of being workable the qualified follow-up of certain forms of lethal violence.

By indicating how state professionals configure some deaths and what effects this has on the governmental treatment of some lethality experiences, the strategy ended up allowing a greater capacity for technical evaluation of public security policies - something that corroborates not only with indications of the need for a more appropriate construction of current indicators of violence in the state sphere, but also of the need to improve the techniques of institutional recording of events.

Keywords: Gender, Sexuality, Homicides, Politics and Technology.

LISTA DE ABREVIACÕES

- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurana Pública
- H.G. – Hannah Gadsby
- IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
- REDS – Registro de Eventos de Defesa Social
- UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| PEQUENA NOTA PRELIMINAR: como ‘vidas’ se tornam matéria (?) | 16 |
| INTRODUÇÃO | 18 |
| 1 MORTES, ASSASSINATOS E A IRRELEVÂNCIA DAS POSIÇÕES TRANS NO CAMPO ACADÊMICO E GOVERNAMENTAL..... | 22 |
| 1.1 Aritmética, estatística e barbárie: alguns números de mortalidade bruta..... | 28 |
| 1.1.1 ... Práticas de extermínio: entre a gramática da violência e a fatalidade evitável ... | 32 |
| 1.1.2 Primeiro ajuste de perspectiva: parcialidade e equalização..... | 35 |
| 1.1.3 Segundo ajuste de perspectiva: ... linguagem crítica e sensibilidade mínima..... | 42 |
| 1.2 Mapeando óbitos: políticas identitárias, perspectivas trans e os limites da minha crítica | 45 |
| 1.3 Gestão do extermínio: entre o desenho da arquitetura e a escuta de experiências irrelevantes..... | 56 |
| 2 LÓGICAS, TÉCNICAS E EFETIVIDADE: como gênero entrou nessa história? | 62 |
| 2.1 Lógicas de Gênero | 64 |
| 2.2 Técnicas de Gênero | 75 |
| 2.3 Efetividade ou Efeitos Diferenciais? | 88 |
| 2.3.1 Esboço de uma pequena polêmica na cozinha..... | 88 |
| 2.3.2 Voltando aos eixos: técnicas, lógicas e a questão da efetividade de gênero | 98 |
| 3 GÊNERO E TECNOLOGIA: colocando as coisas no lugar | 108 |
| 3.1 Norma, Poder e Vulnerabilidade | 111 |
| 3.1.1 Racionalidade Política: um pequeno problema | 127 |
| 3.2 Dinâmicas de Vulnerabilidade: a ordem disciplinar, o dispositivo e a arte | 138 |
| 3.2.1 Técnica, disciplina e arte: onde estão as possibilidades de desvio, Agamben?..... | 142 |
| 3.2.2 Leitura sensível e política das ‘afinidades’: Mbembe, não te parece um pouco chato ter que fazer um subtítulo ‘chique’ só para falar de risco, fragilidade e temor? | 150 |
| 3.2.3 Insistirei, mas não vou gritar: são pequenos toques e dicas que ouvi... .. | 161 |
| 3.3 Lógica Democrática e Dinâmicas de Gênero | 169 |
| 3.3.1 Um esquecimento e a dúvida de método | 173 |
| 3.3.2 Igualdade e lógicas de gênero..... | 177 |

| | |
|---|------------|
| 3.3.3 Reflexão política aplicada: “minha maior dor é que ele chamou por mim, [...] e eu não estava lá”..... | 182 |
| 4 Notificações Parciais de Mortalidade: entre leituras, registros e métodos | 189 |
| 4.1 Obituário LGBT: números imprecisos e mortes mal contadas..... | 190 |
| 4.1.1 ‘Dados’ dos movimentos sociais | 190 |
| 4.1.2 Contos acadêmicos: gênero e sexualidade entre os relatos da ‘violência’ e do extermínio..... | 194 |
| 4.2 O registro de mortes violentas intencionais..... | 216 |
| 4.2.1 O “Atlas da Violência” e alguns diagnósticos de saúde social..... | 217 |
| 4.2.2 O crime violento letal intencional e o Anuário de Segurança Pública | 230 |
| 5 “Utopias da Justiça”: o registro das práticas de extermínio e a operacionalização de um método de análise..... | 237 |
| 5.1 Primeiro passo – incorporação da fragilidade do registro: a notificação de homicídio e sua leitura posterior | 241 |
| 5.2 Segundo passo – consideração do histórico: situações de extermínio e seu possível vínculo com lógicas de gênero-sexualidade | 272 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 288 |
| APÊNDICES | 296 |
| REFERÊNCIAS | 299 |

PEQUENA NOTA PRELIMINAR: como ‘vidas’ se tornam matéria (?) ...

Açoiaram meu filho, governador. Fizeram tanta coisa ruim com ele... Eu não tive coragem de ver, mas me contaram tudo. O senhor sabia que o sangue dele escorria pelo rosto, e ele ia limpando com a mãozinha dele assim? Minha maior dor é que ele chamou por mim. Enquanto batiam nele, ele dizia: “Eu quero minha mãe. Cadê a minha mãe? E eu não estava lá.

Francisca Ferreira

Esse relato, que pude ler, é um relato da dor de alguém... uma dor por não estar presente quando foi chamada. As imagens são horríveis, ela não viu a cena – não teve “coragem” – eu vi, eu tive estômago ... e só isso já diz muita coisa.

Eu também não estava lá, mas mesmo que estivesse – pensando aqui comigo –, tenho dúvidas se a minha presença alteraria o desfecho. Provavelmente não alteraria. O que eu poderia ter feito? O que concretamente faria?

Diante de casos como esse, sendo alguém que tem discutido gênero, sexualidade e política, as únicas palavras que me vêm à mente neste instante são choro, angústia, luto e pesar... não gosto disso.

Eu não estava lá, mas estou aqui agora, vivo, confortavelmente sentado em frente ao computador e me perguntando se ainda é possível fazer algo. Mesmo não sendo o governador, mesmo que a pergunta não tenha sido dirigida a mim, estou aqui me perguntando se ainda podemos fazer alguma coisa. Podemos?

Não sei se é exatamente assim que se deve anunciar um problema de pesquisa, mas, querendo ou não, autorizado ou não, é só isso, essa é a pergunta do meu doutorado. Essa é ‘minha’ questão. A resposta – vocês podem imaginar – é evidente: óbvio que podemos fazer algo. É óbvio que se pode fazer algo. Mas o quê?

Se vocês souberem o que fazer, basta dizer – isso pouparia tempo... isso me pouparia um enorme trabalho. Estou indo por um caminho tortuoso. Tenho para mim que este problema, este que me foi legado, não é propriamente um problema da academia ou de uma área do conhecimento, é tão somente a denúncia (e demanda) da Francisca – e eu não tenho certeza se saberei lidar com isso... não tenho certeza se saberei chegar até elas... não tenho certeza se conseguirei dar espaço e atenção ao que elas têm a dizer...

A maneira como vou abordar as questões – vocês verão – pouco a pouco vai perder a relação com os sentimentos da Francisca (ou mesmo com a história da Dandara). Para torná-lo palatável aos nossos ouvidos, o tema se modificará, vai virar a análise dos modos pelos quais

se governa-a-dor, terá relação com as lógicas pelas quais se administra a barbárie e o extermínio. Francisca, Dandara, Paola, Regina, Mirella ... Judith, Michel, correrão o risco de não serem mais do que nomes (ou números) nessa pequena história dos ignorados de tal. Porém, antes de seguir nesse caminho, considerem o fim da primeira interlocução:

Será que foi uma **missão** que **Deus** deu para meu filho? Dele ser **sacrificado** para ter essa repercussão internacional toda e mudar essa *situação*? Desculpe por eu estar chorando, governador, mas eu não consigo parar de chorar.

Acho que não foi uma missão de Deus, Francisca. Sei que isso é muito triste de dizer e deve ser muito difícil para você ouvir, mas acredito que o que aconteceu ‘com seu filho’, o que fizemos com a Dandara, tem a ver com a gente mesmo, tem a ver com a nossa ética e com a nossa política.

O modo como a notícia circulou foi algo excepcional, mas a sua filha foi apenas mais uma. Isso é péssimo. É de chorar. Não é nada justo, mas acho que podemos tentar mudar algumas coisas...

Vou tentar explicar o que poderíamos fazer... e me fale o que você pensa. Sei que não vai alterar o que foi feito, sei que não vai reparar, sei que isso não vai trazer sua filha de volta. Efetivamente, nem sei se há o que dizer diante de cenas como essas. Porém, espero que me entenda, será exatamente isto que vou fazer: vou apenas falar.

Minhas palavras, como você pode imaginar, vão soar frias – algo bem típico de pessoas da academia – mas espero que compreenda as minhas intenções. De certo modo, elas são parecidas com as suas, Francisca. Ainda que neste momento eu não esteja chorando, o que pretendo ler, pensar e evitar tem muita relação com as suas lágrimas – ... essas que consegui escutar.

Assim, espero que você note que a explícita frieza terá um outro sentido. Deliberadamente, não serei um fingidor. Não vou me colocar numa posição de solidariedade. Eu entendo por que você chora, mas isso que te faz chorar é algo que não tenho certeza se abriríamos mão tão facilmente... esse jeito de escrever será de uma insensibilidade incomum ... a função é mostrar que compreendo o seu choro, mas que também não dá para fingir que isso será resolvido com qualquer medida... mesmo que seja um abraço, a culpabilização, o aprisionamento, a alteração do REDS ou a conscientização de alguém...

INTRODUÇÃO

Esta tese espelha uma trajetória de pesquisa, seu planejamento inicial e alguns desvios que ocorreram ao longo do processo de diálogo e de escrita.

Em um primeiro momento, havia meu interesse em investigar os casos de assassinatos de pessoas trans. Mirela, ‘Rômulo’, Paola, Dandara – pessoas com as quais convivi ou de quem simplesmente ouvi falar – integraram o rol de vítimas e me aproximaram bastante desse recorte específico.

Comecei o desenho da pesquisa e da ideia que queria abordar assim que entrei no doutorado. O elo estava feito, era um contexto forjado em um triplo nó: na denúncia das mortes visibilizada pelos movimentos sociais, nas trajetórias das vidas com quem partilhei momentos e, ainda, em minha vontade de compreender melhor aquelas situações letais.

Nesse início, uma coisa era certa: metodologicamente, eu precisaria trabalhar com alguns relatórios analíticos produzidos por grupos da sociedade civil. Além de se debruçarem sobre os problemas, esses documentos apontavam diferentes maneiras de lidar com as questões. Eram obras que articulavam um conjunto de saberes – estatísticos, sociológicos, teóricos, comunicacionais, jurídicos, cotidianos – que, para mim, mostravam-se extremamente valiosos.

No entanto, à medida que fui lendo os relatos e que fui chegando um pouco mais perto das histórias, senti um certo pesar, mas fui obrigado a isto: fui obrigado a abrir mão de uma conversa mais próxima com as perspectivas trans. Precisei abrir mão do recorte na identidade de gênero.

Essa primeira mudança foi muito sensível. Ela teve origem quando comecei a dialogar com as produções. No contato com o material, notava que as questões se interconectavam com uma série de outros aspectos e, diante dessa multiplicidade, não via possibilidades de continuar com a minha pretensão inicial mais singularizada.

Assim, ao fim dessa primeira incursão, acabei optando por trabalhar com as relações de gênero e sexualidade. Não foi difícil – seguir nessa linha estava tudo bem para mim – apesar de não ser minha intenção inicial, a estratégia me aproximava da escuta dos casos.

A partir daí, com a mudança incorporada, comecei a escrever o segundo capítulo. Iria exemplificar e explicar como abordaria o problema. Gênero e sexualidade estavam começando a funcionar como categorias que me permitiam ler e perceber diversos processos nas histórias contadas. Eu gostava dessa experiência – e compartilhar o percurso intelectual era um objetivo de escrita.

No entanto, também foi nesse período que precisei apresentar o projeto de qualificação. No dia marcado, entreguei um esboço daquilo que pretendia fazer. Achei o texto bastante truncado – e meio chato também –, mas parece que não ligaram muito para esse fato. Além de algumas dicas sobre o tom (desagradável-arrogante-bélico) que eu estava incorporando e após compartilharem algumas perspectivas, apenas deixaram uma demanda para que eu abordasse algo sobre biopolítica e necropolítica – este foi outro desvio que precisei fazer. Porém, diferentemente do primeiro, esse foi realizado a contragosto.

Pelo que entendi, ao fazerem as observações, as pessoas presentes na qualificação estavam me indicando discussões importantes na academia. Estavam apontando tópicos que poderiam potencializar o debate.

Eu ouvi..., realmente ouvi..., mas, por outro lado, também sabia que biopolítica e necropolítica não me ajudariam em nada. Se fosse para usar as ideias prontas, seria ótimo. Seria mais fácil. Eu toparia, mas aquelas refinadas noções não funcionavam no meu campo. Não funcionavam com os meus materiais.

Diante dos meus casos, achava que não era viável pegar a rota sugerida – e era por isso que estava tentando indicar como iria abordar o assunto. Essa era a razão de, naquele momento, estar escrevendo o segundo capítulo.

De todo modo, topei a discussão. Não pude negar. Como havia pessoas que consideravam a reflexão importante, fui conversar. Fiz um pequeno desvio e inseri algumas coisas no texto que já tinha planejado.

O problema é que isso me tirou um pouco do conforto. Ali mesmo no capítulo dois, acabei produzindo um subtópico relativamente alegórico e imagético que não me agradou. Eram polêmicas internas, cheias de detalhes e sutilezas teóricas. A típica discussão entre colegas que não se entendem, mas que também não vão abrir mão da maneira como pensam. Ou seja, não vi muito o que fazer: depois de colocar o assunto na mesa, coletei algumas palavras e prossegui no meu ‘próprio’ caminho.

Estava agindo dessa maneira por simples convicção. Era como se estivesse usando a navalha de Ockham: eu tinha um tema simples e uma perspectiva que acreditava ser muito pontual para lidar com um problema. Estava tudo montado.

No meu planejamento prévio, a ideia era trabalhar apenas o que eu queria. Iria amarrar ponto a ponto. Termo a termo. Eu tinha ouvido dizer que questões terminológicas eram importantes, então queria fazer um investimento maior nesse lugar. Seria o meu crochê.

No entanto, com a pequena intrusão da banca qualificadora, as coisas se alteraram. Como precisei ouvir outras pessoas, como precisei trazer algumas coisas de filosofia, houve impactos. A academia colocou uma pedra no meu caminho e, ainda que eu quisesse, notava que não poderia simplesmente ignorar e prosseguir.

Continuei a investir um pouco na discussão dentro do terceiro capítulo. Sem muito ânimo, sem acreditar demais no potencial de debate, fui escrevendo apenas para chegar mais rápido aonde eu queria – eu não sei se essa abordagem inusitada atrapalhou, isso é algo que vocês precisarão me dizer.

De todo modo, no final dessa primeira etapa, no terceiro capítulo mesmo, falei o que estava em jogo: após ter sinalizado como algumas noções seriam tomadas, encerrei a conversa com todo mundo. São palavras que têm relação com a pequena nota preliminar ali atrás – uma nota “cujo título, apesar de sua aparência vaga e quase suspendida, tem uma estrutura inabitual que não é possível não ter sido atentamente meditada” (AGAMBEN, 2009, p. 62, tradução nossa).

A partir de então, com a discussão colocada e com a minha posição assumida, fui fazer o que tinha que fazer: analisar práticas de extermínio vinculadas a lógicas de gênero e sexualidade.

O quarto e o quinto capítulos configuram esse exercício de maneira mais específica. No primeiro momento, busquei olhar obras e relatórios que lidavam com a questão da letalidade e da violência em nosso país – estrategicamente, procurei mostrar as diferenças da operação analítica a que me propus.

Dado esse passo, veio o capítulo 5: uma ação de análise recortada em distintos níveis e com um foco: a reflexão sobre estratégias preventivas no campo da segurança pública. Neste tempo, de modo muito pragmático, sem lero-lero, busquei indicar algo que profissionais na esfera governamental poderiam fazer hoje.

Ao fim, no capítulo 6, deixo algumas considerações sintetizando um pouco desse percurso e, após terminado o trabalho, venho aqui e escrevo esta introdução. Eu tenho dúvidas se isso é uma introdução no sentido próprio da palavra ..., mas como escrevi demais – e como

não queria encher a cabeça de vocês com outras páginas e páginas –, me contentei com isso mesmo.

Se fosse para pontuar mais alguma coisa, apenas acrescentaria uma pequena observação: avaliando retrospectivamente o que escrevi, fico com a impressão de que este trabalho não é uma teorização do extermínio. Esse não foi o meu propósito.

De um ponto de vista acadêmico e após as incisões que deliberadamente me dediquei a fazer, consigo reconhecer que procurei entender o que se passava, procurei identificar as questões, porém, em nenhum momento, tive a pretensão de explicar essas práticas. Meu exercício foi outro: foi a testagem dos limites de uma determinada ferramenta conceitual.

Nessa tarefa, boa parte dos questionamentos e das respostas que fui encontrando se devem ao uso do conceito de lógicas de gênero (e sexualidade). Essa foi uma categoria – de inteligibilidade, paixão e sensação – que me auxiliou a dialogar com o que se passava..., e tudo isso ocorreu sem que necessariamente eu tenha pretendido uma conformação da experiência mapeada.

Assim, se vocês observarem o processo, mesmo fazendo uso de estratégias de compilação e categorização de informações, irão notar o que aconteceu: ao final da exposição, neste meu trabalho, não se tem uma teoria do extermínio, e sim uma indagação sobre essas diferentes formas de aniquilamento – e esta era a única observação que gostaria de acrescentar.

1 MORTES, ASSASSINATOS E A IRRELEVÂNCIA DAS POSIÇÕES TRANS NO CAMPO ACADÊMICO E GOVERNAMENTAL

Enquanto escrevo isto, em novembro de 1971, as pessoas estão morrendo em Bengala Oriental por falta de comida, abrigo e assistência médica. O sofrimento e a morte que estão ocorrendo lá agora não são inevitáveis, não são inevitáveis no sentido fatalista do termo. (SINGER, 1972, p. 229, tradução nossa)

A evidência empírica é indiscutível: a desigualdade mata.
(THERBORN, 2015, p. 22, tradução nossa)

Essas palavras são impactantes e, no meu caso, tiveram um efeito. De maneira bastante pesada, as citações me disseram da relevância do tema. Me fizeram recordar que a morte é um assunto sério e importante.

Se minha impressão inicial estiver correta, se efetivamente este circuito de palavras tocar, tenderia a supor que pouquíssimas pessoas questionariam a pertinência de um trabalho acadêmico cujo interesse está em discutir aspectos ligados ao morticínio em nosso campo social.

O pensamento é acessível: se a morte é um tema que nos toca, se é um assunto sério; o seu estudo, conseqüentemente, é legítimo. Esse é um esquema de compreensão fácil, simples, direto e bastante consensual. O problema, porém, é que minha questão não é propriamente (ou exclusivamente) com a experiência da morte.

O tópico a me chamar mais atenção é desigualdade. Uma palavra capaz de ser inscrita inclusive no campo do extermínio. Foi na junção desses termos, no encontro entre morte, desigualdade e experiência, que reconheci distintos aspectos em meu horizonte de pesquisa.

Um desses elementos – em especial – senti com maior intensidade apenas nos últimos anos, foi intrigante: ao entrar em contato com algumas experiências, notei que apesar de ser um assunto que desperta certo senso de abominação e responsabilidade contra a sua

disseminação generalizada, o sentimento de horror à morte e à fatalidade pode não ser algo compartilhado.

108 travestis assassinadas? E daí?
Por mim podiam ser 500!
(Diário de Campo, 2013)

Quando a ação letal parece dentro do lugar, e especialmente quando incide sobre quem não nos afeta, percebi que podemos conviver muito bem com esse fenômeno: a morte estaria lá, mas nesses casos nem sequer chega a ser uma questão.

Em função desses rápidos lampejos em minha trajetória, noto que meu campo de interlocução é precisamente aquele em que a morte pode não ter tanto valor – algo que poderia ser traduzido como um contexto de exposição diferencial ao fenômeno da letalidade ou, ainda, como uma zona cinzenta no território das vidas matáveis.

Assim, apesar de frases de impacto, apesar de sentenças fortes, apesar da suposta “evidência empírica” de que a desigualdade mata, tendo a achar que são perfeitamente discutíveis os eixos de *sentido* produzidos a partir dessas experiências.

Em março de 2018,

uma travesti de 35 anos foi morta a tiros em um ponto de ônibus, [...]. De acordo com a Polícia Civil, um homem se aproximou e, após uma discussão, atirou contra ela. A principal suspeita da corporação é a de que a vítima, identificada como Paola Oliveira, tenha sido morta por um cliente que se recusou a pagar o programa. (ANTRA, 2018)

Apertar o gatilho de uma arma é algo fácil, não demanda muita força, não demanda muito esforço, é apenas um leve movimento nos dedos. Em busca de compreensão, acho que poderíamos nos perguntar por que motivo a pessoa apertou o gatilho. Por que realizou esse movimento? O que deu suporte a essa ação?

No relato citado, a polícia acredita que isso esteja vinculado ao fato de alguém ter sido cobrado por um trabalho. A suspeita da corporação é a cobrança de um programa. No entanto, tenho dúvidas se a razão seria efetivamente essa.

Para quem gosta de explicações causais, para quem gosta de diagnósticos ou para quem é de grandes porquês, me parece mais acertado dizer que o motivo seria uma certa masculinidade tóxica. Me pareceria mais razoável supor que uma dada masculinidade seria a causa daquele fatídico acerto de contas (RIBEIRO, LIMA & MAIA, 2017, p. 46-50). Estas seriam algumas maneiras de ver e interpretar.

Contudo, quando o assunto é gênero e sexualidade, diante dessas *situações*, minha abordagem tende a ser outra. É mais trivial. Eu apenas gostaria de entender o que poderíamos fazer para evitar que alguém puxasse aquele gatilho. Como fazer para evitar que se puxe o

gatilho? Como tornar uma prática tão simples, um ato que exige tão pouco esforço, uma ação mais difícil de executar?

Considerando a cena, se olharmos ‘friamente’ para o que aconteceu, puxar o gatilho foi mais fácil que pagar o programa. A minha questão seria como tornar mais difícil esse disparo. Como tornar mais difícil “a decisão” de puxar o gatilho? Como construir outras direções para estes possíveis desacertos?

Uma forma de lidar com estas indagações poderia ser a pergunta sobre os valores. Qual o valor de uma vida? Qual o valor de um programa? O que vale mais? Uma vida ou um programa? O que vale mais? O que vale menos? ... A partir daí, seria meramente uma questão econômica. Uma questão de mensurar os custos.

Um raciocínio semelhante a este foi feito por Peter Singer (TAYLOR, 2008). Em “Fome, Riqueza e Moralidade” ele estava se perguntando por que gastamos mais dinheiro comprando um tênis de marca do que salvando vidas. Em termos *correlatos*, a indagação parecia ser a seguinte: ‘o que vale mais, um tênis bonito ou uma vida precária’?

Abstratamente, acho que sabemos o que dizer. Porém, na real, a resposta pode ser um pouco mais cruel. Assim, apesar de saber que poderíamos operar nessa esfera, apesar de saber que poderíamos tentar a transfiguração de valores, não será isto que buscarei fazer aqui.

Não quero pensar em alterar valores. Não acho que a questão seja propriamente mudar os custos. A resposta já está dada: o tênis vale mais, ponto. A partir daí, a partir desse fato, meu propósito seria entender como uma vida pode valer menos que o custo de um programa (ou de um tênis). O que seria preciso fazer para que isso ocorra?

Acredito que se visualizarmos o que se passa (e o que se conta) nesses casos, conseguiríamos reconhecer que não se morre por causa de um programa (ou mesmo por um tênis, por mais caros ou baratos que sejam). A perspectiva policlesca, nesse aspecto, é compreensível – mas para que o relato seja feito e lido deste modo, há equívocos e enquadramentos relevantes aí.

Assim, com essa tônica, e com minha vã esperança da inevitabilidade do ‘mal’, por mais estranho que possa parecer, eu defenderia que ainda há muita discussão a ser feita. As “evidências” estão dadas: é possível ler e abordar o fenômeno da morte e da letalidade de inúmeras maneiras.

Se quiserem me acompanhar, farei apenas um adendo: vou deixar registrado que minha perspectiva será um pouco intragável. Diante de determinadas cenas, tentarei apontar que a possibilidade da morte iminente é parte integrante e presente em algumas experiências – e quando esta possibilidade fatal se concretiza, a tensão pode não ser tão grande assim; gera,

no melhor dos casos, um arrepio, um certo pesar. No fim das contas, a despeito de alguma comoção, parece que a contagem desse tipo de morte tende a significar apenas uma pequena constante dentro de um grande sistema.

Se tiver dúvidas sobre o que acabei de dizer, entre na página da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. Dê uma olhada lá, veja o que está se passando. O caso da Paola Oliveira ocorreu em março de 2018, ou seja, há alguns anos. Conte quantos casos parecidos haviam ocorrido antes. Conte quantos casos parecidos ocorreram de lá para cá. Estime quantos ainda vão acontecer. É lastimável que isso ocorra. No entanto, qual tem sido o efeito do nosso choque?

Qual tem sido o efeito da nossa compaixão ou solidariedade? Talvez a única diferença seja que assassinatos continuem a acontecer, mas agora com algum pesar. É uma espécie de “sinto muito, mas acontece”; cenas como essas vão continuar a ocorrer; vão continuar a se repetir. O que se há de fazer? Preparar o luto e um bonito funeral?

Este é um esquema trágico e triste, e parece que vem de muito tempo. Entre a militância, esse raciocínio sistêmico-fatalista costuma ser avidamente combatido. Isso parece potencializar as ações. Parece uma convocação à mudança. À reivindicação. A expectativa parece ser de que uma contraposição aberta a esse esquema implique maiores preocupações em torno da redução da letalidade violenta. Eu acho bonito.

Porém, ainda que me atraia, tenho muitas dúvidas sobre a eficácia desses discursos. A meu ver, o campo é mais insidioso, é mais sofisticado. Mesmo que oposições militantes tenham algum peso; ainda que sejam estratégicas; ainda que sejam relevantes; a experiência me diz que a redução das práticas de extermínio exigiria outros artifícios além da denúncia, do protesto ou da boa intenção palavreada.

Especialmente nos momentos em que a morte é relatada a partir de alguns lugares mais específicos, estratégias preventivas não se mostram tão simples (FBSP, 2019a; BARBIÉRI, 2019). Considerando algumas cenas, diria que o fenômeno da matabilidade parece aportar manifestações concretas que dificilmente poderiam ser debatidas (ou contestadas) apenas com lindas apostas genéricas ou solidárias (ARENDDT, 1999; MBEMBE, 2016).

Frente a isso, a questão que colocaria seria a seguinte: apesar do valor ético-político de alguns discursos – presentes, por exemplo, em produções dos movimentos sociais ou, ainda, em obras como a do Singer e do Therborn – o enfrentamento geral da letalidade e das desigualdades alcançaria experiências mais específicas? A retórica humanitária é estratégica e efetiva para fenômenos tidos como singulares?

Observem que essa é uma questão rudimentar, não chega sequer a representar um contraponto, mas notem: há um pequeno deslocamento. **A minha preocupação é com a efetividade.**

Em linhas gerais, é evidente que eu me posicionaria a favor de um senso humanitário abrangente – provavelmente qualquer coronel político também estaria de acordo com isso. O jargão não é muito difícil de expressar.

Porém, do ponto de vista da efetividade, o empático manifesto de enfrentamento à letalidade implicaria em menor mortalidade para quais vidas? O discurso alcançaria a que público efetivamente? Alcançaria vidas em geral ou algumas vidas em específico? Quem vai morrer menos? Caso essa conversa fosse partilhada, quem deixaria de matar? Além da fala pública, haveria alguma outra ação a ser implementada? Com quem, como e de que modos essas outras possíveis ações seriam realizadas?

Sei que essa conversa mais pontual é bastante técnica, mas é exatamente este o campo com o qual estou dialogando. Trata-se do campo da matabilidade. Não é o campo dos direitos humanos, seja da esquerda ou da direita. Por isso, vou repetir de outra forma: perspectivas racionais e bem-intencionadas não são suficientes aqui. Não basta a fórmula “somos todos humanos e a redução da mortalidade é importante para nós”. O lugar em que estou exige um pouco mais de polêmica.

O lugar em que me encontro é um lugar de problemas e dissenso. A perspectiva exige deslocamentos. Posteriormente vou mostrar, mas de início acredito que já posso anunciar o primeiro ruído: da maneira como encaro, as mortes não importam. Isto mesmo: as mortes não importam.

A morte é só uma evidência. É um fato. Evidenciando a morte, até seria possível construir um campo de importância. No entanto, essa é uma tarefa mais complicada. A importância não é um dado. Não é um princípio. Não é um axioma. Não deveria ser lida como se fosse a parte sensível da premissa maior de um raciocínio. E não deveria ser suposta unicamente para justificar a beleza de um modelo de pensamento. Os casos cotidianos são um pouco mais plurais (e violentos) que isso. Eles nos obrigam a desconfiar nos detalhes.

Inicialmente, a perícia técnica da Polícia Civil não havia encontrado sinal de marca de tiro, apenas lesões no pescoço provocadas por estrangulamento. (TV Super, 2018)

É por essa pequena desconfiança, por este pequeno apêndice, que tenderei a seguir um caminho divergente. Minha posição será outra. Não vou partir de um ideal. Vou partir do que escuto: se não nos importarmos com quem está morrendo, se a morte não importar, seria possível construir estratégias preventivas mesmo assim?

Se tivermos este ponto de partida em consideração, acredito que será possível notar que talvez não sejamos absolutamente insensíveis. Não somos absolutamente embrutecidos. Não é que não nos importemos com a morte. Nós nos importamos, mas nos importamos apenas de certos modos. Nós nos importamos apenas com algumas mortes.¹

Ou seja, se, por princípio e genericamente, a morte não importa, a partir do momento em que está localizada e bem especificada, este fenômeno pode vir a importar. É sobre isto que gostaria de tratar neste capítulo introdutório, sobre os momentos em que a morte passa a ter importância e algum significado.

A minha hipótese é que algumas mortes passam a ter sentido e, a depender desses mesmos sentidos, a perda de uma vida pode soar como algo terrível, como algo ruim, irrisório, pode soar como mera fatalidade e, até mesmo, como um “foda-se”...

Acredito que escutar esse percurso, ouvir o que está diante de nós, pode nos colocar em um processo relacional. E talvez essa seja uma maneira de aproximação dos modos de distribuição das palavras e de suas possibilidades de afetação. Um caminho a indicar como a perda de vidas pode estar sendo sentida (ou não).

A partir daí, reconhecendo melhor o campo e as nossas posições, acredito que poderíamos falar da morte de outras maneiras. **Poderíamos falar das mortes políticas, uma mortalidade diferencialmente induzida, percebida, sentida e disposta.** Nos últimos capítulos desta tese, vou presumir que esse percurso terá sido feito entre nós e – nesse por vir – vou analisar os materiais selecionados pressupondo tal trajetória.

Contudo, enquanto não chegamos a essa parte final, assumirei alguns papéis. Agora, por exemplo, agirei como um *disparador*. Entrarei em uma das primeiras abordagens do fenômeno. Literalmente, se tratará de uma exposição diferencial dos discursos sobre a morte e a mortalidade por aqui. Farei esse diálogo com um relatório bem específico na minha frente. Com o mapa dos assassinatos das pessoas trans diante de mim (ANTRA, 2018). Meu principal objetivo será ressaltar as fragilidades presentes no documento.

Para facilitar a leitura, vou explicar o que fiz: eu peguei o relatório e tentei entender o que estava sendo dito. Como me pareceu complicado fazer apontamentos, optei por dividir o material em três eixos: o primeiro, é um pouco mais quantitativo; o segundo, está voltado a discussões internas aos movimentos trans; por último, há uma parte com questões acadêmicas. Tudo isso está presente no relatório, mas vou tratar as coisas de maneira separada.

¹ Nesse cenário, uma estratégia argumentativo-defensiva poderia ser afirmar que toda vida importa (ou que qualquer vida importa). Não irei por este caminho, não farei este apelo, não pagarei de bonito. Para mim, isto é um fato político (cruel) que não vou negar aqui: nem toda vida importa – eu escuto isso direto e reto.

Essa abordagem é uma estratégia. Eu via muitas questões, mas notei que não poderia abordá-las de modo sintético sem que confundisse o campo. Essa reorganização do material, portanto, foi apenas uma solução que encontrei para tentar dialogar melhor.

1.1 Aritmética, estatística e barbárie: alguns números de mortalidade bruta...

A iconografia do sofrimento tem uma longa linhagem. Os sofrimentos mais comumente considerados dignos de ser representados são aqueles tidos como frutos **da ira, divina ou humana**. O sofrimento decorrente de **causas** naturais, como enfermidades ou parto, é escassamente representado na história da arte; o sofrimento **causado** por **acidente** quase não é representado – como se não existisse sofrimento **causado** por descuido ou por má sorte. (SONTAG, 2003, p. 19, grifos nossos)

Nesse eixo, minha primeira ação será confessar que gosto da Susan, ela diz coisas que atraem meu olhar. No entanto, neste caso, vou discordar um pouco de algo que ela aponta. Embora possa haver uma escassa representação de alguns tipos de sofrimento na história da arte, não chego a observar que esse mesmo processo ocorra na esfera estatal.

Quando o tópico é a arte do governo, há várias maneiras de se explorar e retratar o sofrimento das pessoas. Uma imagem bastante convencional seria, por exemplo, a ilustração e a comunicação desse fenômeno através de números.

A racionalidade dos números me parece bem sofisticada. Apesar de estar vinculado às humanas, o campo das ciências exatas é uma esfera que me chama atenção. É impressionante. A sua linhagem é algo que me intriga, que me encabula. Seu idioma é uma síntese que expira confiança, isenção, rigor e fiabilidade (ADORNO; HORKHEIMER, 2002).

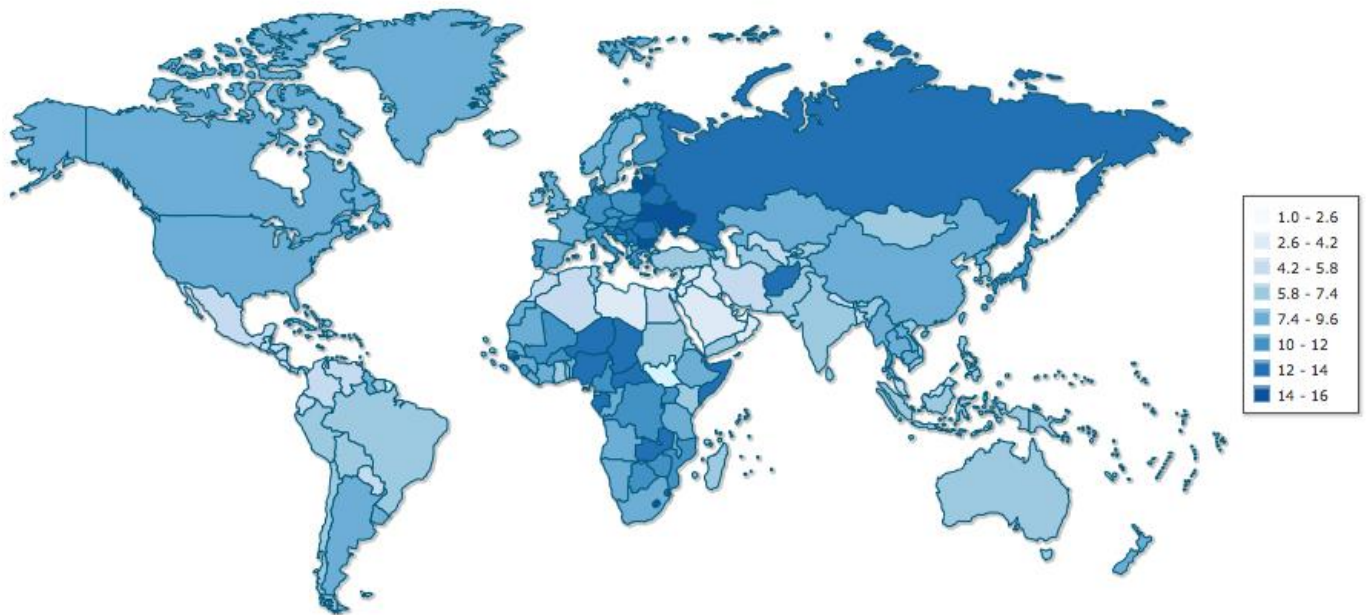
Neste lugar representativo da grande ciência, são elaborados ‘dados’, traçadas análises e formas de pensar capazes de estrategicamente influenciar algumas diretrizes que podemos seguir. O trabalho é tão promissor que, mesmo quando o assunto é a ‘morte’, os artistas da contabilidade técnica têm algo a nos apresentar.

A esse título, por exemplo, bastaria contemplar duas pinturas contemporâneas:

Taxas de mortalidade no Brasil (2000 a 2015)²

| ANO | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Taxa | 6,67 | 6,56 | 6,44 | 6,35 | 6,27 | 6,20 | 6,14 | 6,10 | 6,07 | 6,05 | 6,03 | 6,02 | 6,03 | 6,04 | 6,06 | 6,08 |

² Fonte: IBGE – Brasil em Síntese: taxas brutas de mortalidade.

Taxas de Mortalidade no Mundo (2017)³

Vejam só. Esses dois quadros são bem curiosos. Eles expressam um árduo trabalho aritmético e estatístico. São duas longas etapas. Em um primeiro momento, esses números são fruto de uma ação sistemática e coordenada de contagem das perdas. ‘Posteriormente’, as informações se tornam objeto de um tratamento estatista.

Dentro do Estado, lendo essa forma de expressar, é fácil perceber que o mecanismo é distinto. A exatidão dos números, ou sua precisão, é tanto maior quanto mais eficaz o seu modo de operar. Quando os corpos, os nomes, as vidas, as histórias se tornam objetivas e passam a ser figuradas como algarismos, isso é um excelente feito. Com essa operação, os números são geridos e trabalhados em termos de média, indicadores, taxas ou constantes. Esse tipo de trabalho é formidável.

Quando se exclui diferentes perspectivas sobre um mesmo fenômeno, quando se objetiva e simplifica a experiência em uma linguagem bruta e comum, essa operação permite outras formas de pensar, comparar e avaliar. Consigo reconhecer muita técnica e muita ciência nesse processo. Trata-se de uma estratégia que permite outras legibilidades do campo social. Eu acho bem interessante.

Mas por que estou dizendo essas coisas? Seria para ressaltar o valor e a significância de áreas específicas do conhecimento? Não. Evidentemente, não. Estou chamando atenção para

³ Fonte: plataforma Index Mundi.

esses aspectos porque, mesmo não sendo um grande especialista, acredito que notei alguns problemas no mapa de assassinatos reportado pela ANTRA (2018).

Talvez eu esteja lendo errado. Talvez a minha crítica não seja pertinente. No entanto, ao entrar em contato com o relatório, vi que a equipe de pesquisa estava se envolvendo com um trabalho de contagem de mortes. Notei que estavam registrando determinados casos de homicídio. O procedimento de coleta era um pouco limitado e precário, mas efetivamente conseguiram apontar alguns registros.

Além de realizarem essa primeira atividade, também notei que a equipe tentou nos apresentar uma certa imagem estatística. Não uma imagem de Estado. Uma imagem de ciência. Especificamente nesta etapa, tive a impressão de que a tarefa não foi criteriosamente executada – bastaria comparar (FBSP, 2019).

Enfim, ainda que a ANTRA tenha mencionado algumas histórias, ainda que tenha nos apresentado alguns números, não considero que determinadas taxas ou médias possuam validade científica. Em outros termos, diria que, apesar de termos questões compartilhadas e de terem feito apontamentos significativos, não acho que seja possível validar algumas inferências estatisticamente entabuladas naquele documento.

Diariamente ouvimos falar que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. E o que temos feito em relação a isso? Qual a nossa indignação e o comprometimento com a vida dessas pessoas que são assassinadas diariamente pelo fato de (re)existirem fora dos padrões impostos pela sociedade? (ANTRA, 2018, p. 7).

Eu teria muitas dúvidas sobre o fato de o Brasil ser o país onde mais se mata travestis e transexuais no mundo. De todo modo, imagino ter compreendido o que o grupo estava apontando. Apenas ressaltaria que quando a abordagem estatística foi utilizada, isso representou uma fragilidade bastante explícita. A linguagem das taxas, e o esquema de pensamento que lhe é peculiar, não dá conta das inúmeras distinções com as quais a ANTRA está operando.

Apesar de construir uma certa objetividade no campo da contagem, o fato é que a estatística não funciona tão bem como modelo de inferência político-analítica. Caso se pretenda fazer avaliações em variados níveis, outras formas de saber precisariam ser convocadas.

É um jargão comum: números são números, mas precisam ser tratados, precisam ser interpretados. Sob esse aspecto, eu sustentaria que a evidência (a força verdade) de um dado não é conferida apenas porque foi construída em uma linguagem exata e objetiva. Isso até tem relevância, mas, a despeito do que se fantasia, o próprio campo que recepciona ou produz esses dados também confere validade (ou não) a esses números.

Assim, se a pretensão daquele pequeno movimento social for o reconhecimento de suas palavras na esfera estadística, sinto muito, acho que isso não vai acontecer. A própria possibilidade de contar o que estão denunciando não está viabilizada matematicamente.

A situação me parece muito simples. Olhando aquelas duas imagens oficiais que trouxe, vemos ser possível comparar taxas de mortalidade entre distintos países. Essa possibilidade de gerar uma imagem comparativa foi sistematicamente construída. É um processo que envolve várias pessoas, operações e instituições. Entretanto, quando o tópico é a contagem de óbitos trans, a comparabilidade dos dados não é tão intuitiva assim. Haveria algumas sutilezas que precisariam ser observadas antes de executar esse processo de tradução.

Quando a ANTRA objetivou algumas informações no intuito de permitir comparabilidade, acho que houve equívocos ali. Porém, vou deixar essa conversa para mais adiante. Eu até poderia falar agora, mas não faria muito sentido. O caso é que, depois que notei a falha no procedimento estatístico, pensei em corrigir o problema. Tentei produzir um dado válido nesse campo mais quantitativo. No entanto, não consegui. Não consegui transformar o que se pretendia mostrar em uma taxa ou uma variável minimamente comparável. A minha dificuldade foi enorme. O modelo mais abstrato não funcionava – era como se eu estivesse diante de um outro mundo.

A partir daí, nesse caminho, acabei ficando com algumas questões: uma determinada produção estatística teria que implicações? Quando se dispõe os dados de um modo determinado, isso poderia inviabilizar outras perspectivas? Que produções temos feito no campo da mortalidade? Que evidências temos conseguido gerar? Temos viabilizado a leitura sobre a mortalidade de pessoas trans? De que maneiras temos viabilizado essa reflexão?

Foram várias perguntas. Tomei um café, li algumas coisas, fiz uma pausa e cheguei a uma conclusão. Algumas taxas até podem nos dar elementos para pensar, até podem nos fornecer alguns números, mas de modo algum encerram em si as possibilidades de leitura e reflexão dos fenômenos no campo social.

A assertiva é simples, mas será que eu conseguiria mostrar isso rapidamente em um texto? Acho que sim. Foi o que tentei fazer. A partir de alguns dados de mortalidade bruta, a minha estratégia foi falar de aritmética, estatística e barbárie. Utilizei duas produções quantitativas contemporâneas e procurei mostrar algumas coisas.

Basicamente, o que fiz foi pegar o retrato de quinze anos de fatalidade no Brasil. Peguei uma foto das mortes no mundo e coloquei as imagens diante de vocês. Falei umas palavras e deixei de fazer algumas perguntas, mas talvez agora as indagações possam ser um pouco mais sensíveis.

Esta teria sido a minha interlocução inicial: olha, você tem aí dados das mortes no Brasil e no Mundo. Observem esses números se puderem. Você acha que o tema das mortes é importante? Acha que choca? Essa imagem aritmético-estatística te impactou? Quando apresento o morticínio nessa iconografia taxativa, vocês conseguem notar alguma barbaridade? Vocês realmente acham que se importam com a discussão a respeito da letalidade entre as pessoas? Vocês se importam com esse tema de uma maneira geral ou de uma maneira mais específica? Universal ou localizada?

Esses dois quadros que trouxe são a representação do fenômeno da morte. Há uma antiga linhagem de artistas que consegue produzir as informações desse modo. Quando olho para esses trabalhos, não sei se vejo barbárie. Acho que vejo ciência. Vejo uma pintura muito objetiva das perdas na vida.

Olhando os números, me vejo diante de uma imagem das mortes e do aniquilamento, mas de fato não sei se esta seria uma representação da dor. Acho que os dados são brutos sim, mas é possível que a noção de sofrimento não possa ser deduzida apenas com esses algarismos. Há imagens mais apropriadas para isso, há enquadres mais específicos. Vou abordar apenas um.

No entanto, se vocês tiverem interesse em uma leitura mais ampliada – e inclusive muito mais qualificada que a minha – sugiro uma discussão que está sendo feita em outras pastagens: THERBON, 2013. O autor traz dados, histórias, números e estatísticas. Fiquei chocado com a perspicácia de alguns apontamentos. É uma obra bárbara, algo que deve ter dado um trabalho desgraçado para fazer.

Meu nome é 174.517
(LEVI, 1988, p.25)

1.1.1 ... Práticas de extermínio: entre a gramática da violência e a fatalidade evitável



Angelus Novus. Paul Klee

Esse próximo passo que darei, além de ser uma especificação do problema, também representa outra confissão: estou sendo arrastado para um debate que não tenho muito interesse. É uma discussão que precisa ser feita, mas que está em um lugar difícil de conversar. Me vejo como quem é levado para um campo, mas sem conseguir esquecer de onde estava antes.

O debate a que estou sendo constrangido é o *topos* da violência, mas isso só está ocorrendo porque me propus a falar sobre práticas de extermínio. No entanto, não acho que práticas de extermínio sejam necessariamente violentas – e este é um problema.

Hoje eu conseguiria sair dessa discussão de uma maneira muito simples, porém não posso. Então não sei exatamente o que fazer agora. Diante desse embaraço situacional, vou apenas compartilhar dois relatos em forma de presente.

O primeiro, é uma imagem sensível, bem próxima de mim. Algo que talvez possa me ajudar a apontar parte dos dilemas introdutórios. A experiência é um pouco trágica, mas vou falar bem rápido: o meu pai faleceu.

Acho que ele entrou para as estatísticas gerais de mortalidade no final de 2015. Ele morreu em um hospital aos 68 anos. Me foi relatado que ele teve uma parada cardiorrespiratória. A medicina fez tudo que estava ao alcance, mas não foi possível mantê-lo vivo: massagem cardíaca, respiração induzida e choques elétricos. Sem resultado.

Passadas algumas horas, veio o velório. Era um dia relativamente triste. Eu estava naquele ambiente desde cedo. Minha presença não era absolutamente necessária, mas eu estava lá. No meio da tarde, entre choros e risadas, recebo uma má notícia – o segundo relato: “Igor, o Rafael morreu”.

O Rafael foi encontrado morto no apartamento. Ele foi asfixiado. Disseram que estava amordaçado. E com os pés e as mãos amarradas (LEMOS, 2015). No dia seguinte, aos 37 anos, Rafael foi enterrado em um túmulo ao lado do meu pai.

Foi uma experiência muito intensa. Os dois foram sepultados no mesmo cemitério. Os dois tiveram uma parada cardiorrespiratória. Os dois tiveram a mesma ‘*causa mortis*’ designada. Mas havia uma distinção: a parada cardíaca do meu pai não foi induzida. Havia luto, havia ausência, mas a diferença entre essas duas perdas era bastante visível para mim: eu achei a morte do Rafael uma grande ‘bosta’ e uma enorme injustiça.

A cena era sensível. Diferentemente da experiência do meu pai, a vida dele não se encerrou com uma parada cardiorrespiratória. Sua vida foi encerrada com uma parada cardiorrespiratória. A ausência na atividade dos pulmões e no coração foi produzida por um “fator externo”. Nesse sentido, Rafael não morreu (naturalmente), ele foi morto (tecnicamente).

Em meu país, esse tipo de experiência é designada como homicídio – e há uma série de implicações aí.

Uma parada cardiorrespiratória relacionada ao envelhecimento tem um tipo de recepção e tratamento. Uma parada cardiorrespiratória vinculada a um assassinato tem outra. Do ponto de vista das ações de Estado, uma morte ‘natural’ em um hospital implicaria ações muito diversas daquelas possivelmente induzidas em um quarto de apartamento. Ou seja, são imagens distintas.

O caso do Rafael está associado a um assassinato. A uma prática de homicídio. No campo jurídico, isso é um conceito. É algo que *conota* intencionalidade e ação externa. É um registro muito específico (UNODC, 2019).

Dentro da grande gama de tipos de morte violenta, o elemento primordial do homicídio intencional é sua completa ligação com o perpetrador direto, o que conseqüentemente exclui mortes causadas por guerras e conflitos, mortes auto infligidas (suicídio), mortes devido a intervenções legais ou motivos justos (como autodefesa, por exemplo) e mortes quando houve negligência do perpetrador, mas este não tinha a intenção de tirar uma vida (homicídio não intencional). (DEURSEN, 2017, citando a ONU)

Esteticamente, esses eventos letais são diferencialmente registrados, diferencialmente organizados e diferencialmente distribuídos. A depender de como fazemos a taxonomia desse fenômeno, isso nos afeta de maneiras muito distintas – por isso estou dando atenção a esse tópico tão batido. E não à toa estou trabalhando com a noção de “práticas de extermínio”: nem toda técnica de extermínio cabe em uma designação jurídico-conceitual mais estabelecida.

O extermínio em legítima defesa, uma ação policial no estrito cumprimento do dever legal, o holocausto nazista, Hiroshima ou Nagasaki, são ilustrações superficiais dessa possível dissensão, mas haveria múltiplas práticas a considerar. Técnicas de efetivo extermínio que inclusive passam longe da noção de violência. Ações que podem ter uma relação bastante estreita, por exemplo, com imagens de cuidado, zelo, carinho, amor e preocupação.

Essas últimas palavras me fazem lembrar de um colega. Me fazem recordar sua história e as teses que ficou de desenvolver. Faltou tempo para o Walter (BENJAMIN, 1987). No contexto da segunda grande guerra, entre as vítimas do Holocausto e do Sacrifício, ele não resistiu. Acho bem difícil ler aquela experiência.

Acho difícil olhar para aquela perda – e para aquela morte – sem a imagem do horror. Vocês conseguem fazer isso? Vocês conseguem notar em quais campos a discussão sobre mortalidade tem se dado? Conseguem refletir sobre os enquadres que temos privilegiado, produzido e reiterado ao tocar nesses assuntos (SONTAG, 2003)? A gramática da violência tem nos permitido conversar? Tem nos permitido analisar certos aspectos?

São perguntas..., mas não vou me distender, não vou olhar para onde estava. Não vou ficar ‘filosofando’ aqui. Serei um pouco mais objetivo. Qual é o primeiro ponto? Qual é a minha posição de entrada?

É algo bem básico: designar uma ação como violenta, compreender uma prática como violência, não é uma questão meramente conceitual. Isso é uma percepção vinculada a um campo relacional. Eu não teria problemas em trabalhar com a designação da violência caso vocês quisessem, mas acho mais fácil e mais útil operar com a ideia de práticas de extermínio.

Violentas ou não, acho que inúmeras práticas de extermínio são evitáveis. Nós só precisaríamos escutar um pouco mais essas ações, essa estratégia poderia alterar o sentido de alguns termos. Ao olhar as *práticas*, noto, por exemplo, que a noção de ‘morte iminente’ ou mesmo de ‘fatalidade’ não são propriamente fenômenos inevitáveis. Eu acho que era disso que o Peter (SINGER, 1972) estava falando.

Algumas pessoas estão morrendo por falta de comida, abrigo e assistência médica. Esse tipo de exposição ao sofrimento e à morte não é inevitável. Não é inevitável no sentido fatalista do termo.

Em paralelo a esse raciocínio, eu diria que no Brasil milhares de pessoas estão sendo assassinadas, mas essas práticas de extermínio não são inevitáveis, não no sentido fatalista do termo.

Porém, caso queiramos intervir nesse campo, seria necessário considerar um pouco melhor o que tem acontecido em algumas *situações*. Tentarei fazer esse exercício reflexivo enquanto escrevo.

1.1.2 Primeiro ajuste de perspectiva: parcialidade e equalização

Não temos intenção de "disputar o domínio sobre as mortes" daquelas que não se encontram mais entre nós. Não queremos protagonismo ou ter exclusividade sobre os dados. Sabemos que há outras instituições que também fazem um trabalho semelhante, o que não desqualifica o nosso trabalho, pelo contrário, demonstra cada vez mais a importância de **estarmos coletivamente** fazendo este levantamento como forma de **organização das denúncias** e **implementação de propostas efetivas para o fim do extermínio** da população de Travestis e Transexuais. (ANTRA, 2018, p. 3, grifos meus)

Como estou em um lugar diferente, para conseguir conversar, farei dois ajustes. Vou trabalhar com parcialidade e equalização – o que não significa que minha posição será necessariamente a melhor.

Assim, se tivesse que explicitar, faria minhas aquelas palavras: não tenho a intenção de disputar o domínio das leituras sobre a morte, tampouco busco protagonismo ou

exclusividade sobre dados de quem não se encontra mais entre nós. Eu sei que há outras instituições e pessoas que fazem um trabalho semelhante ao meu – e isso talvez só demonstre a importância de um debate mais ampliado sobre o tema.

De minha parte, tentarei não desconsiderar o que ouvir. Além disso, quando achar importante, farei questão de acentuar algumas falas. Contudo, há um porém: preciso deixar bastante explícito que não fui muito sistemático em minhas leituras. Caso desejem uma revisão bibliográfica criteriosa sobre o tema, não a encontrarão aqui. Sugiro que busquem algo desse tipo em outros lugares – alguém já deve ter feito isso relativamente bem (NÓBREGA JÚNIOR, 2018).

No meu trabalho, tenho uma questão pontual. Tenho um problema bem simples e estou atrás de respostas. Estou procurando algo mais concreto. Nesse sentido, caso você não se interesse por esse tipo de conversa pragmática, imagino que possa parar o texto por aqui. Provavelmente não terei nada a te dizer.

No entanto, se quiser continuar comigo, só haveria mais um antecedente. Ele é muito geral e é uma das minhas posições mais questionáveis: além de resistências à gramática da violência, tenho problemas com convenções de identidade e com a estética da barbárie.

Vou tentar tocar rapidamente nos principais aspectos que me incomodam. Será uma espécie de ajuste de perspectivas. Algo para me expor, para me fragilizar e para deixar o campo de discussão em aberto. Agindo assim, suponho que compreenderão mais de perto as coisas que se passam pela minha cabeça e, caso queiram, poderão julgar meus atos à vontade.

Como ressaltai, tenho uma questão simples. Estou interessado em estratégias de prevenção a extermínios. Nesse período de pesquisa, para lidar com o problema, apenas precisei entrar em contato com alguns materiais. Li uma série de artigos. Escutei vários *podcasts* e conversei com um monte de pessoas – boa parte dessas produções está listada nos referenciais bibliográficos.

Logo no início da trajetória, tive uma pequena impressão: o tema está sendo discutido em diversas áreas. Dentro da comunidade acadêmica, o assunto também está colocado e, para o meu espanto, o desnível das reflexões é gritante.

De maneira geral, há perspectivas muito bem elaboradas e posições extremamente questionáveis (ADORNO; 1994; SAPORI, 1995; FLAUZINA, 2006; GUIMARÃES, 2014; RIBEIRO, LIMA & MAIA, 2017; RIBEIRO, ROCHA & COUTO, 2017; CARNEIRO, 2019).

Há análises muito consistentes e leituras profundamente rudimentares. Há propostas muito refinadas e apontamentos que ecoam soluções com no mínimo dois séculos de

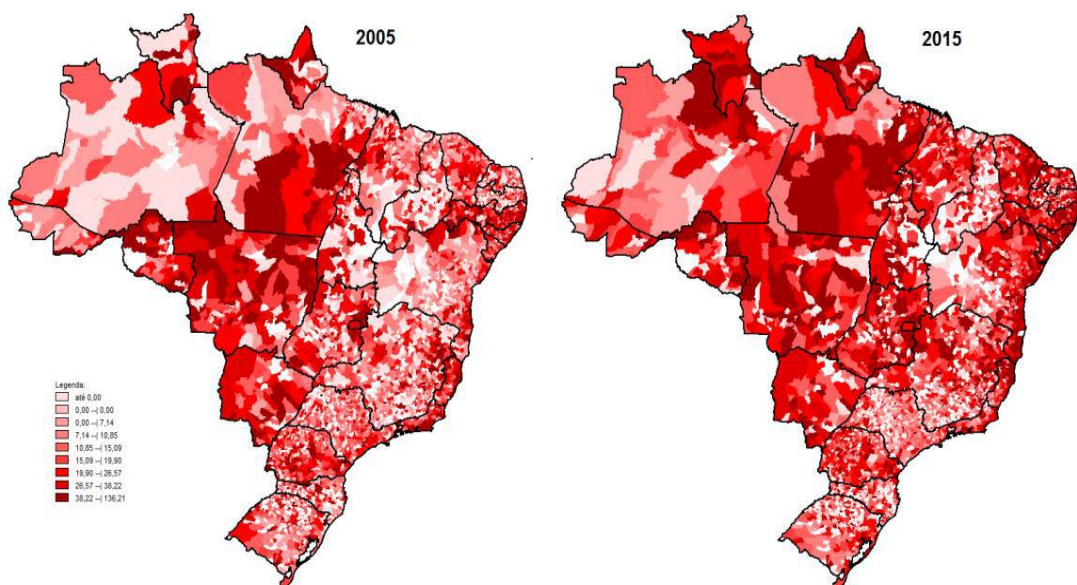
existência – tudo isso está presente no campo hoje – inclusive no cenário dito mais especializado.

Em relação à letalidade, no universo de pensamento ‘superior’, um dos desafios me parece ser a capacidade de explicar um fenômeno que é extremamente brutal e que, no contexto brasileiro, tem ampla extensão. Isso não é retórica. É fato.

Através de órgãos oficiais, nós temos conseguido registrar mais de cinquenta mil casos de assassinatos por ano. A manchete dos jornais está pronta. “O Brasil tem mais homicídios do que todos estes países somados” (DEURSEN, 2017):



Os dados foram matemática e estatisticamente tabulados:



Taxas de homicídio nos municípios brasileiros, 2005 e 2015. (IPEA & FBSP, 2017, p. 15)

Quanto mais vermelho, mais sangue. Quanto mais vermelho, pior. Como podem notar, meu trabalho de entrada não exige tanto. Não é preciso ser extremamente genial para conseguir visualizar certa dimensão da gravidade do problema. Não seria necessário muito esforço para compartilhar a possível relevância do tema. Uma pequena habilidade com leitura de imagens, cores, números e taxas seria mais que suficiente.

Entretanto, aqui vai mais uma diferença: minha questão não é quantitativa. Eu sei que a possibilidade da morte violenta é algo que nos comove. Até o Hobbes, soberanista, sabia dessas coisas. Além disso, também sei que um alto índice de fatalidade recorrente pode nos afetar. Contudo, sou um pouco mais sutil que isso.

Meus casos são muito mais sutis que isso. Quando entrei nessa discussão, meu interesse estava nas trajetórias trans. Esse tipo de extermínio denunciado não tem grande impacto nos indicadores. Na racionalidade dos números brasileiros, uma morte (ou mesmo cento e setenta e nove) não tem muito valor.

Aqui não é a Suíça. E isto para mim ainda é um fato, é algo que escuto e reconheço: um número tão pequeno não chega a ser relevante no cômputo do massacre mais geral.

Sei que pode parecer insensível da minha parte, mas sequer também esse era o meu principal problema. Minha questão não girava em torno da relação valor-vida-escala. Meu problema era outro. Mesmo que o algarismo importasse, minha questão era que os números trans não estavam sendo produzidos pelos órgãos vinculados ao poder público. A contagem daquele tipo de óbito geralmente era feita por grupos dos movimentos sociais.

O trabalho era bem delicado. Seria possível ressaltar uma série de aspectos. Porém, qual era o meu dilema diante da tarefa que estava sendo realizada? Ao identificarem os corpos, ao contarem as mortes, havia um diagnóstico na sociedade civil: a transfobia mata. A homofobia mata. O machismo mata. O racismo mata. A desigualdade mata.

Apesar de seu uso disseminado, considero essas frases de impacto bastante equivocadas. Nas produções, parecia haver indicativos que se morre por ser trans; morre-se por ser mulher; morre-se por ser negra... – havia uma correlação entre os assassinatos e a identidade das vítimas. Eu ainda tenho muitas dúvidas sobre isso. Consigo expressá-las assim: como a letalidade se relaciona com essas assimetrias denunciadas? Como as práticas de extermínio se vinculam a determinadas experiências?

Um dos lugares em que tentei buscar respostas foi na esfera acadêmica. As pessoas na universidade se consideram muito habilidosas em suas leituras. Então contava com elas. Contava com seus ‘pareceres’ qualificados.

Sei que isso é romper com as regras de linguagem, mas preciso falar na lata: ao entrar em contato com algumas produções, eu fiquei de cara com as coisas que ouvi (!) – e só vou deixar os grandes absurdos de lado porque não quero atrapalhar a boa reputação da qual usufruem nossos ilustres intelectuais.

Assim, sem dar muito espaço a querelas, citaria tão somente uma pequena polêmica de campo. Em 2017, aqui em Belo Horizonte, foram realizadas algumas audiências públicas para se discutir o genocídio da população negra. Não sei se as filmagens estão disponíveis no site da Câmara Municipal – imagino que sim. O evento durou dois dias. Foram dois encontros muito impactantes para mim, especialmente em função da participação popular. As perguntas e as análises da plateia eram muito sensíveis e muito sofisticadas.

Em um dos momentos, havia um convidado externo. Ele iria iniciar sua palestra. Era um professor universitário. Alguém com uma experiência gigantesca no campo da segurança pública. Inclusive chegou a citar que já trabalhava com isso há mais de 30 anos – e não deixou de ressaltar que também teve uma longa experiência nesse campo em cargos de gestão.

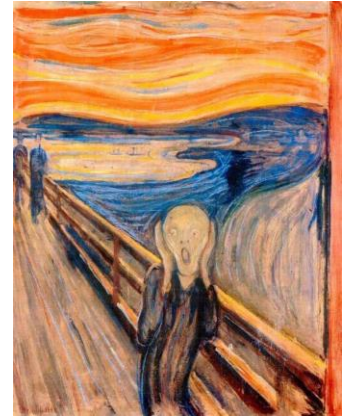
Naquele dia, ele chegou a apresentar o que considerava algumas soluções para o problema do genocídio negro: investir em políticas específicas de segurança. Ele dizia que as ações sociais mais amplas eram relevantes, mas considerava que a segurança pública deveria ser pensada em um campo próprio. Acho que ele falou alguma coisa sobre tráfico de drogas, maior agilidade e rigidez na aplicação da lei penal. Segundo ele, hoje se mata por qualquer coisa. É preciso que a aplicação da lei funcione adequadamente e, além disso, seria preciso desenvolver estratégias de prevenção social da violência – apontamentos bem instigantes.

Se não estou enganado, esse professor era um cara da sociologia e tinha muita familiaridade com a estatística. Porém, em dada oportunidade, com alguma tensão, ele nos fez um chamado: vamos ser racionais, vamos olhar para os dados. Vocês estão dizendo que o racismo mata. Vamos olhar os fatos. Vamos ver as pesquisas. Considerando os registros, vamos ver quem está matando quem. Vejam: dentro dessa tragédia, ‘é preto matando preto’! – eu ouvi.

Porém, para não ser muito injusto, foi precisamente isto o que ele falou:

[...] O que fazer para reduzir os homicídios dos jovens negros? [...] Eu não tenho mais qualquer dúvida em relação à qual é a principal matriz, hoje, da mortandade de jovens no Brasil. [...] essas mortes da juventude brasileira, a maioria delas não está sendo feita pelo Estado. A gente tem que ter muita clareza do que está acontecendo, pessoal. Infelizmente, Arnaldo, [...], são jovens negros matando jovens negros com arma de fogo. **É uma realidade muito perversa. É uma realidade muito cruel.** Então a gente tem que ter muita clareza quando a gente está usando a expressão Genocídio da Juventude Negra, porque **a gente tem que entender o contexto social em que isso está acontecendo.** [...] tem um território, são as periferias, são as favelas onde o fenômeno é mais grave. **A juventude branca não está se matando; ou raramente**

se mata no Brasil, mas infelizmente a Juventude Negra – eu vou usar uma expressão muito dura – mas é o que é o mundo real hoje: a juventude negra está se matando. E a principal motivação é o tráfico. É a forma como o tráfico se consolida na periferia [...]. (CMBH, 2017, 1º 41` - 1º 46, grifos meus)



Depois desse posicionamento, houve alguns ruídos e o clima deu uma azedada – imaginem o que não aconteceu (...). Obviamente, há considerações um pouco mais elaboradas quando o assunto é o genocídio da população negra no Brasil. É bem evidente que a fala do especialista apresentava problemas, mas este não é o meu ponto agora. Eu achei interessante o que ele disse.

É algo digno de atenção e de escuta. A pergunta foi muito boa. ‘Quem está matando quem?’. Se olharmos o que está acontecendo, é preto matando preto. Um jovem negro matando outro jovem negro. Com arma de fogo. Como isso pode ser racismo? Olhem os fatos, seria possível falar que o racismo mata? Acompanhem meu raciocínio (!). Observem (!). Pensando friamente, é uma pessoa que está executando a ação – ele diagnosticava.

Eu realmente gostei. Isso me fazia visualizar que a perspectiva do professor incidia no campo jurídico e sobre a autoria do crime. Ou seja, um sociólogo que operava no esquema da ação intencional. Ele falava sobre quem mata quem. Uma leitura isenta. Baseada em evidências. Supostamente não posicionada.

Uma das soluções para o problema: maior agilidade no aprisionamento. Tratava-se de aperfeiçoar a pronta resposta de estado⁴. A visada era interessante, mas eu insistiria no quadro reflexivo em que a polêmica ocorreu.

Aquele debate foi um jogo dentro do campo estético da violência. A polêmica intelectual parecia girar em torno da real causa dos assassinatos. A plateia indicava um

⁴ Acho dispensável mencionar que existem discussões mais refinadas, e sequer me darei ao trabalho de indicar bibliografia específica. Se houver dúvidas, mesmo obras técnicas gerais – como os relatórios do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) ou do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – são suficientes para que reconheçamos os desníveis de leitura analítica que o tema comporta.

fenômeno mais amplo – algo conhecido como racismo – o professor, por sua vez, apontava um algo determinado em um contexto de tráfico. A depender de quem estivesse com a razão, o tratamento encontraria respostas bem distintas.

Entretanto, menos que indicar qual é a melhor abordagem, apenas deixarei destacada esta tendência: em boa parte das discussões, notei que as práticas de extermínio estavam sendo consideradas dentro de um esquema conflitivo em que se privilegiava a tríade autor-vítima-violência. Eu tenho resistência a esse jogo. Não participo dele sem ressalvas.

Além disso, se tiverem entrado na história de campo, imagino que também seja possível notar um outro desafio: há dificuldades na reflexão partilhada. O tema pode ser difícil. Os debates podem ser um pouco complicados. Algumas falas e soluções podem soar intragáveis, mas isso acentua o que quero dar relevo: há organização sensível dos modos de perceber e dizer. Há limites em nossas reflexões e formas de interlocução.

Acompanhem um dos impactos da fala do pesquisador:

[Graziele] Boa tarde, gente. Eu queria começar a minha fala só exemplificando que nós somos iguais, tá? A discussão quando começa assim: “negro; branco; e parará, e vamos lá, e como acontece ...” – [...]. Eu queria te confessar uma coisa, sabe? Olha professor, eu estou um pouco cansada de pesquisa. Quando o senhor traz dados, **a gente traz prática, a gente traz vivência**. Nós sabemos, sim, o que é ‘um cinco sete’; ‘cento e vinte e um’ [referência a artigos do código penal] – a gente sabe muito bem disso. Inclusive a gente sabe que 500Kg de cocaína, até hoje, não foram investigados. Então..., a gente tem noção do que passa em periferia. Eu acho muito complicado [...] – e vocês me desculpem, eu vou respeitar quem não vive em periferia, quem não mora em favela – mas o que a gente passa lá é uma coisa muito particular e tem que ser respeitada. [... este] é o ponto mais importante: debate; seminário; de vida; da juventude; precisa ir para a favela. É lá que nós vamos encontrar a solução. **Gente, a academia governa esse mundo há milênios. E eles não trouxeram nenhum benefício para a classe negra** [...]. Então, vamos começar a assumir quem nós somos: nós somos capazes, nós pensamos, nós trabalhamos, nós produzimos, nós consumimos. Ou a gente realmente admite que somos seres humanos, [ou] ninguém vai fazer isso pela gente. Ninguém!... Ninguém!... de nenhuma academia. **Eles vão trazer artigos. Eles vão trazer pesquisa. E nós ficamos com a prática**. Então vamos lutar pra gente trazer o debate pra onde tem que ser: favela e periferia. Passou da hora da gente nos ouvir. De forma detalhista, de forma misericordiosa [...]. Porque é de lá que a solução vai sair. [...] Não é de fora para dentro, é de dentro para fora. Bacana demais ver tanta gente NEGRA, cabelo sarará aqui, que com certeza – eu não tenho dúvida nenhuma – sabe do que eu estou falando. [...] Nosso sofrimento não é em vão, mas a nossa alegria é maior. Tá? [...]

[Márcio] Bom, eu tinha um tanto de coisas para falar, mas ... eu vou procurar ser racional e rápido. Primeiro, eu queria dizer que não sou acadêmico. Eu ia falar com tristeza, mas nem vou falar com tanta tristeza assim. Tô feliz porque vou frequentar uma academia que tem negras iguais aquela dali – [apontando para uma palestrante] – que vai me fazer pensar diferente. Tô feliz por não ter feito a academia nos últimos trinta anos que o Sr. [apontando outro palestrante] ajudou a pensar a segurança pública. [...]. (CMBH, 2017, explicações e grifos meus)

Apesar de ser um aspecto a considerar, lidar com esses problemas, dissensos pronunciados, não tem sido uma necessidade. No reino dos inteligentes, uma abordagem

comunitária, horizontal e partilhada é, inclusive, algo que frequentemente se evita. Na hierarquia do conhecimento, existe a perspectiva galileica. Ela está dada. Supostamente, o campo do pensamento complexo é para poucos:

O número daqueles que, nas coisas difíceis, raciocinam bem é muito menor do que aqueles que raciocinam mal. Se raciocinar sobre um problema difícil fosse a mesma coisa que carregar pesos, então muitos cavalos carregariam mais sacos de trigo que um cavalo só, e eu concordaria mesmo que a opinião de muitos valesse mais que a de poucos; mas raciocinar é como correr, e não como carregar. Assim, um cavalo de corrida sozinho correrá sempre mais do que cem cavalos frisões. (Galileu Galilei)

Segundo os títulos outorgam, a reflexão das coisas difíceis é melhor operada pelos grandes cavalos solitários. É coisa dos melhores, dos mais ilustrados, dos mais esclarecidos. Eu até tenho alguma simpatia por esses animais, mas acho que o “correr” aqui é outro: na planície das *práticas* de extermínio, durante esse caminho, há pesos distintos. Esses pesos precisam ser analisados. Correr com um saco de trigo nas costas é bem mais difícil que correr livremente. As relações são diferenciais. Quem está acostumado a ganhar a maratona da liberdade não tem por hábito notar pequenas disparidades no campo de disputa.

Eu gosto de matemática, gosto de estatística, gosto de sociologia, mas também gosto de política. A linguagem lógico-racional tem uma leveza inacreditável, mas é insuficiente para pensar esse tema. A perspectiva é rápida e objetiva demais. Se, além disso, for uma produção que tem dificuldades em reconhecer outras opiniões, não há reparo.

A minha posição, parcial e supostamente equalizadora, é que outras *racionalidades* precisam ser convocadas para possibilitar o pensamento desses assuntos que estão sendo mal pensados e maltratados. Ciência acadêmica é pouco (!).

Aqui é preciso pensar com a *polis*, um lugar absurdo em que mesmo a reflexão de cavalos frisões pode ter algum valor.

O marco das lentes que usamos para ver o mundo configura em grande medida o que vemos. A fim de compreender exhaustivamente os problemas da desigualdade social e elucidar que coisas estão em jogo, **necessitamos abrir nossas janelas conceituais para deixar entrar o ar fresco que corre fora dos enclausurados discursos convencionais, tanto acadêmicos como de outros tipos.** (THERBORN, 2015, p. 43, tradução e grifos nossos)

1.1.3 Segundo ajuste de perspectiva: ... linguagem crítica e sensibilidade mínima

Ao iniciar o contato com as práticas de extermínio, uma das minhas primeiras impressões esteve relacionada ao modo como o tópico dos assassinatos tem sido abordado. Há um grande relevo na gramática da violência e da identidade. Em linhas gerais, diria se tratar de um assunto onde a *figuração* do algoz e da vítima são centrais. Apesar de sua inegável utilidade, isso pode acabar nos fornecendo soluções muito precárias.

As experiências no campo social são múltiplas e o marcador da violência identitária parece organizar tudo dentro de um esquema de pensamento bastante simplista. É um modo que configura um registro muito específico de análise e tratamento.

Quando estamos a refletir sobre os assassinatos, não é incomum, por exemplo, a elaboração de políticas de segurança pública extremamente racionais, sensíveis e, no entanto, bem pouco efetivas em determinadas situações. Algumas soluções projetadas são muito rudimentares, mas o problema, de fato, é intrincado.

Eu não tenho uma posição firme e consolidada nessa esfera. Realmente não tenho. Apenas me ocorrem vagos pensamentos⁵. Diante das exigências, acho que uma diferença talvez esteja no fato de que não compro alguns discursos tão facilmente.

Como ressaltai, dentro e fora da academia, vítima, algoz, violência, escândalo e horror são noções bastante difundidas, mas não costumo me aproximar desses termos sem reservas e sem receios.

Em especial, tenho grande dificuldade com os “discursos de barbárie”. Isso geralmente não funciona comigo. O *slogan* da barbárie parece trabalhar com uma certa falta de racionalidade. Parece querer denunciar uma prática em que não há qualquer razão de ser. É uma palavra que denota irracionalidade. Um terror que tem sido feito, mas que precisa ser evitado.

Meu problema central parece ser justamente este, é por isto que não funciona para mim: trata-se da denúncia de uma ação despropositada. A barbárie é convertida em uma palavra que denuncia a ausência de lógica de uma prática. Barbárie é um discurso que denuncia a falta de razão em uma ação. Barbárie é uma fórmula usada para denunciar a falta de palavras para caracterizar algo muito monstruoso. É como se disséssemos ‘não há como justificar uma prática terrível como essa, isso é uma barbárie! - é “cruel”, “é perverso”.

Sob esse aspecto, a razão de um ato seria a própria barbaridade humana, a falta de civilidade. A barbárie seria um ato praticado por bárbaros. Pessoas sem razão, sem sensibilidade e sem coração. Este é um diagnóstico interessante. É um diagnóstico que tem apelo, mas, por mais desagradável que seja, costumo chegar um pouco mais perto e tentar ver como as coisas se operam.

⁵ “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação”.



A imagem à esquerda é sobre uma guerra em Ruanda. A da direita retrata uma guerra na Alemanha. Da maneira como inicialmente me tocou, nos idos do meu ensino médio, essas duas fotos pareciam querer indicar esse algo a que chamamos de barbárie. Um termo que, por sua falta de razão, explicaria tanto aquilo que aconteceu há 70 anos na Europa, como o que ocorreu há três décadas em África – e ainda apresenta a vantagem de poder ser algo que retrate o que se passa hoje no Brasil. O genocídio. É uma *âncora* incrível.

Assim, se não olharmos para as experiências, se nos contentarmos apenas com o grande jargão da representação da humanitária, “barbárie-civilização” parece ser um esquema útil. De fato, parece não haver razões para que esses extermínios de massas tenham acontecido ou que venham acontecendo.

Entretanto, a despeito dessa utilidade muito sensível, uma única palavra poderia criar uma enorme polêmica nesses territórios convencionados. Apenas para destacar um termo analítico, se – por exemplo – tentássemos explicar esses dois fenômenos a partir da palavra raça, outras possibilidades interpretativas poderiam aparecer. Raça poderia tanto nos auxiliar a ler o conflito étnico-cultural entre alemães e ‘judeus’, assim como o conflito ainda pouco explorado entre tutsi e hutus. E com certeza ainda haveria várias outras categorias que também poderiam funcionar como janelas de leitura.

Refletindo sobre essas coisas, ali na fronteira da crítica, eu me faço as perguntas. Menos que a falta de civilização, até que ponto o discurso da barbárie sem razão não refletiria a ausência de tratamento político da questão? Até que ponto o suposto discurso da barbárie não estaria vinculado a um tratamento superficial, generalista e abstrato de categorias que operam (de modo intensificado e concreto) em determinados contextos específicos? Será que não haveria racionalidades próprias nesses casos?

Até que ponto o apelo (e o apego) ao histórico discurso da barbárie não torna ineficaz a oposição a práticas cotidianas com uma racionalidade própria, sensível e efetiva? Seria possível evitar barbáries sem lógicas? Nesse caso, como lidar com aquilo que vocês qualificam como violência? As imagens de guerra conseguem produzir fotos bárbaras, mas e

quando a guerra não está declarada? Quando o ‘conflito’ é na própria civilização, como essas imagens nos são dispostas? Como a nossa barbárie civilizada é fotografada? Como é relatada? Como é objetivada?

Ao analisar as práticas de extermínio, tentarei conversar um pouco sobre essas coisas e esses temas, mas suspeito que a minha prioridade não será dialogar com vocês, gente ilustrada. Meu campo de efetiva interlocução tem ocorrido em outro lugar e com várias outras pessoas – e isso será preciso notar.

1.2 Mapeando órbitos: políticas identitárias, perspectivas trans e os limites da minha crítica

[...] quero dizer que seguimos vivendo em um mundo no qual se corre graves riscos de marginalização e violência em função do prazer que persegue, da fantasia que se encarna e do gênero que se performa. (BUTLER, 2006, p. 302, tradução nossa).

Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; (HARAWAY, 1995, p. 23)

A conversa é sobre práticas de extermínio – e ainda não levo muito jeito para fazer essa discussão com movimentos sociais. Eu teria uma série de objeções ao que é falado nesse lugar e imagino que deveria abordar as coisas com um pouco mais de cautela. Haveria diversos eixos a trabalhar. Contudo, apesar de diferenças irreconciliáveis, acredito que tenha visualizado um desafio comum: há uma demanda pela produção de dados quantitativamente, qualitativamente e analiticamente significativos.

O meu interesse nos trabalhos da ANTRA foi nessa última direção – em uma esfera mais analítica. Não lia os documentos para descobrir a quantidade de pessoas mortas. Tampouco a intenção era entender que existe preconceito e discriminação contra pessoas trans – isto eu já sei (!).

Eu ruminava os relatórios porque eles tornavam explícitas algumas dificuldades. No âmbito acadêmico, era uma coisa linda. Aquele movimento me entregava um ótimo problema de pesquisa. Porém, de um ponto de vista social e das perdas que isso implica, a cena é uma catástrofe. Vou tentar contribuir como puder. O meu interesse é prático e político. É nessa esfera que consigo perceber as principais fragilidades e, ao mesmo tempo, também é neste lugar que tenho dificuldades em discutir com a militância.

Algumas pessoas, grupos ou instituições não são muito afeitas a receber críticas. E juro que entendo. Quando noto este aspecto, nem ousa abrir a boca. Em relação à ANTRA, as

coisas soaram diferentes. Apesar da dificuldade e da intensidade do tema, notei naquele trabalho algumas brechas para o diálogo. Por isso me dispus a conversar.

Anteriormente, adiantei algumas possíveis inconsistências quando o grupo passou a utilizar as ferramentas de objetivação estatística, porém agora gostaria de tocar em aspectos mais relevantes (para mim).

Como sei que um relatório de movimento social não costuma ser um objeto digno de atenção universitária, vou fazer um rápido resumo qualitativo do que ouvi naquelas páginas. Depois, sem muitas preocupações, falarei o que me der na telha.

O “Mapa de Assassinatos de Travestis e Transexuais” é uma obra de valor incalculável. É uma produção excepcional. Ficar contabilizando mortes não me parece ser um trabalho agradável e se torna um pouco mais difícil se as mortes (ou os assassinatos) tiverem uma íntima relação com suas próprias experiências de vida.

Foi isto que vi a ANTRA fazendo: uma dramática contagem de óbitos. Entretanto, dentro do relatório, aquilo que considerei mais interessante foi o modo como os dados estavam sendo disponibilizados. Não se tratava de um monopólio totalizador de leitura. Havia um argumento. Havia uma tentativa de organizar as denúncias (que não estão sendo adequadamente ouvidas). E havia uma expectativa comum: a promoção de propostas efetivas para o fim do extermínio de uma parcela (não muito significativa) da população.

Como prevenir o extermínio em um campo em que as denúncias de assassinatos sequer estão sendo ouvidas? Como prevenir a matabilidade dentro de um registro que não nos toca? Se não nos importarmos com quem está morrendo, se a morte não importar, seria possível construir estratégias preventivas?

A produção do mapa parece ter sido uma alternativa para lidar com essas questões. A meu ver, trata-se de uma ação social significativa. É um texto bem elaborado. Há teorias, há análises, há relatos de experiências, há publicações de jornal, há organização estatística. Há uma dispersão de pontos de vista. Uma estratégia sutilmente explicada:

[...] a ANTRA cansada de assistir aos assassinatos resolveu mapear e encontrar caminhos possíveis para chegar a uma resolução desse problema, **pois para nós mais que contabilizar é imperioso qualificar esses assassinatos, desenhar perfis desses crimes e potenciais criminosos**, divulgar e cobrar providências para que crimes como esses possam deixar de ser tão naturalizados como hoje é. Há que se desenvolver estratégias de ação que possa intimidar o governo Brasileiro e o parlamento nacional para que eles possam ouvir os nossos apelos e cobranças, precisamos aproximar mais de mecanismos de defesas da vida no nível nacional e internacional **para levar adiante a nossa proposta de erradicação dessa violência gratuita**, e precisamos e vamos instar o Brasil nas cortes internacionais por conta da omissão diante dessa barbárie cometida no nosso país. (ANTRA, 2018, p.120, grifos nossos)

No relatório, notei apontamentos quantitativos. Notei abordagens *quali*. Notei o

desenho de perfis. Notei o tópico do crime, da criminalidade, da violência gratuita, da barbárie. Ao final, consegui perceber uma denúncia e uma demanda sensível: “não é só a letalidade que assassina as pessoas Trans no Brasil”: por favor, parem de nos matar.

Fazer uma crítica a esse discurso me parece bastante difícil. Mas já que assumi essa tarefa, vou tentar levá-la a cabo. Antes, no entanto, gostaria que não deixassem de observar alguns elementos presentes no documento.

Primeiro, mesmo dentro da convenção disponível, há uma evidente crítica à gramática da violência fatal. As posições trans nos mostram que a letalidade não se manifesta ou não deveria ser lida unicamente pelos homicídios. Ali se explicita que as mortes retratam apenas uma parte dos danos, mas a nossa capacidade assassina é bem mais extensa que o extermínio físico.

Em segundo lugar, dentro de sua estratégia de comunicação, a ANTRA nos faz um convite: “precisamos lembrar das outras centenas de casos que continuam impunes e sem avançar nas investigações, afinal se esses corpos não interessam vivos, imaginem mortos”. Para mim, isso não é apenas um chamado à lembrança, é uma convocação ao reconhecimento de que algumas mortes (ou mesmo algumas vidas) não têm tido importância em nosso contexto. A morte de uma vida trans importa? Vocês podem me dizer que sim, mas aquele relatório, esfregado na minha cara, parece dizer que não.

O texto da ANTRA é polifônico. Há muitas vozes ali. Apesar de concordar com os objetivos gerais, tenho muita resistência a algumas formas como aquela produção intelectual foi organizada. Se não tivesse notado que se tratava de um trabalho que deseja partilhar algo que não tem sido possível comunicar, provavelmente ficaria quieto. Não conversaria, não falaria mal e não destacaria problemas. Apenas escutaria o que o grupo diz. Minha atitude seria de silêncio e reflexão solitária. No entanto, vi aberturas. Por isso me sinto bastante confortável para participar da discussão.

Minha primeira observação é banal, mas é algo que não vou deixar passar ileso. Eu gostei das coisas que foram ditas, porém isso não apaga o fato de haver muita gramática punitivista naquele documento. Eu entendo as possíveis razões, mas o problema é que a estratégia punitivista não parece funcionar, não me parece ser muito efetiva para situações como essas.

A não resolutividade de boa parte dos assassinatos, a não publicidade da maior parte desses casos nos jornais, a leniência do Estado e a dificuldade dos equipamentos públicos em lidar com essas práticas me mostra isso. Me mostra que o discurso punitivista, do crime, da criminalidade, dos potenciais criminosos – evocado no relatório da ANTRA – não dá conta

desse problema. Assim, se quiserem minha colaboração nesta direção em particular, vocês não a terão. Sugiro que procurem algum sociólogo especialista ou que continuem sua interlocução com o Supremo.

Não me considero um abolicionista penal, a questão é que simplesmente reconheço que as punições e o nosso desejo por elas não têm proporcionado os efeitos que esperamos. Apesar do seu suposto valor simbólico, o direito penal não funciona tão bem assim. Não é simplesmente uma questão de investigar, punir e prevenir. Mas entendo o que se passa. Se nosso Estado tem o compromisso de garantir a vida e se ele está falhando nessa tarefa, no mínimo o que se pode reivindicar é a punição dos culpados.

Mortes e punição têm sido as palavras de ordem para lidar com a violência e o ódio cotidiano. Porém, e se essas práticas não forem apenas uma questão de violência? Se não forem apenas uma questão de ódio?

Apesar da alta aposta punitivista, o relatório não deixa de ser interessante para mim. A análise dos assassinatos feita pela ANTRA nos fornece quadros comparativos muito particulares. O documento produz algumas dissonâncias nessa saída simplista. Nos disponibiliza e oferta várias outras interrogações.

Considerando o tratamento dos dados, houve abordagens por região, idade, raça, gênero, classe e contexto social. Achei formidável o uso dessas categorias para se operacionalizar denúncias em linguagem de Estado. Se a intenção era um apontamento qualificado e minimamente comparável, acho que a tarefa foi bem executada. A título de aperfeiçoamento, apenas sugeriria uniformizar o alcance interno de algumas categorias mais consolidadas. Há publicações técnicas no campo da segurança pública que poderiam auxiliar nessa tarefa.

De todo modo, mesmo sem esses refinamentos, o diagnóstico inicial me pareceu muito compatível com o que ouço por aí. O relatório apontou pessoas trans, jovens e negras como as vítimas preferenciais de uma certa modalidade de matar. Trata-se de um mapeamento que tem modos de validação muito consistentes em outras produções.

Quanto mais jovem, mais exposta à morte violenta. Quanto mais negra, mais vulnerável ao extermínio físico. Uma informação com lastro em outras pesquisas (FBSP, 2017; 2019). De modo geral, esse apontamento parece confirmar que a matabilidade está diferencialmente distribuída em grupos etários e raciais. Algo que, aparentemente, as trajetórias trans parecem fazer coro. Enfim, o trabalho da ANTRA é um trabalho que tem qualidade. Mesmo com um recorte mais singular, é uma obra que traz indícios e diagnósticos semelhantes ao que se coleta em produções com amostragens mais amplas.

Entretanto, apesar de todo esse valor, eu fiquei de cara com algumas análises. Realmente não entendi o que estavam fazendo. Em certos momentos, tive a impressão de que algumas perspectivas trans foram anuladas naquele documento.

Será que eu teria alguma legitimidade para tocar nesses pontos? Será que eu teria lugar de fala nesse aspecto em particular? Não sei..., mas também não ligo a mínima para isso. Caso não tenha ouvidos para críticas, pare de ler. Não precisamos conversar.

O lance é que fiquei furioso com algumas observações no relatório e vou falar na lata sobre alguns problemas. Vou chutar o balde, mas não faço ideia das consequências. Se acharem que os apontamentos não prestam, relevem. Entretanto, se acharem que eles têm problemas, gostaria que me dissessem. Eu posso repensar.

A vítima mais jovem **noticiada** tinha 16 anos e a mais velha 53 anos. O Mapa aponta que **67,9% das vítimas tinham entre 16 e 29 anos**, caindo para 23% aquelas entre 30 e 39 anos, 7,3% entre 40 e 49 anos, e para 1,8% acima dos 50 anos. **Nota-se que os índices mais altos de assassinato da população Trans está diretamente relacionado às questões etárias.** Onde quanto mais jovem mais suscetíveis à violência e à mortandade. Ao contrário daquelas pessoas que ultrapassam a estimativa de vida, que veem a possibilidade de ser assassinada/o diminuir ao longo de suas vidas. (ANTRA, 2018, p.17)

Deixando de lado a possível função de comparabilidade matemática ou estatística, saindo um pouco da questão numérica, diria que algumas dessas observações me assustaram. Especialmente quando a questão era mais restrita, ficava com a impressão de que o grupo não estava descrevendo vidas singularizadas.

Os registros não pareciam ressaltar que aquela era uma tarefa de identificação dos corpos e das mortes de uma minoria, uma parcela de pessoas que não deve ser pensada como se integrasse o nosso universo normalizado e comum.

Na medição do tempo, por exemplo, quando o eixo qualitativo foi a questão etária, achei muito curioso que se tenha deixado de destacar um fato óbvio nas experiências trans: nessas trajetórias, a idade não se conta da mesma forma.

Uma morte aos 16 anos de vida, não significa uma morte aos 16 anos de experiência trans. Ou seja, para fazer essa aproximação, para promover um certo diálogo entre nós, me surpreendeu que se tenha apagado o fato de que a identidade trans não é contada logo no primeiro dia. Não se ‘nasce’ trans. Vidas trans não têm sido designadas dessa maneira em nosso contexto comum, institucionalizado e hospitaleiro.

O desdobramento, como se pode supor, é o evidente equívoco de estimar expectativa de vida a partir da nossa absurda convenção tradicional: nós, rigorosamente, não convenciamos esta expectativa. Politicamente, não há expectativa de vida para pessoas trans. Quando se olha para os assassinatos, a denúncia, portanto, talvez seja outra: nos momentos em

que a experiência trans aparece em um marco temporal visível, ela tende a ser eliminada rapidamente. A questão etária, nesses casos, não é uma categoria que estima o tempo de vida, é um registro da ameaça política de morte.

Contudo, se não quisermos enfrentar esse jogo de palavras, se quisermos ser mais precisos, há um outro tópico em que é possível visualizar essa disparidade qualitativo-analítica. Apesar de ser um detalhe, esse foi um dos meus maiores problemas no mapa. Algo com o qual eu definitivamente não concordaria.

Os apontamentos estão nas considerações de gênero. A ANTRA faz uma observação bastante curiosa: quando se ponderou os assassinatos de travestis e transexuais, foi constatado que 94% das mortes recaíam sobre o gênero feminino. Foram contabilizados 10 assassinatos de homens trans; 169 de mulheres trans.

Posteriormente, a fim de se ‘evidenciar’ melhor o problema, a questão foi contraposta de uma outra maneira. Segundo o relatório, a taxa de homicídio entre o grupo das mulheres *cis* é de 4,8 assassinatos para cada 100.000 habitantes. No caso das mulheres trans, a taxa de assassinatos seria de 11,9 para cada 100.000.

Esse tipo de comparação é superficial, rudimentar, grosseira e muito mal posicionada. Há que se ter cuidado com o tratamento estatístico. Ainda que essa linguagem nos permita comunicar alguns aspectos, um apontamento como este não poderia ser feito de maneira tão simplista e objetivadora. Isso é um equívoco.

Sem entrar em detalhes divisionistas, qual seria meu maior problema? Em minha perspectiva, a população trans não pode ser considerada a partir da mesma categoria que circunscreve essas outras mulheres. ‘Sociologicamente’, dentro da gramática estatística, as denominadas mulheres são contabilizadas a partir do dispositivo sexo.

No entanto, as posições trans não devem ser contadas dessa forma. Isso gera a percepção de que existem 100.000 pessoas que foram oficialmente designadas como trans. Só que isso não é bem assim. Pelo que me explicaram, a “categoria trans” precisaria ser registrada levando-se em conta não o sexo, mas a identidade de gênero. Eu sei – e vocês também sabem – que nós temos dificuldades em reconhecer a “identidade de gênero” das pessoas.

Desse ponto de vista, a comparação estatística não faz o menor sentido. Não dá para dizer que foram 11,9 mulheres trans considerando 100.000 vidas catalogadas no seu grupo específico. No Brasil, não há contagem populacional de pessoas trans.

Considerando o nosso viés sexista e a não utilização de um dispositivo de contagem mais adequado, não há como fazer essa ponderação direta. Não há como fazer essa operação média. Inclusive, se fosse levado em consideração a identidade de gênero, diria que o problema

é bem mais agudo. A população trans é minoria. Seus números são bem menores. Isso precisaria ficar explícito.

Se, por exemplo, estivéssemos trabalhando com populações indígenas, onze ou doze assassinatos por ano, dentro desse grupo específico, significaria uma prática de extermínio radical. A taxa de 11,9 que incide sobre um determinado grupo pode ter significados genocidas quando consideradas parcelas insignificantes e não contadas da população. Na aritmética política, os Algarismos podem dizer coisas muito diferentes. Essa comparação taxativa entre mulheres *cis* e mulheres *trans* é, no mínimo, desinflacionada discursivamente – e isso é um grave erro analítico, achei incrível não terem se dado conta dessa cilada.

Antes de mexer onde gostaria, neste exercício de trabalho técnico com as categorias, apenas ressaltaria mais uma pequena dissensão de minha parte. É uma leitura que tenho dificuldades de fazer. Imaginava que o relatório da ANTRA fosse me auxiliar, mas isso não ocorreu. E eu entendo. Naquele momento, acho que a preocupação era a denúncia militante, o grupo definitivamente não estava escrevendo para mim. A intenção não era colaborar com as minhas possíveis reflexões teóricas. O objetivo era outro.

Este apontamento estava no eixo classe e contexto social:

Vemos ainda que 70% dos assassinados foram direcionados àquelas que são profissionais do sexo. 55% deles aconteceu nas ruas. O que denota o ódio às prostitutas, em um país que ainda não existe uma lei que regulamente a prostituição que, apesar de não ser crime, sofre um processo de criminalização e é constantemente desqualificada por valores sociais pautados em dogmas religiosos que querem manter o controle dos seus corpos e do que fazemos com eles. (ANTRA, 2018, p.18)

Eu não conseguiria criticar essa fala agora, mas acredito que ela apresenta alguns problemas. Para ficar na superfície, a única coisa que conseguiria ressaltar está em negrito: a presença do tópico prostituição.

Eu acho que este ofício envolve uma série de processos. É uma situação bem complexa. Ainda não consigo pensar muito bem sobre as práticas que se passam nesse lugar relacional. No entanto, uma das coisas que consigo observar é que, efetivamente, as condições de exercício do trabalho sexual podem ser extremamente precarizadas.

E o caminho de pensamento que optei seguir nesta tese tem relação com isto: com a tentativa de refletir sobre esses processos e lógicas de precarização das existências. Assim, reconhecendo valor nessa forma de pensar, resolvi deixar de lado alguns debates (e tolices) e, metodologicamente, comecei a pensar nos lugares em que determinadas práticas ocorrem.

Se era possível, por exemplo, falar de mortes ou assassinatos no contexto do trabalho sexual, achei que também seria possível pensar em outros territórios. Comecei a pensar na casa, na escola, na rua, no passeio, no trânsito, na cidade, no campo... e fiquei bem perdido.

Eram vários vetores. Tive dificuldades.

Ao final, para facilitar a minha vida, foquei nas relações. Me detive apenas em observar e escutar a nossa política. Porém, um efeito colateral se intensificou durante esse percurso: acabei deixando ainda mais de lado o tópico das identidades.

Eu não consigo explicar, mas posso fazer algumas analogias de escuta. Quando alguém me diz prostituta, penso em relações de trabalho. Quando alguém me diz traficante, penso em relações comerciais. Quando me dizem negras, penso em relações étnico-raciais... e assim vou ... por aí vou pensando nesses campos relacionais que podem ser analiticamente separados, mas que estão sensivelmente interligados. Trans-negras-traficantes-prostitutas seria um exemplo explícito desses vínculos e interconexões – sua respectiva exposição diferencial a assassinatos ou a mortes violentas, outro.

Há certa dificuldade de algumas elaborações teóricas para visualizar determinados fenômenos de uma maneira mais elaborada e intrincada. Ainda tenho problemas para circunscrever essas questões a partir das perspectivas academicistas. Acredito que seria interessante se os movimentos sociais abordassem esses aspectos. Pelo que ouvi e pude perceber, tenho certeza que as trajetórias trans conseguiriam tocar minimamente em alguns pontos – porém isso não necessariamente aconteceu naquele relatório de 2018.

Em resumo, diria que estou num lugar de polêmicas. Em um regime que possibilita que algumas coisas sejam ditas, mas que também impede que outras sejam escutadas. É difícil trabalhar nessa brecha. É difícil ocupar esse lugar entre o que pode ser dito e o que não pode ser escutado (mesmo que se fale).

Por conta disso..., vou chutar o balde sim. E não quero nem saber. Por melhores e mais benevolentes que sejam os objetivos, não vou ficar aqui fazendo coro a algumas palavras, ideias e sensações.

Em especial, não vou entrar nessa tônica convencional da violência, do ódio e dos sujeitos desprezíveis. Esse enquadramento produz um regime próprio de escuta e de tratamento das questões. No nosso campo, ele tem produzido análises muito frágeis. Isso não é um problema, as análises podem ser frágeis, mas é preciso lidar com isso de outras maneiras caso nossa intenção seja encontrar repertórios mais efetivos diante de um problema.

Queremos algo para fazer frente à barbárie? Ao ódio? Mas e se os nossos problemas estiverem do outro lado? E se esse enquadramento dualista entre vítima e algoz não estiver sendo suficiente para discutirmos as questões que nos rondam?

Observem esse apontamento no Mapa dos Assassinatos. É uma tentativa de explicar a transfobia:

A associação mais comum é com a agressão física, tortura, espancamento e facadas. **85% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade**, com o uso excessivo de violência, esgarçamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência. O que denota o ódio presente nos casos. Onde vemos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados e jogadas de viadutos. (ANTRA, 2018, p. 21)

Será que a gramática da violência é a única forma de falar sobre transfobia? Ou será que essa é forma a que temos dado ouvido ao problema? Será que essas relações efetivamente se configuram como crimes de ódio? Ou será que a visibilização do ódio tem sido a forma privilegiada de relatar esses casos? Será que a descrição da brutalidade não tem sido uma maneira relativamente tosca de insistir no assunto?

Para pensar essas questões, acredito que a observação do trabalho da “mídia” é exemplar: nossos jornalistas não publicam todos os casos de extermínio. Eles selecionam apenas alguns. Há mortes que não viram notícia... há mortes que não rendem matéria... para virar matéria, para comunicar, para vender, tem que ter apelo.

E, salvo raras exceções, a ANTRA parece muito crítica com a maior parte das produções da mídia impressa e televisiva. Uma das principais críticas está na insensibilidade das narrativas. Ouça:

Temos refletido sobre os efeitos da publicação de fotos desmoralizantes, imagens e vídeos brutais dos assassinatos de Travestis e Transexuais e de como a veiculação deste material nas redes sociais trazem ainda mais sofrimento à memória das vítimas, expondo seus corpos mutilados e muitas vezes desnudos de forma completamente irresponsável e que não colaboram com as investigações como muitos pensam. Apenas transforma o assassinato de pessoas Trans em um show de horrores, aberto a acusação, julgamento e culpabilização das vítimas pelo mal brutal que lhe acometera. (ANTRA, 2018, p. 27)

É um detalhe, mas preciso pontuar. Essa crítica da ANTRA parece não levar em consideração algo fundamental: assim como alguns relatórios da sociedade civil, a mídia também vende sangue. Sangue, relatos e imagens perturbadoras dão audiência. A equipe editorial de imprensa sabe disso, conta com isso.

É necessário não se esquecer que há um ‘nós’ que constitui o alvo desses relatos chocantes. Além disso, os editores jogam bem esse jogo. Sabem que “quanto mais remoto ou exótico o lugar, maior a probabilidade de poder nos proporcionar imagens frontais completas dos mortos e dos agonizantes”. Ou seja, eles sabem como nos afetar. Sabem como lidar com a audiência. Sabem como tocar no seu público. Na nossa era, eles são mestres em se adequar às exigências. Sabem que a “coisa autêntica pode não ser assustadora o bastante e [que], portanto, carece de uma intensificação [narrativa], ou de uma reencenação mais convincente”. (SONTAG, 2003, p. 7 - 30).

Eu sei que vocês leem essas reportagens brutais, mas se vocês tiverem estômago, sugeriria a abertura para este modo de encarar. A técnica midiática de escrita

faz sentido se entendida como um ocultamento de uma infinidade de preocupações e de anseios a respeito da ordem pública e da moral pública que não podem ser explicitados, **e também como uma indicação da incapacidade de apresentar ou defender de outra maneira as convenções tradicionais relativas ao modo de prantear os mortos.** (SONTAG, 2003, p. 29, grifos nossos)

Eu concordo que os relatos jornalísticos apresentam problemas. Inclusive, achei sensacional a crítica em relação ao duplo homicídio. Se entendi bem, primeiro há uma morte física; depois, uma morte midiática. Primeiro um assassinato, depois uma descrição que apagada toda e qualquer forma de empatia com a vítima. Sei que as notícias machucam, eu entendo, mas e se encarássemos de outras formas? Será que isso não abriria outras possibilidades de comunicação?

Inclusive, para ser bem direto, achei a apreciação sobre a falta de empatia bastante problemática. É muito apelativa. Criticar a mídia dessa forma é uma injustiça. Se fosse apenas em relação ao caráter vexatório de exposição das imagens, aí tudo bem. Eu reconheceria. Porém, quando a equipe da ANTRA intensifica o problema alegando que o pessoal da comunicação não está sabendo relatar direito; que frequentemente não usam, por exemplo, o pronome correto, aí já é demais. Aí já acho exagero. Aí é sacanagem...

Ironicamente, pensem comigo: apesar de terem passado cerca de 04 anos dentro da universidade, apesar de serem uma gente trabalhada na escrita e na linguagem, esse pessoal não tem culpa, não é por mal..., eles não sabem..., não receberam essa formação..., não foram conscientizados..., essa discussão sobre o respeito à identidade de gênero é recente... os profissionais ainda estão num processo de lenta e gradual evolução.

Além do quê, o tratamento pelo pronome mais adequado pode não gerar venda, pode não gerar audiência, pode não ser bem recebido pelo público normal. Uma produção midiática plural não é exatamente uma prioridade em nossos esquemas convencionais.

Nesse sentido, por mais malvada que seja, a mídia está cumprindo seu papel. Com a isenção que lhe é peculiar, está fazendo um trabalho relevante. Se fosse o caso de atribuir responsabilidades específicas, quem deveria estar fazendo esses bons relatos qualitativos seria o Estado.

No entanto, este tal Estado também não reconhece a legitimidade de distintas “identidades de gênero”. O circuito regulamentar é simples: primeiro, não há uso de categorias oficiais que viabilizem o reconhecimento igualitário das existências trans; depois, um extermínio físico; por fim, a morte midiática.

O que a mídia faz é só um desdobramento. De fato, concordo que a letalidade não acontece simplesmente quando pessoas trans são assassinadas. Nesse caso, se a crítica fosse minha, eu não diria duplo, mas defenderia um ‘homicídio’ triplamente orquestrado. É uma espécie de devolver à morte aquelas vidas que sequer deveriam ter sido qualificadas como vidas. O problema, porém, é que não acredito que isso seja barbárie. Não é terror, é apenas o nosso regime funcionando normal e coerentemente.

Diante disso, nessa direção mais civilizada, uma das frases que mais me irrita e me espanta é a designação da transfobia como um discurso de ódio. Entre a descrição da *ira* relatada pelos movimentos sociais e o reconhecimento de ‘nossas’ práticas e sensibilidades mais cotidianas, não consigo entender muito bem as coisas.

Dentro da brecha, fico me perguntando se transfobia é efetivamente um discurso de ódio ou se, por outro lado, esse tal ódio é algo que está nos relatos analisados. Fico me perguntando se o ódio é um fenômeno palpável ou se, por outro lado, ele não seria reflexo da forma como as narrativas jornalísticas são publicadas – mas aqui até as palavras me encabulam.

Em forma de pergunta talvez seja mais fácil compreender: se a mídia não relatasse tantas facadas, tantos tiros, tantos estrangulamentos, seria possível configurar a transfobia como um crime de ódio? Até que ponto a circunscrição da transfobia como uma prática bárbara e odienta não implicaria a dificuldade de refleti-la de outras maneiras?

Ao publicar este material de forma desnecessária, jornais, mídias ou outros meios de comunicação não se dão conta que de fato não agregam nenhum valor informativo as matérias. (ANTRA, 2018, p. 28)

Será mesmo que a produção da mídia se dá sob uma forma desnecessária? Será que realmente não agregam nenhum valor informativo às matérias? Em uma dinâmica bastante inusitada, será que esse modo de descrever o horror também não está colaborando com as falas mais clássicas do movimento social e da academia?

Será que essa brutalidade sofisticadamente exposta, meticulosamente narrada, não tem corroborado para que apenas uma determinada forma de denúncia seja feita?

A transfobia é ódio..., ouço por aí. Porém, se não fossem 23 facadas, se fosse uma. Se não fossem 12 tiros, se fosse uma lâmpada. Se não fosse uma lâmpada, e sim um empurrão. Se não fosse numa rua escura, mas no aconchego do lar. Barbárie, terror e violência gratuita dariam conta disso?

Se não fosse nada, se fosse apenas um xingamento, se fosse meramente ‘um desça desse ônibus, agora!’ (G1, 2014), se fosse apenas um olhar, se fosse apenas um riso? Se fosse meramente o fato de não contar uma identidade de modo adequado no registro civil? Barbárie,

terror e violência gratuita dariam conta disso?

Eu entendo que insistam nesse jogo. Entendo a posição de vocês. Porém, espero que compreendam a minha. Estou em um lugar confortável, não vou ficar repetindo essa narrativa. Não farei esse enquadre. Não vou vincular tudo que vejo à retórica da violência. Também não vou ficar tentando articular toda e qualquer prática à noção de barbárie. *‘Como quem faz um croché’*, espero que nossos desejos se encontrem em algum lugar; no entanto, por ora, vou seguir outro curso dentro dessa “zona cinzenta”.

[...] é assustadora a ideia de que quanto mais uma estória é contada, mais ela se cristaliza, mais perdemos a memória do sofrimento que inspira a estória [...]. Podemos pensar que o que Levi teme, e também o que sabe ser em parte verdadeiro, é que pode haver uma perda da própria perda, e isso pode resultar da estória que contamos. É claro, a estória é contada para garantir que o projeto nazista não cumpra seu objetivo de destruir evidências, e é contada justamente contra os revisionistas que questionaram os fatos dos campos de extermínio. (BUTLER, 2017, p. 191-192)

1.3 Gestão do extermínio: entre o desenho da arquitetura e a escuta de experiências irrelevantes

[...] a argumentação contra a guerra não depende de informações **sobre quem, quando e onde**; o caráter **arbitrário** do morticínio implacável constitui prova suficiente. **Para as pessoas seguras de que o certo está de um lado e a opressão e a injustiça estão do outro**, e de que a luta precisa prosseguir, **o que importa é exatamente quem é morto e por quem**. Para um judeu israelense, uma foto de uma criança esfaqueada no atentado contra a pizzeria Sbarro no centro de Jerusalém é, antes de tudo, uma foto de uma criança judia morta por um militante suicida palestino. Para um palestino, uma foto de uma criança esfaqueada pelo tiro de um tanque em Gaza é, antes de tudo, uma foto de uma criança palestina morta pela máquina de guerra israelense. **Para o militante, a identidade é tudo**. (SONTAG, 2003, p. 7, grifos meus)

Nos tópicos anteriores, deixei alguns pontos soltos. Eles serão amarrados agora. Ao expor o Mapa dos Assassinatos de maneira parcial, deliberadamente não comentei todas as linguagens e materiais com os quais se pode trabalhar. Isso merece alguma crítica sobre mim, por isso vou me desarmar – vou falar algumas besteiras e gostaria de ouvir o que vocês têm a dizer.

Se não estou enganado, acho que deixei de mencionar que os mapas ou os relatórios não foram produzidos apenas em consideração a fórmulas estatísticas, produções midiáticas e histórias de vida. No relatório da ANTRA, por exemplo, também havia algumas perspectivas acadêmicas. Obras contra as quais eu teria muitas reticências, mas que realmente parecem dar algum suporte à denúncia que os movimentos estão fazendo. São perspectivas que podem solucionar o suposto problema que estou apontando. A fórmula teórica e reorganização discursiva é bastante simples. A aposta parece ser uma correlação causal administrativamente ampliada.

Eu disse ter dificuldades com a convenção identitária. Disse que a identidade talvez não matasse. Contudo, há uma maneira de contornar o problema. Bastaria agregar um elemento. Como não se trata de uma distinção muito relevante nessas perspectivas, por ora podemos chamar esse elemento de contexto ou de cultura⁶.

Se contarmos com esse acréscimo polissêmico, é possível fazer uma grande conciliação teórico-analítica pró movimentos sociais. Com este suplemento, seria possível concordar que não se morre por ser mulher. Não se morre por ser negro. Porém, estar designada como mulher em um regime machista, pode ser letal. Ser designado como negro em um contexto racista, pode ser fatal. Ser trans em uma cultura sexista, sim, pode matar.

Diante dessas ‘sofisticadas’ considerações explicativas, a *causa mortis* não seria exclusivamente uma identidade, mas a sua articulação em um dado regime⁷. Ao meus ouvidos, esta tese soa mais ou menos assim: há uma *gestapo* em campo. A depender de como você é posicionado em um contexto, a consequência pode ser a morte. A depender de como se é identificado em uma cultura, a consequência poder ser a vida. Dentro desse sistema analítico, parece que a academia está nos chamando atenção para a existência de um jogo político das identidades e para o possível horror de suas consequências.

Se estou compreendendo bem, há indicativos da existência de uma certa ação soberana com o poder arbitrário de te colocar de um lado ou de outro. Se você é posicionado deste lado, você ‘merece’ viver. Se estiver do outro, o destino será morrer. Para essa galera, o assunto é sério: a distribuição identitária seria uma espécie de ato soberano administrativo com consequências que poderiam ser boas ou ruins.

Perfeito, mas onde estaria o detalhe? O meu pequeno detalhe é que essa tal ‘arbitrariedade’ não significa que a administração seja despótica, desarrazoada ou abusiva. Há razões aí. Acho que o caráter arbitrário apenas aparece porque é uma ação técnica. Vários termos podem fazer o sentido da *ratio*. Num determinado contexto, pode ser a raça. Noutro, o gênero. Num terceiro, a religião. Em um quarto, a raça, o gênero e a religião – tudo junto e misturado.

Assim, apenas destacaria que essa política identitária, além de não ser propriamente irracional, não está vinculada a um processo que é necessariamente unívoco e totalizador, mas

⁶ “As noções que se acoplam mais habitualmente à de ‘cultura’ para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as de ‘linguagem’ (ou comunicação), ‘representações’, e de ‘práticas’ (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as ‘práticas discursivas’ como as ‘práticas não-discursivas’). [...] Trata-se [...] de uma dimensão múltipla, plural, complexa, e que pode gerar diversas aproximações diferenciadas” (BARRROS, 2005, p.3).

⁷ As pessoas que sustentam essas ideias adoram essas palavras – articulação; regime; jogo ... há todo um léxico aí.

pode ser múltiplo e disperso. Desse modo, seja com conotações vitais ou assassinas, acredito que seria preciso olhar cada contexto para circunscrevermos essa tal operação soberana. Na Alemanha da década de 40, houve um processo. Em Uganda da década de 90, outro. No Brasil de hoje, nem precisaríamos mencionar, as distinções são visíveis. Enfim..., considero esses apontamentos bem interessantes – e acho uma pena não serem úteis para mim.

É uma diferença de foco. Dentro desse grande sistema ótico – bastante frágil e rudimentar – o que me parece ser importante é a captura de um movimento. O importante parece ser o registro de uma racionalidade soberana que dispõe as identidades. Uma racionalidade que distribui os lugares. Uma racionalidade que não pode ser questionada tão facilmente porque a consequência pode ser letal. De maneira muito sintética, diria que estão falando sobre uma racionalidade que divide as pessoas entre, de um lado, os amigos e, de outro, os inimigos. Entre aqueles que merecem viver e aqueles que se pode deixar morrer. Entre os de bem e os de mal.⁸

Se fosse para ser ainda mais resumido, diria que este rascunho de pensamento está nos dizendo que, a partir de determinada ação soberana, cria-se um modo de posicionar sujeitos em lugares específicos. A depender do lugar que se ocupa, é bem provável que a ‘pessoa’ esteja mais vulnerável à vida ou à morte, à dor ou à alegria.

Se a sinopse nos parece familiar, apenas chamaria atenção para o fato de que essa fórmula foi o ‘ápice’ de um pensamento político herdado no século anterior. Amigo-inimigo, soberania, morte-vida, eram palavras dentro de um grande modelo de pensamento.

Naquele contexto, o duplo desafio teórico-acadêmico era desvelar essa racionalidade. Era identificá-la. A partir disso, seria possível inferir a lei do movimento dos corpos. Nas grandes teorias, entre senhores e rebeldes, tratava-se de uma tentativa de explicar a mecânica do ato político. Uma tentativa de enquadrar e fazer notar um sistema supostamente secreto.

Com boas intenções, mas sem muitas advertências, alguns discípulos dessa doutrina aperfeiçoaram a perspectiva. Construíram visadas muito intrigantes. E se não tivessem insistido tanto, se não tivessem se dedicado arduamente em ressaltar a pertinência das análises, eu teria aceitado tudo sem questionar. Porém, a cada tentativa, a cada elaboração, a cada compatibilidade, a cada coerência habilmente produzida, a cada exemplo citado, com mais suspeitas eu ficava. Ao escutar essas ideias, um certo interesse acabava ficando muito explícito

⁸ Notem que amigo-inimigo, bem-mal, não é exatamente um lugar moral. A depender do regime, qualquer pessoa pode ser significada como amiga ou inimiga. Conflitos religiosos são um ótimo exemplo disso. Católicos e protestantes verteram muito sangue cristão nesse jogo das posições.

para mim. Parecia haver a intenção de desenharem a arquitetura perfeita das ações políticas no campo social.

Tudo parecia se resumir em saber qual era o tipo de dinâmica que agia ordenadamente sobre o mundo, sobre os sujeitos e sobre as coisas. Ao fim e ao cabo, tudo parecia se resumir em entender o grande aforisma do sistema: há racionalidades que determinam quem estará mais exposto à vida ou à morte. Tudo parecia se resumir à compreensão da mecânica: há um regime que hierarquiza o campo social e sob o qual, no melhor dos casos, é preciso tomar ciência e encontrar formas de resistir. E também emendavam: não se iludam demais, não há escapatória. A máquina é maleável. A resistência também pode ser incorporada dentro sistema. Isso é um motor. Isso produz outros contextos e novas formas de resistir, e assim a vida segue: no eterno jogo de encontros e desencontros entre a autoridade competente e a crítica jubilosa.

Para mim, essa fórmula antiquada é muito esquisita. Tão estranha quanto o uso da literatura no pensamento acadêmico, mas – talvez para soar uma novidade – algumas pessoas nomearam isso como biopolítica, uma grande categoria que engloba todas as *outras*.

Meu problema é que, expressa desse modo descomunal, mesmo quando se autoproclamam uma posição pós-estruturalista, eu escuto essas falas tão somente como mais uma teoria que continua a desconsiderar o valor das experiências irrelevantes.

Ao que consigo enxergar, a dificuldade nem é tanto o desenho de uma arquitetura secular – que faz algum sentido – a minha questão é que qualquer experiência, não importa o seu conteúdo, parece poder ser capturada e enquadrada nesse esquema de pensamento.

Se desenhou um sistema onde qualquer que seja o elemento não altera a validade, a cientificidade e a academicidade da mecânica. Judeu, travesti, protestante, mulher, *anatinus*, tudo pode ser lido aí, mas o funcionamento permanece sempre o mesmo. Uma vez desvelado esse regime, as informações sobre quem, quando e onde são apenas detalhes. O ato divisor bilateral é a regra permanente a ser esclarecida.

Da maneira como entendo, esse modo de compreender parece mostrar que se trata de um modelo teórico onde a palavra política não é tão significativa assim. Essa tal ‘biopolítica’ parece ser apenas uma maneira de descrever e revelar a ‘eterna’ atividade dispositiva de uma racionalidade soberana. Só isso. Se fossem mais cuidadosos, acho que não chamariam de biopolítica, mas de biopoder. Chamariam, no mínimo, de arte de governo.

Entender a arte de governo tem seu valor, mas confundi-la com a arte política é continuar a produzir meta-narrativas. Sem advertir, é continuar a vender a lei universal do movimento dos corpos celestes. É astrofísica do poder.

Apesar dessa controvérsia, como não estou disposto a descartar tudo só por conta de algumas confusões e ironias do destino, acho que valeria a pena fazer uma pequena distinção nessa grande perspectiva – talvez fosse preciso estabelecer alguma diferença conceitual entre racionalidade e dinâmica.

Entretanto, como não atuo nessa área, não me ocuparei disso. Vou apenas apontar um aspecto: até onde consigo notar, esse discurso da biopolítica tem sido predominantemente marcado por uma linguagem bélica. São análises dentro de uma certa estética da guerra. Dentro de uma gramática militar.

Nesse caso, se eu estiver correto, faria apenas uma pergunta: ameaça, oposição, luta, amigo, inimigo seriam os únicos modos de ler as experiências contemporâneas? A tônica da sobrevivência, a tônica identitária, a tônica causal e a tônica militante não apresenta certas insuficiências? Até que ponto essas perspectivas não estão jogando dentro de um esquema diplomático-militar compartilhado e sensível? Até que ponto a centralidade e a recorrência da denúncia de um dispositivo de oposição dual não tem implicado limites em nossas reflexões?

Eu gostaria de discutir mais detidamente essas coisas, mas não vou. Tenho mais o que fazer. Por mim, se quiserem ficar articulando as proposições dentro do jargão em defesa da sociedade, tudo bem. Se quiserem ficar com essa forma de olhar, que façam bom proveito – talvez ela tenha alguma utilidade para vocês. O lance é que *mein kampf* não é minha perspectiva favorita.

De um ponto de vista individual, até consigo entender que há lutas entre essa ou aquela pessoa, porém converter isso num esquema de entendimento de mundo é um pouco difícil pra mim – faz sentido – mas é uma compreensão bastante limitada e analiticamente mal posicionada.

Não trabalharei nessa linha. Como pretendo pensar em ações mais efetivas ao extermínio que está dado, vou propor uma outra modalidade de leitura. É apenas uma questão de foco. Vou me propor a pensar essas mortes (ou essa matabilidade) politicamente, não soberanamente.

Tentarei pensar em morte política, mas sem culpar o regime e sem responsabilizar o algoz. Não que isso não possa ser feito, mas é que responsabilizar um regime, responsabilizar o soberano, o contexto, a cultura e, num nível mais elementar, responsabilizar o indivíduo – não é um tópico para mim.

Minha questão não é a responsabilização social ou a culpabilização individual. Minha questão é outra. É a possível e a factível evitabilidade de assassinatos. Se as práticas de extermínio passarem a ser lidas desse modo, acho que podemos intervir nesse campo, pequenas

ações poderiam alterar a direção e a fatalidade de algumas práticas. Porém, não acho que isso tenha relação necessária com grandes atos simbólicos de um monarca. O que estou pensando tem relação com gestos. Com pequenos deslocamentos.

De um ponto de vista mais efetivo, minha proposta não seria atuar sobre a grande mecânica institucional perversa, minha proposta seria a atuar onde podemos atuar... na prática... e especialmente onde há brechas...

Para tocar nesses aspectos mais pontuais e usando as minhas mãos, faria a seguinte indagação: será que precisamos pensar o nosso campo político exclusivamente a partir da guerra? Será que “poder” se resume em guerra e extermínio? Será que a única possibilidade de pensar “poder” é dentro da ótica bélico militar? Matar ou Morrer? Vida e Morte?

Eu sei que esse debate é mais refinado. Sei que há conflitos. Sei que a coisa é complicada e que pode ser difícil. Entretanto, teoricamente, meu problema mais sensível é que a tópica da guerra é um enquadramento masculinista securitário que vigora há muito tempo. É algo que me parece não dar muito certo. E é um enquadramento que merece uma crítica prática, não?

Assim, se fosse para fechar questão e colocar consenso, nem levantaria problema. Não tergiversaria. Pensando em nossas intenções, não entraria em discussões acadêmicas com quem quer que fosse. Pragmaticamente, me desarmaria de uma maneira muito fácil: a teoria me mostra que há oposições; o movimento social me fala que tem havido vítimas; os dados estatísticos denunciam que há pessoas que são mais exterminadas que outras; as evidências são indiscutíveis: há uma distribuição diferencial da letalidade.

Diante disso, sem polemizar, apenas perguntaria o que podemos fazer para tratar essa denúncia. Esta seria minha questão. Com a situação já diagnosticada, que respostas daremos? Como evitar essas mortes? Há saídas efetivas para alterar esse quadro? Há alternativas presentes? Quais seriam? Podem me dizer?

Estão aí algumas das minhas indagações mais urgentes no momento. Porém, como sei que vocês não têm respostas muito eficazes para esse problema, vou propor algo: luta é o modo como um certo tipo de leitor consegue ver as coisas. Com frequência, ouço grandes, solitárias e emancipadas cabeças dizerem sobre uma permanente luta pela sobrevivência.

Contudo, e se ampliarmos esse campo? Se ampliarmos as vozes, será que não conseguiríamos ouvir outros aspectos? Além de continuar na clássica leitura da luta, não poderíamos tentar escutar as experiências menores só um pouquinho?

É isto que vou tentar fazer: pensando as minhas questões, com os meus recortes, vou tentar ler essa nomeada carnificina de outras maneiras.

2 LÓGICAS, TÉCNICAS E EFETIVIDADE: como gênero entrou nessa história?

Foi difícil por ele não ter me aceitado e ter me expulso de casa.

NUH: Você tinha quantos anos?

Amélie: 15...

NUH: Nesse período você já tinha começado as transformações corporais, já se vestia com roupas femininas?

Amélie: Sim, sim.

NUH: Foi nesse momento que ele te expulsou de casa?

Amélie: Sim, isso... mas, antes de eu me vestir, me montar, já não dava certo, já me batia direto.

NUH: Ele te agredia?

Amélie: Demais, muito.

NUH: O que ele te falava?

Amélie: Ele falava que não aceitava e começava a me bater do nada.

NUH: O que ele não aceitava?

Amélie: A minha opção sexual.

NUH: A primeira discussão em casa foi em relação à sua orientação sexual? Por você gostar de homens no caso?

Amélie: Sim... e ele também muito alterado por causa da droga que ele usa, que é o crack.

NUH: Com quantos anos você começa a usar roupas femininas e fazer transformações?

Amélie: Com 14...

NUH: E com 15 ele te expulsa de casa?

Amélie: Isso.

(PRADO & VASCONCELOS, 2021, p. 123 -124)

Não sei se tenho capacidade de escutar determinadas coisas fora do meu esquema de pensamento racionalista, mecânico, linear e instrumental. Além disso, sei que tenho dificuldades para elaborar críticas sozinho. Por esses motivos, fiz este capítulo. Ele tem a função de expor alguns problemas a diferentes perfis.

Considerando esse desejo de partilha, sei que preciso tentar uma escrita mais aberta. Vou falar de maneira simples e ver se me faço entender: certa vez, uma autora, cujo nome é bem complicado, fez uma pergunta: “pode um subalterno falar?”.

Por experiências e experimentações, tenho certeza que sim. Pessoas subalternizadas, marginalizadas ou inferiorizadas falam. A minha dúvida, no entanto, era se as palavras seriam escutadas ou, ainda, como seriam escutadas. Me perguntava sobre as racionalidades que usamos durante o exercício de escuta e comunicação. Me perguntava sobre como ouvimos.

Não sei se isso parece difícil, mas duas passagens tem o potencial de ilustrar o que acontece nesse meu mundo reflexivo e relacional.

MULHER DE VERDADE
 Minha mulher gostava quando eu lhe batia
 E quanto mais ela apanhava, mais ela dizia
 Bata nego, pode bater
 Bata com força que eu não sinto doer
 Pode bater com as duas mãos nessa nega que é sua
 Começa dentro de casa e termina no meio da rua
 Se alguém vier reclamar não dê atenção
 Bata com força nego, no meu coração
 (MESSIAS, H.)

[1955] 17 de Julho.
 A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre.
 Ele está lhe espancando.
 Eu estou revoltada com o que as crianças presenciam.
 Ouvem palavras de baixo calão.
 Oh! se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente.
 (Carolina Maria de Jesus, 1960, p. 10)

Metaforicamente, olhando para essas duas produções artísticas, sinto que estou com um desafio: não sei se consigo ouvir tudo que essas diferentes vozes expressam. Além disso, não sei se o problema seria meramente gênero.

Ouvindo as autoras, noto a exposição de temas terríveis, mas não escuto do jeito delas. Escuto de outra maneira. Será que estaria desconsiderando o que elas estão dizendo? Será que não as escuto porque, de um ponto de vista estritamente normativo, trata-se de uma localização subalterna?

Eu não sei. Preciso que avaliem. Eu tenho uma posição bastante parcial e muito limitada. Inclusive, recentemente, descobri que não tenho tanta “*autocrítica*” assim. Notei isso quando passei a considerar algumas coisas mais efetivamente. Acabei percebendo minhas limitações e minhas posições quando me dei conta de que não conseguia notar certos efeitos em determinados campos ou lugares.

Vou te dar outros dois exemplos, talvez assim você me compreenda melhor. Porém, se não perceber, não se preocupe. Não há problemas, como se fosse uma pequena nota preliminar, todos esses trechos e sentidos que estou utilizando agora estarão mais bem encadeados ao longo deste capítulo:

[1958] 23 de maio.
 Levantei de manhã triste porque estava chovendo.
 [...] O barraco está numa desordem horrível.
 É que eu não tenho sabão para lavar as louças.
 Digo louça por hábito. Mas é as latas.
 (Carolina Maria de Jesus)

Seria incapaz de amar um filho homossexual.
 Não vou dar uma de hipócrita aqui.

Prefiro que um filho meu morra num acidente
do que apareça com um bigodudo por aí.
(BOLSONARO, 2011)

Você escreveu em "Problemas de Gênero"
que "rir de categorias sérias é indispensável para o feminismo".
Quais são essas categorias e por que ser feminista hoje?
(Úrsula Passos, 2015)

Às vezes acho engraçado como as coisas funcionam na minha cabeça, porém, ultimamente, não tenho conseguido rir tanto. Sou um “sujeito de sorte”, mas não sei o que aconteceu. Talvez eu tenha ficado sério e grave demais.

Pensando nessa mudança, cheguei a me sentir tentado, voltaria ao passado, iria fazer uma brincadeira aqui – algo frágil e fugaz –, mas talvez não seja oportuno fazer gracinhas nesse momento. Além de estar escrevendo uma tese, é relativamente difícil brincar com o poder, a autoridade e o terror.

Em função disso, deixarei apenas uma pequena sugestão. Isto é menos que uma ordem (e eventualmente um pouco mais que um conselho): na medida do possível, tentem engolir o choro. Se preparem... imagino que será triste... e me perdi bastante por esse caminho,

Mas não paro não
Já chorei mares e rios
Mas não afogo não
(Iza)

Esta música não é propriamente minha, só que não vejo outro jeito de cantá-la. Com essa canção, apenas gostaria de ressaltar que o assunto agora será um pouco pesado, mas onde houver autorização tentarei suavizar e simplificar. Tudo bem?

2.1 Lógicas de Gênero

Menino teve fígado dilacerado pelo pai, que não admitia que criança gostasse de lavar louça

Alex, de 8 anos, era espancado repetidas vezes para aprender a ‘andar como homem’
(O GLOBO, 2014)

Eu poderia tentar reconstruir a narrativa, poderia tentar contar a história de um outro modo, mas não vejo muito sentido nisso, essa estratégia não alteraria os fatos. Pensando bem, acho que qualquer coisa que eu faça, não mudará o que ocorreu. A história é meio triste, vocês já devem ter se dado conta: um garoto de oito anos levou uma surra. O menino não resistiu e morreu. Isso é péssimo.

Segundo a reportagem, depois do episódio, o pai da criança ficou conhecido como o “monstro de Bangu”. Se considerássemos ‘tudo’ que poderia ter acontecido, seria difícil entender como esse adjetivo chegou a se configurar, mas, de alguma forma, desconfio que o epíteto esteja relacionado ao modo como a cena do crime foi descrita, lida ou contada.

Observem comigo: aquela era uma família pobre. Era uma família “desestruturada”. Depois da separação, eles passaram a viver em estados diferentes. A mãe biológica morava em uma cidade, o pai em outra. Ela no Nordeste, ele no Sudeste.

Alex não estava frequentando a escola. Ameaçada pelo Conselho Tutelar, e com um imenso receio de perder a guarda de seu filho do meio, a mãe envia o menino para residir com o pai.

O genitor era uma figura questionável. Anos atrás ele havia cumprido pena por envolvimento com tráfico de drogas, mas depois de passar pela prisão se ressocializou; se tornou só mais um usuário. Apenas mais um caniço desempregado que morava com a nova companheira e outros cinco rebentos em um pequeno casebre de três cômodos no Rio de Janeiro.

Como existem muitas outras pessoas nessa mesma situação, eu diria que ser pobre, ter outros filhos, ou estar em outro relacionamento não era exatamente o problema – ao menos tenho a impressão que não. Na narrativa, acho que essa contextualização é só um facilitador ... acho que chamam isso de *mise en cene*. Uma espécie de enquadramento para facilitar a nossa difusa compreensão.

Porém, se olharmos fixamente dentro desse registro, há algo relevante. Nessa história há uma questão incidental. Há aquilo que atesta o tipo de sujeito; que diz algo do autor. Há aquilo que acrescenta algum demérito ao relato. Algo relativo não à situação, mas à suposta condição histórica e subjetiva do algoz.

Na matéria, esse aspecto incidental desabonador está associado à anterior comercialização e ao atual uso de substâncias ilícitas – porém não é preciso se fixar demais nisso, isso não foi o fato fundamental; como disse, isso é parte ... é *mise en cene* ... há uma ação decisiva ... e é em torno dela que a reportagem efetivamente se constrói.

Na reportagem, com a pobreza e o tópico da justiça relativamente focalizado, o fator decisivo parece ser o assassinato do garoto. Se tivermos isso em consideração, a manchete poderia ser facilmente reescrita: anteriormente envolvido no tráfico e atualmente usuário de drogas, pai mata o próprio filho: eis o “monstro de Bangu”. Eis o epíteto.

Porém, como vocês devem suspeitar, restaria só mais um elemento. Analiticamente, o assassinato, a surra e o fígado dilacerado, não está para o pai, para o filho e para as drogas numa relação direta. Ele não fez aquilo porque estava “paranoiado”.

O tráfico do passado e a droga do presente estão no palco, fazem parte da cena, mas essa substância abjeta é distração sensível nesta história. É apenas aquilo que agrega um pano de fundo jurídico-subjetivo-expiatório para os cidadãos de bem. No entanto, a questão jornalística fundamental parece ser outra coisa, não é a droga.

A grande questão parece ser um motivo fútil... e este motivo banal é o gênero. Vejam lá em cima, observem o título da matéria, a polêmica em destaque é simplesmente a prática ou o *gosto* por lavar vasilhas. O ato monstruoso e impensável é aquele de um pai que espanca e mata o próprio filho porque não admitia que este gostasse de lavar louças.

Quando cheguei a essa reportagem pela primeira vez, eu estava pensando apenas em problemas de gênero. Apesar de ler e reler, não via nenhum outro elemento. Naquele dia, eu fiquei chocado com a história por uma razão muito específica: na notícia, se estava pintando a figura de um monstro. Se estava desenhando uma ação odiosa e absurda. Meticulosamente, se estava narrando uma ação extremamente bárbara e violenta.

A história, de fato, é chocante.

Por que um pai matou o próprio filho?

Porque ele não achava certo que o garoto lavasse louças.

Louças... louças... isso não fazia o menor sentido para mim, Carolina. Isso me fazia pensar que eu vivo num contexto absurdo. É como se um adulto assassinasse uma criança simplesmente porque ela arruma a casa. Não faz sentido.

Não sei se isso poderia ser qualificado como trabalho infantil pelo ECA, mas, em contextos periféricos, crianças arrumarem a casa é algo rotineiro. Não sei se está certo ou errado, mas até mesmo crianças mais velhas cuidando de crianças mais jovens é algo comum. Ou seja, me soava muito absurdo um adulto matar uma criança em função disso – e sendo a criança o próprio filho, ‘era’ mais estranho ainda.

É difícil entrar na cabeça de um ex-traficante usuário de drogas, mas, mesmo que a cena não tenha sido montada para problematizar as relações de gênero, a reportagem me dava algumas pistas desse processo reflexivo supostamente insano – insanidade que foi a dele, que é a nossa.

Se não estou muito equivocado, antes daquele ato, antes que algo muito relevante acontecesse, aquele fulano era apenas mais um pai preocupado com a formação de seu filho.

Nessa relação, ele não era um potencial assassino, ele não desejava matar o garoto. Ele apenas queria que seu menino se tornasse um homem.

Porém, tragicamente, lavar vasilhas, ter o cabelo grande ou gostar de dançar não era próprio do Homem de Verdade que a criança deveria se tornar no futuro.

[...] Segundo policiais que investigam o caso, o pai negou ter tido a intenção de matar, mas insistia que o filho tinha que ser “homem”. (O GLOBO, 2014)

O caso da morte do Alex coloca grandes problemas para mim. Eu não acredito em normas de gênero. Sem muita *técnica*, e sendo bem radical, diria que normas não existem. Aquela cena, porém, tende a me mostrar o contrário. Ao que parece, a vida de um garoto foi prematuramente interrompida em função dessas normas... – estranho, não?

Sinceramente, quando paro para refletir, até reconheço alguma coerência nesse modo de ver. No entanto, apesar de entender, acho que essa explicação teórica também não faz muito sentido. Para fazer sentido, ela teria que ser lida de outra maneira, só que isso soaria um pouco mais controverso, mais incômodo...

Veja só: o pai do garoto não era um assassino. Ele apenas *intencionava* que o seu filho se tornasse um Homem. Isso seria algum crime por acaso? Desejar que *o seu* garoto aja como homem, querer que *o seu* filho se torne um homem é um problema? Querer criar *o seu* filho como um menino é algo errado?

Acredito que não seja. No entanto..., Alex parece ter morrido em função desse empreendimento de gênero – e isso fundamentalmente não faz o menor sentido para mim. Não faz sentido, mas talvez tenha lógica.

Parece fútil, mas é uma lógica de gênero. Só que há outros elementos aí... é preciso estômago, é preciso considerar. O pai do garoto não queria matar, ele apenas queria corrigir um trajeto.

As repetidas surras eram uma ação pedagógica. Era um jeito de ensinar. Não sei o que o ECA pensa disso, mas no lugar onde vivo é muito comum adultos baterem em crianças com a intenção de corrigi-las. Golpear menores é uma forma de prepará-los para a vida adulta, é um dos nossos jeitos de dizer que há limites.

São dois provérbios sagrados com bastante lastro social: “ensine a criança o caminho que deve andar e mesmo quando ela for idosa não se desviará dele”. “Não hesites em disciplinar a criança; ainda que precisas corrigi-la com a vara, ela não morrerá”.

No caso Alex – vocês viram – não foi bem assim. Um pai de família queria que seu filho andasse e agisse como homem. Como *técnica*, ele se valeu da surra pedagógica e

masculinizadora. Ele não queria matar, mas *insistia* que o filho tinha que ser homem. Porém, de maneira inesperada, houve uma complicação.

Do modo como vejo, todo absurdo veio à tona simplesmente porque o garoto não resistiu à incessante pedagogia. No entanto, se a complicação no fígado e esse trágico fim não tivessem ocorrido – mesmo que o menino fosse espancado e corrigido reiteradas vezes – é bem possível que nenhuma problematização desse ato disciplinar tivesse acontecido. Isso também é péssimo.

Gênero é algo fútil, não acredito que seja uma norma, mas se estiver sensivelmente relatado me parece muito difícil não reconhecer os seus *efeitos e modos* de operar...

O que me preocupa são as situações em que o gênero como norma é exercido de forma coerciva.

Há uma história que veio a público, acho que oito anos atrás: um jovem que vivia em Maine, ele andava nas ruas da vila onde viveu sua vida toda... Ele caminhava, andava rebolando, tipo mexendo os quadris ..., para um lado e para o outro, balançando, como a gente diz, de um jeito “feminino”. Ele cresceu ..., ficou mais velho, com 14 - 16 anos, e ... seu jeito de caminhar rebolando ficou mais pronunciado, se tornou mais dramaticamente feminino. E daí ele começou a ser humilhado pelos garotos na cidade em que vivia. Depois, dois ou três garotos interromperam seu caminhar. Começaram a brigar ... e o atiraram da ponte. O mataram.

(...) por que alguém é morto pelo jeito que anda? Por que esse jeito de caminhar foi tão perturbador para os outros garotos que eles sentiram que deveriam negar aquela pessoa? Eles sentiram que deveriam apagar os vestígios daquela pessoa. Que deveriam parar aquele andar. Eles se sentiram obrigados a erradicar a possibilidade daquela pessoa andar novamente.

Para mim, parece que nós estamos falando de um extremo e profundo pânico ou medo, uma ansiedade que está presa às normas de gênero. É como se alguém dissesse: “você deve respeitar as normas da masculinidade, pois, do contrário, você morrerá”. (ZAJDERMANN, 2006, 23` - 26`, tradução adaptada, grifos nossos)

Jovens que interromperam um determinado caminhar. Um adulto que impediu um modo de limpar. A Butler fala em normas de gênero, eu ainda tenho dúvidas. Como o que estou escrevendo é uma tese, e como a tese exige algo autoral, talvez eu possa tentar alguma coisa aqui... – só mais três parágrafos e te falo o que estou pensando.

Segundo uma pesquisa feita pelo IBGE, no país em que vivo, “mulheres passam o dobro do tempo dos homens com tarefas domésticas” (G1, 2017). É bem dramático, mas acho que a história do Alex nos conta um pouco dessa cena social.

Quando olhamos para o caso mais detidamente, ao que ‘tudo’ indica, talvez o pai do menino tenha alguma razão: lavar louças (dançar ou andar rebolando) realmente não parece ser uma coisa de homem. Algumas práticas tendem a indicar isso. Os dados tendem a nos mostrar isso. Os oito anos que Alex viveu também.

De toda forma, mesmo que me sinta bastante seduzido – mesmo que autoras e autores reconhecidos tenham me explicado – eu não diria que isso tem a ver com normas de gênero.

Nesse primeiro momento, menos que normas de gênero, acho que poderíamos falar em lógicas de gênero. Eu acredito em lógicas de gênero. Elas estão bastante presentes, de formas muito pronunciadas.

No próximo capítulo tentarei uma elaboração melhor. Explicarei teoricamente o que quero dizer. Porém, por enquanto, acredito que seja mais importante visualizarmos o que está acontecendo. Se olharmos para as *práticas* nesse momento, acho que é possível mostrar o que estou chamando de lógica. Vou fazer um resumo.

Sem dar muita atenção aos detalhes, e sem muitas precauções, logo de cara é possível adiantar que, em sua expressão mais estabelecida, as lógicas de gênero funcionam de uma maneira binária. A grosso modo, bastaria pensar em masculinidades e feminilidades: ‘Alex, *com oito anos*, era espancado repetidas vezes para aprender a andar como homem’.

Dentro dessa lógica binária, olhando o caso rapidamente, é possível notar que ‘há’ coisas masculinas e coisas femininas. ‘Há’ corpos masculinos e corpos femininos. ‘Há’ atividades masculinas e atividades femininas.

Isto faz muito sentido: Alex apanhava porque as ações nas quais se envolvia não correspondiam a essa lógica regulatória estabelecida. Considerando a posição que ele precisaria assumir, as atividades que exercia não eram consideradas adequadas, coerentes, corretas. Ele não agia como um homem de verdade. Homens não se envolvem com tarefas domésticas, mulheres sim. Neste enquadramento, a cena é bastante significativa: a surra era uma maneira de comunicar e *insistir* na presença de uma determinada lógica.

Obviamente, não precisaria ser assim. A pedagogia poderia ‘ser’ um pouco mais ‘sutil’. Poderia ser menos extravagante. Ela não precisaria ser exercida dentro do contexto familiar pela figura de um pai zeloso. Não precisaria ser comunicada por espancamentos e nem mesmo por empurrões de pontes.

| ATIVIDADE DE SALA | |
|--|-------|
| PROFESSORA: P5%! | DATA: |
| ALUNO (A): | |
| <p>CIRCULE AS ROUPAS QUE SÃO DE MENINAS E DEPOIS FAÇA UM <u>X</u> NA ROUPA DE MENINOS.</p>  | |

Notem como sou ético, não quero incriminar ninguém: retirei o nome da escola e da professora. Aprendi a fazer isso nas aulas de metodologia. Mas isso não é relevante ... o fato é que eu usava essa imagem em alguns cursos de formação dos quais já participei. Tratava-se de uma atividade avaliativa elaborada dentro do contexto da educação infantil em uma instituição privada em Belo Horizonte. Nesse caso, diante dessa imagem, diante dessa proposta de atividade, a minha pergunta era sensível: para vocês, essa ação tem lógica?

Sim. Tem lógica. Uma lógica de gênero. Considerando o nosso enquadramento oficial (e recitacional), há acessórios que são masculinos. Há acessórios que são femininos e, certamente, seria fácil fazer um “X” ou um círculo nessas peças de roupas. É isso que estou chamando de lógica de gênero. Vocês conseguem notar? Conseguiriam fazer essa separação das peças proposta pela professora? Sim ou não? É preciso explicar mais?

A lógica de gênero é bastante pronunciada. Ela incide sobre corpos, objetos, acessórios e até mesmo sobre as práticas. Se não estou equivocado, o próprio nome Alex já indica uma lógica de gênero. Dentro de um enquadramento binário – dentro de um enquadramento que joga com masculino e feminino, que trabalha com homens e mulheres, meninos e meninas –, até mesmo o nome Alex não é aleatório. Esse ato de nomeação foi feito considerando determinadas lógicas de gênero. A palavra Alex, nesse sentido, é um termo com significações específicas de gênero.

Há quem diga que não se pode falar sobre gênero, mas as lógicas de gênero estão muito presentes. As lógicas de gênero são bastante pronunciadas. Elas têm e produzem sentidos. Elas podem incidir sobre corpos, objetos, acessórios, ações e – até mesmo – sobre nomes e palavras.

Nós poderíamos parar por aqui. Eu poderia deixar destacado apenas esse caráter lógico binário. Poderíamos falar apenas em lógicas masculinas e femininas. Porém, a título complementar, atualmente seria possível fazer mais um apontamento. Algo bem trivial. Não se espantem..., mas a lógica de gênero também pode ser relacionada ao desejo.

Homem é suspeito de tentar estuprar filha lésbica para fazê-la 'virar mulher'

Garota de 14 anos contou a um professor sobre a tentativa de abuso sexual.

Conselho tutelar acompanhou o caso e adolescente está em casa de abrigo.

(GELEDÉS, 2016)

Dentro dessa outra reportagem – um caso bastante complicado, que envolve profissionais da educação, conselheiros tutelares e uma série de outras particularidades – gostaria de chamar atenção somente para alguns elementos.

Como é fácil perceber, esse segundo caso apresenta pontos de distanciamento e de conexão com aquele visto anteriormente. Em relação ao afastamento, apenas gostaria de destacar uma coisa: é importante dizer que aqui não há um assassinato – mesmo que comparativamente isso não possa ser qualificado como melhor ou pior, e ainda que eu não tenha dado relevo a esta dimensão, essa é uma diferença importante a ser considerada: não há um “homicídio” relatado. Não houve o registro de uma morte física nessa reportagem.

Quanto às aproximações, é possível fazer algumas: assim como no episódio anterior, parece que está em operação uma certa lógica de gênero. Se, antes, o objetivo era fazer com que o menino *andasse* como homem, agora a intenção foi fazer com que a filha *virasse* “mulher”.

Como *técnica* de realização dessa feminilidade, em vez da surra pedagógica, a estratégia adotada foi outra. Como a questão dizia respeito à sexualidade, numa análise muito rápida e parcial, poderíamos dizer que uma estratégia conexa (e bastante específica) foi incorporada.

Para afastar um desejo desviante, para afastar a presumida homossexualidade da filha, o recurso utilizado foi uma relação sexual não consentida. Foi o estupro. Um estupro corretivo. Um estupro terapêutico. Uma tentativa de estupro com pretensões feminilizantes e heterossexualizadoras.

Enfim – como elemento de conexão – se pode notar que há um vínculo explícito entre esses dois relatos e uma certa lógica binária de gênero. Há um vínculo entre os atos

realizados pelos genitores e sua respectiva *intenção* de fazer o ‘menino homem’ ou a ‘menina mulher’.

Embora não tenha tratado devidamente a segunda cena, eu defenderia que esse caso pode ser visto como complementar pois ele agrega valor e sofisticação à nossa discussão sobre a noção de lógica. Assim como na história anterior, este caso da adolescente nos mostra que um ato supostamente bárbaro e abusivo pode estar relacionado a algumas racionalidades que nos são muito familiares. Além disso, ele é relevante pois nos deixa antever um certo jogo bastante complexo em torno do desejo, seus alvos, localizações e efeitos diferenciais.

Neste ponto em especial, um aspecto bastante explícito consistiria em reconhecer que o fato de uma garota gostar de outra garota pode fazer com que ela não seja entendida como uma mulher. Ou seja, poderíamos considerar que, a partir de determinadas lógicas, uma lésbica pode não ser reconhecida como uma Mulher de Verdade – e isso também valeria para a outra posição privilegiada no modelo; em determinadas condições, um gay também pode não ser entendido como um Homem de Verdade.

Nesse sentido, se considerarmos o campo (e a lógica) da masculinidade e da feminilidade pronunciada, poderíamos literalmente *deduzir* que homens e mulheres (de verdade) seriam apenas aquelas figuras heterossexuais. Ou seja, seria possível notar que o desejo pelo ‘gênero oposto’, sob esse aspecto, é um dos elementos que conformariam a nossa masculinidade e feminilidade convencional.

Contudo, não é por conta desse explícito pormenor que considero esse caso interessante. Da maneira que leio, a cena é valiosa simplesmente porque nos permite outras visadas.

Caso você não tenha lido com a devida atenção alguma parte desse texto, vou tentar te mostrar novamente. Anteriormente, comentei que as lógicas de gênero podem incidir sobre corpos, objetos, ações, nomes e palavras. Agora, neste momento, estou chamando sua atenção para o fato de que essas lógicas podem ser relacionadas e vinculadas ao desejo.

Vamos voltar ao caso Alex. O garoto levava surras porque *GOSTAVA* de lavar louças. Dentro de determinados enquadramentos, assim como uma garota *GOSTAR* de outra garota é um problema, um menino *GOSTAR* de lavar vasilhas também o é. Ou seja, o gosto (ou o desejo) por determinadas práticas (por determinados corpos, nomes ou objetos) pode vir a ser uma questão.

Até aqui, não há nada de muito excepcional. Isso simplesmente nos mostra como as lógicas de gênero podem ter um amplo campo de articulação e incidência. Elas chegam a se relacionar com os alvos e o próprio desejo.

São casos que nos mostram a possibilidade de leitura de uma espécie de desejo de gênero; nos apontam que o desejo pode ser (ou pode estar sendo) generificado – mas isso é só uma digressão, não é este aspecto óbvio que gostaria de destacar.

O que estou considerando relevante nesses relatos é de onde o desejo pode estar sendo perspectivado. Vimos que uma garota *gostar* de outra garota pode ser visto como um desejo de gênero. Também foi observado que um garoto *gostar* de lavar vasilhas (dançar ou rebolar) pode ser entendido como um desejo de gênero. Porém – e é isso que me interessa aqui – *querer* que o seu filho se torne um homem ou que sua filha vire uma mulher é, do mesmo modo, um desejo (uma intenção, uma expectativa ou um projeto) de gênero.

Ou seja, o meu destaque aqui é na visualização da posição dos genitores. Quando consideramos os casos a partir desse lugar, um circuito extremamente ‘complexo’ aparece: através da ótica dos genitores, é possível perceber que as expectativas de algumas pessoas podem incidir – até mesmo – sobre o possível desejo de outras.

Abstratamente, isso não parece fazer muito sentido. Abstratamente, isso equivaleria a dizer que é possível desejar – até mesmo – que a outra pessoa não deseje. Parece meio estranho, mas concretamente tem muita lógica.

A partir das nossas manchetes, vimos que é perfeitamente compreensível que alguém espere que a outra pessoa não deseje, por exemplo, lavar louças. E vimos, inclusive, uma possibilidade de agir *tecnicamente* nesse campo.

Assim, em resumo, nesse primeiro tópico – menos que normas – apenas gostaria de destacar que há lógicas que nos permitem compreender essas relações. A uma dessas lógicas vinculativas (ou articulatórias) estou designando gênero. As lógicas de gênero estão muito presentes, elas são muito pronunciadas.

Especialmente em sua forma convencional e compartilhada, se trata de uma lógica que nos é muito familiar, mas eu ressaltaria que essa não é uma racionalidade em sentido estrito. Acredito que aqui seria mais conveniente falar em lógica política (ou em racionalidade política).

Gênero é uma forma de razão. No nosso contexto atual, é uma razão binária capaz – inclusive – de organizar o campo social entre quem participa (para mais ou para menos) de atividades domésticas.

No entanto, diante desses casos, há algo que acho imprescindível se atentar: gênero é uma lógica que faz sentido. Não duvidem. Ela não apenas atribui sentidos, ela também produz sentidos.

‘Lavar louças é coisa de mulher’. Estritamente falando, isso não parece ser uma frase (ou mesmo uma atribuição) muito racional, mas, politicamente, faz todo sentido – o caso

Alex ou os dados do IBGE nos mostram isso; e se quiséssemos explorar outras histórias ou outros contextos, ficaríamos ainda mais perplexos e perplexas: há relatos de que até mesmo o ato de votar (de parlamentar ou trabalhar com segurança pública) não seria uma coisa muito feminina – é uma extensa produção quase inacreditável.

Porém, curiosamente, apesar de todos esses elementos instigantes por si sós, o que mais tem me intrigado é que essa lógica pode ter efeito na formação da sensibilidade – por isso o comentário de que não era uma racionalidade em sentido estrito. Gênero é *ratio*, mas é *sensibilis* também. É uma razão-sensível.

Ou seja, seria possível falar não apenas em uma razão de gênero, mas em uma sensibilidade de gênero. Não por outro motivo destaquei as posições dos genitores. Eles nos mostram as lógicas de gênero de uma maneira outra. Eles nos mostram essas lógicas de um modo muito sensível. Drástico, mas sensível.

Drástica, racional, sensível e, em diversos níveis, apaixonadamente compartilhadas. Quando falo de lógicas de gênero, de certa forma, é para todos esses aspectos que gostaria que olhássemos. Este seria o meu desejo inicial.

Por fim, depois de apontar essa presença e esse desejo, acho importante mostrar o que vai acontecer – espero que isso torne as coisas um pouco mais reticentes. Quando leio gênero ou sexualidade como lógica, há implicações controversas.

Uma das desavenças mais explícitas estará ligada a algumas conclusões a que poderíamos chegar. E as principais divergências poderiam ser visualizadas de uma maneira muito direta. Reavaliem o caso do assassinato do garoto Alex. Olhem a manchete. Vejam a reportagem completa. Em princípio, esse seria o registro de um crime bárbaro. Seria o registro do crime de um monstro (bruto e insensível). Um crime de ódio.

No entanto, olhando mais detidamente, é possível notar que essa barbárie ou monstruosidade tem lógica. É uma barbaridade que tem uma razão. Uma racionalidade de gênero. Uma lógica de gênero. Isso é fácil de apontar, isso é fácil de mostrar, mas é aí que reside um problema: com esse tipo de exposição feita, há uma implicação. Essa demonstração tende a fazer com que relativizemos algumas coisas.

Em primeiro lugar, seria preciso considerar que talvez não estejamos diante de uma grande encarnação mítico-fascista. Não se trata do mal corporificado. Aqui talvez estejamos apenas encarando uma espécie de Eichmann. Um cidadão comum. Um burocrata. Um administrador.

Dito de outro modo: em cenas como a que estamos analisando, talvez fosse preciso considerar que talvez não estejamos frente a um grande bárbaro, mas simplesmente diante de

um pai de família preocupado com a formação de seu filho – e essa não é exatamente a figura que costumamos pintar de um monstro. Ou seja, seria preciso considerar que, assim como um burocrata, dependendo da lógica-política, pais (e mesmo mães) também podem fazer ‘mal’ a seus filhos e filhas.

Em segundo lugar, seria preciso reavaliar se cenas como essas cabem na qualificação genérica de crimes de ódio. Não me parece que seja este o caso. Se investíssemos nessa linha, o ato facilmente também poderia ser lido como um crime de cuidado. No entanto, em um caso ou outro – menos que amor, ódio ou paixão – eu defenderia estarmos diante de um caso que envolve lógicas de gênero. Num tom mais conciliatório, eu poderia defender estarmos diante de um caso que envolve afetos (ou desejos) de gênero.

Contudo, é perceptível que o uso do gênero como lógica acaba desviando meu olhar para outros elementos e me afasta, assim, dessas perspectivas mais comoventes, centradas na descrição do ódio ou da fobia, na exemplificação do grande algoz ou da pequena vítima.

Enfim... isto é só um pequeno adendo...: apesar de parecer convincente, só gostaria de destacar que é necessário cautela ao se trabalhar com o tipo de perspectiva que estou adotando. Analiticamente, haverá implicações um pouco desagradáveis.

2.2 Técnicas de Gênero

Machismo, sexismo e homofobia foram termos chave para que eu fizesse a exposição dos casos anteriores. Em consideração a essas denúncias, em consideração a problemas muito específicos em nosso campo social, consegui encontrar uma *mise en cene* relativamente distinta.

Ali, como vocês provavelmente devem ter observado, menos que o *drama*, minha intenção explícita foi colocar em relevo determinadas lógicas de gênero (e sexualidade), mas agora talvez seja necessário dar um passo adiante.

Nesse caminhar, assim como ocorreu no tópico anterior, continuo acreditando que olhar as *práticas* seja a melhor estratégia no momento. Este exercício do olhar me parece importante porque – como falei – haverá algumas consequências desagradáveis e também porque, sem o recurso das experiências, não consegui encontrar alternativas melhores para compartilhar aquilo que estou vendo (e nem mesmo aquilo que estou ouvindo). Com exceção de algumas autoras, nesse quesito em especial, as produções teóricas não têm me auxiliado tanto – são produções meio rudimentares (ou extremamente geniais).

Assim, o passo que gostaria de dar é bastante comedido. Na verdade, nem sei se é um passo adiante, talvez seja um passo atrás. Do meu ponto de vista, o problema está relacionado à nossa acurada ligeireza. E talvez o que eu esteja propondo seja uma certa desarticulação perceptiva e conceitual.

O caso Alex e o caso da garota (não nomeada) são muito significativos. De certo modo, são exemplos modelo. Eles trazem praticamente todos os elementos que eu necessitaria para chamar a atenção e para fazer a denúncia de um regime extremamente injusto. São cenas representativas. Paradigmáticas.

Se eu fosse um leitor de Molière, diria que são tipos ideais, mas com uma diferença: esses eventos não foram construídos através da minha imaginação sociológica ou literária, foram casos que chegaram até mim. Meu papel, nesse sentido, foi menos a elaboração da história e bem mais o investimento na leitura.

No entanto, em experiências como essas, o trabalho pode apresentar um certo inconveniente: como era de se esperar, a leitura e representação das experiências é localizada; é parcial. E se descuidar dessa parcialidade em função do seu caráter supostamente abrangente e exemplar pode implicar em enormes equívocos. Para tocar nesse ponto, sugiro que tomemos de empréstimo outros registros e outras leituras.

Márcia e José Antônio dormiam quando **o grupo de homens** armados **penetrou o terreno** de sua casa. Estavam próximos da meia-noite e o domingo, dia 09 de dezembro de 2007, já se despedia do calendário no momento em que a porta foi arrombada. Dos **aproximadamente dez homens** que chegaram ao local montados em um veículo tipo “Saveiro”, seis adentraram a casa, dois deles encapuzados. Renderam o casal de trabalhadores rurais e seus três filhos: *Júlio*, um adolescente de quinze anos, *Priscila*, uma criança de dez anos, e *Patrícia*, de quatro. Os homens gritavam “isto é um assalto” enquanto procuravam dinheiro e objetos de valor e **destruíam móveis e eletrodomésticos**. Amarrados, *Tonho* – como é conhecido *José Antônio* – e *Priscila* foram mantidos na saleta da casa de dois cômodos. Espancaram-no seguidas vezes.

Também amarrada, *Dona Marcinha* foi levada, ao lado de *Patrícia*, para o quarto. Em meio à gritaria, **uma voz desconhecida** ressoou “estupra ela”, referindo-se a *Dona Marcinha*. A mulher respondeu que se encontrava menstruada, mas um dos homens retrucou: – só vendo. Rasgaram suas roupas e calcinha. Ao se depararem com o sangue, **desistiram do coito, introduziram um objeto cilíndrico e áspero em sua vagina**, o que lhe causou muitas dores, e, depois, despejaram um líquido incerto no mesmo lugar. *Patrícia* assistia à cena enquanto *Júlio* era surrado e deslocado pela casa com uma arma apontada para sua cabeça e **outro dos homens falava a Tonho que violentaria sua filha Priscila**. Os homens deixaram a casa no mesmo carro que os trouxe e numa moto, de propriedade de *José Antônio*. Levaram com eles, além da motocicleta, uma televisão, um aparelho de som e um de DVD e uma quantia de setecentos reais. (EFREM FILHO, 2017, p. 46, grifos nossos)

Essa é uma descrição possível. Na visão do pesquisador, considerando que um de seus focos foi a problematização de conflitos territoriais em uma trama na qual também se faziam presentes as relações de classe, gênero e sexualidade, esse evento foi uma experiência

bastante expressiva. Para ele, este caso em particular retrataria uma cena de violência sexual em meio à história de um conflito territorial. Esta é a hipótese privilegiada do autor, mas há outras versões. Versões presentes no inquérito e no processo judicial.

No registro dos profissionais do Estado, com outras leituras e de outras formas, a cena foi tratada como lesão corporal de natureza leve e, posteriormente, como um crime contra o patrimônio (EFREM FILHO, 2017, p. 211).

Para os nossos propósitos, não é relevante descobrir qual é a versão verdadeira ou qual é o tipo penal mais adequado. No momento, como se trata de mera observação e leitura, podemos trabalhar com todas essas hipóteses – isso não alterará o que pretendo destacar; no melhor dos cenários, talvez essa polifonia até seja útil.

Se, antes, dei relevo àquilo que nomeei como *lógica*; nesse momento, pretendo ressaltar aquilo que vejo como técnica. Contudo, aqui vale uma primeira ressalva: o caso ‘*Márcia e José Antônio*’ apresenta pontos de afastamento e de conexão com os casos trabalhados no tópico anterior.

Em relação ao afastamento, preciso dizer que não há um registro homicídio. Não há o relato de extermínio físico de uma vida. Ou seja, este não é um caso típico de assassinato. O ponto de conexão, por sua vez, é precisamente o que gostaria de indicar. É justamente a isso que estou chamando de *técnica*.

Voltemos à cena: um grupo de aproximadamente dez homens armados invade uma casa e anuncia um assalto. *Espancam* Júlio e José Antônio; *estupram* Márcia e *ameaçam* fazer o mesmo com Priscila. Por fim, *levam* uma TV, uma moto, um aparelho de som, um DVD e setecentos reais.

Na perspectiva do mencionado pesquisador, essa cena estaria relacionada a um histórico de conflitos agrários na região. Márcia, Tonho, seu filho e suas filhas eram uma família de “posseiros”. Dentro desse roteiro-histórico – e considerando as outras narrativas no texto – seria possível supor que os dez homens armados agiam a mando do ‘legítimo’ proprietário das terras. Em termos sensíveis, havia fundadas suspeitas de que se tratava de um grupo de jagunços a serviço do dono da fazenda ocupada.

Em minha leitura, se esse fosse o caso, toda a cena seria uma espécie de mensagem. Um aviso bastante efetivo de desocupação: saiam das minhas terras desgraçados! Se insistirem em permanecer, haverá consequências. Eu poderei tomar os seus poucos bens, quebrar seus objetos de valor, espancar e “violentar” seus corpos e o corpo de seus descendentes.

Assim, incorporando e trabalhando com os elementos trazidos pelo pesquisador, tenderia a ler aquela cena como uma técnica explícita de poder: **uma técnica diferencial de**

poder produzir um território inabitável (ou insuportável) para determinadas vidas. No enquadramento histórico do conflito agrário, essa seria uma técnica concreta de reintegração de posse. Uma técnica com uma gramática politicamente forjada a partir de determinadas lógicas de classe, gênero e sexualidade. É como se alguém dissesse: “você deve respeitar a dinâmica e as lógicas do jogo estabelecido, pois, do contrário, você morrerá”.

Porém, como mencionado, há outras versões. Há outros registros. Há leituras mais oficiais. Começamos pelo crime contra o patrimônio: um grupo de aproximadamente dez homens invade uma casa e anuncia um assalto. Quebram alguns móveis e eletrodomésticos; ... por fim, levam uma TV, uma moto, um aparelho de som, um DVD e setecentos reais.

Do meu ponto de vista, tecnicamente, me parece que essa ação foi bem orquestrada. Os algozes – armados – estavam em maior número. Dez contra cinco. Além disso, imagino que escolheram adequadamente o local. Diferentemente da casa grande, aquela residência – de apenas dois cômodos – provavelmente não era muito protegida. Ou seja, não haveria dificuldades em entrar no recinto. A casa era um alvo fácil. Assim, considerando os planos e os objetivos do grupo, poderíamos conjecturar que a atuação foi bem-sucedida: lesaram o patrimônio e conseguiram se apropriar dos bens mais valiosos.

Em minha perspectiva, dentro deste registro, haveria poucos problemas nesse meio técnico de enriquecimento ilícito. Apesar de uma estratégia eficaz, o equívoco mais pronunciado é que nem todo grupo estava encapuzado. Sendo minimamente razoável, diria que isso tenderia a potencializar a identificação das pessoas e, conseqüentemente, abriria margens para a posterior persecução penal pelos equipamentos de Estado. Isso me pareceu um erro crasso. Uma questão de metodologia. Mesmo para quem não chega a ser um profissional do crime, se a intenção é um assalto desse tipo, o uso de máscaras, capuzes ou capacetes se mostra como um requisito básico, não?

A segunda observação – um pouco mais pontual – se relaciona aos objetivos dos autores: sinceramente, me pareceu desnecessário quebrar os móveis e eletrodomésticos. Se a intenção era somente subtrair os bens de maior valor, o quebra-quebra me pareceu tecnicamente despropositado. Para mim, essa ação só faria sentido se o crime fosse, literalmente, contra o patrimônio. Fugaz...

De maneira mais específica, é possível dizer o mesmo das surras e do estupro. Essas ações me pareceram tecnicamente impróprias. São fúteis. Elas apenas reforçam o estigma do criminoso: uns bárbaros, violentos e sem coração. É uma imagem ótima para manchetes de jornal ou matérias de repercussão midiática, porém, é péssima para o grupo. De um ponto de vista pragmático, numa eventual persecução penal, isso apenas vincularia os algozes a outros

crimes – mas, para a sorte deles, esse não parece ter sido o caso no processo em questão (IDEM).

Por fim, ainda dentro do registro de Estado, teríamos também a possibilidade de ler a cena como uma lesão corporal de natureza leve, um tipo de crime em que o remédio jurídico aos acusados poderia ser a transação penal. Eis o caso: um grupo invade uma casa. Espancam Júlio e José Antônio; estupram Márcia e ameaçam fazer o mesmo com Priscila.

Essa, curiosamente, é a hipótese que mais me interessaria. Ela torna a cena bem mais complexa. É uma hipótese que se vale de um outro regime de visibilidade (e desapareção). É outra *mise en cene*. No entanto, para minha surpresa, foi uma hipótese contestada tanto pelo advogado quanto pelo Ministério Público.

Sem entrar no mérito punitivista da questão – que não me interessa aqui – só destacaria que para ser lida como lesão corporal de natureza leve, a cena obviamente precisou ser reescrita. Espancar ou estuprar não costuma ser uma ação representada dessa maneira na nossa tradição jurídico penal.

Nesse sentido, para que essa hipótese fosse aventada, a verdade nos autos do processo precisou ser outra. Em suma, foi necessário que o espancamento e o estupro não pudessem ser provados. Sem provas robustas desses fatos, um tipo penal mais grave não poderia ser imputado – e imagino que essa tenha sido a interpretação tecnicamente amparada em que a magistrada se fundou.

Antes que algumas digressões supérfluas sejam feitas, antes que comecemos a debater qual seria a versão mais apropriada para descrever a cena, acho mais relevante tocar no ponto que gostaria. Meu desejo era mostrar a técnica. Porém – como tentei fazer notar – este termo pode ser atrelado a diversos fenômenos: desde relações mais amplas – como a história entrecruzada de um conflito agrário; a experiências mais específicas – como a relação de causalidade, meios e fins no mundo de crime; ou, até mesmo, ser remetido a um contexto institucional – como foi o caso dos procedimentos jurídicos.

A meu ver, ao se trabalhar em cada uma dessas esferas com a noção de *técnica*, é possível notar que o próprio conceito se altera, podendo adquirir múltiplas conotações. Nessa minha pesquisa, tenho suspeitado que essa noção é importante, mas seria preciso trabalhá-la de um modo mais pontual – e é aí que o caso Alex e o caso da Garota (não nomeada) não me auxiliam.

Naquelas duas cenas, nomeei como *técnica* tanto as reiteradas surras como a *tentativa* de estupro, ações respectivamente ligadas ao garoto e à adolescente. Adjetivamente, caracterizei a surra como pedagógica e o estupro como corretivo, mas esse tipo de descrição só

foi possível porque, ali, me reportei à noção de *lógica*.

As manchetes facilitaram bastante: nos dois relatos, foi possível visualizar que a surra e o abuso sexual foram repertórios expressamente referidos para a produção do “menino homem” e da “menina mulher”. Porém – algo que rapidamente passei a perceber – nem todas as histórias chegavam até mim dessa forma. Nem todos os casos apresentavam aquelas características tidas como ideais.

A exemplo do caso *Márcia e José Antônio*, notei que poderia haver surras ou mesmo estupros sem que necessariamente elas fossem pedagógicas ou corretivas. Ou seja, acabei notando que uma mesma *técnica* pode estar presente, mas nem sempre é utilizada ou feita de um mesmo modo (ou com as mesmas *lógicas* e expectativas).

De toda forma, não vamos nos apressar. Vamos continuar olhando pontualmente essas técnicas. Vamos voltar ao nosso ponto de partida, às nossas primeiras conexões. Vamos voltar a olhar para a surra e para a violação sexual.

Observando essas duas técnicas dentro da hipótese do crime contra o patrimônio, elas não fazem o menor sentido. Num registro de enriquecimento ilícito, seriam técnicas dispensáveis e impróprias. Se fossem consideradas, seriam, no máximo, qualificadas como escandalosamente bárbaras. Elementos incidentais, desabonadores, maldosos.

No entanto, há um aspecto intrigante: quem leva a surra são os homens; quem é estuprada é a mulher. Sob este aspecto, seria possível supor que essas técnicas não foram implementadas sem critérios. Não foram implementadas sem uma determinada *racionalidade*.

Essas técnicas – ainda que desnecessárias para o roubo – tiveram lógica. Foram técnicas com uma determinada lógica de gênero (e sexualidade). Uma lógica que produziu efeitos diferenciais.

Veja só: a partir da divisão entre masculinidade e feminilidade, apareceu, como efeito, uma **exposição específica de vulnerabilidade**. Surras para uns, estupro para outras. Pensando analogicamente, assim como é possível fazer a partição das atividades domésticas, e olhando esse caso, diria que é possível partilhar – lógica e criteriosamente – as violações.

Isso significaria que as violações sexuais têm um rosto específico? Isso significaria que os espancamentos têm um rosto específico? Violações sexuais para as mulheres e espancamentos para os homens? Minha resposta seria categórica e sintética: não(!).

Ao menos não é isso que estou propondo. Estou apenas chamando atenção para a técnica e, eventualmente, para a lógica que pode lhe estar associada. É só isso. Nada além. Por esse motivo a observação é pontual.

Nesse momento, estou tentando desarticular a técnica dos seus “agentes” (ou

mesmo de seus “pacientes”). Uma técnica (ou uma ação) pode ser realizada por qualquer pessoa. Ela também pode ter como alvo qualquer pessoa. Se olharmos pontualmente, elas nos mostram um jogo. E é neste aspecto que gostaria de dar enfoque: em alguns casos, *técnica é tecnologia*. Uma tecnologia (múltipla) que – ao menos hipoteticamente – pode ser feita por qualquer um ou qualquer uma.

Para não soar abstrato, vamos voltar a um relato. No capítulo anterior, observamos uma discussão entre o sociólogo e a plateia. A plateia denunciava o racismo. Em seu drama, ela estava apontando o extermínio da juventude negra em nosso território.

Porém – em uma atitude um pouco intragável – o sociólogo considerava que aquela denúncia, que aquele extermínio, não era propriamente racista. Razoavelmente, ele exclamava: vejam “é preto matando preto”! Como isso pode ser racismo?

A minha tentativa – e o meu desejo – seria que olhássemos para essa cena com a noção de *técnica* e com a noção de *lógica*. Ou seja, nesse momento, minha proposta é pensarmos em *tecnologia*. Esta tem sido a minha estratégia de leitura. E é isso que gostaria de compartilhar, mas, por enquanto, me parece difícil explicar. Observar minha atuação talvez seja uma alternativa.

Vejam só: pensemos no extermínio como técnica. O ato é matar. Se a denúncia é que as práticas de extermínio estão incidindo, drasticamente ou majoritariamente, sobre corpos negros, talvez precisemos ser capazes de ouvir essa fala.

Isso pode significar que estamos diante de um fenômeno bastante específico. Obviamente, seria preciso “examinar” as experiências com mais *afinco*, mas acredito ser possível imaginar que há lógica nessa denúncia. Uma lógica racial.

Do mesmo modo, se as prisões estiverem incidindo, drasticamente, sobre vidas negras, é perfeitamente concebível se tratar de uma outra técnica. Uma técnica de encarceramento. A ação é prender. Algo que também pode apresentar lógicas.

Ou seja, na minha opinião, extermínio e encarceramento seriam duas técnicas com a possibilidade de serem lidas sob a mesma lógica. Sendo bem comedido, eu tenderia a achar que o extermínio (ou o encarceramento) da população negra poderia, sim, ser perspectivado como uma *tecnologia* própria. A dificuldade, em minha perspectiva, estaria meramente em visualizar o jogo e as articulações entre as *técnicas* e as *lógicas*.

Se isso fosse feito – e apenas para pontuar – o fato de ser “preto matando preto” não seria propriamente um contraponto. Essa é uma boa colocação, mas é rasteira, é superficial. Ao observar as práticas, a nossa história e as possíveis racionalidades conexas, a denúncia da plateia faz muito mais sentido analítico.

Porém, se passássemos a pensar assim, reconheço que este já não seria mais um caso típico. Não seria uma pintura clássica de feitores cinzas chicoteando corpos negros. Não, definitivamente não seria assim. Tecnicamente, veríamos distintos modos e lógicas de operação. Bastaria olhar mais ao fundo. Veja a imagem. Observem a ação e os atores.



Saí à noite e fui catar papel [...]. Todas brancas, só um preto. E o preto começou a insultar-me: Vai catar papel, minha tia? Olha o buraco minha tia. Eu estava indisposta. (Carolina Maria de Jesus, 1960, p. 12)

Açoitaram meu filho, governador. Fizeram tanta coisa ruim com ele... Eu não tive coragem de ver, mas me contaram tudo. (Francisca)

Tenho a impressão de que houve certa digressão aqui. No afã de mostrar, talvez eu tenha me adiantado um pouco. Vincular Francisca, Carolina e Debret, pode não funcionar nesse caso. Será preciso retroceder.

Como estava dizendo, com a noção de *técnica*, meu propósito era produzir uma certa desarticulação (conceitual e perceptiva). A grosso modo, por falta de termos melhores, diria que, com a exposição desses casos, minha intenção era fazer uma dissociação entre *técnica* e agente. Entre *técnica* e ator.

Em outros termos, diria que me parece importante conseguirmos perceber que *técnica* não necessariamente precisa estar vinculada a um sujeito específico – seja homem ou mulher, preto ou branco. A *técnica*, sob esse aspecto, pode ser perspectivada separadamente. Menos que a ligação entre técnica e subjetividade, minha proposta seria considerar a ligação entre *técnica* e *lógica*.

Não se dar conta dessa possibilidade de separação analítica pode implicar em vigorosos e intragáveis equívocos (ou apagamentos). Por isso estou investindo no termo *tecnologia* (*techné-logos*). Se repararem as palavras da Francisca, isso será fácil de perceber. Naquela cena, o açoite tem conotações muito distintas das imagens em Debret.

O caso Alex, o caso da Garota (não nomeada) e o caso *Márcia* também são estratégicos nesse sentido. Eles fazem notar essas diferenças mais sutis. A surra e o estupro estão presentes nos relatos. São as técnicas. No entanto, essas mesmas técnicas foram percebidas de formas distintas por mim. Vocês notaram?

As cenas são diferentes. Há conexões, mas há versões e registros muito singulares. Ainda que apressadamente consigamos tecer similitudes entre essas experiências, elas não se equivalem.

Observem pontualmente comigo: nos dois primeiros casos, com tudo presente e com tudo muito pronunciado, a pedagogia e a correção puderam ser facilmente percebidas. No entanto, sem esta *mise en cene* específica, a expressa audibilidade poderia ser minimizada. O caso *Márcia* ilustra isso. Durante o assalto, as surras e o estupro também estiveram lá, mas não percebi a lógica de gênero em função de um projeto-político (masculinizador ou feminizador) atribuído ou anunciado pelos algozes. Tampouco fui na onda do relato produzido pelo pesquisador. Fiz outro investimento de leitura.

Foi pelo modo de realização e efetivação das *técnicas* que notei alguma racionalidade: surra para os homens, estupro para as mulheres. Foi através da disposição criteriosa da vulnerabilidade que uma determinada racionalidade se mostrou.

Naquela cena, os *efeitos* violadores foram diferenciais. Foi por meio desses *efeitos* que consegui visualizar vínculos lógicos. Ou seja, foi através dos efeitos e por sua efetividade que notei uma tecnologia específica. Uma tecnologia (de gênero e sexualidade).

Eventualmente, isso até poderia me dizer algo dos possíveis jagunços, mas não trabalhei com eles. Para mim, eles foram uma voz desconhecida. Anunciaram um assalto. Eles não deram boa noite. Verbalizaram uma questão econômica.

Em seguida, no meio da gritaria, uma fala ressoou: “estupra ela”. Não falaram estuprem ele. Possivelmente, isso até indicaria uma determinada posição de gênero e sexualidade. Contudo, deliberadamente, não me ative a esses aspectos subjetivamente anunciados. Não me perguntei sobre os sujeitos e suas identidades. Para mim, isso não é suficiente.

Meu foco estava sobre o campo. Não foi preciso olhar muito. Ainda que nada fosse verbalizado, só as técnicas utilizadas (e seus efeitos) me mostravam uma determinada lógica de organização sensível.

Pela distribuição diferencial da surra e do estupro – pela organização da tortura, dos corpos, da dor e do pranto –, notei certa racionalidade binária (e hétero-orientada) naquele momento. Mas notei só ali. Através de uma *técnica* discursiva e uma análise muito pontual.

Curiosamente, nada disso poderia ter sido visualizado se a cena fosse descrita como uma lesão corporal de natureza leve. Se o registro fosse esse, talvez não tivesse percebido distinções. Ou seja, a escritura também pode ser uma *técnica*.

Diante desse último comentário, se estiverem me acompanhando, meu principal receio aparece: *técnica* é uma noção ampla. *Surras, estupros, fala, escrita, assassinatos, encarceramentos, pinturas ...* aparentemente essa é uma noção que pode ser ‘aplicada’ a inúmeras ações. Uma amplitude que me preocupa, mas não vejo o que fazer, o campo está me mostrando essa extensionalidade.

Vou, então, reformular de um outro modo: *técnica* é uma noção ampla. Porém, uma das chaves para contornar esse problema me parece estar aqui: de maneira complementar, nós poderíamos utilizar a noção de lógica. Diferentemente da *técnica*, a *lógica* é mais restrita. É mais específica. Ela costuma ser mais delimitada. Se realmente for assim, diante das práticas, eu defenderia o uso reflexivo da *tecnologia*.

Tecnologia seria uma noção que apresenta um problema (amplo) e o seu possível antídoto (analítico específico). A partir da junção que o termo congrega, seria possível pensar na co-extensividade entre lógica e técnica. E, além disso, nos efeitos de extensionalidade tecnológica.

Para não que isso não soe muito abstrato e difícil, vou voltar às cenas anteriores, só que agora de um outro modo. Vou olhar um pouco mais ao fundo das palavras pintadas. Se vocês observarem, nos relatos que trouxe, eu não apenas atribuí ao estupro e à surra uma ampla designação de *técnica*. Fiz mais do que isso: de modo muito específico, tomei essas duas práticas como *tecnologia*.

Não sei se chegaram a notar, mas essas não são as únicas ações. Eu deixei rastros entre os casos, desenhei as cenas meio de lado, as marcas estão presentes, seria preciso escutar.

Vejam o que aconteceu dentro daquele lar: o filho foi espancado e deslocado pela casa com uma arma apontada para a cabeça. Ao ler esse trecho, fiquei intrigado. Vi ao menos duas possibilidades. Nas duas, o uso da arma era uma ameaça. Uma ameaça feita para garantir a inércia: o movimento. “Aguente o espancamento parado (!) ou você poderá morrer, guri”. Ao

mesmo tempo, também foi uma técnica utilizada para promover a mobilidade do moleque. Uma técnica para fazê-lo se deslocar pelo recinto sem muita resistência. Uma técnica utilizada para o controle e manutenção de uma determinada ordem situacional.

Enquanto isso ocorria com o menino, no outro cômodo, um homem *falava* para José Antônio que iria violentar a filha Priscila. Não saberia dizer ao certo, não questionei muito, mas tenho a impressão de que, nesse segundo ato, o fim também era a garantia do controle. Era uma espécie de “não faça nada, Zé! Não reaja (!) ou você sabe o que pode acontecer...”.

Enfim, suponho que tanto o aviso como a arma apontada para a cabeça foram *técnicas* táticas⁹. Ameaças usadas para garantir uma determinada ordem da situação, dos corpos e das coisas.

Certa vez, ouvi uma frase hilária. Algo que não poderia ser dito no campo da especulação física e sim na esfera da imaginação política. A expressão era mais ou menos assim: onde há poder, há resistência.

Naquela casa, naquele momento pontual, não sei se houve resistência. Ou talvez tenha havido, né? A reação pode ter sido ficar bem quietinho. Houve uma enorme resistência às surras. Se considerarmos que talvez estivessem amarrados, houve muita resistência à dor.

Fico me imaginando amarrado, surrado, estuprada, vendo e ouvindo a gritaria. Não sei exatamente o que faria, talvez ficasse quieto. Talvez reagisse, talvez morresse. Talvez escrevesse... não sei ao certo, não me questionei sobre isso.

Apenas me indaguei sobre coisas muito pontuais. Uma delas foi a ameaça feita a *Tonho*: “vou violentar a sua filha Priscila”. Uma garota de 10 anos. É óbvio que o pai sabia a idade da filha. Essa informação não era para ele, mas para nós. De toda forma, eu fiquei chocado com essa *ameaça* específica.

Tecnologicamente, ela parece ter funcionado muito bem: você olha para um pai de família. Um pai simples... zeloso... o amarra ... e diz: irei violentar a sua menina. O coração fica em xeque... é um pouco intragável... é um pouco difícil reconhecer..., mas há lógicas de gênero nessa ameaça *técnica efetivamente* verbalizada. Imagine o impacto dessa fala naqueles ouvidos. Conseguem imaginar?

⁹ Há um conceito de *tática*. De certo modo, ele foi uma chave que usei para ler o caso *Márcia e José Antônio*. Conforme me falaram, *tática* seria a “**arte de construir** – com os corpos localizados, atividades codificadas e atitudes formadas – **aparatos nos quais o produto de diferentes forças se encontra potencializado por sua combinação calculada.**” (CASTRO, 2004, p. 523, tradução e grifos nossos). Eu achei muito interessante, mas é um conceito amplo demais. Além disso, a meu ver, ele abarca uma série de coisas. Vejo problemas aí. A noção de técnica se aproxima da noção de tática. Em cenas de um próximo capítulo, a partir da *técnica* e num gesto de deslocamento, vou tentar contornar o principal dilema prático-conceitual com o qual me deparei: a força inercial acadêmica.

Essa conexão sensível também está presente no caso Alex, eu mencionei muito rápido..., mas os profissionais do Conselho Tutelar também agiram *tecnologicamente*. A ameaça foi um pouco mais doce, foi mais sutil: olha mãe..., se o Alex não for para a escola, você poderá perder a guarda do seu menino. Se ele não voltar à sala de aula, se ele não participar das atividades avaliativas, se não fizer parte da nossa pedagogia, nós poderemos te afastar do seu garoto. Essa é a lei (!).

Acho que podemos parar por aqui... essas histórias fundamentalmente não fazem o menor sentido para mim, mas tem muitas lógicas. Eu só quis chamar atenção para uma delas. A lógica de gênero.

Essa é uma lógica pronunciada. Que pode ser lida e feita. Uma lógica que é produção *técnica*. É ação, é partilha, é comunicação, é sensibilidade. Sua forma especificamente binária e hétero-orientada é um produto e uma configuração muito determinada.

Nesse sentido, menos que perguntar qual é a lógica de gênero, eu tenderia a me perguntar como temos feito uma lógica específica de gênero (e sexualidade). Eu acho que a resposta é simples. Basta olhar e refletir um pouco. Essa lógica é feita tecnicamente. É feita através de surras, estupros, ameaças, atividades em salas de aula e outras inúmeras ações e comportamentos.

Certa vez ouvi dizer que o comportamento cria o gênero. O comportamento cria a lógica. A *técnica* cria a *lógica*. Porém, no meu caso, não me interessa muito por isso também. Meu foco específico está nos *efeitos*. A efetividade da lógica é mais importante para mim. Inclusive, muitas vezes, só consigo perceber a existência de uma lógica por sua *efetividade* ou por seus *efeitos*.

Gênero, para mim, é uma *tecnologia* efetiva. Vou abordar isso no próximo tópico, mas, antes, queria apenas sintetizar minha intenção neste segundo momento. Nesse passo que dei, meu desejo era simples: apenas queria te mostrar a *técnica*.

Eu fiz isso por dois motivos bem pontuais. Primeiro, porque nesta pesquisa irei olhar o REDS. Aqui em Minas Gerais, REDS é o Registro de Eventos de Defesa Social. Uma espécie de Boletim de Ocorrência. Tenho para mim que o REDS é uma *técnica*. Uma técnica de relatar. Uma técnica de relato vinculada a muitas *lógicas* e a uma dinâmica mais consolidada.

Se pegarmos esses documentos, seria muito difícil identificar, por exemplo, o número de pessoas trans assassinadas no nosso Estado. Isso me parece um problema. Com a técnica e a lógica utilizada atualmente, a fragilidade é tanta que os equipamentos da segurança pública têm dificuldades em informar um simples número.

É bem curioso. Se duvidarem, basta perguntar. Solicitem essas informações às Secretarias do Estado. Nem precisa ser muito específico, perguntem sobre o número de pessoas LGBTs assassinadas nesses últimos anos. Perguntem sobre quantos casos de assassinatos estão relacionados a gênero ou sexualidade. Apesar de algumas boas intenções, duvido muito que terão algo a apresentar de modo mais criterioso.

Em tese, o Estado deveria ser capaz de fornecer esses ‘dados’. O Estado deveria ser capaz de registrar esses dados. No mínimo, deveria ser capaz de produzir essas informações, mas se nem isso é feito, imaginem quais seriam as *práticas* que estão sendo implementadas para a redução do extermínio físico dessas vidas. Perguntem lá ... pode ser interessante ouvir.

O segundo motivo para esse tipo de exposição é ainda mais trivial. Tenho constatado que os termos *técnica* e *lógica* são relativamente úteis. Por isso estou compartilhando aqui. Por isso meu investimento em uma delimitação conceitual. Do meu ponto de vista, a utilização da noção de *tecnologia* produz interpretações muito peculiares e possibilita avaliações bastante curiosas.

Só para dar um exemplo, voltemos ao caso Alex. Na minha leitura, seria possível qualificar aquela prática de extermínio como um caso de feminicídio. No intuito de apagar alguns traços de feminilidade, a *surra* incidiu sobre um corpo ... e o menino morreu.

Essa interpretação, na verdadeira exegese, seria um escândalo. Seria uma leitura hedionda. Feia e tipicamente chocante. Porém, não precisamos entrar nesse debate. No fim das contas – avaliando friamente – isso só nos mostra os limites de determinada *episteme* jurídica. Nos mostra como lógicas de gênero contornam, inclusive, a nossa possibilidade de reconhecimento e configuração analítica de determinadas *práticas*.

Tirem suas próprias conclusões. Fiquem com a fala de uma juíza da 6ª Vara Criminal de Belo Horizonte. A entrevista foi exibida na Rede Super. Eis a posição da julgadora:

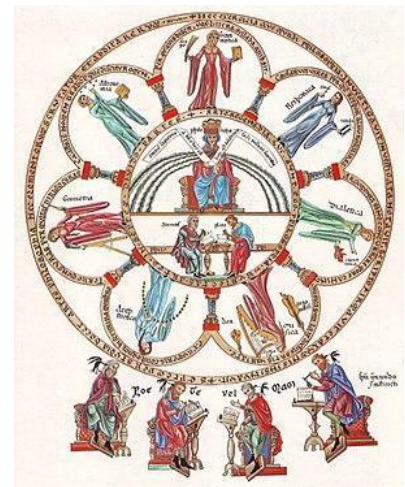
“No caso do feminicídio, ele está relacionado à figura feminina. [...] Não pode haver feminicídio de homem, [aquele] em que a vítima seja um homem ou um travesti ou um transexual. A lei não abrangeu essas categorias que se dizem mais femininas, mas que, na essência, não é A Mulher.”¹⁰

Ainda que uma possível feminilidade seja concretamente exterminada, juridicamente falando, pode não haver feminicídio. A perspectiva é banal. A letra da lei é explícita: ela trabalha considerando uma técnica e um sujeito corporalmente identificado. Trabalha com o objeto “fêmea”. Opera com o extermínio de mulher.

¹⁰ Para acesso à matéria completa clique aqui ou acesse: <http://redesuper.com.br/advocacy/2019/05/07/aumento-de-casos-de-feminicidio-no-brasil-e-tema-do-advocacy/>

Sem entrar no mérito da estatística, do direito ou do jogo das identidades essenciais, da maneira como estou lendo, seria fácil mostrar que o caso de extermínio do garoto Alex envolve lógicas de gênero e sexualidade. Conseguem notar como a separação entre técnica e lógica pode ser útil? Conseguem notar que um certo distanciamento do sujeito-alvo ou do sujeito-algoz pode ter algum impacto de legibilidade? A meu ver, não se trataria propriamente de outro tipo de registro, e sim de uma estratégia de escuta.

2.3 Efetividade ou Efeitos Diferenciais?



... et septem artes liberales

2.3.1 Esboço de uma pequena polêmica na cozinha

Vou reerguer o meu castelo
Ferro e martelo
(IZA)

[...] No que se refere, por demais, a vida, às denominadas "vivências" - quem de nós tem sequer suficiente seriedade para elas? Ou o suficiente tempo? Jamais temos prestado bem atenção "ao assunto": ocorre precisamente que não temos ali nosso coração - e nem sequer nosso ouvido!
(NIETZSCHE)

Este tópico deveria ser bem fácil. Espero que ainda seja. Antes, na primeira vez que escrevi, coloquei aqui só as coisas que queria. Percurso estrategicamente planejado: as considerações seriam apenas um desdobramento do que falei antes. Vinha escrevendo como quem faz um crochê: depois de ter falado sobre técnica e lógica, mostraria um pouco dos efeitos. Por isto achava fácil: havia encadeamento e um pequeno problema que eu realmente não sabia como lidar sozinho.

A interrogação ficaria no ar. Era algo relacionado a uma possível diferença entre efeitos e efetividade. Eu ainda tenho dúvidas quanto a isso, mas tinha feito uma aposta: tecer

uma perspectiva simples, sensível e útil para o meu trabalho. Iria entrar no campo com um só termo. Apenas uma palavra.

No entanto, no meio do caminho, fui solicitado. Fui convocado a fazer um diálogo. Eu não desejava. Era uma conversa que sabia que não me ajudaria com a questão pontual que tenho. Mas acabei dando ouvidos. Reconheci relevância e acabei trazendo outras discussões neste momento.

Por esse motivo, vou precisar mais da sua atenção. Vou precisar do seu reconhecimento tático. Vou precisar que leia separando bem as coisas, os casos e o ambiente. É muito provável que eu faça cenas agora. É bem provável que eu crie alguns tipos. Será uma espécie de emulação de briga. Mas é algo só para dar barraco mesmo. Para atordoar e fazer confusão. Algo para fragilizar a feitura de uma dada geometria da letalidade. Algo para minar o desenho de alguns cientistas-arquitetos que, aparentemente, não escutam tão bem algumas experiências menores.

A depender de como se entra nesse lugar *confabulado*, a depender de como se permanece ou se sai desse terreno de embates, isso pode ser inócuo, mas pode ser importante também. Eu não sei. Não usaria essa estratégia agora – para mim, esse período já tinha passado. Fiz um pouco disso apenas no primeiro capítulo. E acreditava que não precisaria desse frágil recurso novamente.

Naquela ocasião – dosando algumas sentenças irônicas na tênue fronteira do sarcasmo¹¹ – busquei produzir algum dissenso porque tinha um objetivo: eu queria excluir algumas pessoas de perto de mim. Onde quer que elas se encontrassem – à esquerda, à direita, ao centro, fora, dentro, em cima, embaixo, perto, longe... –, para onde quer que eu fosse, a tarefa a que me proponho não precisa ser de todo mundo.

Só preciso que colem comigo umas cinco ou seis no máximo, mais ninguém. Gente demais, ou mesmo todo mundo, pode ser uma questão. Só que o meu problema é simples. Da maneira que entendo, não estou em uma tarefa humanitária. Tampouco solitária. Trata-se de um trabalho que não tem que ser ter todos, mas poderia ser de qualquer um ou qualquer uma. É como a cozinha, a oficina, a costura – ou a escrita de uma tese.

Enfim, leia e relaxe. Aqui o diálogo está montado, é texto para refletir. Neste exato momento, vidas não estão em risco... e o meu problema é diferente. Meu problema está em outro lugar, não no ringue ... e sim na poesia.

¹¹ “O sarcasmo, assim como as alegorias, permite que o espectador se distancie⁵ dos fatos e, a partir de um olhar menos direto, possa tirar suas próprias conclusões por meio do riso amargo” (RIBAS & ROJO, 2014, p. 21, grifos nossos).

Nesse sentido, se for para pensar junto, e se achar necessário, eu até aceito: “bata nego, pode bater, bata com força que eu não sinto doer”. Tente fazer o melhor que puder, mas faça com zelo (seja ele teórico, político ou analítico – não vejo problemas nessa ação).

Eu mesmo fiz isso... bati. O pior foi atacar o relatório da ANTRA. Como havia uma vontade poética ali, precisei manejar o chicote e o carinho. Não gostaria que o samba morresse. O morro foi feito de samba. Quando terminei de dar o sacode, achei rude. Mas tentei fazer com ‘jeitim’. Chegaram a notar?

Se não chegaram, não tem problema. Talvez eu tenha sido sutil demais. O fato é que realmente eu não queria entrar em um certo tipo de debate – não queria entrar neste debate que vou entrar agora: um campo intelectual designado por biopolítica ou necropolítica.

Esses termos foram referenciados no relatório da ANTRA. Eu não acho essas ideias interessantes. Não gosto dessas palavras. E não discuto genericamente essa porcaria (!). Só veria sentido em uma abordagem assim – da forma como tem sido feita – caso fosse um completo estrangeiro – alguém do direito ou da teologia.

Sendo sincero, até consigo notar aspectos curiosos na discussão, só que as coisas estão envoltas em uma conversa teórica que não me interessa muito. Estão girando em torno de perspectivas que me parecem meio tontas – mas não saberia como dizer isso em português sem causar estragos ou algum impacto.

Ou seja, de fato, este não é o melhor contexto para uma conversa. Porém, após refletir, decidi topa. Apesar de atrapalhar o meu trabalho, apesar de representar um desvio no caminho, acho que encontrei um modo afável de dialogar.

No entanto, após esse contato mais amigável, se acharem que a conversa não é relevante, tudo bem. Eu entendo. Consigo compreender que minhas possíveis reflexões podem não ser pertinentes para determinados ambientes.

Eu realmente não me importo com isso. Só pediria, em uma atitude mais empática, que ajam um pouco dessa forma também, e não fiquem esgotando a minha paciência com algumas palavras. Com termos em grego, francês, inglês, alemão ou o que quer seja...

“Não me tragam estéticas! Não me falem em moral! Não me apregoem sistemas completos”. Vão à merda! Ela está no capítulo V: são 315 registros de extermínio de crianças e adolescentes produzidos no Estado de Minas Gerais no ano de 2017.

Depois disso, depois de considerarem minimamente os relatos, se acharem que tem boca, então aprendam a falar(!), mas se a sua única conclusão for morrer, definitivamente não me venham com conclusões! Vão para o diabo! Ou me deixem ir sozinho! Para que havemos de ir juntos?

2.3.1.1 Efeitos e efetividade disposicional*

fue una niña de la **guerra**, por eso sabe más
 que esos intelectuales que hablan en la capital de
 la izquierda y del
 del progreso
 [...]

 teorizan en lo ajeno
 son parte del problema
 aunque se nieguen a verlo y yo...
 lejos de la ciudad
 (Muerdo)

Quando comecei a apostar na noção de tecnologia, vi alguns limites na perspectiva com a qual trabalho. Algo que não chega a ser um problema para mim, mas pode gerar muita confusão e querelas desnecessárias. Quando notei esse efeito, agi como de costume, encontrei uma saída prática: trabalhar com a *tecnologia* na análise de casos muito pontuais. É para isso que ela me serve. Para fazer um trabalho de campo e de escuta.

Não sou teólogo, não sou jurista, não sou filósofo, não sou psicólogo. Não vou analisar a história, o mundo, a vida, a morte, o tempo, o sujeito ou a Política. Não, nada disso. Agora estou apenas tentando conversar com a Francisca. A partir do meu lugar, estou pensando em algo que possa ser útil para a demanda que ela vocalizou. Uma solicitação feita não para mim, mas ao governador.

Estou me envolvendo em uma aposta singela. Em vez de instruções para salvar o mundo, estou explorando ferramentas conceituais. As cenas deste capítulo tem sido ocasiões para isso. Aqui estou tentando ver as possibilidades de um termo. Mas é apenas uma primeira aproximação para *ver* se faz sentido. Não sou muito aferrado e também não tenho tempo, então não aposto assim numa ideia, a coisa está sendo feita a grosso modo mesmo. É apenas um começo. É uma espécie de exploração analítica diante da dor dos outros. Ouviram?

Dor dos outros? É exatamente nesse campo que estou mexendo. Por isso, às vezes, quando me solicitam tocar em determinados assuntos, eu fico em dúvida. Não entendo muito bem algumas demandas. Nem as mais populares, nem as mais acadêmicas – e me vejo um pouco deslocado diante das exigências.

Assim, entre a solicitação da Francisca e aquelas feitas por pessoas gabaritadas, optei por falar rapidamente em biopolítica e necropolítica. Só que esse assunto é bem mais intrincado do que ouço dizer. Eu vejo os títulos, ouço os idiomas e observo as posições.

Posso discutir o tema sim, mas essa conversa é algo que tem vinculação com processos (e racionalidades) coloniais em esferas mínimas. Há questões importantes a serem

consideradas. E se não houver habilidade ou vivência de campo, se não houver alguma capacidade de escuta qualificada, isso pode machucar.

Eu gosto desse diálogo, ele parece implicar uma reflexão ético-político-científica sensacional. Mas qual é o problema? Qual é a situação em que me encontro? Como ressaltei, estou diante do sofrimento alheio. São muitas dores, são muitos ruídos, e há muitas diferenças. Isso estou conseguindo reconhecer parcialmente. Mas as pessoas ao meu redor não. Alguns equipamentos de segurança pública, não. Para eles é como se tudo fosse uma grande máquina de moer gente.

Isto não me parece bem assim. O problema é difícil de reconhecer. E a visão generalizada (mesmo quando evocada por progressistas da capital e da esquerda) também é parte do problema. É uma tragédia em várias frentes. Por isto estou trazendo histórias que ‘suavemente’ auxiliam esse processo de análise. Há materiais específicos que precisam ser considerados.

Neste momento inicial, eu teria trazido apenas um exemplo amargo. Não era tão difícil. Já estava trabalhando com ele. Era modesto. Fazia parte do meu repertório. Estava tudo encadeado. No entanto, assim que me chamaram para uma conversa sobre biopolítica e necropolítica, vi que precisaria trazer dois. Um utilizado pela esquerda e outro utilizado pela direita.

Para não gastar energia, se tivesse que fazer uma aposta acadêmica diante dessas experiências, apenas repetiria letra por letra, como se fosse uma máxima: é “necessário que nós nos lembremos, enquanto pensamos criticamente sobre dominação, que todos nós temos a capacidade de agir sob diversas maneiras que oprimem, dominam, ferem [seja esse poder institucionalizado ou não]” (bell hooks, 2018, p. 170).

Eu gosto dessa proposta, mas ao incorporá-la os efeitos podem ser ruins também – e o problema é saber que não consigo oferecer amparo. Se o que tiver a dizer for muito difícil para vocês, não saberei o que fazer para confortar. Mas a minha posição é bem simples: meu coração está em xeque também. Hoje, minha única preocupação é escutar a Francisca de uma maneira mais efetiva. Trata-se de um gesto de encontro. Uma pequena *remissão* acadêmica diante das brutalidades na vida. Vocês conseguem lidar com isso? A partir de quais termos?

2.3.1.1.1 Necropolítica, Biopolítica e *Mise en cene*: um pequeno desvio de percurso

Foi exatamente o aspecto teatral que desmoronou sobre o peso horripilante das atrocidades.
(ARENDR)

Alguém quer descer o olhar sobre o segredo de como se fabricam ideais na terra?
 Quem tem a coragem para isso? [...] Esta oficina onde se fabricam ...
 (NIETZSCHE)

Vocês se recordam que eu falei em *mise en cene*? Eu acho que isso é uma arte. É um jeito ou *modo* de apresentar as coisas. É um jeito de montar ou de contar uma história. Porém, há uma maneira (acadêmica) de dizer e de fazer isso. Você pode pensar que *mise en cene* é a arte da disposição. Ou a arte de dispor.

A partir de relações de gênero, você pode dispor uma cena. A partir de relações étnico raciais, você pode dispor uma cena. A partir de relações econômicas, você pode expor uma cena.

Enfim..., através dos exemplos anteriores, como vocês devem ter observado, tendo a acreditar que nós usamos lógicas para, tecnicamente, fazer *mise en cene*. Tendo a acreditar que usamos lógicas para fazer a disposição dos elementos em cena.

Eles, entretanto, acham que nós usamos dispositivos. Por conta disso, por conta dessa distinção terminológica, nós ficamos horas e horas discutindo. Então, para resolver essa pendenga, vou ser franco e direto. Acho que precisamos considerar melhor os efeitos. Ponto.

Essa nossa discussão começa porque vocês falam em biopolítica e necropolítica. Eu acho isso uma besteira. Porém, mesmo que não seja, isso não é relevante para o meu trabalho. Não me auxilia a entender as coisas e não me parece fácil de ser operacionalizada. Ponto.

Rapidamente, vou tentar mostrar por que não é relevante para mim. No entanto, se você discordar, siga seu caminho... pense ao “seu” estilo. Está valendo. Eu não me incomodo. Primeiro, então, um caso de *biopolítica*:

O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro e ele muda o comportamento dele. Tá certo? Já ouvi de alguns aqui: olha, ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem. (BOLSONARO, 2010)

Vocês viram o efeito? O efeito foi uma vida falante. Um *zoon politikon*. Uma forma de vida grata pelas surras que levou. Tá certo? Estou imaginando que sim..., porém, do jeito que analiso, isso seria apenas um exemplo, de um efeito, de uma determinada *tecnologia*. Um dos efeitos seriam esses homens gratos pelas palmadas: sujeitos capazes de reconhecer o valor do coro na produção da masculinidade regulamentar.

Porém, como foi apontado aqui, a técnica de espancamento não tem eficácia garantida. Bastaria retomar o caso da Amélie. A entrevista abre esse capítulo. Ela também apanhou. Foi expulsa de casa aos 15 anos. Percebem?¹²

Percebem que eu poderia ter ignorado os relatos com os quais entrei em contato? Percebem que eu poderia ignorar os eventos mais próximos de mim? Eu poderia ignorar o que vejo e escuto. Eu poderia seguir o fluxo racionalista. Poderia embarcar na onda, poderia juntar tudo dentro da grande metáfora sistemática do financista. Seria mais fácil.

Contudo, na minha posição (analítica e) retrospectiva, se eu trabalhasse com um slogan, se eu usasse uma alegoria barata, eu teria um problema: eu começaria a reconhecer que algumas pessoas podem viver ou morrer quando determinadas *tecnologias* são efetivamente utilizadas. Eu começaria a reconhecer que algumas pessoas, por exemplo, podem viver a partir da surra, e outras podem morrer em função dela. Teoricamente, está tudo bem. Politicamente, não.

Se eu usar esse enquadre, o efeito da tecnologia pode ser tanto a vida como a morte. Estou certo? Estou deduzindo bem as coisas? Só que eu tenho uma dúvida: há algo que escape da vida e da morte?

Pensar que biopolítica e necropolítica são duas faces de uma mesma moeda é interessante, organiza. Divide o campo em dois lados. Diz sobre os efeitos não só de vida, como de morte também. Acho que faz algum sentido.

Porém, quando se pensa desse modo, do que exatamente se fala? Expressa dessa forma, essa ideia não seria muito ampla? Não sei de quem é essa noção, mas acho que não é do Foucault – e precisaríamos conversar sobre isso.

O Foucault fala em biopolítica ..., mas ele é bastante sofisticado. Se me recordo da passagem, em um dos momentos que falou sobre o termo, ele estava pensando em soberania e política. Ele fez algumas confusões lá. Mas a noção de biopolítica me pareceu interessante. Ele falava em três momentos ainda interconectados no contemporâneo: (I) fazer morrer e deixar viver; (II) deixar viver e fazer morrer; (III) causar a vida ou devolver à morte.

O que seria “devolver” à morte (FOUCAULT, 1999, 130)? Essa foi a pergunta que me tocou. Essa foi a pergunta produtiva com a qual fiquei. A partir de então, os meus casos me ajudaram, primeiro, a responder e, depois, a discordar do Foucault – sim, discordei dele. Ou melhor, não necessariamente discordei dele... eu discordei desse slogan besta sobre bio-necro-

¹² Estou tentando indicar a existência de uma diversidade de casos e uma multiplicidade de efeitos. Quando notei essa dimensão contingencial, gelei. Parei. E foi exatamente aí que retrocedi, mas...

política (isso é rudimentar), mas vejo uma boa questão aí. Ainda estou parcialmente com ela (FOUCAULT, 2006, p. 303, 304).

Para explorar a dualidade desse movimento teórico-arquitetônico – sua fragilidade e insuficiência que definitivamente não me agradam – vou apresentar o segundo caso. Ele foi usado a torto e à direita. Fico me perguntando o que o tornou útil. O que o tornou paradigmático?

Com ajuda de companheira, mãe mata e esquarteja filho de 9 anos no DF, diz polícia.

No depoimento dado à polícia, a mãe disse que matou o filho porque este seria um empecilho para o seu relacionamento, já que ele remetia ao seu antigo vínculo com o pai da criança. (FOLHA, 2019)

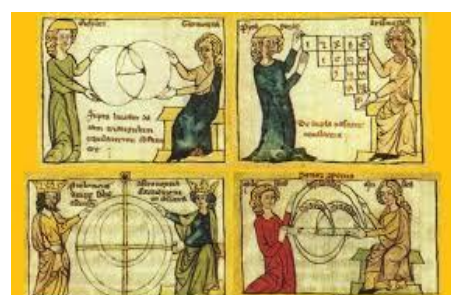
E aí, conseguem me explicar este caso? Como a noção de biopolítica, necropolítica ou dispositivo ajuda a entender? Como, efetivamente, esses termos ajudariam a tratar essa questão? Teriam *disposição* para me responder? Teriam *disposição* para lidar? Ou preferem não?

Sem escutar o que vocês têm a dizer, sem ouvir a argumentação, acho que isso é o máximo que teria a apontar agora. Se for o caso, em um próximo capítulo, talvez eu volte novamente a essa questão para colaborar um pouco. Porém, por enquanto, me perguntaria sobre a utilidade dessas noções. Especialmente a de dispositivo. Eu gosto desse termo, mas dispositivo é efetivamente útil?

Se a noção de dispositivo for útil, qual seria a função de um dispositivo? Em qual campo ele possui relevância? Dispositivo é uma noção da academia? É uma noção da soberania? É uma noção da política? É uma noção da soberana-política-acadêmica? Enfim, de onde estamos falando? A que distância?

Além disso, de uma maneira mais circunscrita, sobre quais dispositivos vocês falam? Sexualidade, etnicidade, racialidade... quais dispositivos vocês estão destacando? O Foucault tinha apontado um. O dispositivo da sexualidade. Posteriormente, pensando o sexo, uma das autoras que gosto, a ‘Butler’, melhorou isso consideravelmente.

E vocês? Estão falando do que exatamente? Podem me dizer? Vocês estariam trabalhando com alguma coisa em particular ou é tudo junto, misturado e apagado mesmo?



Enquanto não me dão as respostas, para continuar caminhando, vou propor um armistício e vou voltar ao meu problema. O armistício (estratégico) seria o seguinte: acho que vocês podem pensar que lógica é um dispositivo. Se não toparem essa proposta, tudo bem por mim, talvez a sua discussão seja importante no seu lugar. Porém..., aqui vai uma ameaça: se insistirem em tolices, ataco essa ideia besta em *dois tempos* e uma só *dinâmica*.

Academicamente, para isso, eu necessitaria apenas de uma coisa: mexer no seu motor, mexer na sua *causa motora*. Me entenderam? Pois é..., se não compreenderam essas palavras “ameaçadoras”, vocês estão rindo na cara do perigo. Vocês entraram sem saber em um vespeiro ... e estão numa séria enrascada. Vai ser muito fácil bater em vocês analiticamente. E não haverá dispositivo que dê conta de segurar a pancada.

Num instante, vocês irão notar que um dos compostos do castelo acadêmico é a areia. Uma pequena tempestade política pode pôr tudo a perder. Inclusive já indiquei onde poderiam contemplar uma cena concreta desse tipo. Imagino que não tenham dado atenção porque não estava em um livro traduzido. Agora vou insistir. Olhem os casos: vejam o que aconteceu na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte – uma hora e quarenta e cinco minutos de exposição e debates (CMBH, 2017, 1^º40` a 3^º20`). Aquilo é a vida política hoje! Uma experiência, para mim, amarga o suficiente. Assistam, avaliem.

Porém, se não quiserem se dar ao trabalho, tudo certo também. Para ser franco, não acho que seria necessário fazer essa trajetória disruptiva. Abrir mão de um modo de pensar pode ser complicado. Nesse sentido, se tivesse que propor, proporia uma outra coisa. Nestas páginas, calmamente, estou indo ao encontro do meu problema.

Estou seguindo um caminho. Será um percurso que provavelmente me levará ao olho do furacão. Posso ir sozinho, mas seria melhor se estivesse contigo. Gosto de algumas companhias... topa? Pense aí... é um convite... é uma possibilidade de criar vínculos e conexões. Veja só...

Antes desse pequeno ato *inflexivo*, eu estava falando sobre o Alex, se lembra? Eu havia afirmado que, da maneira que leio, aquele caso foi um *acidente*. Eu acho que o pai não *queria* matar o próprio filho. Faz muito sentido aquela fala. Acredito no relato. Realmente acho que ele não tinha aquela *intenção*.

Um dos problemas, entretanto, é o campo jurídico – um local de configuração muito própria. Neste caso em especial, o fato de não ter sido uma ação intencional não terá a menor relevância.

Eu não vi o processo. Não li os autos. Mas pelo que consigo imaginar, os operadores da lei vão responsabilizar o sujeito. Vão lhe atribuir responsabilidade pelo que aconteceu. Vão, com toda a técnica, individualizar essa responsabilidade. Vão sustentar que o pai é culpado.

Eu insistiria: acho que não foi intencional. Ele não queria matar. Os operadores do direito, com grande legitimidade social, vão dizer que essa minha leitura não tem relevância no caso em questão. Vão me contestar. E certamente vou perder. Eles vão dizer que não houve culpa, que houve uma ação dolosa sim. Houve uma intencionalidade de matar sim. Houve dolo eventual. Vinte e sete anos de prisão! Este foi o resultado do júri ao monstro de Bangu. Eis o direito de punir.¹³

Com essa pequena indicação sentenciosa, não desejo muita coisa. Apenas destacaria que aí estão alguns temas abordados nesse lugar nomeado como biopolítica. Se olharmos o caso Alex, será fácil apontar alguns procedimentos intelectuais utilizados na esfera judicial. Alguém que compreenda as práticas nesse campo, que atue neste campo, não teria muitas dificuldades em notar, analítica e sensivelmente, as questões.¹⁴

No meu ambiente de trabalho e de pesquisa, há pessoas ao meu lado com essas habilidades. Conversamos e brigamos. Dentro do debate, parece que temos uma pergunta comum. Mas é só aparência.

Diante da precariedade constatada, a pergunta que rotineiramente é feita seria mais ou menos assim: podemos considerar isto que está diante de nós uma vida? Essas pessoas são consideradas humanas?

Colocada desse modo, frequentemente tendemos a achar que sim, mas estamos notando algumas dificuldades nesse processo de reconhecimento compartilhado. É uma coisa tão estranha que chega a nos incomodar. Para sair desse imbróglio, decidi analisar a questão de outras formas – e por isto estou trazendo um clássico agora, eu fico encabulado como a pergunta se repete:

É ISTO UM HOMEM?

Vocês que vivem seguros
em suas cálidas casas,
vocês que, voltando à noite,
encontram comida quente e rostos amigos,
pensem bem se isto é um homem

¹³ Tentei fazer uma consulta para confirmar se foram 27 anos de prisão mesmo. Entrei no site do Tribunal. Joguei alguns dados, mas a plataforma estava indisponível. Ou seja, apesar de não alterar o apontamento, a informação sobre o quantitativo da pena precisaria ser verificada.

¹⁴ Se o caminho não for a biopolítica, e sim a necropolítica, o Paul Preciado (2019) foi alguém que achei interessante nessa esfera de debates. Eu discordo em alguns aspectos. Acho que ele não tem um material analiticamente trabalhado – e refletido – para propor o que parece propor. De todo modo, no que toca à teoria, achei uma perspectiva acadêmica bem elaborada.

que trabalha no meio do barro,
 que não conhece paz,
 que luta por um pedaço de pão,
 que morre por um sim ou por um não.

Pensem bem se isto é uma mulher,
 sem cabelos e sem nome,
 sem mais força para lembrar,
 vazios os olhos, frio o ventre,
 como um sapo no inverno.

Pensem que isto aconteceu:
 eu lhes mando estas palavras.
 Gravem-na em seus corações,
 estando em casa, andando na rua,
 ao deitar, ao levantar;
 (PRIMO LEVI)

Este foi um livro que guardei, pensei, considere e meditei, cartesianamente¹⁵. Se questo è un uomo. No, questa è una politica. Una politica di sterminio. E isto não é passado, não é estado. Haveria interesse acadêmico em discutir essas questões atualmente?

Se houver, meu desejo seria conversar nos mesmos tempos, lugares e idiomas. Eu gosto. Consigo notar alguns aspectos – inclusive problemas de tradução e tradição. Porém, apesar de alguma habilidade, não saberia fazer um trabalho como este de modo completo. Não conseguiria fazer a crítica final. Este foi um limite que reconheci (!).

É limitado, mas, a partir de pequenos apontamentos, em casos bem específicos, suponho que teria algo a “falar”. Só haveria um problema: é preciso notar que eu não sou a vítima. Te asseguro. Em 2017 eu não morri. E tampouco tive que sobreviver. O meu lugar é muito mais confortável, cálido e seguro.

2.3.2 Voltando aos eixos: técnicas, lógicas e a questão da efetividade de gênero

Como notaram pelo pequeno desvio endógeno que precisei fazer, haveria uma série de sutilezas importantes a destacar. Há muitas relações em jogo. De fato, reconheço não ser simples a tentativa de uma elaboração perceptivo-conceitual assim: *prática*, estrita e aplicável.

De todo modo, mesmo com essas nuances no campo da reflexão política, acredito que conseguiria resolver os principais dilemas da aposta teórica. Uma aposta muito cara. Mas, para isso, precisaria deslocar só mais um pouquinho o seu olhar. Isso me ajudará a mostrar

¹⁵ “**Se questo è un uomo:** Voi che vivete sicuri | nelle vostre tiepide case, | voi che trovate tornando a sera | il cibo caldo e visi amici: | **Considerate** se questo è un uomo | che lavora nel fango | che non conosce pace | che lotta per mezzo pane | che muore per un sì o per un no. | **Considerate** se questa è una donna, | senza capelli e senza nome | senza più forza di ricordare | vuoti gli occhi e freddo il grembo | come una rana d’inverno. | **Meditate** che questo è stato.”

alguns problemas que me foram legados e, também, os limites da minha suposta inteligência acadêmica.

Seguindo nessa linha meio poética e utilitarista da produção do conhecimento, inicialmente só precisaria que me acompanhassem em dois termos. A técnica e a lógica. No campo em que estou, essas palavrinhas mágicas mostrariam uma espécie de jogo e sua arte. Indicaria o jogo (sensível) das posições e sua arte (tecnológica). Por exemplo: surra para os homens; estupro para as mulheres. Algozes aqui e vítimas ali. Amigos assim e inimigos assados.

Tendo a defender que, com determinada arte (tecnológica), é possível posicionar não só as coisas, mas também os corpos, os significados, as palavras e, até mesmo, um certo tipo de relação (irônica e sensível) entre elas.

Entretanto, se isso lhe parecer complicado neste momento, releve. Na verdade, eu acho que a nossa preocupação poderia ser outra. Poderia ser o meu problema. A minha questão, por hora, não é com esse jogo, mas com seus efeitos. E talvez a minha principal dúvida seja mesmo com a palavra efeito.

Tive uma formação racionalista demais, este é um dos limites da minha inteligência: tenho dificuldades em reconhecer (e mesmo qualificar) alguns efeitos. A título de ilustração, novamente, tomemos um caso típico.

Aqui em Minas Gerais, caso você se interesse em trabalhar na Polícia Militar (PM), haveria algumas dificuldades (ou melhor, haveria alguns critérios): idade mínima e idade máxima; requisitos de escolaridade; requisitos físicos; requisitos psicológicos; requisitos toxicológicos ..., o processo é enjoado, é muita coisinha. Para facilitar, considerando a pegada em que estávamos, sugiro olhar para uma racionalidade bem específica e determinada.

No edital do último processo seletivo da PM, 90% (noventa por cento) das vagas foram reservadas para os homens. 10% (dez por cento) para as mulheres. Ou seja, por aí é possível notar uma certa lógica de gênero nesse documento. Longe de mim pensar que se trata de uma instituição machista – eu acho que machismo é uma *prática*, não uma atribuição institucional –, mas acompanhem comigo: há uma disparidade neste caso.

É bem óbvio. A racionalidade é binária e assimétrica. É uma racionalidade que toma duas posições (uma masculina e uma feminina) e, em seguida, distribui diferencialmente as vagas de emprego entre elas.

Para ser sucinto, se não estou equivocado, teríamos o seguinte: 90% da oferta de emprego para os homens, 10% para as mulheres. Esta era a norma prévia. E, além disso, foi o efeito do edital após o processo.

Sob esse aspecto, pode-se supor que o edital foi uma tecnologia jurídica que, *efetivamente*, autorizou uma distribuição quantitativa diferencial dos cargos. ‘90-10’ foi um efeito produzido tecnologicamente. Uma demonstração efetiva de distribuição dos lados e das posições. Uma demonstração de um efeito expressamente *autorizado e regulamentado* na ordem quantitativa de 9 para 1.

Em síntese: houve uma distribuição diferencial das posições entre masculinidade e feminilidade no campo da segurança pública. Uma distribuição assimétrica e muito específica de determinados corpos, sensibilidade e postos de trabalho – isso é bem perceptível, certo?

Os tipos ideais são fascinantes. São fáceis de reconhecer. Utilizando uma categoria analítica própria, é fácil apontar a configuração da ordem dada, assim como os efeitos estabelecidos e gerados. Porém, nem todos os casos se apresentam esteticamente dessa maneira.

Mesmo sem um edital prévio tão explicitamente demarcado por lógicas de gênero; mesmo sem um documento jurídico que dê legitimidade para uma distribuição diferencial na razão de 9 para 1; essa proporção também pode ser notada em outros espaços, como, por exemplo, os parlamentos, as nossas casas legislativas.

No mesmo local em que se sustenta vigorosamente a defesa do povo; no mesmo local onde se vocifera princípios de igualdade e não-discriminação; no mesmo lugar em que o termo democracia é central; considerando determinadas posições de gênero, as taxas de ocupação dos cargos eletivos são muito próximas das que se passam nas instituições militares.

Brasil fica em 167º lugar em ranking de participação de mulheres no Executivo [...]

[...] a região registra uma queda nos cargos de chefes de Estado, com a saídas das presidentes do Brasil e Argentina.

Em relação ao ranking da participação das mulheres no Congresso, o país ficou na 154ª posição, com 55 das 513 cadeiras da Câmara ocupadas por mulheres (10,7%), e 12 dos 81 assentos do Senado preenchidos por representantes femininas (14,8%).
(ONU, 2017)

Dez eleitas.
Mulheres ocuparão [...]12,98% das vagas na Assembleia Legislativa de MG.
Bancada feminina cresceu 66,6% em relação às eleições de 2014,
mas ainda tem baixa representatividade na ALMG
(O TEMPO, 2018)

Na minha opinião, só o termo machismo não explica isso que está acontecendo. Machismo não explica tudo. Na mesma direção, também tenderia a acreditar que só por esses efeitos, eu não estaria autorizado a ligeiramente pressupor uma *estrutura* social de gênero prévia. Ainda que reconheça alguma pertinência dessas proposições, tenho para mim que os efeitos não me autorizariam a pressupor uma espécie de produção cultural, teologicamente determinada e implantada no coração e na mente das pessoas. Não penso assim. Falando

francamente, considero um grande equívoco analítico pressupor uma estrutura machista (ou patriarcal) apenas considerando que esses efeitos existem.

Enfim, sei que existem, sei que existem múltiplas práticas relacionadas a esses resultados que estão sendo denunciados, mas consideraria importante uma análise mais detida. Uma análise com (menos ou mais) afinco e afinidades.

Observem comigo: no primeiro caso, na cena militar, o efeito se dá em função de uma *tecnologia* muito específica. Um edital muito pontual. Se o edital fosse alterado, se a proporção fosse modificada, eu teria dúvidas em relação aos possíveis efeitos.

Assim, considerando o edital, tenderia a defender estarmos tão somente diante de uma tecnologia institucional e governamental determinada, e não propriamente diante de uma grande estrutura social machista ou patriarcal. Acho esta última perspectiva teórica simplista e problemática. Para contorná-la, além de outras racionalidades possivelmente conexas, seria importante investigar localmente essa lógica binária pronunciada – isso evitaria alguns equívocos.

No segundo caso, por sua vez, menos que lógicas de gênero – também explícitas pelo jogo das posições ‘democraticamente’ distribuídas nas casas legislativas –, acredito que a tarefa parece estar na circunscrição analítica das *técnicas*. Se estivesse nesse lugar, minha preocupação seria em torno de quais tecnologias poderiam ser utilizadas e efetivadas para alteração daquele resultado. Não me focaria muito nas Grandes Causas – para mim, esta seria uma preocupação meramente *teórica*. Coisa que vi muito na história da filosofia quando utilizavam uma noção de racionalidade científica sem marcas e supostamente universal.

De toda forma, num caso ou noutro, essa não me parece ser uma discussão estrutural; no máximo, me parece uma discussão acerca da arte política. Uma arte a ser remanejada, deslocada ou inventada.

Olha que curioso. Assim que fiz esse comentário, neste exato momento, notei alguma relevância na discussão sobre dispositivo. Você acredita? Pois é, agora estou sendo meio franco, mas isso me parece importante sim. Mas só aqui, nesse aspecto muito pontual.

Por que reparei nesse ponto? É simples: em português – vivido e falado – a ideia de dispositivo pode remeter à noção de disposição. É uma coisa de idioma, não sei se este sentido seria o mesmo em outras línguas.

O lance é que não acredito que haveria muita disposição das instituições militares ou mesmo das casas legislativas para alterar o cenário pintado. Acho que os atuais homens – *de lá* – não estariam muito dispostos a modificar a conjuntura através de uma distribuição mais equânime dos cargos. Seria necessário constatar.

Fale Conosco

Nome da unidade responsável pelo atendimento: DCO
RODOVIA PAPA JOAO PAULO II ,04143 PRDIO MINAS - SERRA VERDE

Nome: Igor Monteiro
E-mail: lopes.igm@gmail.com
Estado: Minas Gerais
Cidade: Belo Horizonte

Olá,
Eu estava escrevendo e pensando algumas aqui sobre segurança pública. No meio dos rabiscos, de repente, eu parei para refletir. Gostaria de ouvir vocês. Vejam se errei em alguma coisa. Se eu estiver correto, eu teria uma sugestão.
Na Polícia Militar de Minas Gerais, eu fiquei sabendo que 90% dos cargos de policial são reservados aos homens e cerca de 10% às mulheres. Essa informação é verdadeira? Inclusive, me disseram que no último concurso essa era uma disposição do edital. Isso está certo?
Se essas coisas realmente forem assim, eu teria uma sugestão: que tal distribuírem as vagas igualmente entre homens e mulheres? 50% para cada. Isso poderia ser feito já nas próximas mensagens selecionadas.

Enviar

Seleção o tipo da mensagem

- Solicitação de Banda de Música e Orquestras
- Outras
- Acesso a Informações
- Denúncia
- Sugestão
- Pedido de Policiamento
- Reclamação
- Informação de concurso
- Agradecimentos

[Voltar](#)

Se verificada, essa me parece ser uma observação muito sensível e, para mim, é precisamente onde o termo dispositivo ganha alguma relevância. Dispositivo não remete apenas ao jogo das posições.

Extensivamente, me parece um termo que também pode remeter a disposições sensíveis: dentro dessas prestigiadas casas, se eu estivesse entre os 9, tenho muitas dúvidas se iria abrir mão (ou se iria me dispor) dessa lógica organizadora. Essa lógica faz sentido. Ela tem sentido. Sentidos políticos.

Ou seja, com o termo dispositivo – ao menos em português – há uma vantagem: a depender do uso, ele vincula lógica, organização e sensibilidade. Poderíamos pensar que um efeito *tecnológico* pode ser o de produzir tanto uma posição, quanto uma disposição (sensível e localizada). Vou testar essa hipótese. Uma hipótese construída no desvio e no percurso. Eu realmente não preciso dela, mas...

Observem o caso da Garota (não nomeada): pai é suspeito de tentar estuprar filha lésbica para fazê-la 'virar mulher'. Sinteticamente, logo de cara, se pode notar o problema. Apenas com a manchete, se ela for confiável, é possível notar que a tecnologia *estrupe* tinha uma pretensão posicional. Era uma tecnologia que pretendia forjar a posição de mulher. Além disso, havia também uma pretensão disposicional bastante específica. Aquele ato tentado se propunha fazer uma garota se tornar a mulher (heterossexual) de verdade.

Seria errado pretender construir o desejo da mulher de verdade? Não sei ..., entretanto, a partir da matéria, a partir do relato – num caso ou noutro – se pode notar que a natureza essencialmente não é destino. Naquele caso específico, o discurso moral-médico-

científico não foi definitivo. Pelo que a cena indica, ainda precisaríamos de investimentos tecnológicos (consentidos ou não) para fabricar as posições e disposições.

A cena indica que é necessário esforço (e insistência) para fabricar a Mulher. Mas não precisaríamos focar apenas aí. O investimento tecnológico também é necessário para produzir a posição e a disposição de algozes corregedores.

É mera especulação, mas na cena da garota – naquela cena *nefanda* –, imagino que a tecnologia específica tenha falhado em relação ao fim perseguido. Não acompanhei o caso mais de perto, não sei o que aconteceu, não li o desenrolar da história. Por uma questão de recorte, fiz um pouco disso apenas no caso *Alex*.

O adulto espanca o menino para fazê-lo andar e desejar como homem. A história é evidente. Vocês sabem. O efeito esperado não ocorreu. Ele não queria matar, mas este foi um dos acontecimentos. Uma determinada tecnologia de gênero foi utilizada, foi efetivada, mas não produziu o efeito convencional (ou governamental) regimentalmente esperado.

Houve várias consequências no caso *Alex*. O garoto, morreu. O pai, preso. A madrasta, ameaçada de linchamento pela população. Relações familiares; desfeitas. O jornal, publica a matéria. Eu; seleciono a cena para escrever um capítulo da tese. A mãe do garoto; se entristece. Foram muitos efeitos.

Haveria, nesse sentido, a possibilidade de considerar múltiplas pessoas, instituições ou relações. A perspectiva soberana, a perspectiva jurídico identitária – do crime, da violência, da vítima e do algoz – reduz em grande medida a possibilidade de reconhecimento de efeitos coextensivos e articulados. Especialmente, reduz o potencial de visibilidade dos efeitos sensíveis e “colaterais” de uma mesma *tecnologia*.

Seria necessária uma outra perspectiva para contornar esse problema? – Talvez. Não sei ao certo. E por enquanto não estou preocupado com isso. Estou preocupado com os meus casos.

Como vimos, uma determinada lógica de gênero, feita com uma técnica de espancamento específica, não implicou a produção do “menino homem”. A surra implicou no extermínio de uma vida. Um dos efeitos dessa *tecnologia* determinada foi a morte de alguém. Mas esse não era um efeito lógico, não era um efeito previsível. No entanto, aconteceu. Se a pretensão era a produção de uma futura masculinidade. Naquele contexto muito pontual, este não foi o caso. Como explicar?

Não sei... as lógicas de gênero não explicam tudo. Não explicam, mas podem nos auxiliar na leitura. Falando abertamente: considero que a morte de um garoto não precisa de

explicação. **Inclusive, acho que isso não deveria ser explicado, uma cena como essa deveria ser lida, tratada, prevenida.**

Prender o Monstro de Bangu, sob este aspecto, não é uma resposta adequada. Do meu ponto de vista, isto não é, propriamente, uma *técnica* preventiva. A solução seria prender todas as pessoas que adotam práticas (ou lógicas) assimétricas de gênero? Vamos prender a professora da escola? Vamos prender os profissionais da Polícia Militar que produziram o edital? Vamos prender quem votou majoritariamente em homens?

Não quero parecer simplista ou insensível, mas suponho que existam outras opções. Algumas bem menos autoritárias e ameaçadoras que a prisão. A técnica de encarceramento, apesar de ser um repertório amplamente disponível, não me parece uma solução adequada e *efetiva* para o fim pretendido – mas vou parar por aqui.

Agora, para cumprir uma promessa, devo encerrar esse capítulo. Depois de tudo escrito, apenas gostaria de explicar a minha proposta neste momento: com essas páginas, com os três tópicos, desejava apenas tocar em uma noção de *prática*.

A partir da sugestão de algumas autoras, o desejo foi contribuir para uma estratégia de leitura compartilhada. Os elementos expostos e dispostos nesse capítulo tiveram meramente essa função: mostrar que eu queria (e ainda quero) pensar as práticas.

Queria pensar as *práticas* sociais. Pensar as *práticas* na cultura. Queria pensar as lógicas, as técnicas e os efeitos...; enfim, queria pensar em *práticas políticas* – mas necessitei delimitar essa palavra com um mínimo de cautela...

Meu ponto de vista consiste em que não bastará nenhuma definição simples de gênero e que é mais importante seguir a pista do termo através da cultura popular que elaborar uma definição estrita e aplicável. (BUTLER, 2006, p. 261, tradução nossa)

Minha definição de *prática* é simples. É estrita, mas aplicável. Estou considerando prática uma *tecnologia efetiva*. Uma tecnologia efetivamente utilizada. Uma tecnologia que efetivamente tem efeitos. Obviamente, nem todas as práticas se adequariam a essa definição, mas essa é a vantagem conceitual. Se conseguirmos identificar as práticas que puderem ser lidas como *tecnológicas* – sobre essas e pontualmente nessas – a intervenção se torna possível. Reconhecendo sua *lógica*, sua *técnica*, reconhecendo seus efeitos e modos de operar, teríamos chances e oportunidades de fazer algo.

Na minha pesquisa, vou olhar para as práticas de extermínio. A partir disso, tentarei ver se reconheço alguma *lógica* nessas *técnicas* concretamente efetivas. Leiam comigo uma última cena: uma **garota** de treze anos foi apedrejada. Ela morreu. Ela havia se envolvido em um relacionamento com um adolescente. A **namorada** desse adolescente descobriu o caso; chamou uma **amiga** e apedrejaram a traidora, a adúltera.

Essa prática tem lógica. Esse caso tem contornos de gênero e sexualidade. De modo muito pontual, ele diz sobre o nosso pacto monogâmico. Uma garota de treze anos é apedrejada e morre. Isso está relacionado com a nossa cultura. Está relacionado com a nossa cena social. Com nossa política sexual.

Femicídio? Não sei, esta não é minha preocupação específica. Meu interesse pontual seria apenas constatar se certas mortes poderiam ser entendidas como *tecnológicas*. A cena da adolescente é óbvia. Apesar de não ser muito típica – apesar de não ser muito comum mulheres exterminando fisicamente outras mulheres –, este é um caso evidente. É um caso onde há possibilidade de reconhecer uma técnica e seus vínculos com lógicas de gênero e sexualidade; mas nem todos os outros relatos se apresentam para mim desse modo.

Antes de começar a análise dos casos menos pronunciados – só para dificultar a minha vida – farei uma breve discussão teórica no próximo capítulo. Isso será importante porque, se eu falhar nos meus objetivos, ao menos alguma contribuição acadêmica poderei deixar.

Nas próximas páginas, vou sugerir a “distinção” entre poder e norma, entre o vazio da política e a concretude tecnológica do poder. Melhor do que isso, vou sugerir uma suave diferença entre arte e técnica.

Contudo, não faria uma coisa assim sem antes ter compartilhado algumas cenas para as quais estou olhando. Esse é o meu material. Sem a pressuposição de que conseguimos seguir as suas pistas; sem a pressuposição de que conseguimos pensar em gênero como *prática*. Sem a pressuposição de que podemos pensar em gênero como uma *tecnologia*, ir para as para as contribuições teóricas me pareceria uma perda de tempo. Seria o mesmo que observar os astros para entrar em polêmicas sem sentido.

Gênero: uma *prática*. Uma tecnologia efetiva. É bem simples. Acho que vocês notaram. Talvez o desafio seja apenas de leitura. O desafio estaria meramente em visualizar os processos e as articulações entre as *técnicas* e as *lógicas* localizadas em um determinado campo estético.

Querem um exemplo? Querem outra pista? Pensem na ideia de crimes violentos. Crime até pode ser uma técnica, mas violência não é uma lógica, é apenas um útil termo vago-genérico-comovente: uma “palavra pálida, generalizadora e trivial, que é a casca oca do terror”.

Se falássemos em violência de gênero, acredito que poderia ser diferente. A construção da expressão “violência de gênero” tem lógica. No entanto, seria importante precisar a que *técnicas* temos considerado violência. A meu ver, por exemplo, dificilmente

denominaríamos violência a reserva de 90% dos cargos para os homens. Essa é a nossa política. Essa é a nossa escrita. É um registro sensível de assimetrias de gênero...

Como disse, talvez o desafio seja apenas de leitura. O desafio estaria em visualizar o jogo e as articulações entre as *técnicas*, *lógicas* e *efeitos* localizados em um campo. Desde que não sejam lidas de uma maneira hierárquica ou soberana, desde que não necessariamente insistamos em embarcar nas mesmas ondas e perspectivas, algumas produções teóricas podem nos auxiliar nesse desafio compartilhado.

Seria muito bom que eu tivesse terminado o capítulo assim. O parágrafo me pareceu sugestivo. Devia ter parado, mas talvez eu tenha me esquecido de algo..., acho que esqueci de falar do limite. Ou talvez tenha tocado nele rápido demais. Por via das dúvidas, vou reforçar bem de leve: vocês viram. Formulei uma definição prática e operacional.

Mas ainda permanece um problema: meu racionalismo. Continuo a não entender muito bem os *efeitos*. Em sentido estrito – e apenas para especular – fico me perguntando se tecnologia *causa* a morte. Fico me perguntando se tecnologia é uma maneira de *causar* a vida.

Agora acho que não. Tento não pensar assim. Eu ando pensando que o extermínio é uma tecnologia. Ando pensando que o extermínio é uma *prática*. Analiticamente, seria uma prática tecnológica. Extermínio pode ser um exemplo legível e comunicacional acerca daquilo que fazemos. Porém, dentro dessa abordagem, não vejo causas... não há causas para serem investigadas... – os racionalistas piram! Um possível problema seria este: morte é um *efeito* de uma tecnologia ou a própria tecnologia *efetiva*?

Politicamente, me parece ser preciso desvencilhar esse equívoco de início. A saída é simples. É uma questão de desentendimento (ou de tomada de posição). Considerem o caso Alex: naquela morte, eu vejo a lógica, eu vejo a técnica, mas não necessariamente anoto uma causa. Não há causas para aquele ato. Não há Razão.

Desde que não sejam lidas de uma maneira hierárquica ou soberana, algumas *recentes* produções teóricas podem nos auxiliar nesse *segundo* desafio. Por isto, e apenas por isso, vou começar o próximo capítulo fazendo uma pequena discussão sobre a nossa racionalidade.

Porém, antes desse exercício, apenas gostaria de lembrar que não sou muito moderno e também não estou fazendo doutorado em filosofia – acharia um tédio ficar discutindo alguma questão por mais de 300 anos. Isso me deixaria bastante indisposto. Acharia uma chatice ficar apontando as imprudências de filósofos. Algo feito por todos os cantos, em vários períodos, em distintas línguas e, ainda assim, sem que os amigos do saber consigam escutar.

O que são as Luzes?

Quando, nos dias de hoje, um jornal propõe uma pergunta a seus leitores, é para pedir-lhes seus pontos de vista a respeito de um tema sobre o qual cada um já tem sua opinião: não nos arriscamos a aprender grande coisa. No século XVIII, **se preferia interrogar o público sobre problemas para os quais justamente ainda não havia resposta**. Não sei se era mais eficaz: era mais divertido.

Assim, em virtude desse hábito, um periódico alemão, a *Berlinische Monatsschrift*, publicou, em dezembro de 1784, uma resposta à pergunta: *Was ist Aufklärung?* E essa resposta era de Kant.

[...] Imaginemos que a *Berlinische Monatsschrift* ainda exista em nossos dias e que ela coloca para seus leitores a questão: “O que é a filosofia moderna?”. Poderíamos talvez responder-lhe em eco: a filosofia moderna é a que tenta responder à questão lançada, há dois séculos, com tanta imprudência: *Was ist Aufklärung?* (FOUCAULT, 2005, p. 334, grifos meus)

3 GÊNERO E TECNOLOGIA: colocando as coisas no lugar

Eu bolei o ano inteiro
 Este samba pra frente
 É gostoso paca
 É um samba decente
 Segure esta conversa
 Segure a jogada
 Quem não gosta de samba
 Não gosta de nada

E é curtição
 No samba empolgado
 É o meu timão
 Num estádio lotado
 Turma da pesada
 Que segura a parada
 Esse é o famoso 16 toneladas
 (Funk Como Le Gusta)

Quem se atreve a me dizer do que é feito o samba? Quem se atreve a me dizer? Essa pergunta me rodeou. Me rodeou durante um tempo. Mas não como uma questão literal. Apesar de achar interessante, não tenho muitas indagações sobre composições musicais. No meu mundo reflexivo, isso tinha relação com as produções teóricas.

Ao ouvir a canção, no quadradismo dos meus versos, me questionava sobre o conhecimento. Quem se atreve a me dizer do que é feita a teoria? Quem se arrisca a me dizer como é feita a epistemologia? Esta era a pergunta. Mas não se tratava de uma dúvida poética, filosófica ou cosmológica. Era prosa técnica mesmo.

Eu passei um ano inteiro bolando uma perspectiva pra frente. Passei o ano inteiro elaborando um conceito decente. E por se tratar de um trabalho acadêmico sabia que seria preciso explicar como – em tese – cheguei a esse resultado.

Acho que agora é hora de falar um pouco sobre isso. Imagino que seja o momento de falar com quem dialoguei durante um tempo e quem são as autoras e autores 16 toneladas que seguram (comigo) a parada.

Para iniciar esse fluxo de pensar, acho importante uma primeira distinção. Acredito que exista diferenças entre exposição teórica e discussão teórica. No meu caso, o envolvimento foi com a discussão. Tratou-se de um diálogo. Depois de ouvir, eu emulava algumas dúvidas e tentava achar as respostas em livros, vídeos e entrevistas.

Avaliando retrospectivamente, conversei com um monte de gente. Foram muitas pessoas. Porém, no tocante à teoria, privilegiarei apenas alguns temas e análises. Aqui, expressamente, vou citar uns poucos trabalhos, nomes e tópicos.

Deste modo, já adianto que haverá uma certa injustiça e um certo apagamento. Em especial, não farei jus às reflexões no campo do feminismo interseccional. Há posições inspiradoras ali, mas vou deixar para lidar com esses apontamentos em um outro momento – talvez na análise dos dados. De todo modo, o primeiro passo já foi dado. Se houve algum êxito ali atrás, imagino que já devam estar mais perto da noção de tecnologia. O investimento conceitual já começou.

Para falar a verdade, eu não queria ter que formular nada de novo, mas a intelectualidade não estava me ajudando com as minhas questões e, além disso, me dava objetivos bastante estranhos. A discussão até que era legal, só que havia uma série de limites nas perspectivas com as quais entrei em contato. Então acabei precisando me livrar um pouco dessa esfera. Assim – meio que a contragosto – fui obrigado a construir algo.

Basicamente, eu queria uma fórmula simples, útil, sensível e estritamente aplicável. Para mim, a noção de tecnologia é isso. Mas vale um adendo: tenho que explicar melhor qual é a real função do termo tecnologia. A noção de tecnologia é uma ferramenta conceitual. Uma ferramenta conceitual para abertura de análise.

Da maneira que vou utilizá-la, é uma ferramenta conceitual que não tem função explicativa, ela busca tão somente expandir a possibilidade de escuta. Amplificará, por exemplo, a audição de uma posição que extermina outra pelo simples fato de que é preciso forjar homens de verdade.

Se retornarem ao capítulo anterior, notarão que fui cuidadoso na escrita, mas ali usei a tecnologia de um modo distinto. O que fiz foi uma aproximação imprópria, mas isso vai se alterar. Antes, utilizei a ferramenta como se fosse uma lente de aumento.

No entanto, o mais apropriado para este trabalho não seria o exercício de visão e sim o exercício de escuta, como disse, a noção de tecnologia auxilia a ouvir... a ouvir ruídos. É uma ferramenta conceitual cuja função é aumentar a audibilidade de algumas posições.

Agora que já sabem a efetiva função do termo tecnologia, vamos começar a colocar as coisas no lugar. Eu tenho uma pergunta: o que é o esclarecimento? Não. Essa dúvida não é minha. A minha única pergunta é outra.

A minha pergunta é mais pontual e muito precisa: o que poderíamos fazer para reduzir alguns assassinatos que envolvem *lógicas* de gênero e sexualidade? Ou, de outro modo, o que se poderia fazer para obstar algumas *técnicas* de extermínio?

Depois de lidar concretamente com essa questão, depois de me deparar com alguns problemas muito situados, acabei me implicando em um objetivo ousado – e talvez utópico. Acho que é possível construir uma metodologia que permita categorizar determinadas *práticas* de gênero e sexualidade no sistema de coletas de dados da segurança pública.

Se isso for feito, se a estratégia for utilizada, seria algo que poderia subsidiar tanto o acompanhamento e a avaliação das políticas de segurança pública, como contribuir para a construção qualificada de indicadores de violência.

Com a noção de tecnologia, acho que consigo fazer isso. Acho que consigo pensar um modo de contribuir para a redução ou, no mínimo, para o acompanhamento qualificado da violência letal associada a relações de gênero e sexualidade.

Além disso, minha aposta é que esta é uma tarefa fácil. Acho que é fácil porque, de certa forma, já fiz. Testei previamente e funcionou. No decorrer da tese, esta é a demonstração que farei: vou utilizar uma ferramenta conceitual fácil, sensível que, quando estritamente aplicada, pode ter efeitos muito significativos no campo da segurança pública. Mas esse será um capítulo à parte, primeiro me parece importante apontar como fui desenvolvendo essa noção. Foi algo divertido. Empolgante. Foi uma história de discussão com uma galera da pesada.

Foi um processo interessante, espero que notem. Contudo, talvez exista um obstáculo: neste texto, por pura desconfiança, estou tentando uma estratégia inusitada. Algo que permita críticas e checagens em várias frentes. Isso pode ser um erro, posso acabar me dando mal. É uma ação que pode atrapalhar tudo, mas realmente acredito que não vai acontecer.

Não que eu seja otimista, é que simplesmente não acho que estou me expondo demais. Estou me valendo do que tenho: uma ideia e um interesse. Este capítulo está sendo configurado como teórico, mas as partes estão “semi-espelhadas”. Assim, em minha perspectiva, há mais cálculo que risco.

Os passos que dou em um momento anterior são muito semelhantes aos que vou dar logo em seguida. Os eixos de discussão são uma espécie de reflexo um do outro, eles têm

– como estratégia de fundo – a mesma cadência. Ou seja, de maneiras distintas, o que farei aqui é o mesmo que já fiz ou que vou fazer posteriormente.

A principal diferença é que agora haverá maior intensidade no pequeno desvio de rota, mas depois não será exatamente assim. Com o trabalho em campo eu preciso ser profissional, porém, neste exato momento, posso me dar a alguns luxos. Posso assumir imposturas. Posso parar para pensar, deixar a conversa acadêmica cair e me expor a possíveis críticas democráticas. Aproveitem essa brecha.

Sente este samba quente
 Que é muito legal
 É super pra frente
 É bem genial
 Embalo como este
 Só quem vai curtir
 Quem não se machucar
 Quando deixa cair
 (Funk Como Le Gusta)

3.1 Norma, Poder e Vulnerabilidade

[...] tratava-se então de levar em conta, por trás dos atos, aquele que os havia cometido. E certamente o estudo minucioso e comparado das decisões de justiça mostraria facilmente que, no cenário penal, os infratores estavam pelo menos tão presentes quanto suas infrações. **Uma justiça que apenas se exerceria sobre o que se faz não passa sem dúvida de uma utopia**, e não é necessariamente desejável. (FOUCAULT, 2006, p. 24, grifos nossos)

Esta passagem é muito interessante. Acho curiosa. E o que pretendo desenvolver vai na contramão do que está escrito ali.¹⁶ Mas também não vou me antecipar. Primeiro, como sugerido, gostaria de conversar sobre norma, poder e vulnerabilidade.

Nessa história, destacarei dois sobrenomes: Butler e Foucault. A minha principal dúvida com essas pessoas era se norma e poder eram noções equivalentes. Eu notava muitas semelhanças entre esses dois termos, mas, ao final, acabei achando que não daria para tomar uma coisa pela outra. Vou tentar me explicar.

Em minha leitura, observei que a Butler privilegiava bastante a noção de norma. Essa era uma discussão, ao menos inicialmente, muito recortada. Ela não trabalhava com normas em geral. Não trabalhava com a grande entidade Norma. Ela falava sobre normas de gênero. Do modo que vejo – especialmente em razão de sua proximidade com o campo feminista e LGBT – se tratava de uma elaboração eminentemente político-analítica.

¹⁶ Eu escutei assim: [um ‘ato’ de julgar] que incida exclusivamente sobre o que se faz não passa de uma utopia. Sem dúvida?

Para mim, era um exemplo de uma elaborada exposição teórica acerca de como funcionavam determinados processos de normalização. Uma tentativa de explicar, quase minuciosamente, a operação e articulação (normalizada) entre gênero, sexo e sexualidade.

De modo mais concreto, era uma forma de refletir sobre determinadas articulações entre corpo, desejo, cultura, linguagem e política. Sua produção intelectual, neste aspecto, é bastante extensa, mas não vou ficar aqui repetindo o que ela disse só para – depois – asseverar que é uma obra relevante e muito potente. Não. Não farei isso. Vou simplesmente destacar aquilo que mais me chamou atenção.

De maneira bastante singular, algo que me envolveu no debate foi a forma como a autora mostrou gênero e sexualidade incidindo sobre os modos de pensar, sobre o desejo e sobre práticas sociais. Em função da minha trajetória acadêmica e das atividades que participei aqui no Núcleo, não tinha tantas dúvidas em relação ao campo das práticas ou do pensar, mas fiquei bastante perplexo quando constatei como o gênero poderia incidir sobre o desejo e a sensibilidade.

De certo modo, o que ela apontava é que era possível notar um desejo ou uma sensibilidade de gênero e sexualidade. Apontava uma certa produção do desejo e da sensibilidade que não necessariamente partia do sujeito (ou do indivíduo). Analiticamente, ela construía uma relação complexa desse fenômeno e, em seguida, demonstrava uma possibilidade de encarar essa dimensão em torno de processos de normalização.

Ao acompanhar as reflexões, era como se o meu desejo não fosse propriamente meu, mas fosse uma produção. Aquilo que me parecia mais íntimo, que me parecia muito natural, que parecia ser a minha identidade – através da voz da autora – passava a soar como um possível efeito de processos específicos de normalização-subjetivação. É como se eu, sujeito de desejo, fosse, ao mesmo tempo, sujeito ao desejo.¹⁷

Por enquadramentos óbvios, em minha trajetória racionalista, não havia me dado conta de algumas sutilezas dessa perspectiva, mas o exercício intelectual da autora conseguiu me mostrar este aspecto. Por fim, depois de notar o processo, eu – que me acho inteligente – fiquei chocado com a minha incapacidade (e burrice) de não ter reconhecido esse fenômeno antes.

Daí, só para pisar mais um pouquinho no meu ego, ela me explica melhor: Igor,

¹⁷ No meu caso, achava essa discussão interessante porque abria possibilidades de reflexão sobre a questão da obediência deliberada. Me fazia pensar sobre uma espécie de obediência voluntária. Não coercitiva. Uma obediência com contornos liberais. Me fazia pensar sobre as relações entre obediência e autonomia. Liberdade e responsabilidade. Enfim, me fazia refletir mais detalhadamente sobre o ‘governo’ de si.

você fraga um pouco do Kant, correto? – note: o problema é que gênero é uma categoria do entendimento. É uma categoria de inteligibilidade e, além disso, também é uma categoria que influencia a percepção sensível (BUTLER, 2015, p. 18). Gênero é uma categoria política. O que ocorreu contigo não foi muito diferente daquilo que ocorreu com seus autores preferenciais: essa categoria operou nos seus modos de sentir, perceber e pensar – *sorry*.

Fiquei boquiaberto. Era como se ela dissesse que a discussão sobre a apercepção “assindética” do sujeito originário fosse, literalmente, um grande equívoco. Foi pesado. E se eu não fosse tão cabeça dura, iria morrer de amores pelos teóricos da vontade e do reconhecimento. Mas é isto. Sou cabeça dura. E mesmo depois de ler e escutar, optei por não abrir mão de um certo jeito que costumo refletir.

Não abri mão da noção de racionalidade. Especialmente na esfera acadêmica, esse termo ainda me é bastante útil. Sugiro, então, que acompanhem o raciocínio, o modo de analisar, os abandonos e ajustes posteriores.

A próxima cena é trivial. É parte da história do ex-capitão palmito. Naquele momento, ele era apenas um reles deputado, mas agora podemos dizer que foi uma fala do atual presidente do país.

... (BOLSONARO)

Se não fosse a Butler, eu designaria essa posição como uma estupidez. Uma boçalidade intelectual no campo político da sexualidade. No entanto, a autora me fez ponderar as coisas. Me fez *observar* mais detidamente o caso.

À época, o casamento entre pessoas de mesmo gênero não estava oficialmente reconhecido. A nossa constituição era explícita: o casamento é a união entre um homem e uma mulher. Ele de um lado. Ela de outro. Ou seja, juridicamente, o ‘Estado’ autorizava e legitimava apenas as relações heterossexuais.

Nesse aspecto, o que o representante do povo dizia era algo muito compreensível: eu não sou a favor do casamento “homossexual”. Eu estou com a atual constituição. Não sou a favor da extensão de sentido ou de direitos.

Além disso, ele argumentava que seria estranho dois homens bigodudos se beijando em um bar, em um espaço público. Em um espaço frequentado por famílias e crianças. De modo muito concreto, ele apontava que a presença de um casal gay seria estranhada naquele lugar. Chocaria. Seria uma espécie de atentado ao pudor. E o curioso é que isso me parecia muito coerente. Realmente era provável que a situação ocorresse como ele pintou. De fato, me parece que ainda hoje “estranhamos” essa forma de relacionamento.

No entanto, minha dúvida neste caso era pontual: até que ponto esse estranhamento sensível não estava sendo politicamente induzido? Investe-se no reconhecimento público, legítimo e estatal da conjugalidade hétero. E, ao mesmo tempo, não se permite o casamento entre certas pessoas. Ou seja, havia a produção de uma conjugalidade normalizada e a vedação de outras. O nosso estranhamento subjetivo não seria efeito desse jogo? O choque experimentado em nossa percepção não estaria relacionado a esse processo ativamente produzido?

Eu poderia simplesmente dizer que o atual presidente é um homofóbico. Um conservador, bobo e ultrapassado. Mas isso não mudaria muita coisa. A cena é mais complexa. A fala dele mostra isso. Ele relata uma legislação com contornos de gênero e sexualidade. Relata espaços de sociabilidade com contornos de gênero e sexualidade. Além disso, relata uma experiência (de espanto) sensível e compartilhada também com contornos de gênero e sexualidade.

Com as contribuições da Butler, eu observava que essa não era a história de um sujeito excêntrico qualquer. Sequer era a história de um sujeito. Analiticamente, a cena se referia a um contexto que estava sendo ativamente produzido, compartilhado, reafirmado e justificado. Evidentemente, isso tinha alguma relação com o que ela falava sobre processos de normalização.

A fala do político, sob este aspecto, é didática. É ilustrativa de processos interligados e coerentemente amarrados em torno de determinadas concepções de gênero e sexualidade; mais explícita e mais ilustrativa que isso, só a fala de um filósofo mesmo.

Dos Poderes Marital e Paternal

Na ordem natural, a menos que, como em certos lugares, isto tenha sido derogado por alguma consideração particular, o macho está acima da fêmea e o mais velho, **quando atinge o termo de seu crescimento**, está acima do mais jovem, **que ainda não alcançou sua plenitude**. (ARISTÓTELES, 2002, p. 33, grifos nossos)

Se estou entendendo corretamente, o autor está sustentando que, hierarquicamente, o macho está acima da fêmea e o mais velho acima do mais jovem. Mas observem bem. Ele não falou em *hierarquia*. Ele disse que essa é uma *ordem* natural. Leiam lá... ‘na ordem natural, o macho está acima da fêmea e o mais velho acima do mais jovem’.

Neste ponto em particular, a partir de algumas reflexões feministas, não diria que se trata de uma ordem natural, mas talvez uma hierarquia machista. Sendo mais cuidadoso analiticamente, diria que, naquele contexto, se tratava de uma “ordem” patriarcal – algo bem simples de mostrar, mas, para isso, seria necessário fazer alguns recortes. Vou tentar fazer essa operação sem muito tédio.

A Hannah Arendt provavelmente não concordaria com esta interpretação, mas eu não ligo. O fato é que Aristóteles acreditava que a família era um modo de associação primeira. É como se o Estado fosse um corpo e a família uma espécie de célula tronco.

Nos termos do autor, a família seria “a principal sociedade natural”. Porém, mesmo naquela época, curiosamente, existiam várias famílias. O conjunto de várias famílias, constituía uma aldeia; e a reunião de várias aldeias formaria uma cidade (IDEM, p. 3).

O método é sensacional, supostamente vai do mais simples ao mais complexo. Eu piro na reflexão aristotélica, mas não vou ficar aqui apresentando os elementos só para – ao final – ressaltar que ele era alguém que pensava. Não. Não farei isso. Ele pensava, ele era bastante reflexivo.

Dentro desse esquema de pensamento do autor, o que mais me interessa é uma definição que ele usa. A definição de família natural: a definição de uma família completamente organizada (ou estruturada)¹⁸:

Do Senhor e do Escravo

Após ter indicado quais são as partes que constituem o Estado, devemos, já que os Estados são formados de famílias, falar primeiro do governo doméstico.

Uma família **completamente organizada** compõe-se de escravos e de pessoas livres. [...] as partes primitivas e mais simples da família são o senhor e o escravo, o marido e a mulher, o pai e os filhos [...]. (IDEM, p. 9, grifos nossos)

Depois dessa apresentação, como se pode notar, as coisas ficam bastante explícitas. Realmente era outro tempo. Naquele período, as lógicas eram outras. Uma família completamente organizada seria composta por homens, mulheres, filhos e pessoas escravizadas.

Como se pode notar, essa configuração é um pouco distinta da nossa constituição atual. Porém, não é isso que interessa agora, o importante é observar que a palavra família dizia respeito a um conjunto de relações. A relação entre senhor-escravo, a relação marido-mulher e a relação pai-filhos. De um lado o senhor, o marido e o pai. De outro, o escravo, a mulher e os filhos.

Em outros termos, é importante notar que as partes mais primitivas e mais simples da família estão em relação. Mais interessante que isto só o que vem no parágrafo seguinte. “Aristóteles” nomeia despotismo o poder do senhor sobre o escravo; marital, o poder do marido sobre a mulher; e paternal, o poder dos pais sobre os filhos. Fim.

¹⁸ “Completamente organizada”, como assim? Como você pode **naturalmente** organizar – de modo completo – uma família? Isso ele explica, basta ler a citação.

Espero que não tenha sido tedioso. Só trouxe essas informações porque é justamente em função desses aspectos que considero as observações feministas relevantes. Se nos atentarmos para esses detalhes, é fácil perceber que aquilo que o autor designava como ordem natural talvez seja, mais precisamente, a “regra do pai”, a ordem do pater.

Assim, sob o nome de ordem natural, o autor parece estar simplesmente retratando uma organização patriarcal. Parece estar retratando uma determinada organização política. Uma organização meticulosamente forjada em diversos níveis.

Se, por exemplo, observarmos o governo doméstico, é visível como o patriarca parece se constituir no grande soberano de sua família. Dentro daquele contexto, aquele tipo de homem livre, uma espécie de monarca, estava ‘naturalmente’ autorizado a exercer distintas formas de poder sobre suas posses: sobre “seus” escravos, sobre “sua” mulher e sobre “seus” filhos.

Ou seja, esse tal senhor – uma vez que atingia o termo do seu crescimento – estava legitimado a exercitar o poder econômico: o poder despótico, o poder marital e o poder paternal. Tudo muito natural para nosso ilustre pensador. E quanto mais ele raciocinava, quanto mais refletia, mais ele se convencia disto.

As Virtudes Próprias aos Diversos Membros da Família

Todos têm, portanto, virtudes morais, mas a temperança, a força, a justiça não devem ser, como pensava Sócrates, as mesmas num homem e numa mulher. A força de um homem consiste em se impor; a de uma mulher, em vencer a dificuldade de obedecer. [...] Quanto mais refletirmos, mais nos convenceremos disto. (IDEM, p. 33)

É justamente neste ponto que gostaria de ressaltar a relevância dos movimentos feministas. O movimento feminista não é meramente um movimento social, é também um movimento intelectual. Pelo que entendi, é uma posição que expande as nossas possibilidades de reflexão ou de escuta.

“A força de um homem consiste em se impor, a de uma mulher em vencer a dificuldade de obedecer” – é óbvio que esse modo de pensar, esse modo de expor, apresenta muitas particularidades, não?

Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. (SCOTT, 1995, p. 26)

Por fim, antes de entrar com a Butler, só mais um pequeno excerto do nosso grande Ari.

O critério da cidadania

Não é a residência que constitui o cidadão: os estrangeiros e os escravos não são “cidadãos”, mas sim “habitantes”. [...]

É mais ou menos o mesmo que acontece com as crianças que ainda não têm idade para serem inscritas na função cívica e com os velhos que, pela idade, estão isentos de qualquer serviço. Não podemos dizer simplesmente que eles são cidadãos; não são senão supranumerários; uns são cidadãos em esperança por causa de sua imperfeição, outros são cidadãos rejeitados por causa de sua decrepitude. **Terão o nome que se quiser: o nome não importa desde que sejamos compreendidos.** Procuramos aqui o cidadão puro, sem restrições nem modificações. (2002, págs. 33-42, grifos nossos)¹⁹

Não continuei relendo a obra, mas, em função das lógicas com as quais o autor trabalha, não seria difícil deduzir quem seria o cidadão puro. Em função das racionalidades utilizadas, não seria difícil supor quem eram os cidadãos de verdade e quais seriam suas virtudes. Não seria difícil supor a *extensão* específica do seu domínio e em relação a quem ele poderia ser exercido. Tampouco seria complicado perceber quais seriam os critérios desse exercício.

De todo modo, mesmo que pudesse me desdobrar, não tenho tanto interesse nas conclusões posteriores. Em realidade, as citações estão sendo utilizadas com outro fim, são úteis apenas para mostrar algo muito rasteiro: não sem razão, Aristóteles confundia ordem natural e ordem política. Mais do que isso, ele confundia ordem e organização – e foi primeiramente através da Butler que comecei a olhar para esse problema de modo mais cuidadoso.

Como comentei anteriormente, a autora aponta que o gênero pode incidir sobre os modos de pensar, agir, sentir e perceber. Aristóteles é um caso clássico. Na ordem natural, a menos que isto tenha sido derogado por alguma consideração particular, o macho está acima da fêmea e o mais velho está acima do mais jovem, diz ele.

É interessante notar que o mundo do filósofo era desse jeito mesmo. Ele não era um excêntrico. Ele não estava delirando. Ele realmente acreditava que mulheres eram inferiores aos homens e que os mais jovens eram inferiores aos mais velhos. E ao andar, observar e pensar, a realidade a sua volta o fazia ter certeza disso. Aquilo que ele notava era confirmado pelo seu caminhar peripatético – seria mais ou menos como imaginar que o casamento, hoje, é apenas para heterossexuais.

¹⁹ Esta citação é muito legal, mas só a coloquei aqui por conta do meu orientador. Nela acho que há um problema pelo qual ele se interessa. A passagem revela um jogo bem interessante. Uma espécie de divisão e partilha muito sensível. Segundo Aristóteles, as famílias fazem parte da cidade. Integrantes da família compõem a cidade. No entanto, há algumas pessoas que apesar de fazerem parte da família e da cidade, não fazem parte da cidadania. Elas são parte, mas sem uma parte. São pessoas supranumerárias. Apesar de estarem na política, hierarquicamente elas não são contadas como “povo” político.

Porém, no caso de Aristóteles, o aspecto interessante é que ele chama tudo isso de ordem natural. No entanto, havia algumas exceções. Ele via experiências distintas ocorrendo em certos lugares e, desse modo, notava que essa ordem natural poderia ser revogada.

Sob esse aspecto, ele reconhecia que a realidade (excepcionalmente) poderia ser diferente. Todavia, em sua perspectiva, essas outras formas sociais não seguiam os princípios de uma razão natural. Para ele, essa barbaridade se dava em função de alguma consideração particular qualquer.²⁰

De um ponto de vista analítico, o que se percebe, portanto, é que o autor talvez não estivesse descrevendo um regime da natureza, mas um regime político. Ele estava expondo, e defendendo, um modo de fazer uma forma de cidadania. Estava descrevendo um modo de produção política das diferenças. Naquele contexto, era um tipo de cidadania pura da qual mulheres, jovens, crianças e pessoas escravizadas não poderiam fazer parte em sentido próprio.

Assim, mais que natureza, Aristóteles estava nos apresentando um regime ético-político. Estava nos indicando um modo de fazer um determinado Estado (ou função cívica). Estava nos mostrando os processos para a formação de uma cidade na qual o exercício da dominação, na esfera doméstica, se configurava como uma das técnicas sensíveis (efetivamente utilizadas) para construir uma ordem do comando de uns e, ao mesmo tempo, da obediência de outros.

Sem se ruborizar, Aristóteles descrevia uma técnica articulada e diferencial para se forjar virtudes: a virtude natural de se impor; a virtude natural de servir; e a virtude natural de vencer a dificuldade de obedecer.

As discussões sobre normas de gênero foram relevantes justamente porque me chamaram atenção para esses aspectos. Só que tudo ocorreu de um modo muito pontual. A partir de recortes analíticos, como se fosse bruxaria, a Butler me ajudava a reconhecer algumas relações entre formas específicas de governo e seus efeitos sobre a subjetividade²¹.

Sutilmente, a autora me auxiliava a perceber o funcionamento criterioso e diferencial de alguns processos de subjetivação e ‘sujeição’. No caso de Aristóteles, ela me mostrava como o autor expunha uma arte política de produzir certos tipos de homens livres e, ao mesmo tempo, escravos, mulheres e filhos.

Porém, como disse, tudo isso foi feito de modo muito pontual, de uma maneira muito recortada. Nessas experiências, a minha atenção estava direcionada a determinadas

²⁰ É extremamente curioso como uma ordem soberana e natural pode ser revogada, não?

²¹ “Foucault foi muito perspicaz quando se perguntou quais formas de poder estatal são correlativas com certas formas de individualização” (BUTLER, 2011, p. 61).

relações de gênero e sexualidade. Nos termos da Rubin (2012), é como se eu mantivesse os olhos focados em uma política sexual muito específica em um determinado tempo histórico.²²

Assim, à medida que relia o filósofo, eu ficava chocado. Eu via ali o exemplo de uma organização política e os efeitos que isso poderia ter, até mesmo, nas nossas possibilidades de discutir, perceber e pensar.

Aristóteles – com suas virtudes intelectuais muito próprias – acreditava que as sociedades onde a inferioridade da mulher não estava estabelecida eram sociedades excepcionais. Que bárbaro!

Esse era um modo bem interessante de perceber. Para ele, a não superioridade masculina era, no mínimo, contra natural. Era, hipoteticamente, um exemplo aberrante e degenerado.

Sob esse aspecto, se formos críticos, acho que se poderia dizer que aquela produção político-filosófica não se mostrava muito transformadora, correto? Diferentemente de algumas passagens de Platão, o pensamento daquele disciplinado autor estava rigorosamente normalizado.

Era uma ciência política regulamentar. O modo como ele escrevia, refletia, percebia, sentia e projetava seu pensamento revela isso. Tudo muito explícito. Bem consciente, consistente e coerente.

No entanto, através da Butler, era como se o pensamento dele fosse um efeito. Um efeito de determinadas relações muito bem estabelecidas no cotidiano. Em termos teóricos, era como se as perspectivas daquele suposto sujeito-pensante tivessem alguma ligação com relações de poder (BUTLER, 2001).

Perfeito(!), mas é aí que a análise se complica. Com essa minha interpretação, aparece um problema. Até então, estava tudo dominado. Era de boa. Trabalhando com normas de gênero, era fácil ver e analisar os processos, as palavras, as imagens e as coisas. Entretanto,

²² “Você vê, Tim”, falou Phil de repente, “seu argumento não é razoável. Suponhamos que admita seu primeiro ponto que **a homossexualidade é justificável em algumas instâncias e sob certos controles**. Então há o gancho: **onde termina a justificativa e começa a degeneração? A sociedade deve condenar para proteger**. Permitem inclusive ao intelectual homossexual um lugar de respeito, **mas condenam o primeiro bar que aparece**. Então vem o próximo, e o próximo, até que o sadista, o flagelista, o insano criminal também demandem seus lugares, e **a sociedade deixa de existir**. Então pergunto novamente: onde é desenhada a linha? **Onde começa a degenerescência senão no início da liberdade individual em tais temáticas?**” [Fragmento de uma discussão **entre dois homens gays** tentando decidir se deveriam fazer amor um com o outro]. (Barr, 1950, p. 310, citação em RUBIN, 2012, p. 10, grifos nossos). Quanto a esta citação, só gostaria de fazer um pequeno comentário: houve um julgamento recente sobre a possibilidade de casamento entre pessoas “de mesmo gênero” aqui no país. Para o resultado, parece ter sido importante a “redefinição” da noção de família. A proposta foi entendê-la como como uma relação de cuidado e de afeto. Supostamente, na suprema perspectiva, isso seria algo novo.

com as relações de poder, a calma se desestabilizava. O Foucault entrava em cena. E com esta intromissão, eu ficava sem entender se norma e poder eram noções equivalentes.

Acompanhem comigo. Eu falo em ‘processos de normalização’. Analiticamente, esses são os “meus” dois termos prediletos. No entanto, processos de normalização seria o mesmo que relações de poder? Processos é o mesmo que relações? Normalização seria o mesmo que poder? Que situação é essa?

Além disso, com muita frequência, costumo me referir à expressão “relações de gênero”. Será que falar em relações de gênero seria o mesmo que falar de relações de poder? Nesse caso, gênero seria o que afinal? Um problema?

Teoricamente, as melhores respostas que encontrei a essas questões vi em Rancière e depois em Harding – alguém que só conheci através de uma pequena citação da Donna Haraway. Mas não vou falar dessas pessoas. Farei algo melhor. Vou mostrar como resolvi os dilemas do meu jeito.

Se retornarmos ao nosso querido Aristóteles, veremos que uma das polêmicas girava em torno de uma certa noção de ordem. Qual era a ordem? Qual era o estatuto daquela ordem? No relato, a dúvida seria se o regime se configurava como uma ordem natural ou como uma razão política – acredito que vocês podem responder a essa querela sem meu auxílio.

De todo modo, quando lia os trechos através da Butler, o que ficava ressaltado eram os processos. Analiticamente, me perguntava como o autor fazia para chegar a determinadas conclusões. O que ele viu? O que ele percebeu? Como ele chegou a pensar daquele modo?

O escravo é inferior, a mulher também. Velhos decrepitos. Crianças imperfeitas. Para minha sorte, Aristóteles, além de reflexivo e sistemático, era muito didático e um argumentador contumaz. Ele me ajudou bastante ao indicar suas referências, princípios e adversários no campo intelectual, então foi fácil perceber as coisas. Era fácil notar os processos de normalização.

No entanto, como não cansei de repetir, eu estava fazendo uma leitura recortada. Estava pensando apenas em normas de gênero. Esta foi a categoria de análise que privilegiei. Por isso me silencieei sobre as questões etárias e não fiz qualquer comentário sobre as pessoas escravizadas. No fim, assinalei algo óbvio. Apenas ressaltei que aquele modelo de pensamento tinha contornos patriarcais – mas isso já estava na cara.

Nesse sentido, não foi uma análise interseccional. Talvez nem tenha sido uma análise. Foi, no máximo, uma leitura específica em que deixei alguns ecos. O que fiz foi apenas usar a noção de normas de gênero em uma abordagem circunscrita. Quase não toquei na ideia de poder, ela só apareceu depois. Está aparecendo praticamente agora.

Quanto a este tópico em particular – como é possível constatar – o meu foco esteve na esfera do governo doméstico. Um campo que nos é muito familiar. Ali, Aristóteles falava em poder despótico, poder marital e poder paternal. Note-se que, mesmo para ele, são distintas formas de exercício desse poder soberano. Um poder direcionado a pessoas escravizadas, um poder direcionado às mulheres e um poder direcionado aos filhos.

O poder que se deveria exercer sobre as pessoas escravizadas (qualquer que fosse o gênero) não era o mesmo a ser exercido sobre as mulheres ou sobre os filhos em condição de liberdade. Eram relações complexas. E Aristóteles era criterioso.

Em suma, ele dizia que não se deveria tratar ou se relacionar com seu escravo como se fosse sua mulher ou seu filho. Não seria bem. Naturalmente, isso não seria muito apropriado em matéria de soberania política.

[...] há também várias formas de comando. A maneira de comandar não é a mesma do homem livre ao seu escravo, do marido à mulher, do homem adulto a seu filho. Todos têm uma alma dotada das mesmas faculdades, mas de modo diferente: o escravo não deve de modo algum deliberar; a mulher tem direito a isso, mas pouco, e a criança, menos ainda. (ARISTÓTELES, 2002. p. 35)

Enfim – como é fácil perceber – antigamente essa discussão parecia bem simples, mas se agora decidirmos colocar a questão do poder, precisaremos rever algumas coisas. Primeiro, é importante notar que eu não trabalhei com nada disso neste texto. Sequer comentei que no governo doméstico a noção de poder parece estar vinculada à ideia de assimetria, dominação e comando. Deliberadamente, não toquei nesses temas. Não falei em poder. Anteriormente, estive lidando apenas com a noção de norma.

Ao olhar para a norma, o que ficava ressaltado eram as conexões entre produção de conhecimento e práticas sociais. Naquele caso em específico, frisei os vínculos entre práticas patriarcais e a produção de um conhecimento também patriarcal. Incidentalmente, também foi possível observar que alguns desses processos recaiam sobre os denominados sujeitos.

Em suma, com uma noção recortada de norma, ficaram sobressaltados alguns processos que (coerentemente) articulam algumas práticas, saberes e ‘subjektividades’. Se eu quisesse pagar de meta-racionalista, se quisesse organizar as coisas num certo tempo – registro ou horizonte intelectual – diria que foi um exercício de observação de um campo prático onde se verifica, com *efeito*, uma determinada *epistemologia*, uma determinada *ontologia*, e uma determinada *deontologia axiológica* (ou dever-ser).

Em outros termos, diria que através da noção de norma teríamos uma possibilidade de ver uma política patriarcal – uma efetiva arte de governo – tecendo e produzindo um

conhecimento patriarcal, sujeitos patriarcais e um direito patriarcal. Tudo muito alinhado, tudo muito ... muito organizado.

Mas é preciso ressaltar que essa leitura foi focada, só olhei para Aristóteles, para alguns trechos de uma de suas produções teóricas – nada mais que isso. Em realidade, esta foi apenas uma estratégia para mostrar como eu trabalho com processos de normalização a partir das contribuições da Butler – apenas isso. Se estivesse discutindo o tópico do poder, a história seria completamente outra.

Se o tópico fosse o poder, primeiro eu diria que talvez fosse interessante pensar em relações de poder. Além disso, sendo bem aristotélico, diria que há distintas *modalidades* de poder.

Sob esse aspecto, de maneira um pouco mais apropriada, eu concordaria que gênero, sim, é uma categoria analítica. Com o uso da categoria gênero, conseguiríamos notar uma relação de poder mais específica. No caso do nosso autor, com certeza veríamos a categoria gênero (ou sexualidade) presente na forma de poder marital e no poder paternal.

Porém, como vocês devem ter notado, o próprio Aristóteles aponta outros modos de poder ou de exercício de domínio. Ele nomeia, por exemplo, o poder despótico. E se quiséssemos especular um pouco, ainda poderíamos considerar se a questão etária também não seria uma forma de constituir uma determinada relação de poder. Um exercício de poder um pouco mais transitório sem dúvida: uma prática efetivada apenas por quem atingiu o termo de seu crescimento – homens livres e esclarecidos. Uma ação que não caberia nem aos jovens imperfeitos, nem aos decrepitos.

Portanto, ampliando a perspectiva, analiticamente notaríamos que o gênero, neste caso, seria uma modalidade específica de poder, seria uma das racionalidades passíveis de serem utilizadas em uma determinada relação – mas isso não deve apagar o fato de que há outras formas, modos que, inclusive, poderiam ser combinados para constituição de uma situação muito complexa; por exemplo, a constituição de um determinado estado: o Estado Soberano Democrático Grego, formado e comandado apenas pelos legítimos cidadãos livres e puros de verdade.

Contudo, ao trabalhar com a noção de normas de gênero, não era apenas essa configuração que eu notava. A atenção era difusa. Eu observava, entre outras coisas, o que era o homem grego. Quais eram seus movimentos. Como pensavam a masculinidade. Como faziam a noção de virtude servir para coisas distintas. Como generificavam a noção de força. Como, em alguns casos, não atribuíam uma racionalidade natural para mulheres, escravos, etc..

Assim, com a Butler – de modo muito parcial – o que eu passava a encarar eram coisas mínimas, banais. E neste exercício ia notando processos de generificação ou sexualização das práticas e experiências.

Foi uma atividade intelectual bastante divertida. E quando ficava chato, distante, ou abstrato demais, eu trazia as coisas pro meu mundo. Assistia filmes, ouvia músicas, escutava histórias, lia reportagens de jornais, lia boletins de ocorrência e, diante de tudo isso, pensava em normas de gênero. Se o tédio ainda insistisse em permanecer, eu simplesmente imaginava cenas e debates.

Por exemplo: uma coisa seria dizer que a masculinidade é natural. Outra, bem diferente, seria dizer que é genética. Aristóteles não falava em genética. Uma coisa seria dizer que a reprodução entre homens e mulheres é algo da natureza. Outra, bem diferente, seria dizer que é constitucional. Não me recordo se o nosso antigo filósofo, em algum momento, chegou a remeter esta discussão ao âmbito da política legislativa.

Desse modo, imaginava que se Aristóteles entrasse em contato com a fala do presidente, ele provavelmente ficaria chocado com o que está acontecendo: como assim(!)? Um bar? Que ambiente é este? Já ouvi falar em banquete, mas bach(!)? Que espaço é este? Um local frequentado por famílias e crianças? Um local público? Frequentado pelo senhor, por seus escravos, sua mulher e seus filhos? Todos participando em um mesmo lugar? Baile de favela? Que confusão é essa? O que aconteceu com o espaço doméstico? Que absurdo! O que vocês fizeram com a minha soberania? Wolfgang! Isso não foi a República que desenhei... vocês estão confundindo a esfera pública com quem vive na minha privada, talvez ele dissesse²³.

Enfim ..., com a Butler e a perspectiva dos processos de generificação, fiz algumas aventuras intelectuais. Porém, se era para tratar as coisas com a seriedade exigida pelo espírito acadêmico, eu via que ao menos nas questões relacionadas ao poder seriam necessários alguns ajustes.

²³ Talvez o choque de Aristóteles fosse com a própria noção contemporânea de democracia. Ela foi diferente na Antiguidade. Assim como a Tirania era a forma **degenerada** da Monarquia e a Oligarquia a forma **degenerada** da Aristocracia, Aristóteles entendia que a Democracia era a forma **degenerada** da República (2002, p. 106-126). Rancière notou algo parecido também em Platão. Para ele, este autor era um antidemocrata. A democracia era uma forma terrível porque não tinha um *princípio*. Não tinha *arché*. Não tinha origem (*gênos*). Eu meio que concordo, embora ache que no campo da filosofia essa polêmica também poderia ser analisada a partir de uma obra onde ‘Platão’ relata uma discussão sobre a virtude. Ali, nesse tema em específico, há uma posição bem distinta da formulada por ‘Ari’. Tocava-se em alguns limites. Sócrates debatia com Protágoras se a virtude era algo natural ou se poderia ser ensinada. Sei que tudo isso parece um pouco ultrapassado, remonta a um período muito distante. Inclusive é uma conversa relativamente tediosa. Porém, caso quiséssemos atualizar o debate, poderíamos pensar no campo dos Direitos Humanos. Direitos Humanos seria algo natural ou politicamente forjado? Os sujeitos de direitos seriam naturais ou seriam forjados? Como ocorrem os processos de subjetivação no campo dos direitos humanos? Quais seriam as lógicas operadas nesse lugar? – estão aí algumas perguntas que faria, mas meramente a título de curiosidade...

Em diversos momentos, a própria autora parecia aproximar normas de gênero e relações de poder, mas, do jeito que eu estava trabalhando, isso não funcionava tão bem. Acabava com a minha tranquilidade analítica. Promovia muita confusão no meu jeito de pensar.

Então, a partir disso, resolvi me livrar dessa questão da maneira mais conveniente para a pesquisa que pretendo realizar. Foi bem simples. Dois passos. Um pra lá e um pra cá. Primeiro, tentei encontrar o que Foucault pensava sobre poder ou sobre relações de poder.

Essa história eu posso contar melhor depois – ela foi muito engraçada. Mas sinteticamente foi assim: diferentemente de Aristóteles, o francês não me ajudava tanto. Eu tinha que ficar lendo uma porção de coisas que ele produziu. Não havia uma obra única, sistemática e explicitamente argumentativa. E ainda havia os *foucaultinos*, comentadores contumazes, aplicadores de teorias – discussões terríveis. Porém, no fim das contas, a experiência de leitura foi interessante. Especialmente pelas entrevistas. Através delas, fui encontrando as melhores referências que o próprio Foucault dava para ler o que ele escreveu.²⁴

O desfecho desse percurso pode impactar algumas pessoas, mas não vejo como evitar – e também não me importo muito. O fato é que fui até uma obra em que Foucault trabalhava com ‘relações de gênero e sexualidade’ e peguei uma definição:

[o termo] "poder", porém, corre o risco de induzir a vários mal-entendidos. Não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro.

[...]

[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica e complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 1999, págs. 88, 89)

Era uma definição tão fácil que não resisti. Eu não gosto de ficar repetindo o que alguém acabou de dizer, mas, neste caso, acho que é válido – me parece útil: o poder não é uma instituição. Não é uma estrutura. Não é uma potência de que alguns sejam dotados.

Apenas por essas modalidades negativas de dizer, é possível notar que este modo de encarar é bem distinto da versão de Aristóteles.

Diferenças entre o "Despotismo" e o Poder Político

Vemos, assim, claramente que o poder "despótico" e o governo político são, apesar da opinião de alguns, coisas muito diferentes. Um só existe para os escravos; o outro existe para as pessoas que a **natureza honrou com a liberdade**. O governo doméstico é uma espécie de monarquia: **toda casa se governa por uma só pessoa**; o

²⁴ Teria sido legal se eu tivesse lido algumas entrevistas do Aristóteles – talvez eu o escutasse de outras maneiras – mas não cheguei a procurar. Será que existe? Lá na faculdade, ouvi dizer que a filosofia é um diálogo vivo. Mas no meu curso praticamente só dialoguei com ideias de gente morta. Com ideias de homens mortos. Foi legal, mas agora acho estranho.

governo civil, pelo contrário, pertence a todos os que são livres e iguais. (ARISTÓTELES, 2002, p. 17, grifos nossos)

É extremamente instigante a posição adotada. Visualizar em que contextos a tirania pode ser exercida e em quais campos ela não seria legítima, é extremamente estimulante para entender algumas divisões estabelecidas naquele espaço. É algo que indicia as relações entre governo, poder, política e liberdade.

No caso de Foucault, parece que ele também se preocupava em pensar alguns desses vínculos, porém não sei se faria uma divisão tão explícita (e tão ‘claramente’ confusa) quanto a versão aristotélica. Apesar de ter sugerido que não se deve confundir poder com dominação (ou opressão), não acredito que ele faria distinções radicais porque a liberdade para o Francês se tornou um tema caro.

Em Aristóteles (ou talvez em Hannah Arendt), aquilo que é a expressão do poder político – um poder atribuído aos livres e iguais –, analiticamente talvez nada mais seja que uma forma de configurar – de maneira retórica e palatável hoje – o poder (ou *la liberté*) do cidadão puro sangue e virtude. O poder do cidadão de bem. Assim, na fala do estagirita, talvez não se trate da noção de liberdade contemporânea, ali se está diante de uma espécie de liberdade governamental dos soberanos. De todo modo, não sei por que estou dizendo isso – essa discussão não é relevante aqui e agora. O fundamental é a definição de poder. Bem nominalista.

Poder é o “nome dado a uma situação estratégica e complexa em uma sociedade determinada”. Por ora, fiquemos com a primeira parte: ‘é o nome dado a uma situação’. O resto é detalhe. Um passo de cada vez.

Acredito que a imagem do termo “*situação*” nos remeta a um campo relacional. Talvez por isso seja importante pensar em relações de poder, e não apenas em poder. Se atentar para as relações (e para as possíveis ‘redes’ e processos de conexão) nos daria mais elementos para pensar.

Para mim, caso quiséssemos estabelecer contatos entre Foucault e a “rainha do gênero” (RUBIN; BUTLER, 2003, p. 205), tenderia a pensar em “poder” como o nome dado a uma situação²⁵. A partir daí, me atentaria para um segundo passo: uma situação que ocorre em sociedades determinadas. Situações estas, *eventualmente* produzidas através de *processos* estratégicos e *modos* complexos.

Neste caso, com essa definição muito conveniente, conseguira aproximar Norma e Poder. Eu diria que norma é o nome dado a uma situação. Processos de normalização diria

²⁵ “[...] relações são situacionais, não universais, e devem ser analisadas em situações particulares.”

respeito a modalidades (técnicas) de produzir um certo campo normativo (ou uma situação regulamentar).

Por exemplo: através do uso da categoria gênero, seria possível forjar uma forma, socialmente determinada, de poder marital ou paternal. Seria possível forjar uma forma, socialmente determinada, de cidadania. Seria possível forjar uma forma, socialmente determinada, de casamento. Seria possível forjar uma forma, politicamente determinada, de constituição de um espaço público ...

Tudo isso eu acho bem interessante. Poderia passar horas discutindo, mas não sei se quero permanecer nesta história. Eu tenho questões e objetivos muito próprios, e essa conversa atual – que é fascinante – não é necessariamente muito pragmática. A dificuldade está no problema. Tenho um problema muito presente. Os movimentos sociais estão fazendo uma denúncia. E isso precisa ser tratado com uma certa urgência.

Este motivo é banal, mas é apenas isto mesmo. Gostaria de investir meu tempo em algo que considero mais relevante. Assim, com esses pequenos apontamentos e sabendo a minha posição, segurem a conversa e segurem a jogada. Deem o nome que quiserem. O nome importa, há efeitos, mas o mais relevante é compreendermos a *situação* – e foi justamente aí que a Butler me falou uma coisa que considerei intrigante.

Na verdade, acho que foi uma dica. Em uma pequena passagem, ela inicialmente me instigou a não confundir binarismo de gênero com normas de gênero.

Assumir que o gênero implica única e exclusivamente a matriz do “masculino” e do “feminino” é precisamente não compreender que a produção de coerência binária é contingente, que tem um custo, e que aquelas combinações do gênero que não se enquadram com o binarismo formam parte do gênero tanto quanto sua expressão mais normativa [...]. Fusionar a definição de gênero com sua expressão normativa é reconsolidar, sem se advertir, o poder que tem a norma para limitar a definição de gênero. (BUTLER, 2006, p. 70, grifos nossos)

Em seguida, em função dessa parte não negritada, ela me fez considerar que há uma distinção entre Norma e Gênero. No fim das contas, o que permaneceu foi justamente isto: Igor, não confunda Gênero com Normas de Gênero.

Eu aceitei o conselho. E, no campo da ilustração, decidi fazer uma separação entre normas de gênero e lógicas de gênero. Assim, do modo que estou visualizando, gênero não seria necessariamente uma norma, e sim uma lógica.

Uma norma seria apenas o nome dado a uma situação. Uma situação em que determinadas lógicas poderiam estar presentes (ou não). Uma situação onde lógicas de gênero poderiam (ou não) estar sendo politicamente e extensivamente recitadas. Vejam um exemplo:

Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por

aí. (MONSTRO [?] DE BRASÍLIA, 2011)

Por isto tomei gênero de um jeito mais simples. O compreendi como uma lógica política. Se for difícil notar, é só fazer um exercício. Basta se afastar um pouco. Basta olhar para Aristóteles. O contexto dele era distinto, mas quase dá para sentir o cheiro do que se falava ali.

Em resumo: estou tomando o gênero como uma ‘racionalidade’ política, como uma lógica política. Uma ‘razão-sensível’ e compartilhada. Sem hipocrisia, seremos incapazes de compreender esse aspecto? ... Se for difícil entender, volte ao capítulo 2, observe as *situações* particulares.

3.1.1 Racionalidade Política: um pequeno problema

Foucault anima um entendimento profundamente empírico e operatório de “racionalidade”, ou seja, enquanto ferramenta de investigação, e não como teoria explicativa de processos históricos gerais. [...]

Analisado sob esse ponto de vista, a fecundidade do modelo analítico foucaultiano para a investigação social explica-se, entre outras razões, exatamente por esta concepção pluralista e heterogênea de racionalidade. Esta é, sem dúvida, uma das razões pelas quais o “efeito Foucault” alcançou e se alastrou por tantos campos do saber científico e teórico contemporâneo, porque dita noção de racionalidade enquanto regime de práticas, técnicas e discursos diversos instila a abertura ao estudo e à investigação dos mais diversos domínios da ação social, quer no presente quer no passado. [...]

Certamente, sem as análises de Foucault sobre as formas de racionalidade, com os seus mecanismos de poder e sujeição que investem e atravessam a vida imediata e diária, estaríamos muito mais afastados de uma compreensão mais matizada e nuançada sobre os perigos da racionalidade. (FREIRE, 2019, p. 205 – 215)

Em certos momentos, fico na dúvida se compreendo a categoria gênero-sexualidade como uma racionalidade política ou como uma lógica política. Se fosse exclusivamente por minha trajetória, se fosse meramente uma questão de escolha, teria dado preferência à expressão “racionalidade política” – ela faz parte de uma tradição de pensamento com o qual tive contato.

No entanto, além da minha formação tradicional, precisei lidar com produções feministas, *queer* e LGBT. Depois, vieram interações cotidianas com grupos dos movimentos sociais, reportagens de jornais e, mais recentemente, os registros de homicídio. Neste pluriverso, em que estão presentes múltiplos debates, optei pela *lógica* – porém, diante da explícita ausência de fundamentação, agora me sinto impelido a fazer alguns apontamentos.

Na discussão sobre lógica e racionalidade, haveria distinções a serem mencionadas. Quem parcialmente me ajuda a explorá-las é Foucault. Em 1972, ele tinha

começado a perceber o problema. Em 1983, toca diretamente no assunto. Por fim, nas publicações que chegaram ao Brasil a partir de 1984, notei uma formulação melhor da pergunta.

Eu queria ter encontrado as citações desse período, elas são sensacionais, mas perdi – e estou com um pouco de preguiça de procurar para vocês. No entanto, se a memória não me falha, a questão era mais ou menos assim: o que é uma racionalidade política?

Paralelamente a essa pergunta, também parece que o autor ficava perplexo com o fato de que as coisas tivessem um sentido. Como era possível que elas tomassem uma direção específica? Como era possível que determinadas condutas seguissem um caminho regulamentar? Sua hipótese, a meu ver, é que tais movimentos poderiam estar relacionados a esse tal fenômeno da racionalidade.

Se eu fosse mais disciplinado, se tivesse feito fichamentos, mapas conceituais e essas tarefas que nos ensinam, seria mais fácil mostrar. Eu apenas jogaria a fala dele aqui e vocês notariam... – mas não sou exatamente assim... só tenho uma certa boa-fé e um pouco de boa vontade, podem confiar.

De toda forma, mesmo que eu esteja enganado ou que esteja enganando, não tem o menor problema. Neste caso em específico, o Foucault não importa tanto. E o motivo é bem simples: quando li aquela pergunta, eu já sabia a resposta. Eu já sabia o que era uma racionalidade política. Eu já tinha trabalhado com ela, já tinha visto a operação, inclusive já tinha analisado. Era como se a pergunta dele me remetesse a um capítulo anterior da história e deste texto.

Em realidade, só fiquei curioso porque achava legal que ele se questionasse. Eu simplesmente não entendia como alguém poderia se perguntar sobre algo tão óbvio. Eu sequer via problemas na noção de racionalidade política. A experiência cotidiana me ajudava bastante. Gênero, raça, sexualidade, religião, nacionalidade, idade, ..., eram – para mim – alguns exemplos sensíveis de racionalidades políticas.

Além disso, em seus respectivos contextos, era fácil notar como essas tais racionalidades poderiam ter sentido e, ao mesmo tempo, ter um sentido mais regulamentar. Realmente isso não era um grande problema. E não porque eu fosse alguém genial, mas simplesmente porque me relacionava, porque pensava.

E o mais interessante é que o Foucault também parecia se inserir nesse grupo de seres pensantes. Daí, pelo que pude entender, nas suas últimas produções, a noção de racionalidade política já não era mais um problema para ele. Suponho que a análise da questão no contexto grego – em especial a consideração dos *logoi bioêthikos* – tenha lhe ajudado em

parte. Eu fiz isso por outros caminhos, mas ouçam um pouco o (percurso do) autor – acredito que seja mais fácil de compreender que o meu²⁶:

[...] é possível apreender a **questão do sujeito de maneira mais prática**, a partir do estudo das instituições que fizeram, de certos sujeitos, objetos de saber e de dominação: os asilos, as prisões...

Gostaria de estudar as formas de apreensão que o sujeito cria a respeito **dele mesmo**. Porém, uma vez que comecei pelo segundo tipo de abordagem [*citado no parágrafo anterior*], devo mudar de opinião sobre vários pontos. **Permitam-me fazer aqui, de qualquer forma, a minha autocrítica.**

[...]

Talvez eu tenha insistido demais, quando estudava os hospícios, as prisões etc., nas **técnicas** de dominação. É verdade que aquilo que chamamos de "disciplina" é algo que tem uma importância real nesse tipo de instituições. Porém ela não passa de um dos aspectos da **arte de governar** as pessoas em nossas sociedades.

Tendo estudado o campo do poder tomando como ponto de partida as técnicas de dominação, gostaria de estudar, durante os próximos anos, as **relações de poder** partindo das **técnicas de si**. (FOUCAULT, 2006, p. 95, grifos e acréscimos nossos)

Em sua trajetória, as respostas encontradas por Foucault não me agradaram em definitivo, porém, se vocês se atentaram para o que eu havia dito, isso é algo que não tem a menor relevância. Desde o início, eu não estava interessado nas respostas dele. Eu estava particularmente curioso por entender como a noção de racionalidade política poderia ser vista como um problema teórico. E neste aspecto ele me foi bastante útil. Ele fez ótimos debates.

Mas antes de falar sobre isto, só gostaria de destacar dois termos. Vou precisar de um deles daqui a pouco. Notem lá, falou-se em arte e técnica – apesar de haver alguma confusão ali, gostei bastante dessas palavras.

Como estava dizendo, Foucault foi relevante para me mostrar como a noção de racionalidade política se convertia em um problema. A partir da leitura, consegui observar alguns aspectos. Em minha perspectiva, assim como poder, essa noção gerava uma série de

²⁶ “Assim, **o homem** é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, **concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis**, de que os outros animais são, como nós, capazes” (ARISTÓTELES, 2002, p. 5). “Na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é **infantilizado**, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito, a reação de quem ouve só pode se dar nos níveis acima caracterizados. O modo mais **sutilmente paternalista** é exatamente aquele que atribui o caráter de **‘discurso emocional’** à verdade contundente da **denúncia presente na fala do excluído**. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam numa renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão” (GONZALES, 1979, p. 15, grifos nossos). Está aí uma cena – e um exemplo – de disputa pela noção de *logos* e de palavra. As diferenças são sutis, mas é possível notar artes e técnicas nos dois casos. Se não chegou a perceber de imediato, não tem problema, acontece – e foi por isso que coloquei o percurso intelectual do Foucault, acredito que o caminho dele seja mais fácil de compreender que o meu.

‘mal-entendidos’ pois estava sendo vinculada a uma vastidão de outros elementos.

É muito fácil notar, por exemplo, sua ligação com governo, instituição, sujeito, dominação, ética, vida... E se voltarmos um pouco no tempo – talvez em Aristóteles – também poderíamos relacioná-la a Estado, Natureza, Ordem, Comando, Soberania, Obediência etc. Enfim..., mesmo hoje – não sem motivos – a noção de racionalidade política parece estar sendo remetida a uma série de nomes – inclusive à noção de norma. No entanto, essa mistura não funciona para mim. Para que eu possa caminhar metodologicamente, precisarei deixar as coisas um pouco mais simples. Sensíveis e concretas.

Vou intensificar alguns aspectos dessa discussão no próximo tópico, mas agora – neste exato momento – o mais relevante é que entendam a primeira operação para desembaraçar o campo: em vez de falar em racionalidade política nos moldes de uma intrincada tradição, falarei simplesmente de *lógica*. E como elas são várias, vou trabalhar com uma muito específica: as lógicas de gênero. Sim, existe mais de uma. Por isso a expressão está no plural.

Além disso, como foi pontuado, é importante não confundir lógicas de gênero com normas de gênero. Se vocês quiserem articular algo, é possível. Só que a minha definição de norma (ou de poder) é bem restrita: norma (ou poder) é o nome dado a uma *situação*.

É simples: não me faz falta nem a norma, nem o poder (e talvez nem a tradição). Eu só preciso de uma situação pontual e da noção de lógica. É ridículo, mas não preciso de muitos termos para atingir os objetivos que tenho. Uma situação e uma lógica. É só isso que preciso. Em alguns casos, imagino que poderei notar as duas coisas juntas. Em outros, não.

Este foi o último caso mencionado no capítulo anterior, observem:

Menina é apedrejada até a morte [...]

[...]

Uma adolescente de 13 anos morreu **apedrejada** na terça-feira em Foz do Iguaçu, no Paraná. A estudante Taís Cristina Martins teria sido **agredida** por duas jovens, de 15 e 18 anos, suspeitas de cometer o crime. Segundo a polícia, **o motivo** do crime seria **vingança – Taís teria se envolvido com o namorado de uma das garotas**. (VEJA, 2014, grifos nossos)

Uma situação e uma lógica. Talvez isto não esteja totalmente correto. Ainda faltaria uma parte. Olhando para o caso acima, acho que vou precisar de mais uma pequena coisinha. Analiticamente, acredito que também vou precisar da noção de técnica.

Porém, antes de usá-la, gostaria de compartilhar como cheguei a essa conclusão²⁷. Foi simples... foi apenas uma questão de continuar a interlocução em que eu estava.

²⁷ Fui muito prosaico ... não gastei minhas horas, meu ser ou meu tempo, lendo Heidegger. Por questões matemáticas, procurei me afastar ao máximo dele. O que foi bem fácil. Ele facilitou bastante. Daí foi tranquilo...

No mesmo livro, no mesmo capítulo – depois de ter me dado aquela primeira dica – de não confundir norma e *lógica* – a Butler também fez outros dois apontamentos que guardei: olhe as práticas..., pense nos efeitos. Obviamente, as palavras não foram bem assim. A escrita foi um pouco mais rebuscada. Mas foi apenas isso que guardei: práticas e efeitos. Modificando um pouco, virou técnicas e efeitos.

A ideia de que o gênero é uma norma requer uma maior elaboração. Uma norma não é o mesmo que uma regra, e tampouco é o mesmo que uma lei.² Uma norma opera dentro das **práticas sociais como o standard implícito da normalização**. Ainda que uma norma possa separar-se analiticamente das **práticas das quais está impregnada**, também pode ser que se demonstre recalcitrante a qualquer esforço para descontextualizar sua operação. As normas podem ser explícitas; no entanto, quando funcionam como o **princípio normalizador da prática social** frequentemente permanecem implícitas, são difícil de ler; os efeitos que produzem são a forma mais clara e mais dramática mediante a qual se pode discernir. (BUTLER, 2006, p. 69, tradução e grifos nossos)

Acompanhem comigo: ela fala de práticas e de um certo *standard* [?] que lhe está associado. Ela fala de um *princípio* [?] normalizador das práticas sociais. Será que é a isto que ela está chamando de norma?

No meu caso, acredito que *standard* ou *princípio* seja aquilo a que se referia Foucault quando falava em racionalidade política. Porém, mesmo que esta minha leitura esteja equivocada, como não dependo desses sobrenomes para refletir, é a isso que estou me referindo quando uso o termo *lógica*.

Em síntese: eu diria que as práticas têm lógicas. E tais lógicas podem estar mais estabelecidas. Podem ser regulamentares. Podem – talvez por isso – incorporar um certo sentido e direção mais compartilhada e uniformizada.

O binarismo de gênero é um exemplo de lógica regulamentar. Dentro de sua *razão*, opera-se com masculinidade, feminilidade e heterossexualidade. E como foi possível notar, há óbvias assimetrias no enquadramento e no percurso lógico-binário-heterossexual.

Quando trouxe cenas em contextos históricos e campos específicos – fossem as reportagens de jornal, as falas do representante do povo ou a descrição do governo doméstico em Aristóteles – isso foi apenas um modo de exemplificar como, analiticamente, seria possível apontar as lógicas que funcionavam (ou funcionam) em determinadas *situações*.

Era um modo de tentar apontar como uma lógica, além de possuir uma racionalidade pontual, também poderia caminhar em direções politicamente forjadas. Suponho, portanto, que não precise mais insistir nesse aspecto.

Assim, o que destacaria naquele trecho da Butler é que ela parece vincular lógica e prática. Eu definitivamente não faria isso. Isso causa muita confusão na cabeça de certas pessoas.

Num certo campo mais estandardizado, o que a Butler chama de prática é o que eu chamaria de *tecnologia*. Vale ressaltar, no entanto, que prática ou tecnologia é algo múltiplo. Algo que não precisaria estar vinculado a relações deterministas de antemão.

Seja como for, estou pensando em *tecnologia* como ‘uma ação com uma lógica’. Uma arte com lógica. Sendo mais específico, e considerando a esfera do “poder”²⁸, *prática* seria a vinculação da *técnica* com uma *lógica* determinada.

Vou comentar isso melhor depois, mas o paralelo é óbvio: assim como a prática pode ser desdobrada, a noção de *tecno-logia* apresenta dois termos que também poderiam ser analiticamente separados.

Por exemplo: uma determinada *técnica* de dominação colonial pode estar vinculada a uma *lógica* de gênero e sexualidade – mas pode estar vinculada a outras também. Uma determinada *técnica de apedrejamento* (cujo ‘efeito’ é o ‘extermínio’) pode estar vinculada a uma *lógica* de gênero e sexualidade – mas pode estar vinculada a outras também... – não quero ser repetitivo; ... e considerando todos os casos que trouxe, suponho que não precise tornar a redensolver essas leituras, correto?

Enfim... como estava dizendo, talvez seja relevante se atentar para este fato: há uma diferença entre *técnica* e *tecnologia*. *Técnica* é apenas uma parte da palavra. A minha modificação terminológica é apenas uma lembrança. Nesse sentido, diria que o termo *tecnologia* apresenta uma vantagem meramente gráfica em relação à noção de prática ou de ação.

Em segundo lugar, dentro dessa discussão, há um outro aspecto que me chamou atenção. Algo ligado à versatilidade: existem múltiplas *técnicas* assim como existem várias *lógicas* (regulamentares ou não) – e foi exatamente por isso que comecei a me atentar para a parada dos efeitos ou da efetividade:

Ao sustentar que a norma só subsiste em e através de suas ações, **Macheray** situa a ação no centro da intervenção social: “Do meu ponto de vista já não é possível pensar a norma de maneira a ultrapassar as consequências de sua ação, como se, de alguma maneira, fosse independente e estivesse por de detrás delas: **a norma deve ser considerada como se atuasse precisamente mediante seus efeitos**; (BUTLER, 2006, p. 82, tradução e grifos nossos)

Como vocês podem notar, a dica dos efeitos não foi exatamente da Butler. É uma coisa meio polifônica, mas isso também não é relevante (ou é?). De todo modo, apenas gostaria

²⁸ Do “standard”, do “comando” ou do “princípio”.

de ressaltar a observação: **uma lógica deve ser considerada também em relação aos seus efeitos**²⁹.

Na primeira vez que li esse trecho, fiz apagamentos, e isso me remeteu a uma esfera mais “instrumental” ou “mecanicista”. No entanto, ao entrar em contato com alguns casos, fui percebendo que a consideração sobre os efeitos era um pouco mais polêmica e aberta que a perspectiva com a qual eu trabalhava.

Os efeitos não precisam ser analisados estritamente em um campo racionalista governamental. Não precisam ser absolutamente vinculados ao âmbito dos cálculos, das estratégias, da coerência (e da coesão) entre princípios, meios e fins – esta é uma abordagem que torna a palavra efeito relativamente ambígua. E parece supor um sujeito bem esquisito.

Por um ângulo diferente, tentei mostrar essa questão da efetividade antes. Ela continua sendo bem problemática para mim. E se não for muito enfado, posso tentar abordá-la novamente, mas desta vez usando o Kant como exemplo – o autor é muito citado (ainda que frequentemente de maneira implícita).

Pelo que me lembro, em dado momento de sua vida, o alemão estava preocupado em estabelecer os fundamentos de uma ‘moral’. Ele estava comentando a fundamentação da metafísica dos costumes. A ideia era propor uma espécie de regra de conduta que fosse válida universalmente. Um projeto bem curioso. Como isso foi feito?

Se não estou equivocado, como se fosse *Expositus*, primeiro ele colocou alguns problemas ‘éticos’ na mesa. Depois disse que a natureza nos concedeu a Razão. Disse que a Razão precisaria ter alguma função. A natureza é sábia – ele falou.

Daí, seguindo nesse fluxo, passou a sustentar que a função da razão seria importante para construir a Boa Vontade. A Razão seria um instrumento para a construção da vontade boa. Em uma interpretação um pouco mais ‘livre’, a Razão seria o que estabeleceria as diretrizes para a ‘Moral’. Uma espécie de razão reguladora.

Por fim, ele passa a expor as fórmulas do imperativo categórico ou da Categoria Imperativa – não me lembro ao certo. Já faz algum tempo que li a obra. Apenas me recordo de que se tratava de uma espécie de regra imperial (vinculante, obrigatória, válida universalmente) para todos os seres racionais. Era algo quase assim: aja de tal modo que sua conduta possa valer universalmente. É bem interessante o que ele faz. As suas considerações, de certo modo, tornaram ‘menos’ relativa a ética aristotélica. Fim.

²⁹ Se tivesse que reescrever, seria algo conceitualmente assim: uma *tecnologia* deve ser considerada também em relação aos seus efeitos – porém, ainda tenho dúvidas nessa possível releitura e reformulação. Refletir sobre o caso Márcia e José Antônio, tem me ajudado a aplacar alguns dilemas.

Observando o processo, que lição poderíamos tirar de Kant? O livro, como se sabe, foi produzido há bastante tempo, mas continua gerando indagações. Algumas questões, por exemplo, têm sido atualizadas no campo da reflexão política: o que seria essa Razão Universal? Ela tem funcionado como fundamento de regras de conduta? Essa razão é um princípio regulador? É categoria fundamental? É suposto deontológico?

Essa Razão envolve o Universo, a Natureza, ou só a terra mesmo (LAURETIS, 1987)? Ela vale em qualquer tempo, em qualquer espaço, em qualquer cultura? Razão Universal seria critério de Justiça, Verdade, Validade e Extensão? Quando se instrumentaliza essa Razão, quais seriam os efeitos?

Se Marie reivindicasse o uso dessa Razão, se utilizasse praticamente os mesmos termos, quais seriam as consequências, em 1793, não na Alemanha, mas na França revolucionária?

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS MULHER E DA CIDADÃ

Artigo 4º - A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo aquilo que pertence a outros, assim, o único limite ao exercício dos direitos naturais da mulher, isto é, a perpétua tirania do homem, deve ser reformado pelas leis da natureza e da razão.

Artigo 5º - As leis da natureza e da razão proíbem todas as ações nocivas à sociedade. Tudo aquilo que não é proibido pelas leis sábias e divinas não pode ser impedido e ninguém pode ser constrangido a fazer aquilo que elas não ordenam.

(Olympe de Gouges)

Acredito que estas podem ser algumas maneiras de se perguntar – filosoficamente – sobre o alcance da obra feita em Königsberg.³⁰

Contudo, haveria outras formas de olhar: na biblioteca, poderíamos nos questionar se, no texto do autor, a noção de Razão é utilizada para o estabelecimento de regras (fórmulas ou máximas) no campo dos costumes.

Se pegarmos os livros, veremos que sim. Ele utilizou parcialmente a noção de Razão para a justificação de uma determinada regulamentação da moral. Ao se atentar para a escrita, é possível notar que a noção de Razão foi, literalmente, instrumentalizada. De maneira hipotética, apaixonada e bastante efetiva, ela serviu para fundar uma ideia de Moral Universal. Essa foi uma das principais lições de Kant.

³⁰ No meu caso, revisei a obra para pensar sobre Racionalidade – Vontade Livre – Responsabilidade. Olhei para a tríade a partir das relações de gênero e sexualidade. Foi uma diferença mínima, mas alterou os significados..

E o defensor crítico da razão pura foi muito convincente em seu tempo. Isso é bem fácil de mostrar. Bastaria voltar aos meus fichamentos, recortar alguns trechos, expor uma ou outra citação e veríamos as coisas de modo bem simples.

A partir daí, poderíamos tirar nossas conclusões e, em seguida, passar horas a fio conversando sobre o autor, seus amigos e detratores. Eu mesmo fiz isso durante um certo tempo. Depois, quando acabava a diversão, fechava as obras e voltava para a minha humilde residência.

Às vezes chego a ressentir esse período. Era uma época legal, mas algo se alterou. Academicamente, acabei notando caminhos ainda mais curiosos para explorar estas questões no contemporâneo. Algo que não estava muito acostumado.

Uma das primeiras sugestões nesse sentido foi adotar uma posição política leiga. *Queer*. Algo fácil e eventualmente ainda mais disruptivo do sonho dogmático (e – *a priori* – histórico). A orientação foi a seguinte: siga as pistas. Basta pegar uma situação – que envolva os costumes – e, em seguida, fazer perguntas sobre os efeitos e efetividade:

O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro e ele muda o comportamento dele. Tá certo? Já ouvi de alguns aqui: olha, ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem. (BOLSONARO, 2010)

A situação está dada. Você é capaz de julgar? Quais foram os efeitos neste caso? Em uma perspectiva estritamente racionalista, uma consequência foi a produção de um determinado tipo de homem. Já comentei isso antes, mas agora é possível continuar.

A partir de uma perspectiva político-analítica, acredito que seria possível se perguntar se a *lógica* presente nessa *situação* foi efetivada e, além disso, como foi efetivada. Reconhecendo verdade no relato, a resposta é óbvia: sim, uma *lógica* foi efetivada. A *lógica* foi efetivada através de palmadas (*técnicas*). Tá certo?

Moral da história: considerar os efeitos ou a efetividade, me parece importante porque mostra a *lógica* não como algo metafísico, transcendente ou estrutural. Uma *lógica* é algo concreto. Instrumentalizável. Operacionalizável. Por isso uma *lógica* também precisa ser analisada (ou pensada) como se atuasse mediante seus “efeitos”.

Uma *lógica* que não tenha efetividade não é propriamente uma *lógica*. A ação é um dos mecanismos que materializam (ou mesmo partilham) uma *lógica*. “Paradoxalmente”, a ação é um efeito que a torna concreta. ‘É’ *como* se fosse o ‘seu’ ‘corpo’.

Falando assim, especialmente por conta dessas aspas, chego a notar que a discussão talvez esteja um pouco embaraçada teoricamente. Entretanto, não estou confuso. Por isso, mais uma vez, insisto na noção de tecnologia.

Ela é mais fácil: para se efetivar, uma lógica precisa das técnicas, precisa de atos. Precisa de ações. A fala, a surra, a escrita, o pensamento... e, de modo mais geral, a técnica – ou a arte – é aquilo que realiza (e mesmo idealiza) a lógica. Em resumo: a lógica precisa ser feita. Uma lógica se faz. Ela pode ser localizável. E é exatamente por isso que estou trabalhando com a noção de *tecnologia*.

Porém, deliberadamente, estou localizando as *técnicas* e as *lógicas* no campo da política. Técnicas e lógicas são coisas que compartilhamos, forjamos, operamos, modificamos, justificamos, conflitamos etc..

Uma *tecnologia* que não seja compartilhada, uma tecnologia que não seja política, eu não saberia dizer o que é. Assim como não saberia dizer em que consiste uma técnica sem lógica e uma lógica sem técnica, também não saberia – ou talvez não tenha me interessado – sobre que tipo de técnicas ou que tipo de lógicas não são políticas. Não é isso que estudo.

Sob este aspecto, o meu campo de análise é bem específico. É bastante recortado: minhas dúvidas giram em torno de quais *tecnologias* poderiam interferir em processos regulatórios (BUTLER, 2006, p. 84). Usando os meus termos, seria algo ainda mais trivial: quais *técnicas* e quais *lógicas* poderiam ser utilizadas e operacionalizadas em determinadas *situações* de extermínio?

Talvez essa discussão esteja começando a parecer excessiva. Não sei, mas o problema é bem simples. Consigo condensar as coisas em menos de duas páginas. Duvida?

Toda essa conversa se refere exclusivamente a algo que havia dito no início deste texto: como poderíamos reduzir assassinatos que envolvem determinadas lógicas de gênero e sexualidade?

Por conta das denúncias que estavam sendo feitas pelos movimentos sociais, meu problema, hoje, gira em torno disto: das possibilidades de indagação e de *efetiva* mudança ou alteração de um determinado quadro político.

... vou argumentar que a teoria é em si mesma transformadora, então afirmo já de entrada. Porém também se deve ter em conta que eu não creio que a teoria seja suficiente para a transformação política e social. Deve se dar algo junto a teoria, por exemplo, intervenções a níveis políticos e sociais que impliquem certas ações, um trabalho continuado e uma prática institucional, que não é exatamente o mesmo que o exercício da teoria. No entanto, acrescentaria que em todas essas práticas se pressupõe a teoria. No ato de transformação social todos somos filósofos leigos que pressupomos uma visão de mundo, uma visão do que é o correto, do que é o justo, do que é detestável, do que é a ação humana e do que ela pode ser [...] (BUTLER, 2006, p. 290, tradução nossa)

Essa atividade a que me proponho – de pensar mudanças – me parece muito simples. Não há nada demais. É fácil de fazer. Às vezes, fico com a impressão de que talvez

seja mais fácil fazer que explicar.

Quando leio algumas reflexões nesse campo, acabo é ficando atravancado. Em linguagens e contextos variados, alguns autores falam muitas coisas, coisas que confundem a minha cabeça. Eles misturam um monte de elementos e, ao desviar minha atenção com as suas perguntas, me atrapalham a pensar.

Eu noto um monte de problemas nessas produções – mas ao mesmo tempo acho que entendo. É uma conversa meio acadêmica. E é por isso que estou me desvencilhando um pouco desse lugar. Para os meus objetivos, não preciso dos ‘mal-entendidos’.

Necessito de abordagens simples, sensíveis, lógicas, aplicáveis e – obviamente – politicamente racionais. Nesse sentido, entre toda essa discussão, só precisaria que vocês me acompanhassem em duas coisas.

Um: eu necessito de uma *situação*. Dois: preciso que vocês notem que as situações geralmente envolvem *lógicas e técnicas*. Ou seja, é possível que em determinadas situações estejamos diante de *tecnologias políticas*. É só isso.

De certa forma, a discussão sobre a noção de racionalidade pode ser importante para o reconhecimento desse quadro. Além disso, teoricamente, acho relevante mostrar a razão (ou mesmo a racionalidade) como um problema na reflexão política.

Porém, ao entrar nessa discussão agora, não pretendi muito. Só queria reforçar o que já havia percebido: além de poder ser um problema, as racionalidades são compartilhadas. Sei que é bastante superficial. É banal, mas era isto: em relação às contribuições acadêmicas, não precisava de muita coisa. Precisava apenas de algumas pinceladas. Pequenos toques e dicas.

Como tenho um trabalho a fazer, essas pequenas observações me parecem necessárias para que, posteriormente, eu possa compartilhar uma estratégia metodológica no campo da segurança pública.

Por fim, um último comentário: se não se perderam no meio dessa conversa, vão se recordar que me propus a fazer uma discussão entre a noção de norma, poder e vulnerabilidade. Eu falei de vulnerabilidade?

Sim. Eu toquei no tema. Ele está presente no tópico. Em diversos momentos. Só não o abordei com ‘mais’ visibilidade porque tinha outro foco. As minhas principais dúvidas giravam em torno das noções de norma e poder, mas vejam as citações. Olhem os efeitos... acredito que perceberão sua presença.

Contudo, se não chegaram a notar, não se preocupem, a seguir vou deixar isso mais exposto. A noção de vulnerabilidade carrega consigo uma questão de perspectiva. Algo que preciso abordar de uma outra maneira. Vou tratar essa questão a partir de uma posição analítico-

conceitual mais sensível.

3.2 Dinâmicas de Vulnerabilidade: a ordem disciplinar, o dispositivo e a arte

As questões terminológicas são importantes na filosofia. Como disse uma vez um filósofo pelo qual tenho o maior respeito, a terminologia é o momento poético do pensamento. (AGAMBEN, 2005, p. 9)

Qu'est-ce que la philosophie?

La philosophie moderne?

Preciso lhes dizer uma coisa: houve um pequeno desvio no plano de escrita deste capítulo. Eu condensei a discussão ali atrás. Inicialmente, a proposta era falar sobre lógica (e política). Em seguida, comentaria sobre técnica (e política). Por fim, abordaria a noção de efetividade (e política). Tudo bem calculado: seria uma discussão medíocre, para um trabalho relativamente medíocre.

Apesar do desvalor, apesar da singularidade, essa estratégia poética do conhecimento tinha suas justificativas e objetivos no contexto da tese. Era um trabalho fácil de fazer e acompanhar. Além disso, menos que potências, era algo que apresentava resultados significativos.

Contudo, embora soubesse que a noção de *tecnologia* funcionava em alguns lugares, sou relativamente cético também. Em certa medida, considero essa abordagem um rascunho e precisaria testar a relevância.

Estou experimentando uma ferramenta e gostaria de auxílio na crítica. Este era um objetivo central na interlocução: além de achar necessário que o termo fosse colocado sob análise mais minuciosa, queria que chegassem a considerar a utilidade – por isso o planejamento dos três tópicos em sequência. Por isso a atenção na terminologia.

No entanto, alterei a proposta – e esse comentário foi só para tornar essa mudança e esse movimento um pouco mais compreensível. Mas não se equivoquem, o pano de fundo ainda se mantém, só não será tão explorado. O jogo de escrita continua o mesmo: primeiro, estou convicto de que, com uma ferramenta conceitual bem delimitada, é possível contribuir para reflexão em torno de algumas práticas de extermínio. Continuo apostando no termo tecnologia.

A minha dúvida seria se essa noção também poderia auxiliar na escuta de outras relações. Como olhei exclusivamente para cenas muito particulares, é óbvio que em torno delas reconheço algum valor; no entanto, diante de outras *situações*, não sei se saberia o que dizer –

precisaria que outras pessoas avaliassem.

Só existiria um adendo no enquadre: de modo algum me preocupei em construir uma noção abrangente. “O sol é do tamanho dos meus pés”. É preciso lidar com isto: a possível extensividade da ferramenta conceitual não foi algo em que me apliquei. Meu propósito, em realidade, foi no sentido oposto: deliberadamente, eu queria algo restrito.

De abstrações genéricas, boa parte da produção intelectual me parece inflacionada. Acho que a academia não precisa de mais noções geniais que expliquem a ordem (ou a desarmonia) do mundo (físico ou metafísico). Não acho que precisam. Por isto esta nota.³¹

Caso esteja correto, vocês poderiam me direcionar uma pergunta meio óbvia neste momento: Igor, se você tem certeza de que seguir o seu planejamento inicial seria o mais adequado, por que alterar o percurso?

A minha resposta é circunstancial. Se constrói neste capítulo. E vocês já podem imaginar: além de me abrir a críticas, esse desvio pode proporcionar interlocuções um pouco mais sensíveis.

Os problemas que estou abordando não são propriamente (ou exclusivamente) acadêmicos. São problemas compartilhados. Ao entrar em contato com alguns registros de assassinatos, eu notei isso. As questões que tenho não me foram legadas pelas produções teóricas. São questões de campo. Um campo político de concentração, de extermínio e de intervenção.

Exatamente aí, ao lidar com essa esfera, notei que muita coisa é falada. Porém, uma fala incidental me chamou atenção: o genocídio da juventude negra no Brasil. “Black Lives Matter”. Eu gostaria de colaborar com essa voz, mas realmente não me sinto em uma posição confortável para isso. Eu não estudei com profundidade as lógicas étnico-raciais.

Por uma questão de trajetória acadêmica, consigo trabalhar melhor com gênero e sexualidade. E isso – por si só – já é bem complicado. Não me arrisco a juntar as lógicas só porque me considero uma pessoa com boa vontade e bem-intencionada. Ainda que essa atitude

³¹ Tecnologia não é *poder*. Tecnologia não é *norma*. Tecnologia não é *biopolítica*. Tecnologia não é *necropolítica*. Enfim, da maneira que será utilizada, tecnologia não corresponde a essas noções que parte da teoria crítica, bélica e progressista adora. Como ressaltai, tecnologia é só um termo relativamente medíocre, para um trabalho intelectual medíocre. Do meu ponto de vista, o jogo só se torna interessante porque, querendo ou não, essa proposta – “teórica” – precisará ser avaliada - a discussão precisa passar por uma banca – e isso é uma grande vantagem. A depender das críticas, se a terminologia for ruim, posso tentar produzir coisas melhores depois. A cena é fantástica. É um ritual bem instigante. Só há um problema: para funcionar bem, a crítica precisa ser boa. E, para ser boa, acho que precisaria me expor. Acho que precisaria me arriscar em relação a coisas nas quais não tenho tanta certeza. Entretanto, se eu seguisse o planejamento inicial, acredito que haveria menos chances de ser colocado em questão. Agora, por exemplo, seria o momento de fazer uma discussão sobre arte, técnica e política – algo que dificultaria enormemente a vida de críticos. Então resolvi mudar. Vou seguir o desvio da rota, depois eu volto.

seja bastante racional, boa-fé humanitária – simples e pura – não me parece ser algo suficiente de um ponto de vista crítico, concreto e efetivo.

No entanto, contraditoriamente – talvez em função de algum *sensu* democrático bem lá no cantinho do coração –, ainda gostaria de colaborar com essa perspectiva sensível na qual não me especializei.

É justamente por esse motivo que entrei no desvio. Gostaria de testar. É meio loucura neste contexto, mas pago para ver. Será uma espécie de tentativa de diálogo. Se acharem que não é válido, tudo bem. Eu entendo. Aquilo que é logicamente relevante em um campo, não necessariamente precisa ser em outro.

Assim, para iniciar sem mais delongas, diria que um modo teórico de abordar questões conexas pode ser através dos termos biopolítica ou necropolítica. Eu não gosto dessas palavras, mas há gente de peso trabalhando com elas. São obras meio filosóficas. Sendo mais preciso, diria que algumas produções estão sendo escritas por gente identificada no campo da filosofia. De modo geral, tratam-se de autores e autoras que não me atrapalham, mas que também não me auxiliam tanto.

Nessa história, vou elencar apenas três sobrenomes. São perspectivas distintas entre si. Eu não as li com a mesma cautela ou com o mesmo entusiasmo que as outras produções, mas notei alguns aspectos bem curiosos. Estou falando de Agamben, Esposito e Mbembe.

Do meu ponto de vista – sem qualquer pretensão de verdade – acredito que a noção de *tecnologia* teria impactos diferentes em cada uma das obras. Em referência ao Agamben, imagino que o termo ressaltaria as minhas diferenças em relação às perspectivas e métodos com os quais ele trabalha. Quanto ao Esposito, acredito que poderia auxiliar na resolução de alguns de seus dilemas conceituais. Por fim, no que concerne ao Mbembe, não saberia dizer até onde lhe poderia ser útil.

Sem muito tédio, vou tentar contar um pouco dessa cena. Tal como fiz anteriormente, buscarei fazer uma exposição que me leve mais rapidamente aonde eu gostaria de tocar. Neste caso em especial, vou caminhar em direção ao autor que mais noto afinidades com as minhas questões. Alguém que, curiosamente, é a pessoa que menos li.

No entanto, para iniciar esse percurso, primeiro preciso pontuar que o Esposito tem uma obra vinculada à Biopolítica. O Mbembe, à Necropolítica. Ou seja, estas pessoas não foram citadas de graça. Escreveram sobre coisas importantes. Além disso, eles dialogam com Agamben. Sem mencionar as explícitas referências bibliográficas nos textos, minha impressão é que o primeiro conversa com ele especialmente a partir da noção de *bios*. O outro, a partir da

noção de *exceção*.³²

De todo modo, não foi por isso que o Agamben entrou na minha rota. Ele o fez por mérito próprio. Inicialmente, ele me parecia dialogar bastante com Foucault, mas depois vi que era só aparência. Em determinados casos, não notei propriamente um diálogo, notei uma elaboração conceitual própria. E foi intrigante a hermenêutica: em diversas ocasiões fui ao Agamben porque supus haver conexões com o francês, quando me dava conta, estava lendo só Agamben mesmo. Não achei tão legal assim, mas ainda que discordasse ou que tivesse muitas dúvidas em relação a suas colocações, ele me fez olhar para aspectos que eu não dava (e não dou) tanta atenção. Acho que não foi mal.

Essas considerações preliminares – que não precisariam ser ditas – foram para você. Para auxiliar sua avaliação. Em termos corriqueiros, o que estou dizendo é que entrei em uma enrascada. Elenquei três autores com os quais, além de não ter tanta afinidade, não reconheço neles os problemas ou as soluções que me movem.

Caso essa discussão realmente me interessasse, sei que precisaria fazer um trabalho mais dedicado. Se eventualmente fosse uma conversa séria, acho que precisaria ir no campo da filosofia. Ironicamente, iria para o terreno deles. Iria fazer a provocação lá. Em especial, destacaria conceitualmente algumas diferenças entre racionalidade e dinâmica.

Eu precisaria investigar melhor, mas tenho a impressão de que nessas obras ainda parece permanecer um certo resíduo (relativamente moderno) que não favorece uma distinção muito explícita entre ordem política e organização política. Em outro plano, não parece haver uma distinção muito significativa entre razão política e racionalidade política. Em função disso, como desdobramento sensível, noto um certo uso da expressão “dinâmica política” bastante complicado, muitas vezes confundida com “razão de Estado” ou “dinâmica de Estado”.

Enfim, caso efetivamente quisesse entrar nessa discussão de uma maneira mais apropriada, necessitaria de um pouco mais de rigor, um pouco mais de dedicação. Um pouco mais de estudo. Isso eu não fiz – e este é um risco que vou assumir neste momento.

A única coisa que pode tornar essa discussão um pouco menos tola é que não sou muito imbecil. Eu penso. E acredito que eles pensem. E sendo ainda mais radical, acho que vocês pensam também. Quanto a essa faculdade, acredito que poderíamos nos considerar iguais. Mas vou cometer excessos. E talvez precise ser moderado de algum modo. Eu mesmo farei isso comigo – não se preocupem. Só não farei na medida certa. Espero que consigam avaliar.

³² Não me interesso tanto por *bios*, *zoé* ou mesmo vida nua, mas reconheço algum valor na ideia de vidas matáveis. Mais precisamente, reconheço relevância na noção de *campo* de vidas descartáveis. Em consequência – não sei se por esse motivo – frequentemente também me interesso pela noção de exceção, abjeção (e norma).

Meu plano é começar com o Agamben e terminar chegando ao Mbembe. Para isso, vou utilizar o Esposito como possível mediador. O problema nesse caminho é apenas o fato de existir a possibilidade de discutir com todos eles. A possibilidade de contestá-los. Sério..., realmente acho isso muito fácil de fazer e de acontecer. Noto apenas uma pequena coisa que dificultaria esse processo: o prestígio que eles têm – mas isso não é um problema deles, é uma questão nossa. Isso eu vou mostrar e tentar contornar.

Para não soar muito leviano ou academicamente irresponsável, bem ao fundo e em momentos distintos, vou manter a conversa com a Butler e com Foucault. Será um certo respiro, um porto seguro, algo que me permitirá sair do debate assim que eu quiser. É pura estratégia: se eu entrei, também poderei sair.

No final das contas, verão que é arte suave. Esses autores não me interessam. Posso ir para o inferno sozinho, sem problema teórico algum. O problema está lá na quebrada. Lá onde escorre sangue. Bem no capítulo cinco. Num campo concreto de vulnerabilidades. E ir pra lá sozinho me parece bem melhor que ir com um monte de gente maçante (mesmo que altamente qualificada).

3.2.1 Técnica, disciplina e arte: onde estão as possibilidades de desvio, Agamben?

... a colaboração entre as pessoas naquelas tarefas que aumentem a soma total de humanidade são problemas novos, que exigem invenções reais. Optemos por não imitar a Europa. Juntemos os nossos músculos e cérebros numa nova direção [...]. Sim, o espírito europeu tem raízes estranhas. Por isso, [...], não prestemos tributo à Europa, criando estados, instituições e sociedades que se inspirem nela. A humanidade espera outra coisa de nós. [...] temos de inventar e temos de fazer descobertas [...], temos de virar a página [...], temos de propor novos conceitos e tentar colocar em marcha [...]. (OLSSON, 2014)³³

Agamben. Esposito. Mbembe. As produções dessas pessoas me parecem bem distintas entre si. Se eu fosse mais cuidadoso, acho que não conseguiria estabelecer tantos pontos de convergência. Eles são inteligentes. Tem seus recortes. Tem seus problemas específicos. Tem seus modos de analisar e refletir. E se não consigo fazer aproximações nem mesmo entre Butler e Foucault – imagine com eles. Não conseguiria.

Assim, para que essa conversa seja viabilizada, vou utilizar uma estratégia convencional. Um recurso midiático e outro supostamente mais acadêmico. No entanto, não será tão simples. Por isso vou utilizar um pouco do Esposito também. Ele pareceu notar algumas questões que precisaríamos refletir melhor. Apontou problemas que percebi, mas que não

³³ “Estou fazendo uso desse trabalho por causa de sua grande influência na atual geração de estudantes [...]” (ARENDETT, 2004, p. 65).

cheguei a me dedicar. Tenho questões que considero mais relevantes e urgentes.

Para ir direto aos pontos de captura deste diálogo improvável, vou começar com tolices. Com uma pequena matéria. Não é 1784. E também não estamos diante da *Berlinische Monatsschrift*, mas gostaria que lessem a passagem a sério. Gostaria que observassem – palavra por palavra – a pequena apresentação feita em uma entrevista contemporânea. Isso é importante. Preciso que avaliem. E gostaria que se posicionassem em relação ao parecer.

Giorgio Agamben é um dos maiores filósofos vivos. [...] foi definido pelo **Times** e por **Le Monde** como uma das dez mais importantes cabeças pensantes do mundo.

Segundo ele, "a nova ordem do poder mundial funda-se sobre um modelo de governamentalidade que se define como **democrática**, mas que nada tem a ver com o que este termo significava em **Atenas**". Assim, "a tarefa que nos espera consiste em pensar integralmente, de cabo a cabo, aquilo que até agora havíamos definido com a expressão, de resto pouco clara em si mesma, "**vida política**", afirma **Agamben**. (RAGUSA NEWS, 2014)

Em minha opinião, acredito que o filósofo esteja sendo superestimado, e isto definitivamente não é um problema dele. É um problema nosso. Inclusive tenho dúvidas se ele faria uma afirmação pública desse tipo sobre si mesmo. Imagino que não. Seria muita responsabilidade. Além do quê, reconhecendo um pouco das relações cotidianas na linguagem, uma fala desse tipo poderia gerar efeitos bem desagradáveis. Acho Agamben razoável o suficiente para não assumir um risco como este.

Essa chamada de impacto, esse relativo excesso, portanto, me parece uma coisa de jornal. É algo meio técnico. Provavelmente realizado para atrair atenção de um certo tipo de leitor. Existe um jogo aí. É intrincado, mas costumo rir de vez em quando: “uma das 10 mais importantes cabeças pensantes do mundo”. Sério?

Eu achei essa afirmativa muito espirituosa, e foi por conta de uma fórmula desse tipo que, certa vez, acabei lendo alguns provérbios – fiquei decepcionado. Foram horas praguejando os deuses.

Até posso supor que o *Times* e o *Grand Monde* sejam instituições a que se deva dar algum crédito, mas neste caso em específico acredito que seria interessante investigar qual foi a metodologia utilizada para fazer esse ranking. Seria importante saber quais foram os critérios utilizados para se chegar a esse resultado. Ficaria curioso para ouvir.

Porém, enquanto este aspecto questionável não for melhor explicitado, sugiro considerarmos as coisas a partir de parâmetros um pouco mais modestos. Agamben está vivo – verdade. E ele pensa – concordo.

Isto posto, depois dessa análise ridícula, vamos à primeira parte da citação feita no preâmbulo da entrevista. Ela é bem menos tola. Jornalisticamente, acho que o destaque foi bem

feito. Foi bem elaborado.

Notem lá..., elas estão encadeadas. As orações de entrada selecionadas pelo redator seriam as seguintes: ‘a nova ordem contemporânea se define como democrática (!). Porém, não se enganem..., atualmente esse termo não tem nada a ver com o que ele significava na antiga Atenas.’ Pausa.

A estratégia discursiva é bem feita, mas é um pouco triste também. Sei que a frase escolhida parece inteligente, mas para chegar a essa conclusão não precisaríamos de muitas coisas. Na minha opinião, bastaria ter feito um semestre – ou uma única disciplina – de filosofia antiga. Sequer nem isso..., eventualmente bastaria ter lido algumas passagens de Platão ou Aristóteles.

Sem muito esforço, a partir da simples interpretação de mundo, notaríamos que para os antigos gregos a democracia realmente não tinha o mesmo significado que possui para os vivos de hoje. São épocas, contextos e relações bem distintas. Não é preciso ser muito genial para perceber isso. Há diferenças sim. Não sei se Agamben deveria ser considerado uma pessoa inteligente apenas em função desse truísmo. Ele falou coisas mais interessantes. Imagino que vocês também saibam, mas vou insistir. Vou destacar esse aspecto considerando o que vem depois da pausa no texto.

Neste plano mais equalizado, a minha releitura seria a seguinte: há algo errado com o que chamamos de democracia. Agamben nota esse problema. A partir daí, sua sugestão seria passar em revista, de cabo a rabo, a questão. Ele sugere que passemos a avaliar, com mais rigor, isso a que designamos “vida política”. Algo que tem relevância hoje; algo que pode nos ajudar a entender o nosso atual modelo de “governamentalidade”.

Falando assim, me parece bem melhor. Desse jeito, eu começo a gostar do Agamben. E acho que ele tem alguma razão, concordo que precisamos pensar a vida política, “uma expressão de resto pouco clara em si mesma”.

Eu gosto de veículos de comunicação. Noto que trabalham com a recepção, produção, distribuição e alocação do prestígio, mas o que destacaria como aspecto interessante na matéria foi que não disseram *biopolítica*, escreveram vida política. E colocaram entre aspas. Esse é um ótimo exercício de tradução. Torna as coisas bem mais sensíveis e acessíveis – uma ação, talvez, um pouco menos despótica.

Caminhando para o fim, antes de partir para o recurso propriamente acadêmico, só gostaria de fazer alguns destaques. O Esposito também está fazendo essa discussão sobre vida política. O Foucault fez. São trabalhos distintos, mas têm pontos em comum. Se houver interesse, acredito que valha a pena dar uma olhada nesses autores. Eu começaria por um deles.

Começaria por aquele que acho mais ou menos ‘didático’ (SANTOS; RODRIGUES; CARNIO, 2017; MAS E SE?, 2019).

Outro aspecto que gostaria de destacar é a minha diferença: não sei se estou discutindo propriamente vida política, acho que estou conversando sobre morte política. Mais especificamente, estou falando sobre práticas de extermínio. Me ajudem a pensar.

A morte do Alex foi uma morte política? Aquela prática de extermínio tinha relação com a nossa política? Eu estou falando de vida, estou falando de morte ou estou falando de política?

Acredito que eu esteja falando de práticas de extermínio. Talvez esteja pensando no extermínio como uma tecnologia. Uma técnica com lógica – e isso precisaria ser verificado. Ou melhor, isso precisaria ser analisado, pois suspeito que esta abordagem seja relativamente distinta.

Pois bem, dito isso, acho que podemos encerrar essa primeira parte da conversa. É preciso colocar as coisas no lugar. Ficar juntando sujeitos pensantes apenas (e supostamente) porque usam termos conexos não é exatamente uma boa estratégia. Isso pode gerar alguma confusão. Pode dar a impressão de que estamos a falar das mesmas coisas ou de coisas relacionadas, mas não sei se é bem assim.

Por isto, agora, vou começar a entrar no segundo momento, utilizarei a estratégia acadêmica. Vou falar como se efetivamente fosse uma cabeça pensante. Mas vou me aproveitar do jornal um pouco mais.

Eu solicitei que lessem palavra por palavra. Vocês fizeram isso? Se fizeram, vão notar uma coisa. Podem voltar lá se quiserem... . O lance é que, ao falar em “biopolítica”, entre outras coisas, apareceram as palavras poder e governamentalidade: “a nova *ordem* do poder *mundial* funda-se sobre um modelo de governamentalidade”. Repararam?

Pois é..., se me recordo, há um trecho do Esposito que considere relevante. Eu grifei essa parte durante minha leitura. Ali ele sugere que talvez exista alguma diferença entre biopoder e biopolítica. O que vocês acham? Haveria distinções? Ou essas palavras seriam sinônimas?

Caso essa pergunta não seja respondida, pode acontecer o que noto em alguns artigos aqui no Brasil. Por isto falei que a segunda estratégia era “acadêmica”. Em algumas produções nacionais (ou portuguesas) observo pouco zelo analítico.

Os termos são citados como que ao acaso, ao bel-prazer e às circunstâncias. Biopolítica-Biopoder; Necropolítica-Necropoder. É lindo. Aparentemente, a qualidade do artigo fica mais alta à medida que se usa essas palavras. É um quadrilátero conceitual

polimórfico de captura diferencial. Se estiver em inglês – com algum possível correlato em grego (!) – aí fica perfeito (*biopower; biopolitics; biopolicy*). No limite, quando afirmam que isso tem relação com Foucault – e citam algum alemão de passagem – é o auge... é pluscuamperfecto.

Os três sobrenomes que selecionei não fazem isso. Gosto de textos assim. Mais do que termos, eles têm questões, eles têm recortes, têm interesses e têm trabalhos nos quais acreditam. Quando reconheço esses aspectos em algumas produções, valorizo. Nas outras, quando não fico parcialmente entediado ou irritado, apenas me interrogo sobre a irrelevância dos escritos. Provavelmente deve haver alguma, não sei.

De toda forma, acho que sou capaz de mostrar como um trabalho de qualidade me permite agir. Nessas produções, a trajetória e o raciocínio costumam ser bem explicativos. Veja só a diferença. Eu nem preciso ir nos textos maiores do autor. Basta uma cena de interlocução efetiva. Bastaria escutar o que a pessoa tem a nos dizer.

Esta citação de agora será um pouco grande – é verdade – mas se não puder ler esses parágrafos, eu sinto muito, vou supor que a sua formação acadêmica está um pouco comprometida. O autor tem vários livros, escreveu uma porção de coisas, se não puder fazer o esforço de ler o que falou em uma simples entrevista de jornal, isso me parece um problema. Observem aí:

O que acho interessante em **Benjamin** é a maneira como toma a **semântica teológica** – como o conceito de tempo messiânico e a escatologia da concepção – e a extrai do contexto teológico, fazendo que funcione na esfera política. De um ponto de vista metodológico, isso é muito importante. Para produzirmos uma nova semântica política, devemos aprender com Benjamin. Em meu livro *O Reino e a Glória*, mostrei que a teologia cristã reelaborou esse paradigma. **Foi incrível para mim descobrir – trabalhando e voltando à pesquisa – que, para compreender o que é o governo, é mais importante estudar tratados medievais sobre os anjos do que ensaios de doutrina política. Foi de fato esclarecedor. [...]**

Diria que a democracia é menos um conceito genérico do que ambíguo. Usamos esse conceito como se fosse a mesma coisa na Atenas do século V e nas democracias contemporâneas. Como se estivesse em todos os lugares e sempre bem claro de que se trata. A democracia é uma ideia incerta, porque significa, em primeiro lugar, a constituição de um corpo político, mas significa também e simplesmente a **tecnologia da administração** – o que temos hoje em dia. Atualmente, a democracia é uma **técnica do poder** – uma entre outras.

Não quero dizer que a democracia é ruim. Mas façamos esta distinção entre democracia real como constituição do corpo político e democracia como mera **técnica de administração** que se baseia em pesquisas de opinião, nas eleições, na manipulação da opinião pública, na gestão dos meios de comunicação de massa etc. A segunda versão, aquela que os governantes chamam democracia, não se assemelha em nada com aquela que existia no século V a.C. Se a democracia for isso, simplesmente não me interessa. (AGAMBEN, citado em ALBA & RedNotebook, 2014, grifos nossos)

Então, gostaram? Pois é..., depois disso acho que vão entender por que vou me

afastar do Agamben. E não quero sequer discutir. Eu realmente acho que entendo o percurso que ele está fazendo. Me parece incrível também. No entanto, o meu caminho é outro.

Os tratados medievais sobre anjos e as saídas escatológicas levadas ao campo da política, para mim, não parecem funcionar tão bem. Teologia política, no meu caso, não será uma alternativa. Nem mesmo como profanação. Ao menos não em um primeiro momento. Mas devo dizer que também compartilho alguma admiração por Benjamin.

Compartilhar é um termo ambíguo. No meu caso, o que achava mais interessante nesse autor era a maneira como ele observava um quadro. Ele conseguia olhar uma pintura ridícula e falar que aquilo poderia estar ligado à imagem do progresso e da modernidade. É muita arte, é muita habilidade semântica. Uma capacidade sensível de refinar quase qualquer Adorno. De fato, isto é algo muito potente.

De toda forma, esta diferença de gosto (ou de estética) é meramente um aspecto. Um outro problema – talvez mais grave – é que discordo da definição que ele sugeriu de democracia. “Democracia real”? Constituição de um “corpo” político? Algo que existia no século V a.C.? Democracia? Aquela que os antigos gregos vivenciavam em Atenas? Acho isso realmente bem incerto.

Uma ideia ou uma fala como essa me parece que deixou de levar em consideração algumas lógicas. Sendo um pouco condescendente, isso indica, no mínimo, que talvez ele esteja trabalhando com um outro problema.

Porém, sou bastante azedo nessas coisas sobre democracia. Se a preocupação for efetivamente essa – e se estivermos falando de política – até mesmo a distinção entre generalidade e ambiguidade não me pareceu um apontamento satisfatório e adequado. Eu acho interessante a polissemia. Qual termo não daria margem a equívocos? Qual seria a estratégia metodológica para reduzir a ambiguidade? Criar oposições entre democracia real e democracia ateniense? Até que ponto isso é desejável? Metodologicamente isso seria o mais aconselhável? Que efeitos isso tem fora do suposto rigor filosófico? E quanto a essas “novas” formas administrativas? O que se tem hoje não é um ‘verdadeiro’ ‘corpo’ político?

Para piorar as coisas – agora em termos efetivamente conceituais – eu acho que compreendo tecnologia (ou mesmo a noção de técnica) de um modo bem distinto daquele trabalhado por ele.³⁴

Por fim, ainda haveria a dissidência maior: eu realmente estou bastante interessado

³⁴ Isso talvez ficasse ainda mais explícito caso eu tivesse escrito um tópico exclusivo sobre a noção de técnica, mas não vem ao caso. Se tivesse feito isso, não conversaria com o Agamben em torno de uma noção que ele trabalha e que acho ainda mais relevante.

nas técnicas de governo. Tenho interesse até mesmo por aquelas técnicas mais prosaicas, aquelas que se baseiam em pesquisas de opinião, na gestão dos meios de comunicação, na manipulação da opinião pública – só para citar algumas. Isso seria um objeto para o autor? Isso o interessa? O que você acha? Faz sentido me afastar do Agamben agora?

Como havia ressaltado, um trabalho de qualidade me permite exatamente isto: me permite dialogar, entender o que se diz, notar as estratégias metodológicas, suas apostas conceituais. Especialmente, me permite analisar, discordar e mesmo abandonar um livro ou uma obra. No caso do Agamben – até reconheço que possua algum mérito e qualidade –, minha posição é de mero afastamento – uma espécie de “*vade retro*, Satanás!”.

Porém, se você ainda não conhece o autor e estiver concordando comigo, sugiro que dê uma lida em alguma produção dele. “O uso dos corpos” ou “O que é o Contemporâneo?” poderia ser um bom começo.

Por que estou te dizendo isso? Simplesmente por que agi com um pouco de má-fé. Pegando essa entrevista, eu meio que não fiz ele parecer uma das 10 maiores cabeças pensantes do mundo. Fiz dele um qualquer. Alguém que pensa. Entretanto, ele possivelmente tem outras contribuições a dar. Coisas que não podem ser exploradas em apenas três parágrafos.

Sendo bastante franco, estou me afastando apenas porque a maior parte das contribuições que ele tem não são para mim. Do meu ponto de vista, considerando o que preciso fazer agora, o problema consistiria no fato de que estamos falando de coisas relativamente distintas. Como Agamben tem um trabalho semântico e conceitual de qualidade, percebo isso muito explicitamente.

Em um dado momento, até cheguei a me aproximar do autor – e foi bastante ‘esclarecedor’: para que as considerações dele funcionassem no meu campo, seria necessário lidar com uma condensação conceitual muito grande. Sendo muito impreciso, diria que boa parte das considerações que ele faz parece supor uma articulação de vários termos entre si. Um ótimo exemplo, bem estratégico neste momento, é a noção de “técnica de poder”, que ele cita rapidamente na entrevista. Essa é uma expressão polêmica. A condensação conceitual pode pôr muita coisa em jogo. E imagino que isto possa ser lindo na universidade e na cabeça dos universitários, mas não é necessariamente útil para alguns trabalhos. Como, por exemplo, o meu.

Desse ponto de vista, há autores com quem eu me identificaria e desidentificaria mais facilmente. Era um outro tipo de entrevista – com distintos interlocutores, interlocutoras e fins – mas notem a diferença. Este é um comentário do Foucault – nosso suposto teórico do poder:

Gostaria de voltar daqui a pouco a essa questão, porque eu tinha começado a dizer duas ou três coisas. **A primeira** é que, estudando a racionalidade das dominações, tentei estabelecer inter-relações que não são isomorfismos. **Em segundo lugar**, quando falo dessas relações de poder, das formas de racionalidade que podem regulá-las e regê-las, não é me referindo a um Poder (com P maiúsculo) que dominaria o conjunto do corpo social e que lhe imporá a sua racionalidade. De fato, são as relações de poder, que são múltiplas e têm diferentes formas, que podem atuar nas relações familiares, no interior de uma instituição ou em uma administração, entre uma classe dominando e uma classe dominada, relações de poder que têm formas específicas de racionalidade, formas que lhe são comuns. **É um campo de análise, e não absolutamente a referência a uma instância única.**

Em terceiro lugar, se estudo essas relações de poder, não faço de forma alguma a teoria do poder [...]. Portanto, não sou de forma alguma um teórico do poder. Eu diria que o poder, em última instância, não me interessa como questão autônoma e se, em várias ocasiões, fui levado a falar da questão do poder, é na medida em que a análise política que era feita dos fenômenos do poder não me parecia ser capaz de dar conta desses fenômenos mais sutis e mais detalhados que quero evocar ao colocar a questão do dizer verdadeiro sobre si mesmo.

Como havia sugerido no início deste tópico, abrir uma discussão seria muito fácil. No entanto, como sou eu quem está escrevendo, não deixarei isso acontecer agora. Para isto, irei direto ao ponto. É mera especulação, mas assim como talvez exista uma distinção entre biopolítica e biopoder, talvez exista uma distinção entre arte e técnica.

Em um parágrafo anterior, comentei que me interessava pelas técnicas de governo³⁵. Contudo, também seria possível falar em arte de governo. Se não estou equivocado, Foucault afirma que a arte do governo é uma arte dispositiva. Uma arte de dispor. Uma espécie de arte das posições. Agamben foi uma das pessoas a me chamar atenção para este aspecto. A sua rápida conferência, ainda que mereça uma revisão, me atentou para a noção de dispositivo.

Para explorar as ambiguidades do problema, me perguntaria o seguinte: dispositivo seria algo relacionado a uma arte da política ou a uma arte do poder? Seria uma arte política ou uma técnica de governo?

Quem me auxiliou bastante com essas questões foi Rancière. Além de conversar sobre arte e de ter comentado o que era um dispositivo, antes de tudo isso ele havia feito uma separação conceitual entre política e “poder” – foi extremamente relevante para mim. Mas não vou comentar isso agora. Vou deixar essa conversa em torno do conteúdo para o penúltimo subtópico – quando eu puder colocá-lo em contato com a Harding.

A referência a Rancière neste momento, na verdade, tem outra intenção. É metodológica. Eu queria ressaltar o modo como ele fez a distinção conceitual entre os termos. Ele volatilizou a noção de política. Ele esvaziou o conceito. Ele desamotou o campo – gostei

³⁵ Reparem lá, eu não falei “técnica de poder”. Poder é o nome dado a uma situação. Eu falei técnica de governo. E só estou falando em governo por conta da Dona Francisca. A solicitação que ela fez não foi para mim, foi para o governador.

muito dessa estratégia – foi algo que me inspirou a trabalhar com noção de lógica.

Por outro lado, não vi essa operação acontecendo com a noção de dispositivo. Em 2005, Agamben a inflou significativamente. E este foi um problema para mim. Parte dessa mazela se deve ao Foucault – óbvio. Ele era um autor prestigiado e bem inteligente, mas fez suas confusões. O fato notável é que *dispositivo* frequentemente aparecia vinculado a muitas outras noções: disciplina, episteme, poder, hierarquia, subjetivação, vida, linguagem, polícia, epopeia, política ...

Ou seja, inicialmente, dispositivo me pareceu uma espécie de termo coringa. E Agamben foi um daqueles que se propôs a trabalhar com ele. Teologicamente isto pode até funcionar, mas politicamente eu teria minhas dúvidas.

Estaríamos diante de um enigma? ...³⁶. Acredito que não. Avaliando delicadamente o problema, acho que isso é só um ponto de inflexão. Uma demonstração dos limites de um determinado campo filosófico reflexivo. E um convite a tentar pensar de outros modos. Com outras mentes. Talvez em outros lugares.

3.2.2 Leitura sensível e política das ‘afinidades’: Mbembe, não te parece um pouco chato ter que fazer um subtítulo ‘chique’ só para falar de risco, fragilidade e temor?

Permita que eu fale,
 não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes.
 Não – melhor (!) – figurantes.
 Que nem deviam estar aqui.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz,
 sabe o que resta de nós?
 Alvos passeando por aí...

Estou com um relativo receio do que escreverei nessas páginas. É um risco. Acho que minhas considerações seriam analiticamente frágeis nesse momento. No entanto – e ao

³⁶ “Voltamos à pergunta de partida sobre o significado último da biopolítica. Que significa, que resultado gera, como se configura um mundo cada vez mais governado por ela? Trata-se sem dúvida de um mecanismo, ou de um dispositivo, produtivo – a partir do momento em que não deixa inalterada a realidade que acomete e envolve. Mas produtivo de quê? Qual é o *efeito* da biopolítica? Chegado a este ponto a resposta do autor [Foucault] parece bifurcar-se em direcções divergentes que **chamam à colação outras duas noções**, desde o princípio implicadas no conceito de *bios*, mas situadas nos extremos da sua extensão semântica: a de *subjectivação* e a *morte*. Ambas – no que diz respeito à vida – constituem mais do que duas possibilidades. São ao mesmo tempo a sua forma e o seu fundo, a sua origem e o seu destino. Mas em qualquer caso segundo uma divergência que parece não admitir mediação: **ou uma ou outra. Ou a biopolítica produz subjectividade ou produz morte. Ou torna sujeito o seu objecto ou objectiviza definitivamente. Ou é política da vida ou sobre a vida**. Mais uma vez a categoria de biopolítica se volta a fechar sobre si própria sem revelar o conteúdo do seu enigma” (Esposito, 2010, p. 55, grifos nossos). Assim como em diversas ocasiões, neste momento do texto fiquei intrigado. E me fiz uma pergunta: será que isso é um modo de voltar a fazer referência ao decifra-me ou devoro-te? Espero que não...

mesmo tempo – suponho que esteja discutindo com pessoas que acreditam que a reflexão democrática precisa *ser estendida*. Esta suposição – muito sensível – me permite não sentir um certo terror.

O terrorismo é muito comum na hierarquia do conhecimento. Em algumas situações que observei, parece que você precisa dizer coisas muito inteligentes ou, do contrário, sua reputação intelectual será jogada na lama. Você será qualificado como um burro, um estúpido e terá que conviver com essa marca de inferioridade durante toda a sua existência.

Tudo bem... é verdade... sei que não é bem assim..., mas é que queria ironizar um pouco... ☺ ... o importante era deixar registrado que sim. Tenho algum receio desses meus apontamentos, porém efetivamente não me sinto aterrorizado diante de vocês. Este debate não está se dando num quadro de extermínio. Vidas ou reputações não estão em risco de morte agora.

Da maneira que noto, este é apenas um espaço de dissenso. Uma oportunidade de conversar sobre temas afins. Para parecer intelectual, diria que se trata apenas de uma ‘fala franca’ no contemporâneo.

Assim, indo nessa direção que me instiga, através de diálogos quase improváveis, vi um desdobramento daquele conceito mais abstrato que considero um problema. Estou falando da noção de dispositivo.

Em termos analíticos, foi um uso silencioso dos mais interessantes que encontrei. Foi um desafio com o qual precisei lidar, uma vez que a cena (ou a imagem) estava presente em um texto do Mbembe (2016).

Porém, naquele caso, a discussão já não se referia propriamente à vida política, e sim à morte política. Era algo relacionado a esse tal jogo ‘dinâmico’ da administração entre os vivos. Ou das vidas matáveis. Não sei direito, havia muitos elementos. Fiquei um pouco confuso. E era um ensaio. Então tive apenas uma rápida impressão.

Se tivesse que arriscar algum um comentário – frio, vago e conceitual – simplesmente diria que se tratava de uma consideração sobre o efeito dispositivo a partir da discussão das técnicas governamentais de distribuição diferencial da ‘vida’ e da ‘morte’ em um determinado território.

Entretanto, caso quisesse tornar as coisas mais sensíveis e mais inteligíveis, caso quisesse colaborar e conversar um pouco mais, diria que, no Achille, continuava a ser uma discussão sobre dispositivo sim, mas dentro de uma economia política mais delimitada (RUBIN, 1993) – o que, para mim, fazia toda a diferença.

Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa,

quem é “descartável” e quem não é.

A ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, **particularmente em sua combinação disciplinar, biopolítica e necropolítica**. A forma mais bem sucedida [?] de **necropoder** é a ocupação colonial contemporânea da Palestina (MBEMBE, 2016, p. 135 e 136, grifos nossos).

Ao olhar para o texto do Mbembe, de modo geral, era isso que ele me mostrava: há uma dinâmica ‘bélico-colonial’ e formas bastante específicas de *genos-thanatos-praxia*. Porém, exceto por sua posição política e pelo fato de ter circunscrito muito bem a análise, não vi aspectos extremamente novos nos apontamentos. Além disso, como não poderia deixar de acontecer, acabei observando alguns problemas e limites bastante explícitos.

No entanto, por cautela, e neste caso em particular, preferi retroceder. Suponho que para colaborar efetivamente, talvez eu devesse investigar melhor as questões com as quais o autor trabalha.

Se quisesse discutir, se quisesse polemizar logo na entrada, destacaria que a principal confusão parece estar relacionada ao discurso em defesa da sociedade, mas não vou me dar esse trabalho agora. Além de estar cansado de implicar com o ‘Foucault’, noto certa *qualidade* nos apontamentos feitos pelo Mbembe.

Assim, sem qualquer intenção de indicar o percurso correto a seguir, primeiro te posicionarei no caminho da minha principal indecidibilidade acadêmica. Depois, para fazer notar que não se trata de uma suspensão do juízo, vou direto ao meu ponto. A partir daí, sem dar mais ‘ideias’, seguirei uma trajetória relativamente já esboçada em outros capítulos...

O objetivo deste ensaio **não é debater a singularidade do extermínio dos judeus ou tomá-lo como exemplo.**^[...] Início a partir da ideia de que a modernidade [?] esteve na origem de vários conceitos de soberania – e, portanto, da biopolítica. Desconsiderando essa multiplicidade, **a crítica política tarso-moderna infelizmente** privilegiou as teorias **normativas da democracia** e **tornou o conceito de razão um dos elementos mais importantes tanto do projeto de modernidade quanto do território da soberania.**^[...] (MBEMBE, 2016, p. 123, grifos nossos)

Assim como o ‘ele’, meu objetivo também não seria debater a singularidade do extermínio de determinadas pessoas e nem mesmo tenciono construir uma possibilidade de leitura que seja tomada como a exemplar. Sei que isso pode soar um pouco hermético, mas ressaltar essas palavras a princípio apenas para marcar tanto uma aproximação, como uma significativa distância entre ‘nós’. Contudo, não precisamos nos deter nesse ponto mais endógeno à filosofia.

Mais uma vez, no lugar em que estou, a querela a ser dissipada é relativamente simples. Olhando o Mbembe, apenas considero que diante de determinadas situações nós temos feito perguntas diferentes. Veja bem:

O sentido violento da **vida de um escravo** se manifesta **pela disposição** de seu supervisor **em se comportar de forma cruel e descontrolada**, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo [...]. (MBEMBE, 2016, p. 123 grifos nossos)

Ali eu sei que ele estava falando de um contexto e de uma experiência bem recortada. Se fosse para colocar essa cena na mesa, começaria com uma pergunta: a disposição do algoz, esta de se comportar de forma cruel e descontrolada, num espetáculo de dor, manifestaria o sentido violento da vida de um escravo? É isto que o Mbembe está dizendo?

Ele estaria afirmando que o sentido violento da vida de “uma escrava” se manifestaria através desse comportamento cruel do algoz? Será que é isto que ele está falando? A disposição violenta do algoz manifesta o sentido da vida de uma pessoa escravizada. É isto?

Quanto mais alto ela gritou, mais ele chicoteou; e onde o sangue correu mais rápido, aí ele chicoteou mais demoradamente, diz Douglass sobre as chicotadas em sua tia pelo Sr. Plummer. Ele iria chicoteá-la para fazê-la gritar e chicoteá-la para ela ficar quieta; e somente pararia de brandir o couro coberto de sangue quando vencido pelo cansaço. Foi um espetáculo terrível. [Douglass, op. cit.: 51. Sobre o assassinato aleatório de escravos, consultar páginas 67-68]. (MBEMBE, 2016, p. 149)

Não dialoguei a fundo. Não sei ao certo. Não perguntei demais. No entanto, se fosse isto – se a resposta do Mbembe fosse afirmativa – eu não o ouviria. Eu insistira. Faria um exercício. Traria as coisas para o meu mundo. Falaria em português.

[...] existem vários universos culturais, não existe um sistema único organizado em centro e periferias, mas um conjunto de sistemas policêntricos em que centro e periferias são contextuais, relativos e politicamente construídos. (NOGUEIRA, 2014, p. 34).

Observe a tática de ‘fogo’ amigo. Note como eu conversaria com ele: – Mbembe, me explique melhor uma coisa. Essa disposição do algoz manifesta a ‘violência’ da vida *ou*, mais precisamente, manifestaria a ‘violência’ de uma determinada organização política escravista? Tem certeza de que isso que você qualifica como violência indicaria o sentido de uma determinada vida e não de uma política sensível? Será que você não estaria confundindo a vida de uma pessoa escravizada com uma política de escravização? Enfim, sendo bem direto, essa ‘disposição corregedora’ coloca em evidência uma vida *ou* uma política?

Como é possível notar, Mbembe, estou tentando separar os termos, mas se quiser ligá-los tudo bem... eu apenas insistira de um outro modo: e se essa disposição violenta não for tão explícita em termos de crueldade? E se ela for bem-sucedida de outros modos? E quando a chicotada for mais silenciosa, se o grito for só um pequeno ruído, haveria outras maneiras de tocar no tema da política, Mbembe?



[Regina José Galindo, “No perdemos nada con nacer”. 2000]

Sendo um pouco mais conceitual, a vida de um escravo é uma vida de exceção ou uma vida de abjeção? A política que escraviza as pessoas é uma política de exceção ou uma política com *efeitos* de exceção e abjeção? Se não fizer distinções, se essas perguntas significarem as mesmas coisas para você, posso continuar perguntando... e vai ter que me desculpar, mas costumo ser chato nesses temas. Sei que o Douglass não era o Benjamin... e acredito que você saiba disso também...

Considerando esse aspecto, Mbembe, quando você olha para a “violência” do feitor, o que você nota? Exceção *ou* normalidade? Naquele contexto, o Sr. Plummer era um algoz excepcional *ou* uma figura típica? Essa sensibilidade supervisora era exceção? Foi através dela que Frederick Douglass percebeu o problema? Foi através do espetáculo do Sr. Plummer? Será que não foi considerando um outro tipo de chicotada? Será que não foi considerando uma espécie de dor na ‘alma’? As pessoas escravizadas tinham ‘alma’, Mbembe?³⁷

Como podem notar, além de considerações sobre um passado, a discussão também requereria alguma sensibilidade política atual (ALMEIDA, 2021). Assim, se a exigência não for imediata, a título de prudência, recomendaria cautela ao optar por uma *ou* outra alternativa. Antes de escolher de qual lado vai ficar, antes de escolher o que vai fazer, me parece importante analisar melhor essa conversa e esses “*apuds*”.

Apesar de tudo isso, apesar de dar esses preciosos conselhos ao grande público, eu mesmo não me preocupei muito com essas coisas. Então imagino que vocês saibam qual resposta eu daria a qualquer uma das questões que fiz. Inclusive posso reconhecer que as perguntas elaboradas nesta parte talvez nem tenham sido as melhores... elas foram

³⁷ [dois algozes] *Mr. Severe* e *Mr. Hopkins*: o primeiro “parecia ter prazer” em atormentar os escravos, enquanto o último “era um homem muito diferente”, que “açoitava, mas não parecia obter prazer com isso” DOUGLASS apud PORTELLI [1997a, p. 80], citado por RODRIGUES, 2010 [p. 194]. | [Um antigo filósofo]: todos têm uma **alma** dotada das mesmas faculdades, mas de modo diferente: o escravo não deve de modo algum deliberar; a mulher tem direito a isso, mas pouco; a criança, menos ainda” | [Uma questão conexa]: vocês já ouviram falar sobre o “Padre” de las Casas? Ele era um Frei. Séc. XVI. Ficou conhecido como um **defensor** dos indígenas. Precisei ler uma de suas obras para a aula de literatura. A professora era chilena. Sara Rojo.

estratégicas...

Se considerarem friamente, notarão que não estou questionando o Mbembe. Ele nem sabe que eu existo. Mesmo estando vivo, no ranking *Times* ou *Le Monde*, eu não fui considerado. Ou seja, essa conversa não é uma conversa entre dois. Essa cena de debates pressupõe muitas outras pessoas...

Só construí as indagações desse modo para que notassem algumas diferenças disjuntivas. Para que identificassem uma *ou* outra posição. *Mettre en scène*. Só que agora há uma diferença. Agora estou escrevendo um outro capítulo. Se quiserem discutir nos termos dos autores prestigiados, estou exigindo de vocês algumas leituras prévias – inclusive uma análise das supostas “fontes” dos nossos amigos do saber. Do contrário, aos meus ouvidos, essa conversa acadêmica pode parecer um belo papo furado.

Num plano mais equalizado, se efetivamente tivesse que fazer alguma consideração neste momento, ela seria outra. Muito mais singela. Muito pontual: no relato acerca da violência do Sr. Plummer, quem apanha é a tia do Doug. O sobrinho está diante da dor dos outros.

Ele escreve. Ela apanha. O feitor bate. E eu ... observo o espetáculo? ...

Nos Estados Unidos, o feminismo não surgiu das mulheres que de forma mais direta são vítimas da opressão sexista; mulheres as quais se golpeia todos os dias, mental, física e espiritualmente; mulheres sem a força necessária para mudar suas condições de vida **são uma maioria silenciosa [?]**. Um sinal de sua vitimização é que aceitam sua sorte na vida sem questioná-la de forma visível, sem protestar organizadamente, sem mostrar ira ou raiva coletiva. [...]

Desde seus primeiros escritos, fica claro que [Friedan ...] nunca se perguntou se a situação das donas de casa brancas, de formação universitária, era um ponto de referência adequado para combater o impacto do sexismo ou da opressão sexista nas vidas das mulheres da sociedade estadunidense. Tampouco se preocupou de ir mais além de sua própria experiência. (bell hooks et. al, 2004, p.33-35, grifos e tradução nossa)

A discussão, como podem notar, é extremamente sensível. Há muitas vezes em cena. Algo que mereceria outras reflexões. Inclusive as suas. No entanto, se não tiverem em condições de fazer essa pausa, se não tiverem tempo ou coração para se deter no assunto, eu entendo, não há problemas. A minha questão inclusive nem era essa, isso foi apenas o que se passou pela minha cabeça quando disse a palavra indecidibilidade. Era apenas uma recordação: não venha com Schmitt pro meu lado (!). Há outras relações, elementos e perspectivas disponíveis hoje.

Assim – para ir direto ao ponto – vou falar mais abertamente. A passagem do texto que achei mais interessante, a que reúne um maior número de elementos e pessoas, e onde realmente me demorei foi esta aqui:

Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa,

quem é “descartável” e quem não é.

[...]

Um elemento crítico a essas técnicas de inabilitação do inimigo é fazer terra arrasada (bulldozer): demolir casas e cidades; desenraizar as oliveiras; crivar de tiros tanques de água; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica; arrasar pistas de aeroporto; desabilitar os transmissores de rádio e televisão; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e político-burocráticos do Proto-Estado Palestino; saquear equipamentos médicos.

Enquanto o helicóptero de combate Apache é usado para patrulhar o ar e matar a partir dos céus, o trator blindado bulldozer (Caterpillar D-9) é usado em terra como arma de guerra e intimidação. Em contraste com a ocupação colonial moderna, essas duas armas estabelecem a superioridade de ferramentas de alta tecnologia do terror tardo-moderno.^[...] Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é uma concatenação de **vários poderes[?]**: disciplinar, biopolítico e necropolítico.

[...]

É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atira. [...] Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis.

[...]

Máquinas de guerra e heteronomia

[...]



Kader Attia, Demo(n)crazy. Escultura, 2009

(MBEMBE, 2016, p. 135 - 140, grifos nossos)

Foram tantas coisas que não saberia nem por onde começar. Então, vou fazer um resumo e vou falar da fragilidade. Primeiro, eu achei que o autor fosse comentar algo sobre raça e etnia. E me parece que foi justamente isso que ele fez. Não falou propriamente do genocídio da população jovem e negra no Brasil, mas falou em raça e etnia sim. Depois, falou sobre soberania, poderes e, de quebra, ainda fez uma referência ao problema da democracia. A referência foi um pouco *daemoníaca*, bem espirituosa. Em síntese: achei os apontamentos muito bons. Drásticos e bons.

Agora vamos à fragilidade. Pode ser que ele esteja falando da fragilidade da vida. No entanto, em minha leitura, o que vi foi a fragilidade de uma lógica política. Vi a fragilidade

de uma determinada racionalidade política. E notei este aspecto ao considerar as insistentes tentativas de fixação ‘colonial’. Notei isso ao observar o monumental conjunto de ações articuladas e dispostas.

Para ferrar com um determinado grupo étnico, parece ser preciso que se recorra a muitas técnicas. Inclusive, neste caso em especial, é preciso que um dado ‘governo’, através de equipamentos de ‘estado’, disponibilize e gerencie essas técnicas. De fato, esta me parece ser uma cena relativamente contemporânea de guerra.

Minha única dúvida – e por isso falei da fragilidade – seria a seguinte: sem essas técnicas, seria possível o exercício de uma determinada “soberania”? A necessidade de recurso a essas inúmeras “disciplinas” não evidenciaria a fragilidade de uma dada razão soberana? O poder disciplinar, sem a disciplina ou sem pressuposição hierárquica e assimétrica, é poder? Se não houvesse demolição de casas e cidades, se não houvesse desenraizamento de oliveiras, se não houvesse tiros em tanques de água, o que, efetivamente, restaria desse poder? Essas técnicas de ‘dominação’, aparentemente bárbaras, não evidenciam alguma lógica? Assim como o uso de helicópteros de patrulha, o saque de equipamentos médicos também não seria uma prática tecnológica? Não seriam demonstrações tecnológicas de uma determinada economia política “nacional” específica?

Não estou discutindo, só estou perguntando. Não pretendo acabar com a reputação do autor. Podem manter a tranquilidade. Não se preocupem em defendê-lo. Inclusive, se este fosse o caso, diria que ele já é bem grandinho e acredito que seria capaz de se defender sozinho.

O que estou tentando dizer é que essas minhas perguntas estão relacionadas a um outro lugar de leitura. Mas entendo o que o Mbembe está apontando. De certo modo, ele me diz que a vida parece ser frágil. Além disso, está me dizendo que essa fragilidade é dispositivamente distribuída. E, nos casos mais ‘explícitos’, se trata de uma efetiva exposição à morte.

Dentro deste debate, considerando a fragilidade da vida ou a vulnerabilidade da política, há algo que de certa maneira nos vincula. Algo que acho curioso. É apenas um pequeno detalhe: apesar da morte violenta e dos corpos serem esfregados na nossa cara, é possível que não nos sintamos tão mobilizados a alterar esse jogo.

É como se afirmássemos “vidas negras importam”, mas não nos espantássemos muito com o genocídio estatisticamente relatado dessa parte da população – números aos quais ainda poderíamos somar as matanças invisíveis e não contadas.

Olhando especificamente esse quadro, neste caso muito pontual, eu até simpatizaria com a definição que ele deu. Sob essa perspectiva, essa suposta ‘soberania’ parece (sim) ser

uma capacidade de definir quem importa e quem não importa. Quem é descartável e quem não é.

Meu único problema, porém, é que esta definição não me espanta. Eu a compreendo perfeitamente. Inclusive – se me derem alguma liberdade para ser franco – diria que consigo reconhecer que existem ‘vidas’ que valem mais e ‘vidas’ que valem menos. Essa é uma experiência muito sensível para mim..., mas a minha questão não é esta.

Minha questão é com os critérios. Eu acho que há critérios aí. Não acho que seja outorgada liberdade de atirar quando, onde e em quem quiser. Atirar é uma técnica – e especialmente no campo governamental – me parece que não é uma ação executada indistintamente.

Mesmo no caso palestino – um campo que não investiguei – não considero que seja outorgada liberdade aos militares locais para executarem as coisas de acordo com o próprio arbítrio. Não sei se este é um caso de “livre” arbítrio. Para piorar, como percebo que essas execuções estão legitimadas e autorizadas, sequer falaria em “abuso de poder” – um termo também presente em Aristóteles – diga-se de passagem.

Eu poderia abrir uma enorme discussão aqui, mas não vou. Eu notei que este meu posicionamento é muito brutal. E foi exatamente neste ponto que retrocedi. Não vou criticar a ideia de dispositivo, não vou criticar a ideia de biopolítica e nem mesmo de biopoder. Não vou.

Esse é um problema que precisaríamos conversar melhor academicamente. E precisaríamos reunir mais pessoas para isso. Não farei essa discussão sozinho. Não tenho ideia de quais poderiam ser as efetivas consequências dos meus apontamentos nesse campo. Porém – ainda que eu tivesse alguma consciência dos efeitos – quando olho para o Mbembe, Esposito e Agamben, eu não faria. Eles estão trazendo temas importantes para o debate. Em relação a essas palavras, eu tenho apenas dúvidas, mas – como havia ressaltado – as discussões desses autores não me atrapalham.

O único ponto problemático que noto é apenas uma pequena vulnerabilidade teórica, mas isso realmente não me parece relevante. O que me importa são os meus casos – e é em torno deles que gostaria de refletir. Veja como seria fácil sair dessa discussão – acadêmica, conceitual, bélica –, por vezes inócua e irritante:

Neste momento – em que a **economia neoliberal estrutura** cada vez mais as instituições e os serviços públicos, o que inclui escolas e universidades; em um momento em que as pessoas, em números crescentes, estão perdendo casa, benefícios previdenciários e perspectiva de emprego – **nós nos deparamos, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis.**

Existe trabalho temporário **ou** não existe trabalho nenhum, **ou** existem formas pós-fordistas de flexibilização do trabalho que lançam mão da permutabilidade e da

dispensabilidade dos povos trabalhadores. **Esses desenvolvimentos**, reforçados pelas atitudes predominantes em relação ao seguro de saúde e à seguridade social, **sugerem que a racionalidade do mercado [?] está decidindo quais saúdes e vidas devem ser protegidas e quais não devem.**

É claro que há diferenças entre políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações e políticas que produzem condições de negligência sistemática que na realidade permitem que as pessoas morram. **Foucault nos ajudou a articular essa distinção quando falou sobre as estratégias bastante específicas do biopoder, a gestão da vida e da morte, de forma que não requerem mais um soberano que decida e ponha em prática explicitamente a questão sobre quem vai viver e quem vai morrer.**^[...] **E Achille Mbembe elaborou essa distinção com o seu conceito de “necropolítica”.** (BUTLER, 2018, p. 13, formatação e grifos nossos)

Notaram que ela falou sobre o Mbembe? Pois é... eu discordo de algumas avaliações e leituras da deusa Butler – algo que pode parecer absurdo para algumas pessoas (!). Porém, apesar das pequenas divergências, também noto que ela pensa.

Em função disso, considerando nossos problemas³⁸, as críticas pontuais que eventualmente eu viesse a fazer não teriam a menor relevância para mim. O trabalho dela é importante. Valorizo. E, neste caso em especial, existe um aspecto bastante específico para o meu reconhecimento.

Ela e várias outras intelectuais ligadas às críticas feministas, colaboraram muito comigo. Elas me explicaram o que era um dispositivo. Foram muito perspicazes. E eu costumo ser muito chato com as minhas perguntas. Depois de questionar, além de fazer testes e mais testes, eu ainda fico de picuinha. Dentro da perspectiva feminista, com a noção de dispositivo, fiz a mesma coisa. E fiquei perplexo!

Um dos motivos mais intrigantes do meu espanto é que elas trabalhavam num registro que vinculava análise e sensibilidade. Essa definitivamente não era a esfera em que estava acostumado a me aventurar. Eu realmente tenho muitos problemas com essa galera “do sensível”... já vi muita sacanagem sendo cometida em nome das mais belas sensibilidades... então não costumava colocar meu pé analítico aí de jeito nenhum... era muito resistente a essas modalidades de conversa.

Eu até já tinha ouvido falar que não podia discriminar as pessoas, que não era bem ser machista, racista, homofóbico, xenófobo e essas coisas. Sabia que preconceito e

³⁸ **“Péssimos profetas fomos**, hoje o sabemos, os juristas e criminólogos que, nos anos setenta e mesmo nos oitenta, antevíamos a retração do sistema penal. **A implantação em nosso país [...] de um modelo de Estado [...] na maré montante do que se pode chamar de neoliberalismo ou globalização, reservou novas e relevantes funções para o sistema penal.** Simplificadamente, registremos que a destruição de setores inteiros do parque industrial, associada à automação de tarefas que cancela postos de trabalho, supridos por cancelas ou vozes eletrônicas, resultou num desemprego massivo, que não só implica na queda nos rendimentos dos trabalhadores e na oferta de trabalhos precários e subempregos, como pressiona pela flexibilização das garantias trabalhistas; paralelamente, assiste-se ao desmonte de programas assistenciais públicos característicos do Estado previdenciário, substituídos por uma caridade estatal subordinante [...]” (BATISTA, S/D, p. 6, grifos nossos)..

discriminação não eram legais. Até aí não tinha problemas. Eu não entrei no debate por conta disso. Eu entrei porque, repito, fiquei perplexo com a habilidade!

Elas tiveram que fazer um trabalho analítico minucioso e monstruoso. Tiveram que analisar a noção de sexo. Precisaram reelaborar a discussão de cabo a rabo, horizontalmente. Depois, diante da minha incredulidade, precisaram me demonstrar, no detalhe, como o sexo poderia ser um dispositivo em uma determinada política de gênero e sexualidade. O Foucault não tinha feito isso.

Elas me deixaram chocado! Eu demorei a entender, elas falavam tão rápido que às vezes eu me confundia. Eu notava que o apontamento era bom, mas não entendia como elas chegavam àquelas conclusões. Daí tive que ir pro campo ‘delas’...

Foi muito mais difícil. Eu não estava entendendo nada. Elas se criticavam de um jeito absurdo, ... me vi bastante tolo naquele lugar, mas foi relevante também. Consegui notar que não estavam falando de coisas tão óbvias assim. Não estavam falando mal do Aristóteles ou do Hitler.

Ali, naquele campo, o alvo das críticas frequentemente não eram grandes símbolos. Os mestres do viés e do abuso. Pelo contrário, as críticas costumavam recair sobre pessoas muito queridas. Por fim, depois desse processo, ainda consegui sair vivo do debate. Choquei! Pasmado com o mundo... – mas essa história posso contar em uma outra ocasião, o importante agora é ressaltar o ponto que havia destacado anteriormente.

De modo analítico, elas me mostraram como, mesmo no próprio conceito de sexo, uma determinada racionalidade de gênero operava produzindo efeitos que, em princípio, seriam supostamente inimagináveis. Me explicaram que o denominado “sexo” se tratava de uma ferramenta conceitual, epistemologicamente elaborada, datada e que funciona, ainda hoje, como um dispositivo. Um dispositivo político inclusive no campo científico... no campo da reflexão científica. Eu não consegui contestar... e aprendi a lição...

Aprendi que deveria ser mais cuidadoso, um cuidado ainda mais abrangente que aquele que eu supunha ter. Elas me mostram um zelo político. Algo que implicava um nível de preocupação inclusive com as palavras. Implicava uma atenção sensível e analítica com os termos. Foi por isso que não queria falar da noção de dispositivo. Era pura precaução.

Eu ainda não aposto nessa ideia assim. Eu sei que ela funciona em determinados campos do conhecimento. Essa é uma noção importante, mas não deveria ser tratada de uma forma genérica ou abstrata – isso pode ter efeitos drásticos, especialmente em pesquisas “ditas” universitárias.

A minha birra com algumas pessoas do campo “democrático” era apenas esta:

academicamente, notava que não faziam um trabalho tão elaborado quanto o das ‘feministas’. Isso me parece errado. Simplifica demais. Eu fiquei boquiaberto porque “elas” fizeram a análise. Uma análise política epistemológica radical da parada. Não me impressionei simplesmente porque disseram que os amigos estão de um lado e os inimigos de outro³⁹. Isso me parece bastante, mas bastante, rudimentar.

Em certa medida, foi só isto. Este foi um dos motivos pelos quais me permiti arriscar algumas considerações supostamente ousadas – há histórias de uma galera da pesada me dando suporte.

Essas produções me permitiram respirar um pouco... em função de sua qualidade, não fizeram com que eu ficasse me preocupando em denunciar genealogias e filologias imaginárias que remontavam ao período pré-socrático... grego, romano ou alemão.

Elas me deram a tranquilidade que eu precisava para fazer um trabalho de agora – e a única coisa que me solicitaram foi que eu compartilhasse alguns pequenos toques e dicas. Nem mesmo explícitas citações diretas me cobraram. Fiquei chocado!

Por isso, antes de fazer o que tenho que fazer, antes de analisar algumas técnicas de extermínio:

Perdoem-me por voltar ao mesmo ponto: somos seres pensantes. Em outras palavras, **quer matemos ou sejamos mortos**, quer façamos a guerra ou exijamos ajuda como desempregados, quer votemos pró ou contra um governo que amputa as verbas da seguridade social e aumenta as despesas militares, somos pelo menos seres pensantes e fazemos tudo isso em nome, certamente, **de regras de conduta universais**, mas também **em virtude de uma racionalidade histórica bem precisa**. É essa racionalidade, assim como o **jogo** da morte e da vida cujo **enquadre foi por ela definido**, que eu gostaria de estudar em uma **perspectiva histórica**. (FOUCAULT, 2006, p. 303, 304, grifos nossos)

3.2.3 Insistirei, mas não vou gritar: são pequenos toques e dicas que ouvi...

Mamãe não quero ser perfeito
 Pode ser que eu seja eleito
 E alguém pode querer me assassinar
 Eu não preciso ler jornais
 Mentir sozinho eu sou capaz
 Não quero ir de encontro ao azar

[...]

Eu não sou besta pra tirar onda de herói
 Sou vacinado, eu sou cowboy
 Cowboy fora da lei
 Durango Kid só existe no gibi

³⁹ Oposição amigo-inimigo até faz sentido, mas ...

E quem quiser que fique aqui
Entrar pra história é com vocês...

Falando abertamente, vocês ainda se lembram da Marielle? Vai ser um pouco pesado, mas preciso dizer: aqui há um quadro onde “defensores” de direitos humanos correm algum risco. Não há muito amparo. Essa ladainha foi relatada pela equipe do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Juntando as falas, lembrei de uma música bem antiga – uma canção que escutava quando moleque. O nome dela é “disparada”. Mas este é o capítulo teórico, certo?

Então vamos deixar essas coisas de lado e continuar caminhando. A Hannah Arendt não trabalhava propriamente com perspectivas feministas ou marxistas, correto? Eu sei disso. E vocês não imaginam a confusão que arranjei com ela num primeiro momento. Discutimos diversas vezes. Daí, uma pessoa politicamente sensata me pede para dar uma olhada nas ‘origens’ do totalitarismo. Conversei, conversei e vi a questão da ‘autoridade’ – em Roma (!) – , mas decidi não pegar no pé da autora... ela falava coisas importantes.

Um tempo passa, outro vem, e ela, com aquele jeito encantador, ficava insistindo em aparecer no meu caminho. A minha birra mais recente foi o fato de que ela estava dissociando poder e violência. Seus amigos até tentaram mediar a conversa, me aplicaram uma certa noção de força... sei como é isso... vi no Isaac Newton... porém, por uma questão de observação do método, também reconhecia as implicações impensáveis dessa noção quando ela fazia referência a uma política mais ‘sutil’ – aquela que os grandes matemáticos não dariam a mínima, casos que acontecem na esfera de um “silencioso” horror.

Na espezinhação desse raciocínio, acabei parando em uma discussão cartesiana e neocartesiana sobre método, o favo de mel, o intelecto e a *res extensa*. Um tédio que só. Contudo, como também não estava muito disposto a ficar discutindo com a academia militar, meio que nesse período – só por diversão – acabei lendo algumas coisas sobre a banalidade do mal, achei passagens muito interessantes...

Inclusive, a partir de uma outra perspectiva ético-política, tinha visto uma discussão bem parecida no Fédon. Achei legal. E como não queria ir de encontro ao azar, fiz uma rápida revisão em algumas coisas do Kant. Daí, no fim, voltei a ficar amiguinho da Hannah. Compreendi por que ela estava fazendo aquela disjunção apaixonada, gostei de alguns gestos. Mas agora vou voltar a insistir na crítica mesmo assim, tá?

O jogo da vida e da morte possui racionalidades “históricas bem precisas”. O jogo possui racionalidades políticas. Possui lógicas. *Tecno-políticas*. Isso é bastante simples de notar. Uma das dificuldades talvez seja essa ‘questão’ do enquadre.

Se tivesse que dar alguma contribuição, se tivesse que ressaltar alguns versos...,

seria em torno desse aspecto que olharia para continuar a conversa com possíveis colegas de reflexão democrática...

COMO COMECEI a esclarecer em *Quadros de guerra*, **a condição precária não é simplesmente uma verdade existencial** – cada um de nós pode se ver sujeito a privação, dano, doença, debilitação ou morte em decorrência de eventos ou processos fora do nosso controle.^[...] **Todos nós desconhecemos e estamos expostos ao que pode acontecer**, e a nossa falta de conhecimento é um sinal de que não controlamos, de que não podemos controlar todas as condições que constituem a nossa vida. **Por mais invariável que essa verdade geral possa ser, ela é vivida diferencialmente**, uma vez que a exposição a acidentes de trabalho ou os serviços sociais ineficientes claramente afetam os trabalhadores e os desempregados muito mais do que as outras pessoas. (BUTLER, 2018, p.18, grifos nossos)

Vamos lá. Isso está melhor explicado nos livros dela: somos frágeis. Ponto. Porém, existem maneiras políticas de lidar com essa fragilidade. O fato de sermos frágeis não significa que *vamos pensar* em mecanismos de proteção. Ou seja, mesmo diante do reconhecimento da nossa suposta fragilidade ou condição existencial, isso não implica que existirá uma resposta política responsável.

Querem um exemplo? Temos o ‘genocídio’ da população negra no Brasil. Faz muitos anos que esse quadro está aí. O que fazemos? Estatística? ... ammmm... importante isso...

Não estou sendo irônico. Realmente reconheço a relevância desse trabalho na análise de fenômenos contemporâneos. Porém acredito que valeria a pena ouvir algumas músicas que cantam este processo também. Escutei várias. De maneira geral, a observação é banal: “preto e pobre só vira estatística”. Essa está num álbum do grupo chamado Faces da Morte.

Mas vou deixar passar essa questão por enquanto. Este é o capítulo teórico, certo? Então voltarei a Butler. Um outro aspecto na citação anterior é que, no campo político, ela está falando sobre uma precariedade diferencial. Está dizendo que algumas vidas parecem estar mais expostas que outras. Além disso, parece que temos mais disposição para lidar com problemas de determinadas vidas e não de outras. Isso é alguma novidade para vocês?

Não gosto de insistir nesses aspectos mais evidentes. Então, caso tenham interesse em uma análise ‘contemporânea’ bem estimulante, esta pode ser uma referência: THERBORN. Eu citei a obra no início desta tese. Ele faz alguns comentários sobre os ‘campos’ de extermínio da desigualdade.

Durante a primeira parte do relatório, dialoguei muito com o trabalho feito. Gosto de sociologia. Acho que me identifiquei um pouco. Além disso, também me vejo como um agricultor. Às vezes olho para o céu, mas trabalho com o chão. Meus únicos deuses são o tempo e a morte. O primeiro, a meu ver, está mal distribuído. O segundo, mal interpretado. Isso o

Therborn mostra em dados (estatísticos!).

Em relação à morte, o equívoco – para mim e para ele – é evidente: dizem que ela “é o único mal irremediável, a marca do nosso *estranho destino* sobre a terra”. Porém, não é bem assim, né? ...

No campo da política, é possível notar que algumas mortes poderiam ser evitadas sim. É possível notar que o tempo e a vida poderiam ser um pouco mais estendidos em alguns casos. O tempo e a vida poderiam ser uma *res* mais *extensa*. Lembram do Alex? Lembram da Dandara? Preciso fazer algum comentário?

Se precisar, posso fazer: o fato é que usei estas referências acadêmicas agora, mas juro para vocês que não precisei ler os autores ou as autoras para notar as coisas. Como disse, meus problemas não necessariamente apareceram através da produção acadêmica. Ainda que parte possa ser visualizada através dessas obras, minhas questões estão relacionadas ao campo, a experiências relativamente próximas de mim. E não precisei de muita genialidade para notar que havia algo de estranho nesse destino – bastou conversar e refletir só um pouquinho.

Num lugar equalizado, nesta minha posição, a única contribuição acadêmica que posso dar é modesta. O Foucault disse que estava estudando a racionalidade política – e também o jogo da morte e da vida cujo enquadre foi por ela definido. Acredito que esta última frase está errada. Posso mostrar isso em vários autores, em vários idiomas.

Mas vou ressaltar a Butler. Quadros de guerra. Foi bem rápido. Bastou que eu não confundisse normas de gênero com lógicas de gênero. Assim, simplesmente a partir do título, comecei a supor que talvez houvesse uma distinção entre lógica política e dinâmica política. Mas não pensem que eu sou um grande Einstein. Não. Não é nada disso. Pensei algo bem mais simples: o ‘jogo da vida e da morte’ se refere a uma dinâmica. A um movimento. Se pegarmos uma lógica e colocarmos dentro dessa dinâmica específica, o ‘movimento’ ainda pode continuar o mesmo.

O fato de ter feito uma aula no ensino médio... e saber o que significava a noção de *inércia* para os tardo-modernos facilitou bastante a minha leitura. Enfim, como disse, não fui nem um pouco Einstein.

O raciocínio foi muito modesto: o ‘jogo de vida e morte’ pode ser jogado com as lógicas de gênero, mas pode ser jogado com outras também. Lógicas étnico-raciais, lógicas nacionais, lógicas etárias, lógicas religiosas. Tecnicamente, podemos usar essas lógicas. E, efetivamente, isso pode ter múltiplos efeitos. Um dos resultados é este... tantas vezes dito, inercialmente denunciado, documentado e sentido.

Enfim, para brincar um pouco com Agamben, por enquanto o que estou dizendo é

o seguinte: no grande jogo da política, [lute, sacrifique-se, mate ou morra] não são palavras divinas. Me lembro de uma passagem assim: “nem só de pão viverá o homem, mas de toda *palavra que procede da boca dos deuses*”.

Eu gosto dessa frase, mas o que complica o percurso é a minha má-fé. Eu suspeito que os termos [mate, morra ou sacrifique-se] talvez possam ser palavras no jogo do deus enganador. Aquele que Descartes menciona, mas que não considerou friamente no campo das astúcias de sua razão ‘solitária’.

Enfim, [mate, morra, sacrifique-se] são palavras de extermínio... são palavras dentro de um certo jogo bélico. Mate. Sacrifique-se. Morra. São palavras do quadro holocástico e sacrificial. No entanto, holocausto e sacrifício não é precisamente um quadro religioso, é um quadro de guerra.

Pode parecer insensível da minha parte, porém, tecnologicamente, não acredito que isto esteja relacionado com nossa teologia, e sim com nossa economia política; [mate, morra, sacrifique-se] são palavras humanas, demasiadamente humanas: a César, o que é de César. Bota fé?

A distinção entre normas de gênero e lógicas de gênero, reflexivamente, pode auxiliar a compreender alguns aspectos dessas relações. E eu não sei se conseguiria apontar isso de outro modo. Poderia ter tentado, mas não conheço tão bem as outras lógicas. Como disse, por uma questão de trajetória acadêmica, acabei indo estudar um campo analítico muito recortado.

Quando ouvi algumas considerações feitas pela Hannah, eu fiquei tentado... eu quase me arrisquei em outra aventura analítico-conceitual para ‘explicar’ essa tal diferença entre lógica política e dinâmica política.

Iria testar isso a partir da noção de técnica e arte. Técnicas de governo e arte política. Mas isso também não seria tão simples, no entanto, eu tinha um caso... era uma história antiga, mas me ajudava a perceber essas distinções.

Antes de apresentar o relato, gostaria de te perguntar uma coisa: vocês efetivamente conseguem ler algo que não foi produzido por uma pessoa de prestígio? Vocês conseguem conversar com pessoas sem muitos títulos?

Essa habilidade é algo muito importante para conseguirmos explorar os problemas. Você precisa supor que as pessoas pensam. Precisa supor que aquilo que elas falam e fazem tem lógica. Conseguem fazer isso? Eu acho que o Foucault – de certa forma – conseguiu. Porém, ainda hoje há uma porção de gente brigando com ele por conta dessa *suposição* cartesiana localizável.

Vamos fazer um exercício de inteligência? No meio dessas confusões todas, em meio a um horizonte transitório de utopia, vamos ver se Foucault supôs alguma coisa que presta?

No começo, eu levava algumas roupas e maquiagem e me montava no banheiro e saía no pátio do colégio, um escândalo! Eu adorava, me sentia! Meu pai não sabia que eu me montava na escola, só o pessoal da escola. Aí a diretora chamou meu pai, me pôs na frente dele e contou tudo. Meu pai ficou calado e eu desesperada, porque não sabia qual ia ser a reação dele. Aí ele olhou para mim, olhou para a diretora e perguntou: ‘e o que é que a senhora quer que eu faça? Que eu espanque, que eu mate? A senhora vai me desculpar, mas ele é meu filho e eu tenho que amar ele do jeito que ele for’. Levantou, pegou o chapéu e saiu sem olhar para trás. Fiquei mais apavorada ainda, fui para casa e me enfiei no meu quarto. À noite ele foi ao meu quarto, bateu na porta, entrou e me deu um presente e perguntou se eu sabia o que eu estava fazendo. Disse que sabia, e me deu sua bênção e saiu do quarto. Abri a caixa do presente e tive a maior surpresa da minha vida: uma calcinha de renda, vermelha, linda. (Alice, citada em JUNQUEIRA, 2009, p. 270)

Vocês notaram como o pai da Alice leu a cena? Notaram a pergunta que ele fez? Diretora, o que você quer que eu faça? Quer eu espanque? Quer que eu mate? Por que vocês acham que ele fez essa pergunta? Essa pergunta tem lógica? Se lembram do caso Alex? Pensando naquela cena, vocês acham que o pai da Alice leu corretamente o campo?

Em relação à garota: Alice tinha motivos para se “montar” no colégio e não em casa? Ela tinha motivos para ficar com receio da reação do pai? Ela tinha motivos para achar que a reação dele não seria das melhores? Tem lógica essas ações e sentimentos da Alice?

Por que a diretora resolveu chamar o Pai? Ela também achava aquilo um escândalo? Ela queria que ele espancasse? Queria que matasse? Queria que corrigisse? Esse chamado da professora tem lógica?

Pois bem... suponho que sim, acho que essa cena tem relação com lógicas de gênero. No entanto, nesse caso muito pontual, olhando para a cena, este te parece um quadro de ‘guerra’? As possibilidades eram matar, sacrificar ou morrer? Não sei... talvez efetivamente fosse..., lembram-se do caso Alex...?

Apesar disso, apesar desse possível jogo, aquele pai, que deu a bênção, agiu de outro modo. Agiu com outras lógicas. Num primeiro momento, a lógica é muito sensível: eu não sou um patriarca pentateuco, diretora (...). A senhora vai me desculpar, mas estamos diante do meu filho, e eu o amo. Ou seja, uma relação de parentesco e uma determinada obrigação de amor foi colocada em cena. Não houve pancadaria. Ele apenas pegou o chapéu e saiu... sem olhar para trás.

Num segundo momento, talvez algumas horas depois. Entramos na casa. Vocês notaram qual pergunta o pai fez para Alice? Está relatada: você sabe o que você está fazendo? Sim, sei. Deus te abençoe. Tome aqui um presente.

Para vocês, essa foi uma ação bárbara? Essa foi uma ação excepcional? Pois então... eu não vi nada demais nesse caso, o fato de um pai não sacrificar ou matar ‘um filho’, não me parece uma coisa excepcional. Eu ficaria chocado se a ação dele fosse diferente dessa.

Eu fiquei chocado com o caso Alex, mas depois eu fui notando que havia lógicas e um certo ‘enquadramento’. Tanto havia lógicas como uma dinâmica. Uma dinâmica de extermínio. Lógicas em um quadro de guerra. Uma pena para quem morre [e talvez outra para quem mata]...

Este exemplo do pai da Alice parece bonito, certo? Porém, para mim..., ele é terrível. Vou comentar isso daqui a pouco, mas, por enquanto, só destacaria o aspecto sensível para vocês: ele mostra que a arte é possível. Arte política é possível. Se arte política é possível, técnicas de governo (no gesto de desvio) talvez também sejam..., não?

Essa aposta é linda, mas acho que antes de investir em saídas, antes de darmos as respostas acadêmicas democráticas, seria importante analisar como as coisas ‘efetivamente’ estão acontecendo no nosso presente.

A meu ver, essas *situações* não acontecem por conta de uma grande dinâmica estrutural maior (ou por alguma ordem de poder mundial). Essa resposta, de arquiteto da filosofia da matemática natural, é muito simplista.

Entretanto, para sustentar uma afirmação como esta. Acho que eu precisaria avaliar melhor as relações, precisaria avaliar melhor as lógicas. Não se preocupem, também vou olhar para esse suposto “jogo” de vocês. Mas farei isso a partir de uma perspectiva simples, sensível e estritamente aplicável. Uma perspectiva mais efetiva, útil e próxima de mim...

Falando desse jeito, eu posso parecer uma pessoa muito legal. Mas, francamente, eu não sou do campo da sensibilidade... eu só coloquei esse caso da Alice porque estou muito preocupado com o que vai acontecer. O modo como eu trabalho não é dos melhores.

Estou investindo neste termo “tecnologia”, correto? Só que ele precisa ser usado com cuidado. Isso eu não tenho. Minha formação se deu em outra área. Meio cognição, testes e experimentos mentais. Terrível. Acho que a noção de tecnologia carrega consigo um pouco desse mito fundante. E isto é um problema.

Notei este aspecto menor durante a leitura do “Holocausto Brasileiro” e, em especial, quando utilizei essa mesma estratégia para conversar com alguém bastante especial para mim. Fui muito bruto. A brutalidade está relatada no final deste capítulo. É um diálogo estritamente *técnico*.

Já ouvi dizer que a técnica é própria do conhecimento científico. Um conhecimento neutro. Essa me parece uma questão boba, relativamente tola inclusive, mas continua

produzindo efeitos dramáticos, e quando percebo essas coisas fico com mais dúvidas ainda.

Por isso, por conta desse receio, acho que gostaria de tentar conversar sobre democracia mais a sério. É algo que me auxiliaria de certo modo. Pode colocar alguma medida ética no meu espírito científico. Minha aposta é que uma conversa mais cuidadosa sobre *técnica de leitura*, ou mesmo de *escrita política*, talvez seja relevante aqui. Imagino que isso poderia te auxiliar a avaliar melhor esta produção. Inclusive acho que assim poderão analisar mais pontualmente a minha *ação acadêmica* e o meu *sentido de justiça* neste momento.

Quer voltar a ler o que acabei de escrever? Este último parágrafo está extremamente condensado. Quer fazer uma pausa para reflexão? Se estivesse no seu lugar, eu pararia. Foi tudo meio intenso. Leria palavra por palavra desses últimos trechos só para não esquecer. Depois ... aí sim ... tomaria um fôlego.

No entanto, se quiser continuar caminhando rapidamente comigo, aqui vai um primeiro recado: antes, quando me pediam para ser crítico, eu entendia que precisava ser impiedoso. Entendia a crítica dentro do ‘esquema’ exclusivamente científico. Eu não tinha misericórdia. Fazia isso com qualquer um que me solicitasse. Atirava sem dó. No entanto, agora, já não sei mais se o convite é este. Por isso estou chamando a *polis* também. Topam participar?

Não sei se cheguei a comentar ... acho que sim... mas pode ser que eu não tenha sido explícito: a academia universitária não é a *polis*. Me ouviram? A posição acadêmica é muito marcada também. E, apesar de tentar fazer parecer, vocês não são *imunes*.

Tem coisas legais sendo cultivadas nesse espaço. Eu passei boa parte da minha existência nesse campo. E tive muito tempo para observar esse território. No entanto, sei que ainda rola muito prestígio por aí. Sei que se trata de um lugar de boa-fama e reputação. A questão é que gosto de analisar os detalhes e, inclusive, as faltas...

Por isso, agora vou deixar de bla-bla-hablar um pouco... e vou direto ao assunto. É hora de começar a colocar as coisas no lugar... é hora de começar a arrumar a casa. Se não estiverem dispostos a fazer essa tarefa, eu entendo.

Sei como é essa dinâmica, conheço a lógica ... lavar vasilhas não é exatamente a tarefa mais interessante do mundo... se não estiverem a fim... blz... inclusive podem parar a leitura por aqui... esse trabalho é um pouco pesado mesmo.... podem ir cuidar dos seus artigos... do *lattes* ... daquilo que vocês chamam de louças ... digo louças por hábito ... mas agora o papo é reto ... é lata mesmo... e este é o meu jeito de tocar no assunto mais difícil.

Enfim, é possível que a partir de agora eu venha a ser mais literal no tema – isso pode te machucar – e esta não é exatamente a minha intenção. Aqui estou sendo como a Alice.

Eu geralmente não faço isso em casa. Estou apenas me desmontando na *Skholé*. Apenas ressentindo o futuro que poderia significar o presente fardo de não ter sido considerado um burro de carga intelectual hierárquica. Isso é babado! É escândalo! É abstrair... é jogar com categorias, palavras, letras, pontos em um parágrafo que que dificilmente conseguiria ser compreendido dentro de um esquema [apolítico] de leitura.

Mas é simples: o que estou dizendo é que esse trabalho não é sobre aprender a morrer. É aprender a viver. São lições que aprendi andando em diversos campos... inclusive na segurança pública – um dos lugares mais difíceis pelos quais passei. Ali eu ouvi a seguinte frase: “aqui não existe **porquê** (!)”... e isso faz mais de meio século! ... (LEVI, 1988, p. 27).

O meu problema é que, analiticamente, eu duvidei dessa fala, duvidei da palavra.

3.3 Lógica Democrática e Dinâmicas de Gênero

Em função do desvio de percurso, como não pude desenvolver a análise da maneira que gostaria, agora serei direto: eu fiz isso em várias *disciplinas*, mas – na moral ... – ainda acho que precisamos discutir e ouvir melhor algumas considerações sobre as noções de *norma* e de *hierarquia*.

Feitas essas duas observações sintéticas, gostaria de ressaltar que a expressão “democracia normativa” – muito bem apontada pelo Mbembe –, não parece fazer qualquer sentido para mim atualmente, mas ainda estou tentando pensar essa questão.

O que significaria “democracia normativa”? Abstratamente, essa expressão tem alguma lógica para vocês? Se “norma” for o nome dado a uma *situação*, se isso estiver correto, onde juristas – e operadores da lei (!) – estão com a cabeça?

Apesar de algumas evidências coletadas em atividades e andanças de pesquisa, continuo me perguntando sobre isso – e realmente acho que vale reiterar no questionamento. No meu caso, em conversas com colegas, insisti nesta pergunta clássica: “uma lei injusta pode ser considerada uma lei?”. Sim. Pode. Vi isso no período medieval, no período moderno, mas também vi a partir dos anos 60.

Se acharem que uma lei injusta não pode ser considerada uma lei, mostro várias leis injustas vigentes hoje. Leis injustas que são consideradas leis. E isso, óbvio, só significa que lei e justiça não necessariamente se equivalem. Esta questão é muito fácil.

Por outro lado, também reconheço que podemos ficar nos perguntando o que ‘é’ a justiça. Sim, de fato..., podemos. Faz pelo menos 2500 anos que essa pergunta foi feita. Mas agora eu tenho uma outra: você é capaz de julgar? É capaz de julgar os atos? Pela exposição

que fiz, acham que matar o Alex foi um ato justo?

Como isso também me parecia fácil de ser respondido, academicamente, fui fazendo outras indagações. Pensando, em norma e democracia, agora estou atravancado nesta daqui: uma norma que não é efetiva pode ser considerada uma norma? ... uma democracia que não é efetiva, pode ser considerada democracia?

Minha resposta, estritamente racionalista, seria não para as duas questões. Porém, se tiver disponibilidade para me mostrar o contrário, gostaria de ver seus apontamentos – mas vou logo avisando que não tenho muita paciência para as doutrinas teológico-filosófico-científicas recitacionistas de papo furado.

A partir de agora, por conta disso, inclusive vou parar com as músicas, com as histórias, com a literatura e talvez até com as aspas. Vou tentar falar do modo mais explícito que eu puder.

Quem me ajudou com essa discussão foi o Rancière e a Harding. Eu precisei fazer alguns ajustes nas perspectivas – não sei se fiz bem – mas vou comentar parte do processo para que possam considerar.

Primeiro, veio o escândalo que estava bem na minha cara: o Rancière disse que não temos conseguido fazer reflexão política. Mais especificamente, ele estava dizendo que não temos conseguido fazer uma reflexão democrática. De maneira ainda mais pontual, ele parecia sustentar que não temos conseguido refletir sobre a igualdade.

Se não for isso que ele estiver dizendo, então é isso que eu estou. Não preciso dele para falar o que penso. Realmente acredito que não temos conseguido refletir direito a lógica da democracia. E isso não precisa ser espantoso, dificilmente perspectivas hierárquicas conseguem pensar a igualdade.

Aliás..., isto está analiticamente incorreto. As perspectivas hierárquicas conseguem pensar a igualdade sim. Nessas posições, a igualdade é um absurdo. Uma coisa degenerada. São produções muito lúcidas. Muito explícitas em seu posicionamento. Elas dizem o seguinte: a partir da nossa posição hierárquica, sabemos o que é a lógica da igualdade e nós não a defendemos. Ponto.

Eles são explicitamente francos. E esta não foi uma referência à guerra civil espanhola, foi uma constatação: Aristóteles e Platão não eram igualitários. Eram hierárquicos. Eles se opunham à lógica da igualdade, mas sabiam o que estavam dizendo. Eles não tinham um sentimento democrático. Eles tinham uma posição intelectual contrária à igualdade no campo da política. E não receavam falar abertamente sobre isso. Óbvio (!).

Acredito que eles estavam fazendo uma operação e um movimento intelectual

hierárquico. E a igualdade é um problema nesse quadro. A igualdade é radical à hierarquia. A igualdade tem outra dinâmica. A igualdade não é assimétrica, a hierarquia sim. A hierarquia é vertical, a igualdade não.

Como podem notar, estou sendo estritamente sintético-lógico-binário. Porém, estou disposto a ser contestado. Se houver uma relação igualitária que seja hierárquica para vocês, gostaria que me mostrassem. Eu gostaria de analisar.

No entanto, – observe bem – acabei de afirmar que a igualdade é uma relação. Não estou me perguntando sobre sujeitos, estou me perguntando sobre relações que sejam igualitárias. Dentro do debate, estou facilitando demais as coisas. É lógica ou silogismo de primeiro período, seja do curso de direito ou do curso de filosofia: se me mostrarem uma relação igualitária que pressuponha hierarquia, eu calo a minha boca. $P \rightarrow Q$.

Porém, antes que venham me mostrar a igualdade. Antes que me mostrem as relações humanitárias, gostaria de ressaltar que fiz uma observação sintética no início deste tópico – e é exatamente por isso que a discussão sobre norma e hierarquia ainda me parece ser relevante.

Platão e Aristóteles conheciam o perigo da igualdade. Nós conhecemos os perigos das normas e das hierarquias? Acredito que sim. Porém, conceitualmente, as noções de norma e hierarquia estão compartilhadas entre nós? Não farei essa discussão. O que tinha para dizer, disse no início deste tópico.

Agora, portanto, vou fazer comentários banais. Eu tenho um pouco de vergonha disso. Me vejo como um idiota trabalhando assim. Mas não vou usar nada mais sofisticado que aprendi. Para essa conversa, vou usar as metodologias mais simplistas no campo estritamente lógico-racional. Não farei filologias, nem genealogias. Farei duas perguntas. Quero conversar com gente viva. Das respostas de gente morta, já estou farto das ideias.

Pois bem, seguindo por esse caminho, a palavra hierarquia é – a meu ver – a mais interessante para um início de conversa. Etimologicamente – dentro do quadro mais antigo que conheço – ela é construída por dois radicais muito bem estabelecidos. *Hierós-arkhé*. Literalmente, sagrado-princípio.

A igualdade é um princípio sagrado? É um princípio hierárquico? Ou seria um princípio político? Para me posicionar e facilitar essa conversa: só debato contigo no plano terreno. Só no campo da política. Eu não sei nada das coisas sagradas, sei sobre coisas que foram politicamente sacralizadas. Que foram literalmente hierarquizadas.⁴⁰

⁴⁰ Como se sacraliza um princípio? Tecnicamente.

Por exemplo: em um determinado circuito religioso, há um mandamento que diz “não matarás”. Eu não entendo isso como um mandamento divino, entendo como um mandamento POLÍTICO.

Contemporaneamente, nós reelaboramos esse mandamento dentro de um quadro jurídico-soberano-legalista. De modo bastante impreciso, nos acostumamos a chamar isso de norma. Sei que existem diferenças entre princípios, normas e mandamentos. As pessoas costumam convocar filósofos para explicarem essas distinções sutis. Estudei sobre isso.

Porém, este não é um trabalho de filosofia. Estou mais interessado no conteúdo e no caminho desenhado. Então vou agilizar as coisas. Há uma norma que diz assim: matar alguém: pena – tantos anos de prisão.

Traduzindo seria o seguinte: se você matar, haverá consequências, haverá uma resposta penal restritiva liberdade. Se matar, será preso. Se você cometer esta ação, politicamente vamos fazer uma outra. Ou seja, a norma, ao menos nesse território jurídico, me parece ser isto: a indução política de uma consequência.⁴¹

Além disso, é fácil reconhecer que a indução de consequências não é uma ação específica ou exclusiva do campo jurídico. É uma ação que pode estar sendo compartilhada em outras situações.

Indução de resposta é princípio sagrado? Normas são sagradas? Para mim, não. Eu estou discutindo política. Ação política. O que estou tentando te dizer é simples: desejo discutir relações ético-políticas. Nessa esfera, uma única ação pode gerar inúmeras ações e reações. Bastaria pensar no caso Alex para tornar as coisas um pouco mais sensíveis.

Agora, então, vamos voltar à nossa questão contemporânea: o que é uma norma? Isso eu já falei. Minha questão não é essa. Minha questão é sobre o funcionamento. Porém, não estou falando em termos abstratos como se normas fossem uma simples relação de ação e resposta. De causa e efeito.

Fiz algumas disciplinas de filosofia analítica, sei que as relações de causa e efeito não são bem assim. Essa não é uma conexão sagrada. Inclusive, para um determinado teórico – alguém que supostamente estava tentando se livrar do sonho dogmático – causa e efeito era uma categoria do entendimento.

Enfim, de modo geral, o que estou tentando dizer é que, no campo político, as ações e as possíveis respostas, têm lógicas – e essas relações não se limitam a conexões causais.

⁴¹ Note-se que esta poderia ser uma segunda definição de norma. Nesta a acepção, especialmente por sua circunscrição política, a noção de *lógica* continuaria a ser relevante.

Por exemplo: gostar de lavar vasilhas, efeito: surra. Essa *situação* seria bastante ininteligível se não supuséssemos algumas lógicas concretas e efetivas. Em um plano mais abstrato, no âmbito do entendimento puro, esse encadeamento não teria o menor sentido. Seria como dizer: genocídio da população negra, resposta: produção de relatórios estatísticos. Abstratamente, isso não faz sentido. Porém, politicamente, há lógicas que podem nos ajudar a compreender esses processos.

Eu acredito que é importante entender o que está se passando no nosso campo relacional. Além disso, consigo reconhecer que nós não aparecemos no mundo hoje. Do ponto de vista acadêmico, inclusive noto várias explicações para o que está acontecendo. Essas explicações são parciais. E eu vou tentar analisar essas *situações* de um outro jeito.

Enfim, vou compartilhar as minhas leituras com vocês. Não são leituras que aprendi só nos livros, são leituras que aprendi entre os mundos que andei. Eu acho que vai ser um pouco intragável, mas se o público suporta – quase com indiferença – os números do extermínio no Brasil sem muita comoção, acho que podem ser insensíveis o suficiente para ler o que vou apresentar. Vou trabalhar com poucos casos, os menos pronunciados.

Para facilitar sua leitura ou sua crítica, veja rapidamente o que aconteceu durante o primeiro momento: eu comecei querendo ser democrático. Queria ler as cenas do extermínio tentando utilizar a lógica (ou o princípio político) da igualdade. Queria encontrar respostas igualitárias nesse campo bem específico chamado “segurança pública”. Não deu certo.

Eu queria salvar o mundo? Não. Só queria contribuir para a redução das práticas de extermínio a partir de uma lógica igualitária. Eu consegui? Não. A lógica da igualdade não funcionou bem no campo penal. Então eu precisei retroceder. Tive que ser um pouco mais modesto.

Daí comecei a articular a lógica da igualdade com as lógicas de gênero. Nos próximos capítulos, vocês verão o que consegui fazer, porém não vou me antecipar. Este é o momento de mostrar como fiz uma certa junção conceitual que facilitou o meu caminho.

3.3.1 Um esquecimento e a dúvida de método

Eu tinha achado a lógica democrática sensacional. E ela funcionava em vários lugares que havia frequentado. No entanto, eu me esqueci que estava trabalhando em um território diferente. Esqueci que estava na segurança pública. Além disso, me esqueci que estava analisando práticas de extermínio. Eu me esqueci que essas práticas não costumam ser muito democráticas. Houve um lapso de uma importante lição: a de que talvez a igualdade não seja

exatamente uma medida.

Isso pode parecer um absurdo, pode soar como uma fala terrível, mas é justamente isto que estou pensando agora. E é exatamente assim que vou operar nesta pesquisa: a igualdade não será a minha medida. E o motivo é simples: eu não a vejo assim, este não será o critério que utilizarei.

Até quis persistir com a igualdade, mas como não percebia direito, a abandonei. E não foi uma decisão difícil. Não tento forçar a presença de algo que não vejo. Não me apego a um móvel. Não trabalho com uma ficção igualitária prévia. Assim, se quiserem algo para julgar a minha ação, é só isto que tenho a oferecer: uma dúvida. Uma dúvida de princípio.

De um ponto de vista teórico, para promover alguma discussão, o máximo que consigo indicar agora é como converti essa dúvida primeira em algo um pouco mais palpável academicamente. Não foi nada complicado.

Me acompanhem: caso eu quisesse fazer a análise das práticas de extermínio, que categorias eu deveria usar? Há categorias prévias? Não sei. A igualdade não funcionou. Eu até gostaria, mas não deu certo.

Daí, reflexivamente, apenas precisei relativizar e depois supor: se houver alguma lógica, “quem” poderá me fornecer categorias de entendimento é o próprio campo. Ou seja, diante da dúvida, passei a supor que o meu campo era um lugar de comunicação e linguagem. Foi uma questão de consideração. Em vez de pressupor que eu penso. Pressupus que ali se pensa.

Isso é um problema metodológico? Para aplicadores de teorias prévias é sim. Para pessoas da neutralidade científica, também. Para intelectuais da barbárie, pode ser. Porém, para mim, não é um problema. Eu só preciso imaginar que o campo político tem lógica e apostar que, num diálogo com ele, talvez eu consiga reconhecer alguma.

Metodologicamente, sozinho, me fiz um compromisso: vou tentar escutar de tudo, mas só vou trabalhar ou colaborar com o que me couber. Fiz um recorte. Optei por abordar apenas as palavras que eu tinha alguma habilidade para ouvir. Por uma questão de trajetória acadêmica, a única palavra que eu sabia escutar, com um mínimo de qualidade, era gênero.

Haveria outras? Acredito que sim. Mas só ouviria aquelas que me chamassem atenção. Quais foram? Eu não sei dizer ao certo, no caminho só fui com gênero. Só trabalhei com lógicas de gênero, mas acho que pela análise das relações é possível notar outras sim. Só que há problemas de leitura do “jogo”. E problemas de posição no campo. Isso eu não consigo avaliar e nem mesmo mexer sozinho.

Para que isso fique um pouco mais tangível, posso trazer alguns exemplos dessas

minhas possíveis dificuldades, vejam só: em um momento deste texto, falei algo sobre nazismo. A perspectiva nazista nem sempre existiu... entretanto, quando olho para as cenas que se passaram, acho que é possível notar algumas lógicas dentro daquele enquadre de guerra.

Ao olhar para a “imagem do nazismo”, acredito ser possível se perguntar como aquelas relações aconteceram. Eu acho que aquelas relações têm lógicas, tem “racionalidades e dinâmicas políticas muito precisas”.

Porém, você pode pensar o contrário. Se achar que as coisas não têm lógica, não tem problema. Só que aí a gente nem precisaria conversar – este não é o meu campo de estudos – mas, se quiser continuar no diálogo, seria possível notar alguns elementos.

Ouçã a minha confissão: quando alguém me diz “eu não sou a favor do casamento homossexual”, eu escuto da seguinte forma: eu não sou a favor das relações de afeto entre “homossexuais”. Eu acho que essa fala tem lógica. Uma lógica política.

Tentando estabelecer algum paralelo, seria como se alguém me dissesse: eu não sou a favor do casamento inter-religioso. Traduzindo, eu escutaria assim: eu não sou a favor das relações de afeto entre pessoas de religiões distintas. Essa fala tem lógica? Sim, tem. Não reconhecer, proibir e mesmo não legitimar o “casamento” entre certas pessoas tem lógica? Sim, tem. E pode ter várias⁴².

Esta, por exemplo, é uma explícita referência ao afeto, ao desejo ou à devassidão no século XIII:

Se alguém é suspeito de **devassidão contra a natureza, a justiça** deve prendê-lo e enviá-lo ao **bispo**; e se for comprovado seu ato, ele deverá ser queimado; todos os seus bens móveis são entregues ao suserano. (BORRILLO, 2010, p. 54-55, grifos nossos)

Ainda no campo da sexualidade, alguns séculos depois, o Vaifans localizou uma fórmula de lei que também foi escrita pela Igreja e era relativamente semelhante a essa. Achei interessante. Sei que era um outro contexto, e podem me chamar de anacrônico – eu não ligo –, mas o fato é que geralmente analiso essas cenas a partir da perspectiva dos Direitos Humanos. “Human Rights”. Gosto de pensar em direitos humanos. Não converso muito sobre teologia humana, nem sobre teólogos humanos e tão pouco sobre teologia política. De modo bem específico, costumo olhar as cenas pensando em políticas humanas. É uma questão de

⁴² “Era essencial que as negras fossem mantidas à distância, que os tabus raciais que proibiam as relações legais entre os dois grupos fossem reforçados quer pela lei, quer pela opinião social. (Nos raros casos em que brancos donos de escravos se divorciaram para legitimar suas relações com escravas negras, eles foram geralmente considerados loucos.) Num patriarcado da supremacia branca, o relacionamento que mais ameaçava perturbar, pôr em xeque e desmontar o poder branco e a concomitante ordem social era a união legalizada entre um homem branco e uma mulher negra.” (bell hooks, 2013, pg. 130)

proximidade. Analisando assim, acho um pouco mais fácil.

[...] na Inglaterra, nação das mais tolerantes no castigo dos nefandos, uma lei do século XVI fixou a pena de morte por meio do "sepultamento vivo" para todos os que mantivessem relações sexuais com judeus, animais ou pessoas do mesmo sexo. (VAINFAS, 2010, p. 160)

Como é possível notar, nestes casos em específico, tratam-se de leis penais. Essas leis são justas? Elas eram consideradas justas na época? Elas têm lógicas? Na minha perspectiva, apesar de serem produções relativamente estranhas, noto várias lógicas e consigo compreender o que se passava naquele contexto ‘pré-moderno’.

Contudo, o problema é um pouco pior quando eu passo a olhar para uma outra *situação*: “corpo queimado em canavial é de rapaz morto pela mãe por ser gay” (ESTADÃO, 2017).

Não vou entrar em detalhes. Não quero te deixar triste. Farei apenas dois destaques. Primeiro, tive a impressão de que a reportagem, além de parcialmente insensível, parece que foi mal escrita; em segundo lugar, este é um caso recente, um pouco mais contemporâneo – ocorrido aqui no Brasil.

Sei que é um pouco intragável buscar responder, mas essa ação, em pleno século XXI, tem lógica? Sim tem. Não são as mesmas de antes, mas há lógicas. Agora eu te pergunto – e gostaria que me respondesse sinceramente: diante desses relatos, faz algum sentido eu ficar aqui discutindo a distinção conceitual entre lógica e dinâmica?

Francamente, quando olho para essas cenas, acredito que faz algum sentido sim. Zelo político-analítico-teórico-metodológico é importante. E eu não costumo ser muito afável com quem acha que não. Eu não costumo ser muito gentil com pessoas que, diante da dor dos outros, ficam dando uma resposta humanitária qualquer. Para mim, boa intenção não é suficiente nestes casos. Isso não contribui para encontrar respostas efetivas frente a algumas *situações* que estão se passando agora.

Considerando esses casos, analiticamente, é assim que leio: no período ‘medieval’, aquelas leis eram *justas*. Justiça humana. Feitas inclusive pela igreja. Acho que o Foucault olhou bem para esse aspecto – mas isso não significa que é possível continuar a fazer hoje o mesmo tipo de pesquisa que o autor fez no passado.

De toda forma, apesar das minhas diferenças, eu destacaria que ele tinha uma noção bem interessante de justiça. Certa vez, ele me disse que a *justa* se faz. Comentou esse aspecto menor olhando para a cena de um duelo.

Me pareceu que ele estava tentando entender como fazemos justiça (*y dolor*). A observação foi muito perspicaz: analisando a briga, ele comentou que eram considerados justos

aqueles que vencessem uma batalha de vida e de morte. Ou seja, naquele caso, a justiça se tratava literalmente de um ajuste de contas. E quem matasse era considerado o justo.

Lei do mais forte? Direito do mais forte? Não sei ... expressa desse modo a pergunta me parece muito abstrata. Acho que seria preciso considerar melhor as situações antes de responder...

Inclusive, para isso, te convidaria a rever uma noção. Aquela que estrategicamente mencionei no início deste capítulo. O autor disse que [um 'ato' de julgar] que incida exclusivamente sobre o que se faz não passa de uma utopia. Será?

O que proponho é olharmos para as cenas... ver as práticas ... julgar apenas o que se faz... analisar as ações. Acham que essa atividade medíocre seria muito utópica neste momento?

Na Valencia moderna, um padeiro levado à inquisição por acusação de sodomia fora absolvido por falta de provas. Pois, então, conta-nos Rafael Carrasco, a massa enfurecida invadiu a catedral da cidade e obrigou as autoridades a lhe darem o preso, que só não foi queimado vivo porque apareceram uns franciscanos a convencer a multidão de garroteá-lo antes: exemplo extremo, sem dúvida, mas comprobatório de um novo tempo em que a violência não mais se restringia a letra da lei. (VAINFAS, 2010, p. 161)

Se acharem que isso é algo difícil, tentem um exercício: julguem o que vou fazer agora. Já declarei que não vou trabalhar com a igualdade, mas ainda vou produzir uma vinculação entre o Rancière e a Harding. Avaliem meu ato. Julguem friamente a operação conceitual realizada. Ela será importante.

3.3.2 Igualdade e lógicas de gênero

O que é o político? Se me perguntam, responderei brevemente: o político é o encontro de dois **processos** heterogêneos. **O primeiro é o do governo.** Este consiste em organizar a reunião das pessoas em comunidade e seu consentimento, e se funda na distribuição hierárquica de lugares e funções. A este processo darei o nome de **polícia**.

O segundo processo é o da igualdade. Este consiste no **jogo** de práticas guiadas pela pressuposição da igualdade de um qualquer com qualquer um, e da preocupação por verificá-la. O nome mais apropriado para designar esse jogo é **emancipação**. [...] Em vez de dizer que toda a polícia nega a igualdade, diremos que toda a polícia *dana* a igualdade. E diremos então que o político é a cena onde a verificação da igualdade deve tomar a forma do tratamento de um dano.

Temos então três termos: a polícia, a emancipação e o político. **Se quisermos insistir no seu entrelaçamento**, podemos dar ao processo de emancipação o nome de **política**. Distinguiremos então a **política, a polícia e o político**. O político se refere ao terreno do encontro entre a política e a polícia no tratamento de um dano. (RANCIÈRE, p. 18, 2006, tradução nossa)

Como a noção de igualdade não estava funcionando diante dos meus casos, me lembrei do Rancière. Certa vez, ele falou que nós não temos pensado muito bem sobre a

igualdade. Eu reavaliei, ponderei e acabei reconhecendo: sim, talvez seja difícil refletir criticamente sobre essa questão mesmo.

Para contornar esse problema, agi como de costume, encontrei uma saída prática. Fui tratar do meu problema. Um passo. Olhei para a igualdade e depois fui para as lógicas de gênero. Em relação à igualdade, já não sei direito mais o que falar. O Rancière havia comentado que ela era uma lógica: a lógica da “democracia”. Isso agora eu tenho as minhas dúvidas.

No entanto, mesmo sem conseguir avaliar de modo mais elaborado essa questão, havia algo que gostava na perspectiva do autor. Eu achava muito interessante a noção de lógica com a qual ele trabalhava. Me lembrava a noção de racionalidade política. Pode ser que eu tenha me equivocado na leitura, vocês precisarão julgar.

Como não se trata de alguém muito tradicional, será um pouco mais difícil, mas vou tentar comentar o percurso sem muito tédio também. Uma citação bastante breve está ali em cima.

Pelo que entendi, a exposição seria mais ou menos assim: didaticamente, ele separa dois campos (ou “processos”). Separa a política e o “governo”. Um ele esvaziou significativamente. O outro, deixou extremamente condensado.

Apesar da exposição relativamente embaralhada, me parece simples. Diria que ele pensa no campo da anarquia e no campo do *arkhé*. É bem rudimentar: há um campo em que existe um princípio sagrado e, em sentido muito estrito, um campo em que não existe.

Ou seja, me parece que ele está pensando em um campo anárquico (da política) e um campo hierárquico (ou arqueológico) – uma esfera de tensões, onde se pode trabalhar com a pressuposição da igualdade e, ao mesmo tempo, com os critérios ou os títulos de uma determinada *organização*. Para mim, soa como se ele estivesse retratando um certo jogo entre *anarco-demo-cracia*.

Sei que ele não organiza as coisas propriamente assim e que também não fala em espaço ‘arqueológico’. Isso é dedução minha. Como estamos insistindo em entrelaçar as coisas, é algo que estou fazendo apenas para facilitar a conversa. É algo para produzir um encontro provisório e uma dissensão posterior.

A releitura poderia ser a seguinte: em algum lugar, você tem anarquia. Em outro, você tem *arqueologia*⁴³. Ou seja, nesse outro lugar, você tem “governo”. Quais lógicas constroem esse último campo? Quais lógicas (ou princípios) constroem essa relação? Lógicas políticas seria uma resposta.

⁴³ *Arkhé + logos*

Para Rancière, a lógica da igualdade é uma lógica anárquica. É uma lógica *da* política. Não é uma lógica sagrada; e quando ela é efetivada no campo governamental, gera o maior B.O..

Essa lógica produz o encontro de dois mundos heterogêneos. Ela promove uma conversa entre o mundo da anarquia e o mundo da hierarquia, mas solicitando simetria e não assimetria. Os antidemocratas e aristocratas piram! Acham uma barbaridade.

Mas não é só isso. A galera da ‘democracia normativa’ também fica chocada: como assim direitos iguais? Já ouvi falar em cotas, em políticas afirmativas, mas direitos iguais? Que tratamento é este? É escândalo! É polêmico (!) – e é um pouco mais sutil também. A soberania democrática atual usa o chicote de modos bem diferentes. A dinâmica foi contemporizada.

Atualmente, pelo menos aqui no Brasil, parece ser fácil tomar a igualdade como um princípio da nossa política governamental. Parece que convenciamos a legitimidade da produção desse encontro heterogêneo radical.

Porém, há um problema: para que esse encontro aconteça, a igualdade precisa ser efetivada. Ela precisa ser efetuada. A igualdade precisa ser feita em ato. Se não fizermos igualdade, não teremos igualdade.

O meu paralelo é singelo: se não fizermos gênero, não teremos gênero. Se não fizermos raça, não teremos raça. Se não fizermos uma lógica política, não teremos essa lógica política.

Se a igualdade não for feita em ato, é possível falar de igualdade? Sim... de uma maneira muito imprópria, mas a minha questão não é mais essa⁴⁴. Agora não vou falar sobre isso. Vou falar sobre o que gostava nessa proposta.

Antes, achava interessante a perspectiva do Rancière porque me permitia visualizar que a lógica da igualdade tinha sua incidência nas relações e não necessariamente sobre os sujeitos (sobre as possíveis identidades).

O escândalo maior – impensável para certas pessoas – é que neste caso em específico a igualdade não aparecia como algo estrutural, natural, cultural ou transcendental. Não era um imperativo. Não era uma ordem. E sequer tinha algum critério prévio legitimamente autorizado. Não. Nada disso. A igualdade era apenas uma cogitação. Na conversa, a possível

⁴⁴ Quais eram as categorias políticas utilizadas por Aristóteles? Liberdade e Igualdade? Como podemos notar, o caso não era bem esse. Naquele contexto, liberdade e igualdade se referia a um campo de relações. A noção de liberdade e igualdade era bastante restrita. Era uma liberdade e uma igualdade para os soberanos. Para o resto da galera, a noção de liberdade e igualdade era outra. Quais eram as categorias de entendimento operadas por Aristóteles? Quais eram as lógicas operadas no universo da política soberana aristotélica? Gênero seria uma dessas lógicas? Haveria categorias políticas do entendimento? Gênero seria uma categoria desse tipo? Seria uma categoria de entendimento político?

extensão da igualdade aparecia como suposição. Uma ficção política.

A perspectiva é simples: a igualdade não é fundamento, é meramente algo que se pode fazer (ou efetuar) politicamente. Politicamente, podemos efetuar a igualdade, mas não há fundamento para isso. A perspectiva da igualdade, paradoxalmente, é antifundacional. Princípio sem fundamento. Suposição sem critério. Em termos conceituais, é anarquia da política.

Por contraposição, acho que seria mais ou menos assim: politicamente nós podemos efetuar o racismo, mas não há fundamento para isso. Não há um fundamento natural, cultural ou transcendente para uma ordem racista. Da mesma maneira, não há um fundamento natural, cultural ou transcendente para a igualdade. Num ou noutro caso, são apenas duas possibilidades da política. Um regime democrático, nesse aspecto, seria um regime de efetuação da igualdade. Um regime *racista*, um regime de efetuação de *hierarquias* raciais.⁴⁵

Como vocês podem imaginar, essas considerações – inspiradas em Rancière – radicalizam a *análise* de um modo muito concreto. Em termos coloquiais, o que me parece estar sendo dito é que a igualdade não é uma relação de mando, de obediência, ou de governo. É tão somente uma relação política simétrica *entre* pessoas quaisquer. Igualdade *entre*, por exemplo, o rico *e* o pobre, o cara do conhecimento qualificado *e* o ignorante. Se ricos não são iguais a pobres, se mulheres não são iguais a homens, se trabalhadoras do campo não são iguais a trabalhadores do judiciário, concretamente, não temos igualdade. Fácil reconhecer. Fácil verificar. Bastaria uma *situação* concreta e seria possível analisar, efetivamente, as possíveis relações simétricas ou assimétricas. Fim.

Nessa simplicidade de pensamento e modo de exposição – deixando de lado muitas polêmicas entre autoras e autores que tematizam o regime democrático – há alguns aspectos que gostaria de dar relevo.

O primeiro deles – talvez um dos mais perceptíveis – é essa centralidade da noção de igualdade tanto para mim, quanto para Rancière. Seria bastante oportuno discutir detalhadamente os significados e usos da igualdade feitos pelo autor em distintos momentos – mas não farei isso. Agora eu quero é ir direto ao nosso ponto de desencontro e desentendimento.

⁴⁵ Nota *paracrítica*: o fato de um regime racista e um regime democrático serem, ambos, regimes políticos não significa que tanto faz como tanto fez. Note-se que nesta perspectiva anárquica ou antifundacional, só se age sobre o fundamento (*arché*), e não sobre a própria racionalidade política com que se opera. Analiticamente, diria apenas que o fundamento deixa de ser visto como hierárquico. Deixa de ser *hierós-arché*. Deixa de ser compreendido como o sagrado princípio. Torna-se apenas um princípio político. Ou seja, há um pequeno deslocamento da discussão. Com essa perspectiva, em vez de contemplar os céus e seus mistérios, passa-se a lidar com a terra e suas questões: com políticas humanas.

Ele tem uma formulação, usou rapidamente em algum lugar dos seus escritos. E eu adoro formulações: a democracia é um processo de efetuação da igualdade, disse ele. Partindo desse *slogan*, a primeira diferença que me chamou atenção foi a possível distinção entre efetuar e subjetivar.

Até que ponto efetuação da igualdade significa subjetivação da igualdade? Até que ponto efetuar é o mesmo que constituir um determinado sujeito? Eu queria ter feito uma discussão sobre efeito e efetividade se lembram? Mas houve um certo desvio e não fiz.

No entanto, se os comentários e exemplos anteriores foram suficientes, não seria preciso muito esforço para notarem que tratar com igualdade não é o mesmo que fazer um quem. Efetuar a igualdade não é o mesmo que constituir um sujeito-igualitário.

A igualdade não é um sujeito, mas uma relação ético-política. Ou seja, o que se efetuar não é necessariamente um ser, mas uma suposta lógica relacional: a lógica da igualdade. Em suma, se estivéssemos num regime democrático, acredito que teríamos efetuada uma determinada racionalidade: uma racionalidade igualitária. Uma razão igual. Uma relação igual.

Esse último parágrafo está bastante condensado. Não sei se está complicado, mas veja só como eu leria: um regime racial efetua uma determinada racionalidade, efetua a raça. Além disso, esse regime também pode produzir sujeitos. Ou seja, ele pode efetuar tanto a lógica racial como o sujeito-racializado. Eu nomearia *efetuação* o primeiro processo, *subjetivação* o segundo. Com uma lógica racial dá para fazer as duas coisas – mas com a lógica igualitária não tenho tanta certeza.

Em termos de subjetivação, com a lógica racial diria que é possível subjetivar um povo. É possível constituir um povo. É possível subjetivar um quem. A partir dessa lógica, seria possível falar até mesmo em estruturas de identidade pessoal – atribuídas ou incorporadas. Porém, com a lógica da igualdade não tenho tanta certeza.

Eu não quero me desdobrar nessas discussões e minha principal questão também não é essa. Assim, de modo bem direto, vou ao meu ponto. O que me encucou nesse modo de pensar foram as implicações. Além de precisar ser efetivada, a igualdade implicaria novas lógicas? Implicaria um outro modo relacional?

Alterando-se uma dinâmica relacional assimétrica que implicações poderíamos ter no campo das atuais lógicas políticas? Em forma de pergunta, está aí a minha distinção – mal elaborada – entre lógica e dinâmica. Mas não vou tocar nesse ponto também. Só fiquei olhando para isso. E fui para um outro território.

Fui trabalhar essa questão ali. Num lugar em que me sentia mais confortável. E onde não precisaria ficar inventando nada. Fui para o campo das lógicas de gênero e sexualidade. Academicamente, essas lógicas eu conheço um pouco melhor. A igualdade não.

Não estou certo do meu ato. Preciso que avaliem. Eu fiz uma pequena operação nesse lugar de pesquisa. Resolvi fazer um ajuste pontual em uma pequena citação da Sandra Harding – alguém que não li efetivamente.

Ampliando sua abordagem do sistema de sexo-gênero em *The Science Question in Feminism*, Harding enfatizou três elementos de gênero, relacionados de maneiras diversas: (1) uma categoria fundamental através da qual se atribui sentido a tudo; (2) uma maneira de organizar as relações sociais e (3) uma estrutura de identidade pessoal. (HARAWAI, 2004, 231, grifos nosso)

Eu não estou pensando em nada ampliado. Estou pensando em algo muito restrito. Estou pensando nos meus casos. Então enfatizarei o seguinte: gênero pode ser lido como uma categoria de atribuição de sentido? Sim. De tudo? Não.

Gênero pode ser uma maneira de organizar as relações em sociedade? Sim. Gênero seria uma estrutura de identidade pessoal? Eu não trabalho propriamente com esta dimensão. Tenho dúvidas em relação aos termos estrutura e identidade. Estrutura de gênero ou identidade de gênero ainda são problemas para mim.

Por isso estou compreendendo o gênero tão somente como uma lógica. Uma lógica política que pode ser usada para atribuir ‘sentidos’ e organizar as relações no campo social. Simples assim.

Vocês sabem quais as implicações disso? Eu sei... vou te mostrar a primeira agora. O nome desse ato é reflexão. Algo que vocês também precisarão fazer caso queiram me criticar ou auxiliar.

3.3.3 Reflexão política aplicada: “minha maior dor é que ele chamou por mim, [...] e eu não estava lá”

Em uma esfera pessoal e acadêmica, ao trabalhar com esta definição de gênero, a primeira implicação que consigo visualizar está relacionada à necessidade de rigor analítico e, ao mesmo tempo, ao fato de ter que ser extremamente cuidadoso nas minhas possíveis respostas diante da ‘dor’ (ou anseios) de outros.

Noto que a minha posição é irremediavelmente parcial. Além disso, no diálogo e na conversa com as pessoas, reconheço que há esferas de um campo político sensível que eu não entendo muito bem as lógicas e nem as dinâmicas. Ou seja, essa operação conceitual me faz pensar duas e mais vezes antes de ficar brincando de dar uma resposta qualquer frente a um

problema extremamente grave.

De modo mais específico, me faz notar o quanto as respostas governamentais têm sido ridículas ao efetivamente trabalhar pela possibilidade de redução de práticas de extermínio que envolvem determinadas lógicas de gênero e sexualidade.

Porém, ao mesmo tempo, também consigo reconhecer que não é preciso ser muito genial para chegar a conclusões como essas. Sequer seria preciso fazer pesquisa crítica para notar esse aspecto. A questão já está anunciada na entrada. Uma pequena leitura de mundo ou mesmo uma leve abertura de escuta já seria suficiente para se ter a mínima noção do problema – e é precisamente aí que vejo uma questão.

O problema já está dado. Já está colocado. No Brasil, são mais de cinquenta mil assassinatos por ano. Muitas dessas mortes poderiam ser evitadas, mas não são. A regularidade estatística, quantitativamente forjada, nos mostra isso.

No entanto, meu escândalo não é com os números. Sejam eles altos ou baixos. Meu problema é que, aparentemente, não conseguimos evitar mortes evitáveis. Então eu me pergunto se efetivamente estamos olhando para essas situações. Como chegamos a ser tão solidários em denunciar um problema e tão incompetentes em encontrar respostas eficazes?

Como ressaltai, estou investindo em um modo distinto de encarar as coisas. Estou investindo na noção de tecnologia. Uma ferramenta conceitual de análise e de escuta. Eu gosto disso. Gosto do que consigo fazer. Me coloca para pensar. Porém, seria preciso um pouco de cautela para operar da maneira que opero.

Era um pouco sobre isso que estava falando quando disse não conseguir visualizar muito bem a leitura do jogo ou as posições em campo. Era sobre isso que estava tentando dizer quando comentei haver coisas que não consigo avaliar ou mexer sozinho.

Vocês já ouviram acadêmicos, filósofos, cientistas e analistas do campo social falando? Já viram como tratam as coisas? Eu já. As análises de campo a partir de faculdades universais (ou abstratas) da razão são pífiás. Essa discussão está fartamente documentada e exposta. Pessoas incríveis já tocaram nesse ponto.

Entretanto, diria que essa minha declaração nem sequer chega a estar relacionada com apontamentos mais sofisticados. Não está relacionada com o reconhecimento de alguma possível opacidade – minha ou de outrem. Tampouco está vinculada com as críticas ao ingênuo encanto pelas verdades das descrições científicas, das posições próximas, distantes, frias ou apaixonadas. Não. Há elementos muito mais prosaicos para a minha constatação.

Se vocês não se esqueceram, minha pergunta continua bem simples: como poderíamos reduzir assassinatos que envolvem determinadas lógicas de gênero e sexualidade?

Quando passo a criticar uma ou outra posição, quando me exponho, quando faço uma ou outra “confissão”, gostaria que não entendessem isto como um indicativo de limites. Tampouco se trata de um indicativo das dificuldades de um assunto complexo ou intrincado. Não. Não é disso que estou falando. Acho que minha perspectiva é um pouco mais prosaica e polêmica.

Depois de ter experimentado um certo período em contato com a segurança pública, o problema é que estou passando a reconhecer que a questão da redução dos assassinatos é bem factível, mas não é levada suficientemente a sério.

A questão é que não vejo quase ninguém voltado para o *tratamento* adequado dos problemas. Rapidamente, o assunto inicial acaba se modificando e uma série de questões muito estranhas são inseridas no campo.

Nesses últimos anos pela pesquisa, encontrei pouquíssimas pessoas que estavam efetivamente preocupadas com o problema. As páginas que vim escrevendo até aqui inclusive tiveram esta função. Tentaram compartilhar este escândalo: não acho que temos o nosso coração neste assunto. Não me parece que temos, academicamente, dedicado nossa inteligência a esse tema.

Eu tentei fazer esse apontamento de um modo muito sutil. Tentei fazer isso trazendo a noção de tecnologia. Porém, fico intrigado com este aspecto também. Estou investindo nesse termo, mas ele não é uma questão para mim. As minhas questões estão nos casos. A noção de tecnologia é apenas um possível suporte analítico para escutá-los.

Eu tenho dúvidas em relação ao que estou fazendo, mas não é uma questão teórica. Em função da minha trajetória, encontrar suporte acadêmico para explicar um suposto conceito seria algo bem simples. Meu dilema não está aí. Meu dilema está na operação. Acredito que uma ferramenta conceitual precisaria ser utilizada com perícia e cuidado na esfera política. Algo que não sei em que medida consigo ter (ou mesmo em que medida conseguiríamos construir).

O melhor exemplo que posso dar nesse sentido deixei nas primeiras folhas desta tese. Trata-se de uma conversa improvável com a Dona Francisca. Aquelas duas páginas são um diálogo e também é a estrutura do texto até aqui. É a demonstração de como faço os meus recortes, de como conversaria com ela e, além disso, de como trago autoras e autores para me ajudarem em uma interlocução qualificada de análise.

Quando olho para o que escrevi ali, minha posição me parece extremamente fria. É só voltar lá e ver as respostas que dei. Avaliem palavra por palavra. Ela estava triste. Estava chorando. E, em síntese, foi exclusivamente isto que falei: olha, não vai ser possível fazer *justiça* em relação à sua filha. O caso dela foi apenas mais um. Não acho que a morte da sua filha tenha relação com algo divino. A meu ver, isso tem relação com a nossa política. E não é

tão simples mudar essas coisas.

Para não soar fatalista, também acabei trazendo a cena para o meu campo de pesquisa, reconheci que algumas ações poderiam ser feitas. Algumas medidas poderiam ser tomadas na esfera governamental. Politicamente e tecnicamente, vejo que profissionais da segurança pública podem fazer algo melhor sim. E acho que consigo mostrar algumas alternativas. Em linhas gerais, esse foi o diálogo inicial. Uma conversa com um evento muito pontual.

Porém, continuei a espezinhar as coisas depois. Se avaliarem com cuidado, notarão que a pergunta da Francisca não estava dirigida a mim, e sim ao governador. Vocês – que dizem se importar – chegaram a acompanhar as ações do governador? Chegaram a acompanhar as ações executadas pelos equipamentos estatais?

Não sei responder por vocês, sei falar por mim. Eu, de certa forma, vi algumas coisas e percebi que estou de intruso nessa história. Não estou sendo vitimado e tampouco estou no campo do governo. Ou seja, a minha parcialidade é de posição. Posição política e acadêmica.

A vinculação eu não saberia exatamente como explicar, mas o fato é que, apesar de não estar morrendo, também estou preocupado com aquilo que se poderia fazer para modificar as situações parcialmente apontadas pela Francisca. A partir de um lugar muito confortável, com algum distanciamento, estou investigando o que poderia ser feito para tratar a questão das práticas de extermínio no campo governamental.

Mas é óbvio que eu poderia ter incorporado outras posições. Poderia ter escrito de outros jeitos. Poderia ter escolhido outros caminhos. Acho, por exemplo, que seria possível ter compartilhado alguns dilemas e injustiças que ocorrem a determinadas pessoas. Acompanhei alguns casos, isso seria fácil fazer.

É fácil ‘dar’ voz. Há jornalistas que supõem fazer isso. Entretanto, este não é um trabalho jornalístico. Não estou tentando promover identificações com determinadas ‘vidas’. Até poderia ter tentado essa estratégia caso achasse relevante, mas não leio bem assim. Julgue por ti.

Nove horas da manhã. Quinze de fevereiro. Dois mil e dezessete. Era uma casa relativamente simples: – bença, mãe. Deus te abençoe, meu filho. Um café, um olhar, um agradecimento... horas se passam ... e ela diz: – vou ali na rua tomar um ar. Tudo bem meu filho. Deus te acompanhe. Tome cuidado, viu?

Pura invenção ... seria assim que começaria a contar a história dos últimos momentos da Dandara. Só que não vejo necessidade de ficcionar. Aquele dia não está relatado desse jeito nos jornais. O que parece ter convocado a atenção foi outra coisa, não foi a vida. Foi

a demonstração da nossa política: sangue e corpo desenhados em um carrinho de mão.⁴⁶

A violência do algo diz alguma coisa sobre a vida de alguém? Talvez. Porém, em minha perspectiva, essas práticas dizem bem mais do que isso. De todos os dias que poderiam ser relatados, de todas as imagens que poderiam ter sido pintadas, o que atraiu nossos olhos e ouvidos foram os momentos em que ela estava sendo levada ao seu suposto destino. O que parece ter nos chocado foi ver a implementação da nossa solução final. Midiaticamente, diria que este foi o principal roteiro para despertar nossos corações justiceiros e solidários.

Contudo, para mim, “vida de Dandara” é pouco se quisermos falar sobre o que ocorre. Acredito que precisaríamos considerar melhor as relações – seja a partir de apenas uma cena (de muitas, ou mesmo de nenhuma). Nós temos olhado para esses casos com a devida atenção? Vocês têm feito isso? É suficiente pegar uma imagem supostamente típica e generalizar achando que compreenderíamos todas as outras?

Entendo o uso e a exposição da violência para tentar pensar em *medidas* éticas. Sei que isso comunica. Este é um caminho possível. Concordo que esse roteiro convencional possa ser uma via. Mas lembrem-se que eu abandonei a igualdade para pensar a ética, e incorporar a gramática da violência não me parece uma boa estratégia.

Meu receio é que esta rota possa ter como efeito justamente o que vemos ser denunciado. Você mostra o genocídio, descreve o espetáculo, televisiona a tortura, fotografa a crueldade, comenta a chacina. No fim, chegamos à conclusão de que somos um monte de brutos – bárbaros, insensíveis – incapazes de escutar a agonia de um outro.

Até acho interessante..., mas o problema é que sou mais sutil que isso. O problema é que os casos que chegam até mim são muito mais sutis que isso. É preciso ter estômago. É preciso considerar. Ainda que eu tenha alguma habilidade de escrita e ficção, no campo acadêmico acho que sou melhor com a leitura da ficção.

É preciso notar o que está acontecendo. Queremos efetivamente colaborar para alterar essas situações? Que medidas poderiam ser tomadas? O nosso papel será meramente o de ficar fazendo a denúncia da miséria e da maldade humana?

Eu acompanhei um pouco a experiência da mãe da Dandara. A cada informação que chegava até mim, eu ficava chocado. A demanda se alterou bastante. Ela estava acompanhada de movimentos sociais, de equipamentos públicos – órgãos do direito e da justiça.



Em menos de dois anos, basicamente vi a fala se convertendo no pedido de prisão para todos os envolvidos. O desejo de mudança da situação – a dor de não estar presente – em pouco tempo se transformou na solicitação de encarceramento. Algo que – naquele caso – o governo efetivamente se prontificou a fazer.

Pois bem..., não acho que as prisões irão necessariamente prevenir o problema. A partir dos dados, não vejo como as prisões têm contribuído tanto para a redução dos assassinatos que envolvem lógicas de gênero e sexualidade. Acho que essa é uma solução cara, frágil e bastante ineficaz – porém, inegavelmente, é uma resposta que nosso atual modelo de governamentalidade consegue dar. Há casos em que efetivamente é possível atribuir uma pena a algozes.⁴⁷

Investir na indução dessa medida é o que se há de fazer, governador? Não vou trabalhar este aspecto aqui. Essa é uma outra discussão bem documentada (FLAUZINA, 2006). Não vou ficar batendo em determinadas teclas apenas para aumentar o coro. Ainda não me esqueci o que se disse nesse terreno. São ótimos apontamentos, Ana – porém, diante dos meus casos, suponho que seja mais interessante pensar no que está à minha frente.

Eu não vou acompanhar as respostas dadas, vou olhar o registro dos eventos. Eles já não podem ser solucionados. Nesse caminho, a noção de tecnologia será teórica e metodologicamente estratégica. Ela me auxiliará a olhar para a cena. Ela me fará perguntar se aquelas situações têm lógica. Basicamente, pegarei um efeito. Pegarei notificações de morte. E me perguntarei se é possível visualizar ali alguma relação com lógicas de gênero e sexualidade.

Como havia dito, essa perspectiva é banal. É simples. É sensível. É estritamente aplicável. No entanto, eu fiquei chocado com as coisas que fui percebendo e esquecendo pelo caminho – mas isso será o próximo capítulo. Aqui, para ser bem franco, acredito que o único aspecto relevante a considerar nesse percurso estará em onde a análise poderá incidir.

Quando notei o que acontecia ao não distinguir as vozes, tomei uma decisão. Vou tentar trabalhar de uma forma mais responsável. E não vou confundir as coisas. Ainda que mereçam, não vou ficar criticando a Dona Francisca, o movimento social, o Foucault, a Butler... não. Vou usar a noção onde considero mais importante.

Onde ela vai incidir? Vai incidir sobre um “campo”. O termo é uma ferramenta para abertura de análise. É algo para conversar com um lugar relacional. Não sei se ainda parece um pouco estranho falar assim, mas vou me fazer entender nesse espectro. Por hora, diria apenas

⁴⁷ Em aproximadamente 10% dos casos de assassinatos se consegue encarcerar alguém. Nos outros noventa por cento não é exatamente assim...

que se trata da análise de uma determinada política.

Eu tenho um foco. A análise incidirá sobre as práticas de extermínio. Sobre tecnologias de extermínio na esfera da segurança pública. Vou tentar mostrar como profissionais do estado configuram algumas mortes e que efeitos isso tem na reflexão governamental sobre algumas experiências de letalidade.

Por fim, como preciso encerrar, gostaria de deixar um último comentário: neste capítulo, eu queria ter colocado as coisas no lugar, mas tive que fazer um certo desvio. Deixei a conversa cair e não sei se a minha intenção inicial se concretizou.

Falei em biopolítica e necropolítica. Comentei sobre esse jogo da vida e da morte. Contudo, na análise dos meus casos, não acho que precisaria trabalhar com esses termos. Em vez de “jogo”, trabalho com relações. Em vez ‘de vida e morte’, trabalho com gênero e sexualidade. Ou seja: lido com relações de gênero e sexualidade.

Acredito que alguma confusão possa aparecer simplesmente porque estou olhando para situações bem específicas: práticas de extermínio. Entretanto, só estou no campo da matabilidade porque as análises nesse lugar me parecem relativamente grosseiras diante das sutilezas que o tratamento das questões poderia comportar:

Ao olhar para a sociedade, pode-se observar que não é formada por um aglomerado de indivíduos soltos e desvinculados entre si. Ao contrário, compreende um grande número de unidades sociais menores às quais as pessoas podem fazer parte: empresas, sindicatos, associações civis, grupos religiosos, partidos políticos, entre outras. Aumentando o foco em busca da unidade mais básica da sociedade, encontra-se aquela que é elementar: a família. Comparando a sociedade ao corpo humano, pode-se dizer que a família é a célula básica, fundamental, desse organismo. (BRASIL, 2020)

[...] **momento oportuno.** Este conceito é essencial para o pensamento ético de Aristóteles, dado o fato da sua ética não ser uma ética prescritiva. Não há uma fórmula *a priori* que nos diga como devemos atuar, mas a cada momento devemos saber julgar se devemos agir ou não e, caso devamos agir, devemos saber também de que modo isto deve ocorrer, ou seja, a sua ética fundamenta-se no discernimento (*phrónesis*) que, ao lado da arte (*téchne*), é um hábito [disposição] (*hexis*) que se ocupa do que pode[ria] ser de outro modo, isto é, do contingente [...]” (REY PUENTE, 1998, p. 349, grifos e transliteração minhas).

4 Notificações Parciais de Mortalidade: entre leituras, registros e métodos

De vez en cuando camino al revés,
es mi modo de recordar...
si caminara hacia delante,
te podría contar cómo es el olvido
Lola Kiepja

Depois desse primeiro trajeto – a meu ver difuso e repleto de questões – darei início a um eixo mais operacional. A partir de agora, a interlocução será direcionada. Por conta dessa mudança, diferentemente da maneira que vim escrevendo até aqui, vou passar a me expressar de outros modos. Não será ocasião para o compartilhamento de dúvidas, e sim para a construção crítica de pareceres ou alternativas.

No capítulo anterior, fiz um comentário sobre a pouca qualidade no tratamento das experiências de letalidade associadas às *lógicas* de gênero e sexualidade. Eu continuo pensando assim.

Ao entrar nessa discussão, meu desejo seria trocar ideias com gente que pesquisa o campo, gostaria de fazer um diálogo mais técnico na esfera da segurança pública. Já tive conversas desse tipo com algumas pessoas. E o que percebi foi um problema: mesmo nos espaços em que há muita competência, minha tendência tem sido discordar de como as coisas têm sido feitas atualmente.

Minha vontade seria contornar essas questões, gostaria de mostrar que estou certo e que minha posição é a melhor. No entanto, não sei se é bem assim. Por isso, sem intensificar demais as polêmicas, antes de iniciar a análise de determinadas *práticas* de extermínio, vou retomar alguns apontamentos teóricos e metodológicos. É algo para não esquecer. É uma ação para lembrar que há outras perspectivas no horizonte e que as minhas possíveis alternativas são parciais.

Se avaliarem pontualmente, talvez fiquem com a impressão de que estarei a retroceder em algumas discussões, mas o objetivo não é exatamente este. Na realidade, é o

inverso disso. Vou fazer pequenas sínteses. Quem pesquisa o tema, quem se envolve com o tema, provavelmente vai sentir – e talvez não seja uma conversa fácil, haverá ataques sutis.

Se você não tem contato com o campo, sugiro que dê uma olhada em algumas das produções acadêmicas que serão abordadas aqui, isso possivelmente fará com que seja mais perceptível a acidez que não desejei colocar nestas páginas, mas que estão meticulosamente presentes.

Se eu quisesse facilitar, seguiria ímpeto, pegaria algumas passagens selecionadas e brigaria bastante. Porém, menos que discutir, meu propósito neste momento é trabalhar com o que já está colocado. Serei diplomático. Irei voltar à boa parte das considerações que fiz (e à boa parte do que também deixei de dizer) para reorganizar informações e comentar trabalhos alheios sem grandes espezinhações.

Minha intenção será manter outros posicionamentos além dos meus. Imagino que essa estratégia será vantajosa para mim. Além de deixar ainda mais explícito os problemas que quero discutir, acredito que esse exercício divergente permitirá expor meu caminho analítico e as diferenças da minha posição. Na hipótese de sucesso, acredito que esta ação possa nos abrir para perspectivas mais polissêmicas ou, no mínimo, para discussões e apontamentos mais úteis no contemporâneo.

4.1 Obituário LGBT: números imprecisos e mortes mal contadas

4.1.1 ‘Dados’ dos movimentos sociais

A primeira vez que entrei em contato com alguma produção que reunia casos de assassinatos vinculados à orientação sexual ou à identidade de gênero foi em 2013. Estava lendo um relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia – na época, um documento bastante citado quando se pretendia fazer referência à intensidade da violência machista, sexista e homofóbica em nosso contexto.

Além de fornecer números anuais, os relatórios também ilustravam um certo nível de crueldade da nossa economia sexual. De certo modo, o material era a denúncia de como um determinado regime binário e heterossexista poderia estar relacionado a algumas experiências de extermínio físico.

Eu compreendia o que estava sendo feito pelo grupo. Compreendia aquelas produções de sangue. Porém, não entendia muito bem por que o movimento social se propunha a realizar um trabalho como aquele.

Do meu ponto de vista, se tratava de uma ação extremamente adoecedora. Ficar contando mortos ao longo dos anos e procurar nas redes e nas mídias os piores registros de assassinatos definitivamente não me parecia uma atividade muito agradável.

Alguns anos depois, com certo amargor no olhar, e a partir de recortes nas experiências trans, cheguei a ver outros grupos se implicando na mesma tarefa. Eu ficava chocado. Me parecia um trabalho extremamente difícil. Contudo, uma catalogação estava sendo feita.

Por organizações do movimento social, um trabalho terrível estava sendo realizado: contagem de mortos, identificação das vítimas e descrição da violência. Em linhas gerais, essa era uma indicação de questões que precisariam ser melhor consideradas. Se apenas olhasse para estes aspectos, acho que tenderia a não criticar essas produções. Elas me deram alguns temas. No entanto, a crítica é algo que preciso fazer.

Em minha perspectiva, os relatórios apresentam diversos problemas. Há fragilidades metodológicas, fragilidades teóricas e fragilidades analíticas. Inclusive, para questionar um pouco, diria não saber até que ponto essas ações têm alcançado os fins pretendidos.

Qual seria a intenção dos movimentos LGBT com a publicação desses relatórios? Nos comover? Produzir alguma empatia diante de situações extremas? Nos convencer de que as assimetrias de gênero e sexualidade precisariam ser repensadas e modificadas? Se este for um dos objetivos, não sei se efetivamente conseguiremos escutar.

Até torço para que este quadro se altere, mas sinceramente não sei se vai acontecer. Uma fala deste tipo pode soar desconfortável, mas é isto, não acredito que no campo político sejamos tão solidários assim. Ao menos não de um modo tão genérico e voluntarista. Os números do genocídio da população negra, anualmente retratados, estão aí para nos colocar essa dúvida ética.

Vocês realmente acreditam que a estratégia de esfregar na nossa cara determinadas formas de violência letal vai alterar algo de modo mais significativo? Eu acho que não. Não tenho muitas esperanças quanto a isso, mas de fato reconheço que é uma alternativa. Tomara que os movimentos sociais tenham êxito nessa empreitada.

Neste momento, portanto, apenas ressaltaria que noto algum valor nas ações encampadas pelos movimentos sociais, contudo tenho sérias dúvidas sobre esse trabalho que está sendo realizado.

Do meu ponto de vista, o grande mérito estaria no fato de que os grupos têm nos apresentado relatórios parciais de mortalidade. Têm notificado óbitos de algumas pessoas identificadas como LGBTs. Por outro lado, em relação aos problemas, haveria uma série de aspectos que poderia destacar, mas vou direto à principal vulnerabilidade que consigo notar.

Nos relatórios, há uma vinculação das mortes à homofobia. No entanto, acredito que exista uma questão de posição aí. Tais registros me parecem estar sendo feitos a partir de uma perspectiva cuja preocupação é muito específica.

Vou tentar me explicar. Do ponto de vista teórico, o movimento social parece desejar fazer uma vinculação entre as mortes registradas e a orientação sexual ou a identidade de gênero das vítimas. Aparentemente, a notificação dessas mortes tem o intuito de denunciar o machismo, o sexismo e, em linhas gerais, mostrar que a homofobia existe. Em síntese, diria que parece haver a intenção de vincular essas mortes às normas de gênero. Há um certo propósito de correlacionar essas mortes ao binarismo de gênero e à heterossexualidade.

O problema, para mim, é que esta tarefa não é tão simples assim. E é por isso que estou indicando essa coisa da perspectiva. É exatamente aí que noto uma falha na posição militante. Para o militante, a identidade parece ser tudo. A correlação entre assassinatos e lógicas de gênero até pode ser muito intuitiva para os movimentos sociais; no entanto, os casos costumam ser bem mais intrincados.

Se eu desejasse discutir, bastaria pegar algumas cenas presentes nos relatórios e passar a analisar. Se efetivamente levássemos em consideração aquilo que ocorreu, seria fácil notar alguns limites da exposição militante.

Porém, não tenho certeza se o objetivo desses grupos tem foco analítico. Com raras exceções, ao entrar em contato com os materiais, eu ficava com a impressão de que os relatórios tendiam a investir em uma denúncia mais superficial do problema.

Vou dar um exemplo. Foi um caso que também saiu na mídia: um homem “foi morto a socos e pontapés na estação Pedro II. A polícia pediu a prisão preventiva dos dois suspeitos identificados”.

A travesti Raíssa, que aparece fugindo nas imagens do circuito de segurança da estação Pedro II do Metrô, disse que os dois homens, que espancaram até a morte o vendedor ambulante Luiz Carlos Ruas, diziam “vamos matar” enquanto a perseguiam. Ruas tentou defender a travesti e foi agredido. (G1, 2016)

Notem bem. Prestem atenção. Neste caso em específico, Raíssa era o alvo. Luiz entrou na cena e foi assassinado. A vítima do extermínio não foi necessariamente uma pessoa trans.

Não me preocupei em fazer essa consulta, mas provavelmente “Luiz Carlos Ruas” não é um nome presente nos relatórios dos movimentos sociais. Ele foi assassinado, mas acredito que essa morte não foi contabilizada nas tradicionais produções dos grupos LGBTs.

É precisamente para este aspecto que estou chamando atenção quando digo que a elaboração dos relatórios parte de uma posição muito específica das vítimas. Os levantamentos parecem não ressaltar que o alcance da letalidade vai além daquilo que está sendo contabilizado por esses grupos. É também nesse sentido que os números ou as mortes relatadas são muito parciais.

O que estou querendo indicar é que práticas de extermínio possivelmente correlacionadas a lógicas de gênero e sexualidade não se restringem a vítimas LGBTs. O caso da morte do Luiz é um desses exemplos. E eu poderia citar vários outros.

Ou seja, mesmo em cenas que tipicamente poderiam ser entendidas como ligadas à homofobia ou à transfobia, os efeitos podem ser variáveis. Nesse sentido, o registro de mortes feito pelos movimentos sociais são subnotificações. Eles se concentram em visibilizar apenas algumas mortes ou assassinatos. Em um primeiro momento, é isso que estou indicando como uma posição militante.

Eu poderia abrir uma grande discussão com os trabalhos do movimento social agora, mas não quero. Aqui, apenas ressaltaria que em minha leitura essas produções podem ser qualificadas mais propriamente como um obituário. São registros de óbitos de pessoas LGBT. Números que dificilmente encontraríamos expressos de um modo mais sistemático em outros lugares.

O Brasil é o país que mais notifica casos de assassinatos de pessoas identificadas como LGBTs e tais informações têm sido mapeadas e monitoradas prioritariamente pela sociedade civil, ou seja, esta não tem sido uma atribuição dos equipamentos de estado – isso, por si só, já se mostra como um problema.

Um outro aspecto pelo qual me interessaria é se esses casos teriam alguma relação com “normas” de gênero e sexualidade, este seria um segundo ponto, mas farei alguns comentários sobre isso a partir de trabalhos da academia.

4.1.2 Contos acadêmicos: gênero e sexualidade entre os relatos da ‘violência’ e do extermínio

Além de não notar uma preocupação analítica mais pormenorizada, um dos motivos pelos quais abri mão de discutir os dados dos movimentos sociais está ligado às fontes de coleta. Primariamente, boa parte dos registros tem sido levantada através de notícias publicadas na mídia ou através das redes de contatos entre os grupos. Para o tipo de discussão que proponho, isso traz alguns inconvenientes.

Em função disso, neste tópico, levarei em consideração algumas publicações de pesquisadores e pesquisadoras que atuam com o tema das relações de gênero e sexualidade. Do ponto de vista teórico e metodológico, essa discussão me interessaria. A partir desses trabalhos, acredito que ficará mais explícita a diferença da minha posição quando o que está em questão são as *práticas* de extermínio.

Para evitarmos discussões inócuas, um primeiro aspecto a ressaltar seria o nosso ponto em comum. Nas produções que selecionei, há um relativo consenso de que os dados com os quais trabalhamos são frágeis. Sobretudo nos equipamentos de segurança pública, as notificações de assassinatos ainda carecem de um melhor tratamento e sistematização.

Nesse sentido, a meu ver, os trabalhos acadêmicos parecem cumprir ao menos duas funções. A primeira seria simplesmente escutar aquilo que os movimentos sociais estão denunciando: há possíveis correlações entre assassinatos e questões de gênero e sexualidade – um problema que não tem sido abordado de maneira adequada. Em decorrência disso, como segundo desdobramento, me parece que as produções acadêmicas buscariam qualificar as análises desses fenômenos.

O meu dilema é como essa possível abordagem qualificada tem sido realizada e os efeitos que isso implicaria. Assim que avançarmos um pouco, vou voltar a este ponto novamente. Porém, não se esqueçam: eu disse que os dados que dispomos são precários.

Um modo de tocar nesse aspecto é a partir da discussão acerca das subnotificações. Não é incomum algumas reflexões sobre a exatidão ou inexatidão dos números apresentados. Após acompanhar algumas experiências, de maneira bem direta, posso garantir que os dados não são precisos. Nem os produzidos pelos movimentos sociais e tampouco aqueles produzidos pelos equipamentos públicos.

Porém, o meu problema não é se há diferenças para mais ou para menos. Em relação a isso, nem perco o meu tempo. Mesmo nos casos de homicídio, as informações produzidas estão ‘aquém’ dos eventos que ocorrem.

Essas diferenças de registro podem estar relacionadas a vários fatores – alguns dos quais bem difíceis de contornar. Voltarei a conversar sobre isso mais tarde. Por ora, para facilitar essa discussão, apenas ressaltaria um trabalho em relação ao qual tenho profundas divergências teóricas, mas que metodologicamente me parece relevante para apontar alguns aspectos preliminares. Estou fazendo referência ao Dossiê sobre o Lesbocídio no Brasil (PERES, SOARES, DIAS, 2018).

A minha fonte primária são registros produzidos por equipamentos da segurança pública. No caso do referido dossiê, a base de dados foi construída a partir de informações divulgadas pela mídia e redes sociais. Ou seja, em termos de procedimentos de coleta, as pesquisadoras parecem se aproximar das estratégias adotadas por alguns grupos da sociedade civil organizada.

Porém, do meu ponto de vista, há uma diferença significativa em relação ao tratamento das informações. Ao coletar registros criminais, há uma espécie de checagem dos fatos. Segundo apontaram, não bastaria que a notícia tenha se tornado matéria. Para integrar o banco de dados, um mesmo relato deveria possuir, no mínimo, três fontes diferentes.

Contamos também com a pesquisa em sites de busca e em redes sociais que representam a maior parte das fontes que obtivemos para os casos até o presente momento. Também foram empregados dados de grupos, organizações lésbicas e lésbicas autônomas no Brasil que de alguma forma noticiam as mortes de lésbicas e acompanham os casos.

Assim que localizados, os casos passam por uma análise para checagem das informações compartilhadas pelos meios de comunicação. Cada caso deve possuir, no mínimo, três narrativas oriundas cada qual de uma fonte diferente. Quando não é possível, o caso em questão permanece em análise e acompanhamento para novas informações que possam surgir futuramente. (IDEM, p. 26).

A partir de tal procedimento, insisto em uma consideração. Estou claramente me repetindo, mas – sim – se tratam de subnotificações. O próprio dossiê deixa expressa essa questão. No caso de assassinato de mulheres lésbicas, os números encontrados pelas pesquisadoras são maiores, por exemplo, que aqueles contabilizados pelo Grupo Gay da Bahia.

Se, além disso, tivermos em mente que houve um primeiro processo de checagem e que, portanto, algumas narrativas estão em “suspense”, esse mesmo aspecto se torna ainda mais evidente.

Acredito que trabalhar com dados produzidos pela sociedade civil tenha seu valor. Porém, este é justamente um dos motivos pelos quais estou optando por olhar um outro lugar: sendo um pouco mais pragmático, noto que a estratégia de considerar os registros na segurança pública me apresenta uma certa vantagem. Eu não vejo por que ficar discutindo com os dados produzidos pelos movimentos sociais.

Do meu ponto de vista, se a questão estiver relacionada à subnotificação, a exigência de rigor ou confiabilidade dos números deveria ser uma atribuição feita aos equipamentos públicos.

Sob este aspecto, mesmo lidando com informações precárias, o que a sociedade civil tende a me apontar não é exatamente a fragilidade ou os limites da sua própria produção, e sim o fiasco da atuação governamental. E foi exatamente aí que notei relevância no procedimento das pesquisadoras envolvidas no dossiê. Em função da proposta metodológica, este foi um ponto que me pareceu particularmente intrigante: a partir das informações checadas e catalogadas, elas tentaram realizar um monitoramento judicial dos casos.

Uma vez catalogados, os casos passam para a próxima etapa da pesquisa: o monitoramento judicial dos casos. A localização de cada caso em sua respectiva jurisdição é, muitas vezes, **prejudicada pela ausência de informações sobre os autores dos assassinatos**, no entanto, quando localizados, passam a ser acompanhados pelo grupo de pesquisadoras. O monitoramento é constante, ou seja, **mesmo que em um primeiro momento as investigações policiais não sejam conclusivas**, os casos permanecem ativos e monitorados até que o processo judicial seja concluído. Hoje, a pesquisa possui, aproximadamente, 170 casos em monitoramento. Isto quer dizer que a grande maioria dos casos não foram solucionados e estão arquivados sem solução, abertos, estagnados ou esquecidos. (IDEM, p. 26, grifos meus).

Não irei comentar por que essa estratégia metodológica me chamou atenção. Isso está relacionado a uma perspectiva teórica que vou trazer daqui a pouco. Agora apenas ressaltarei o óbvio: algumas mortes de mulheres lésbicas foram mapeadas.

Entretanto, ao olhar para esses registros na esfera judicial, além de alguma dificuldade de compatibilização das informações, há a constatação de que os casos não têm sido adequadamente acompanhados e tratados pelos órgãos de justiça.

Se vocês se atentaram para aquilo que disse anteriormente, vão se recordar que, na minha opinião, o movimento social e grupos da sociedade civil tem se implicado em um trabalho terrível. Agora, então, vou repetir: me parece que estão fazendo a contagem de mortos, a identificação das vítimas e uma certa descrição da violência.

O trabalho de contagem é, obviamente, insuficiente. Seja através dos casos que se publicam nas mídias ou daqueles mapeados nas redes de contato, trata-se de uma estratégia evidentemente precária. É pouco provável que grupos do movimento social e veículos da mídia consigam notificar a totalidade dos óbitos. Para que um caso seja contabilizado ou mesmo para que se torne notícia, há diversos fatores que influenciam a exposição e a consideração do evento.

No entanto, em relação à notificação das vítimas LGBTs, há um fenômeno bastante curioso. Mesmo com toda a fragilidade, tais grupos conseguem identificar um número maior

de casos. E, do meu ponto de vista, neste segundo aspecto, o êxito relativo seria facilmente explicável: para esses grupos, orientação sexual e identidade de gênero importam. São critérios de quantificação – o que não necessariamente ocorre com os registros feitos pelos equipamentos públicos.

Da minha parte, apesar de não operar da mesma maneira, em relação ao trabalho de contagem e identificação específica dos óbitos, acredito que não teria muitos problemas em conversar com as produções que investem esforços nessa esfera.

Entretanto, quando a esta tarefa também está agregada a descrição da violência, eu fico perplexo. Essa ação me parece bastante questionável – e este é um dos meus principais dilemas com as produções cujas fontes partem da sociedade civil.

Ao coletar os crimes ou as experiências mais horrendas, eu fico com a impressão de que a imagem que está sendo desenhada é bastante rudimentar. As cenas descritas parecem envolver frágeis vítimas; detestáveis algozes; e um contexto assombroso.

Assim, em relação ao que ocorre, nem seria preciso muito esforço, bastaria coletar e recitar o grau de brutalidade dos eventos. A barbárie está dada. Corpos espancados, queimados, feridos, mortos e mutilados. É a imagem perfeita do ódio e do terror. E tudo em função de quê? Da homofobia nefasta, do machismo lesivo, do sexismo trágico, todos explicitamente retratados através de histórias de vida e manchetes macabras.

Eu não consigo negar que tais experiências ocorram, mas acredito ser um equívoco centrar o olhar nessas imagens caso se pretenda pensar um problema tão grave. Para mim, esses relatos extremos até podem agregar certa dimensão retórica importante, porém as *situações* são um pouco mais difíceis do que isso.

Quanto a esse modo de encarar, eu posso utilizar um exemplo agora. Em meio a notícias sobre o valor do dólar, o futebol e alguma outra matéria rotineira, o jornal da manhã – chamado “Bom dia Brasil” – nos trouxe uma cena supostamente excepcional.

Em uma noite de 2011, uma travesti foi assassinada. O episódio foi registrado pelas câmeras de trânsito em Campina Grande. Ela e suas colegas estavam paradas em uma rua. De repente, chega um carro preto. Descem três pessoas. Elas começam a correr. Eles vão atrás. Ela cai. Eles chegam bem perto. Chutes, socos e golpes na altura do peito. Mais de 30 facadas em um corpo já estirado no chão. O coração não resistiu.

Aparentemente, era um roteiro clássico: a vítima; os algozes; a barbárie. Por alguns momentos, o país se comove. Uma cena grave. Inadmissível (!). Este foi o diagnóstico da ocasião.

Eu achei a cobertura televisiva bastante curiosa. Não estava acostumado com aquilo. De memória, conhecia entre quatro a cinco eventos parecidos que não tiveram aquela repercussão toda. Então comecei a procurar mais informações sobre o que havia acontecido. Encontrei diversas versões na imprensa.

Em uma delas, a vítima era profissional do sexo. Um dos autores, um adolescente de dezessete anos – que se declarou mentor intelectual da execução – foi descrito como uma espécie de agente de programas. Por cada cliente indicado, ele cobrava uma certa porcentagem. O valor total estava em oitocentos reais. De algum modo, houve um desacerto contratual e a profissional decidiu não fazer o repasse. Ele não gostou da atitude e resolveu fazer justiça. Através de seus representantes legais ingressou com uma petição no Juizado do Trabalho? Não.

Se a questão fosse meramente a contagem de um óbito e a identificação da vítima, não haveria muitos questionamentos. Houve um assassinato e a vítima era trans. No entanto, a minha intenção seria considerar um pouco mais o que se passou. A minha intenção é olhar os casos, tanto os mais monstruosos como aqueles mais banais.

Nesse sentido, ao considerar a cena de Campina Grande, o meu maior problema estaria em configurá-la previamente como o grande exemplar da transfobia. Foram muitos elementos. Explicá-los pode ser um exercício relativamente intrincado, mas a minha principal objeção está em apostar na leitura típica. Na clássica imagem do algoz: uma pessoa insensível, odienta, que não tolera a diversidade.

Um mostro. Um sujeito capaz de efetivar e levar ao extremo os pressupostos de um dado regime. Até reconheço que esta seja uma interpretação possível, mas acredito que é bastante frágil para dar conta daquilo que se passa nessas *situações*.

Em minha perspectiva, esta é uma compreensão superficial. E – o que é pior – diante das primeiras adversidades, é um enquadramento que encontraria grandes obstáculos para ser sustentado. Sendo bastante simplista, o que estou dizendo é que o esquema linear vítima-algoz-barbárie é grosseiro.

Antes de entrar propriamente nesse debate, traria apenas mais uma experiência. As imagens foram capturadas pelas câmeras de segurança de um estabelecimento comercial em Palmares. Pernambuco. 2017.

O crime foi [...] por volta de 1:20 da madrugada. Nas imagens, Paulinha aparece caminhando na orla Poeta dos Palmares, quando aparece um homem em uma bicicleta.

Em seguida, é possível ver que a vítima e o suspeito começam uma discussão, em certo momento o homem puxa uma faca e ameaça a vítima que tentar se esquivar mas é atingida. Ela é esfaqueada e cai no chão, o suspeito sai caminhando com a bicicleta.

Depois disso, uma outra pessoa, ainda não identificada, se aproxima do corpo e sai

correndo levando algum objeto da vítima que já está morta no chão. (PORTAL PE10, 2017)

Uma das versões é que Paulinha havia tentado roubar a bicicleta. No intuito de proteger seu patrimônio, o homem a ameaça com uma faca e tenta ir embora. Paulinha insiste e vai atrás; a bicicleta cai no chão. A partir daí, Paulinha tenta pegar a mochila. Há um empurrão. Em seguida, ela leva uma facada, uma única facada na barriga e cai. Não foram trinta, foi uma.

Alguns instantes depois, aparece alguém que estava observando o atrito a uma certa distância. Essa terceira pessoa vê Paulinha, se aproxima, e leva os pertences que estavam próximo ao corpo. Mais um óbito, mais uma vítima identificada e talvez mais um caso que poderíamos tentar considerar melhor. Há muitas relações em jogo. Acredito que seria relevante olharmos para essas cenas com mais cuidado.

Eu poderia investir nas análises a partir dos dados levantados por grupos da sociedade civil, eles costumam ser bem detalhados. No entanto, metodologicamente, as minhas fontes de coleta são outras. Em função disso, não me parece necessário ficar tecendo grandes observações acerca de um material com o qual, efetivamente, não trabalharei.

O único aspecto que ressaltaria é a pluralidade de relatos, leituras e abordagens que um mesmo banco de dados poderia implicar. Assim, ao menos em relação ao dossiê, apesar de olhar para um lugar distinto e apesar de lidar com outros registros, diria que há conexões temáticas entre nós.

De todo modo, de um ponto de vista teórico, ainda que me debruçasse sobre o mesmo material, acredito que seria possível notar algumas distinções na maneira como analiso as cenas – aspecto que posso anunciar logo de entrada.

Conceitualmente, eu não trabalho com orientação sexual e nem com identidade de gênero. Opero com uma outra categoria analítica. No entanto, por estratégia de escrita e por proximidade, não vou tocar nessas questões através do dossiê, vou passar a fazer referência aos relatórios elaborados pela equipe do NUH/UFMG (2018; 2020) e a dois trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras da UERJ (CARRARA & VIANNA, 2006; CARRARA et al., 2017).

A escolha de comentar essas outras produções possui um motivo bastante simples: ainda que tenhamos objetivos diferentes, nesses materiais há um banco de dados construído a partir de registros dos equipamentos da segurança pública. Ou seja, sob esse aspecto, estamos lidando com fontes relativamente similares. Contudo, caberiam algumas considerações iniciais.

A equipe da UERJ trabalha com dados do Estado do Rio de Janeiro. A equipe da UFMG, com dados do Estado de Minas Gerais. Essa diferença, que pode parecer mínima, é analiticamente significativa. Quando comentei sobre a fragilidade dos registros, isso se refere também ao modo como cada unidade da federação constrói seu banco de informações. Abordarei este aspecto mais adiante.

Uma segunda observação estaria vinculada ao período do material analisado e, ainda, ao momento em que os textos acadêmicos foram escritos. As produções da UERJ são relativamente mais antigas, fazem referência ao contexto dos anos 2000 a 2012. Por sua vez, os relatórios da UFMG foram publicados mais recentemente, em 2018 e 2020.

Quando se entra em contato com o material, é possível observar algumas diferenças de abordagem entre os grupos, porém, considerando os objetivos dos pesquisadores e pesquisadoras envolvidas, acredito que as obras sejam complementares.

Predominantemente, ali estão sendo discutidos registros de crimes, o trabalho de investigação policial, os inquéritos e, além disso, o desdobramento e o tratamento dos casos na esfera judicial. Em linhas gerais, diria que as obras parecem apontar como questões de gênero e sexualidade têm sido tratadas dentro de um fluxo procedimental em distintas esferas da segurança pública e órgãos jurídicos.

Apesar de não me envolver com o mesmo trabalho e ainda que tenha algumas divergências, também consigo reconhecer certo valor nessas publicações. Especialmente avaliando o respectivo horizonte temporal de cada uma, são obras que parecem investir em um apontamento bastante significativo.

A partir das discussões sobre gênero e sexualidade, elas parecem estar ressaltando a necessidade de uma compreensão um pouco mais específica e aprofundada dos problemas. Em uma dimensão mais superficial, tal aspecto poderia ser observado quando, por exemplo, ao tocarem no tema da homofobia, os trabalhos tendem a indicar que esse fenômeno é diferencial – ou seja, trata-se de algo que não atinge o público LGBT da mesma maneira; em uma outra direção, a necessidade de maiores discussões também poderia ser notada quando se tem constatado como alguns profissionais dos órgãos e equipamentos de justiça tendem a operar a partir de representações estereotipadas (ou normalizadas) em relação à identidade de gênero e orientação sexual.

Eu não pretendo me desdobrar no conteúdo dessas produções. Acredito que elas falem por si. De maneira geral, apenas ressaltaria que os trabalhos indicam como determinados modos de compreensão das relações de gênero e sexualidade podem impactar negativamente o registro dos eventos, a investigação dos crimes e o tratamento judicial dos casos.

Assim, indo direto às questões e considerando a tarefa que vou realizar, acredito ser relevante destacar apenas duas ou três diferenças da minha parte. A primeira é que, metodologicamente, meu *corpus* de análise é bem mais restrito. No meu caso, levarei em consideração apenas os registros de ocorrência produzidos pelos equipamentos de segurança pública. Não me ocuparei com notícias de jornais, com inquéritos policiais e tampouco com processos jurídicos.

A segunda e terceira diferença é, ao mesmo tempo, teórica e analítica: eu não opero com identidade de gênero ou orientação sexual. Do mesmo modo, não trabalho com normas de gênero. Sendo bem radical, diria que não incorporo previamente concepções clássicas de machismo, sexismo ou homofobia.

Feitas essas considerações, vamos ao que me chamou atenção nos trabalhos das equipes de pesquisa da UFMG e da UERJ. Eu me interessei por apontamentos triviais. Menos que as elaborações teóricas defendidas, eu me detive em observar aquilo que era percebido em relação ao material que dispunham. Me interessei em ouvir apenas o que falavam a respeito dos dados que tinham em mãos.

No último relatório de 2020, por exemplo, foi destacado que um mesmo registro de ocorrência criminal poderia envolver várias pessoas. Autores, vítimas e testemunhas. Além disso, foi pontuado que algumas dessas pessoas podem ser LGBT.

O caso da Paulinha pode ser uma ilustração disso: há uma vítima trans, um autor não identificado e uma testemunha ocular – suspeita de furto inclusive. A cena que envolveu o Luiz é um outro exemplo: em relação ao homicídio, há uma testemunha trans, uma vítima que sabemos o nome civil completo e, além disso, dois suspeitos de autoria.

Como ressaltei, trata-se de um apontamento trivial. Porém, quando se está a trabalhar com registros da segurança pública, essa observação não é irrelevante. No mínimo, isso indica que as posições situacionais não estão dadas *a priori*.

Ou seja, em relação a um determinado evento, ocupar o lugar da vítima, do autor ou da testemunha é uma possibilidade em aberto. É algo que não possui uma relação necessária com aspectos identitários prévios.⁴⁸

A esse título, posso, por exemplo, compartilhar uma notificação de tentativa homicídio registrada aqui no Estado de Minas Gerais: a ‘*causa* presumida’ foi descrita como homofobia. Era um registro em que os envolvidos foram qualificados a partir da orientação sexual. Todos foram designados como homossexuais.

⁴⁸ Se esquecer deste detalhe pode fazer com que não se note o óbvio.

Pelo histórico da ocorrência, tratava-se de um casal. As vítimas foram dois jovens gays. A terceira pessoa, autora do delito, foi o antigo namorado de uma das vítimas. Ele não aceitou muito bem o término da relação pregressa e, ao ver os dois juntos, tomou uma atitude: deu uma facada em um, murros em outro.

Trata-se, literalmente, de uma cena que nos faz recordar que os casos de assassinatos são múltiplos. Que casos de assassinatos envolvendo apenas vítimas LGBTs são parte desses registros. E que crimes de homicídio a retratar um certo perfil supostamente típico de algoz e, ao mesmo tempo, a apresentar a figura da vítima perfeita, violentada por sua orientação sexual ou identidade de gênero, seria uma circunscrição ainda mais específica.

Cenas como essas não são irrisórias. Elas nos exigem alguma reconsideração metodológica dos materiais analisados. Além de destacar posições de vítima e autoria em relações mais complexas, o evento também aponta para a relevância de se problematizar os limites das fontes e o tratamento oficial das informações.

Ao perceber as questões, os usos e os efeitos dos recortes acionados nessas modalidades de reorganização quantitativa dos dados, incorporei a segunda diferença da minha posição, e agora vou reafirmá-la: analiticamente, eu não trabalho com orientação sexual e identidade de gênero.

Em um momento mais inicial, em função do meu interesse pelo tema das práticas de extermínio, cheguei a colaborar no processo de seleção de casos que a equipe da UFMG visava analisar. Pelo que pude perceber, um dos objetivos do grupo era identificar nos registros da segurança pública alguns eventos onde se poderia indicar a participação de pessoas trans. Ou seja, de maneira intencional, me parece que a equipe trabalhava a partir da noção de identidade de gênero.

Nos registros de ocorrência do Estado de Minas Gerais, apesar de haver um campo próprio destinado a esse tipo de informação, em boa parte dos documentos o preenchimento não era observado. Diante disso, a partir de alguns termos que poderiam estar presentes no histórico da ocorrência, a equipe elaborou um conjunto de descritores que auxiliaria a busca dos casos que lhes interessavam.

Com a estratégia, foram encontrados mais de dezesseis mil registros. Porém, devido ao grande volume e também em função dos objetivos, houve uma redução no material: a equipe decidiu analisar, prioritariamente, apenas as notificações de homicídios. Cerca de duzentas no total.

Contudo, mesmo com a adoção dos dois procedimentos, nem todos os registros levantados apresentavam o envolvimento de pessoas trans, fato que implicou a necessidade de

uma terceira medida: a leitura e seleção dos casos – e foi exatamente neste momento que algo me chamou atenção.

Um dos termos pesquisados no histórico foi a palavra ‘viado’. Havia vários registros de homicídio com a presença desse descritor. Em um dos casos que analisei, a cena ocorreu em um bar. Um homem chamou o outro de ‘viado’. Ele se sentiu ofendido com a designação e deu uma facada naquele que proferiu essa palavra. Um autor, uma vítima e várias testemunhas.

Nenhuma das pessoas envolvidas no caso foi identificada como trans. Ainda que se tratasse de uma prática de extermínio, como não havia elementos possivelmente relacionados à identidade de gênero alvo da pesquisa, o caso foi excluído do *corpus* de análise.

Em minha perspectiva, mesmo que este evento não estivesse necessariamente relacionado à orientação sexual ou à identidade de gênero, tratava-se de um caso que envolvia relações de gênero e sexualidade. Talvez, efetivamente, não se tratasse de uma cena com a presença de pessoas LGBTs, mas, a meu ver, essa prática de extermínio – banal – apresenta vinculações com a categoria de análise com a qual opero.

Já afirmei que esta diferença é analítica, porém, é uma distinção teórica também. Ao não trabalhar com orientação sexual e identidade de gênero, eu não estou me envolvendo com teorias do sujeito, da subjetividade ou da substância. Ao considerar esses casos, estou direcionando o meu olhar para as práticas.

É exatamente sob esse ângulo que o enquadramento vítima-algoz-barbárie me parece grosseiro. Em primeiro lugar, quando se observa a multiplicidade das notificações, a posição de vítima, de algoz ou testemunha é situacional.

Em segundo lugar, mesmo se estivesse lidando com esse enquadramento rudimentar, diria que estou olhando para aquilo que temos designado como barbárie. Nesse processo, menos que as pessoas, estou levando em consideração as práticas supostamente bárbaras.

Conceitualmente, o meu problema é que a denominada barbárie tem racionalidade. São casos que precisariam ser melhor considerados e, eventualmente, melhor teorizados.

No campo da segurança, [...], a primeira iniciativa do poder público que possibilitou o registro de denúncias, a produção e análise de dados sobre a violência homofóbica ocorreu entre 1999 e 2000 com o Disque Defesa Homossexual no Rio de Janeiro. Essa produção de dados foi significativa porque até aquele momento os dados divulgados pela mídia e pelo movimento social se restringiam a dados sobre assassinatos, diferente dos dados do DDH, que eram oriundos dos relatos das próprias vítimas e que caracterizavam situações diversas de discriminação e agressão homofóbicas. Os dados produzidos pelo DDH revelaram que, **para além de casos letais e de grande repercussão na mídia, como espancamentos e assassinatos, há uma variedade e intensidade de casos que acontecem no âmbito familiar, doméstico e de trabalho,**

que são praticados por pessoas conhecidas, seja em casa ou na vizinhança, e que se tratam de crimes sem fins lucrativos. O serviço demonstrou ainda que a homofobia se relaciona a muitos fatores e abarca um rol diversificado de violências e discriminações, o que torna a construção de estratégias de enfrentamento a esse tipo de violência ainda mais complexa. (COSTA, 2016, p.39, grifos meus)

Por isso, de um ponto de vista conceitual, estou trabalhando com a noção de lógicas de gênero. No campo acadêmico, frente a determinadas situações, apenas tenho me perguntado se há lógicas que nos auxiliariam a compreender o que se passa. Ou seja, eu não tenho propriamente um argumento a provar, um fenômeno bárbaro a demonstrar ou um fato a esclarecer.

Eu tenho uma questão: se olharmos de modo mais qualificado para algumas práticas de extermínio, como poderíamos contribuir para diminuição desses casos? Que respostas efetivas poderíamos dar aos problemas mapeados?

Práticas de extermínio e lógicas de gênero: sintética e conceitualmente, esta é a terceira diferença. Assim, feitas tais considerações a partir dos relatórios da UFMG, vejamos aquilo que a equipe da UERJ me trouxe.

Primeiro, o grupo fez algumas observações introdutórias e ressaltou que o conjunto do material se restringia aos registros de ocorrência encaminhados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Basicamente, a equipe tinha em mãos algumas denúncias em que “homofobia” foi registrada como *motivação* do delito.

Considerando essas informações ‘brutas’, tal banco de dados era composto, majoritariamente, por violações que poderiam ser indexadas como “agressão verbal” (54,4%), seguida de “agressão física” (23,7%), “crimes de lucro” (15,3%), “violência letal” (2,4%) e “agressão sexual (1%)” (CARRARA et al., 2017, p. 96).

Sem que seja necessário um grande esforço reflexivo, é possível notar, portanto, que as práticas de extermínio compunham uma parcela bastante reduzida dos casos. Assim, em minha perspectiva, se insistirmos em trabalhar com a noção de barbárie, ou com a imagem do terror, este seria um primeiro aspecto a se levar em consideração: do que exatamente estaríamos falando?

As ações bárbaras dizem respeito às diversas modalidades de homofobia ou apenas à violência letal? O que tem nos chocado é a ampla extensionalidade das situações registradas como homofóbicas ou estritamente aquilo que é pronunciado nos 2,4%?

No campo acadêmico, conseguiríamos refletir sobre os efeitos de nos concentrarmos fundamentalmente nas práticas de extermínio físico? O que essa estratégia tem implicado em termos de compartilhamento político dos problemas?

Essas questões são importantes, porém não vou me dedicar a aprofundá-las. Vou apenas ressaltar algo que mencionei lá no primeiro capítulo. No relatório de assassinatos elaborado pela ANTRA, o grupo nos adverte para algo que me parece elementar: ainda que dramáticas, as práticas de extermínio físico são apenas uma parte do que seria possível destacar no campo das relações de gênero e sexualidade.

Eu entendo quando o movimento social nos chama atenção. Além disso, também compreendo quando apontam um problema focando naquilo que nos soa abominável. Reconheço que há ganhos retóricos nessa estratégia. Entretanto, no campo acadêmico, tenderia a ser um pouco mais comedido – e foi exatamente nesse sentido que as primeiras observações feitas pela equipe da UERJ me pareceram oportunas: analisando o material, foi detectada certa condensação das notificações.

Foi mencionado que um mesmo registro poderia dizer respeito a mais de uma denúncia.

Como em cada boletim ou registro de ocorrência (R.O.) é possível fazer mais de uma denúncia, isto é, indicar mais de um delito ou violação contra uma vítima ou mais em uma mesma situação, o número de denúncias é obviamente maior que o número de registros de ocorrência. Desse modo, trabalhamos aqui com 1.180 denúncias, correspondentes a **691 registros de ocorrência**. Como ocorre com os delitos, também é possível indicar mais de uma vítima por R.O., fazendo com que nosso banco de dados comporte um total de 964 denunciantes ou vítimas.

[...]

A partir da maneira como as informações existentes estão dispostas nos dados organizados pelo ISP, é possível sugerir que a primeira linha de descrição do delito representaria o “crime principal” do R.O., o que possibilitaria qualificar um pouco mais a nossa leitura a respeito das diferentes situações. Em geral, nessa linha são preenchidos os crimes que juridicamente ocupariam um lugar de “maior gravidade”: homicídio, lesão corporal, ameaça, injúria etc. Tomando essa primeira linha de descrição dos delitos como a que corresponde ao crime principal, podemos verificar a redução de 9,5% dos casos reunidos como “agressão verbal” e o aumento de 4,8% das “agressões físicas” e 3,6% dos “crimes de lucro” (IDEM, p. 96, 97, grifos meus).

Apesar de ser uma constatação procedimental básica, quando se está a considerar o fluxo no sistema de justiça, a intenção dos citados apontamentos é bem direcionada. Contudo, para os meus interesses, apenas ressaltaria o óbvio: além de não ser aleatória, a produção dessas informações é realizada tendo em vista uma certa categorização jurídico-valorativa. Ou seja, é possível notar uma determinada organização dos registros em torno do maior ou menor potencial ofensivo do delito.

No plano da investigação acadêmica, se atentar para este aspecto me parece ser algo que não deveríamos descuidar. Isso indica que os dados já foram deontologicamente tratados. Não se trataria, portanto, de dados brutos. Como não poderia deixar de ser, ali já se está a trabalhar com uma produção mediada de informações.

A consideração é trivial – reconheço –, mas isso apresenta um desdobramento qualitativo que me parece fácil olvidar: um delito é uma cena relativamente intrincada e a categorização institucional prévia pode obliterar alguns pontos.

Voltemos ao caso mencionado há pouco. A cena é banal: um homem chama o outro de “viado”. Ele se sente ofendido e esfaqueia o interlocutor. Naquele caso, tratou-se de um registro de homicídio. A situação era cheia de elementos. No entanto, se nos valêssemos exclusivamente da configuração penal, seria fácil constatar que aquela prática de extermínio poderia estar previamente vinculada a uma certa percepção de injúria.

Se tal leitura estiver correta, o aspecto mais óbvio está bem na nossa frente: é possível estabelecer alguma correlação entre uma ‘agressão verbal’ e uma prática de homicídio. Ou seja, sob este prisma, pode-se sustentar que a imagem gerada pelos registros da segurança pública tem implicações muito sensíveis. Ao organizar e compartimentar alguns eventos em torno dos possíveis tipos penais e bens jurídicos tutelados, uma dimensão extremamente significativa pode ser (ou deixar de ser) considerada.

Em um plano analítico, o que estou apontando é rasteiro, estou apenas insistindo que é necessário não se descuidar das correlações. Mais uma vez, seria possível tocar nessa questão fazendo referência à forma da barbárie: ser assassinado por ter proferido a palavra “viado” parece uma cena impensável. Esfaquear alguém em função de um possível sentimento de injúria parece ser uma ação irrefletida e brutal. No entanto, há lógicas que nos auxiliam a compreender essas cenas. Como ressaltai, uma dessas lógicas é a de gênero.

Não acompanhei o trabalho de investigação policial, tampouco o tratamento judicial desse caso, porém não me espantaria se o autor fosse considerado culpado e se, além disso, recebesse uma penalização maior pelo ato praticado. No campo jurídico, é possível supor que uma ação como essa tenderia a ser qualificada como bárbara – um assassinato por um motivo fútil, um homicídio qualificado.

O que tendo a achar curioso em tais situações é que as chamadas agressões verbais, inicialmente desconsideradas em função do seu menor potencial ofensivo, podem assumir uma configuração bem diferente quando relacionadas a outros delitos. Podem passar a ser lidas como torpes, inaceitáveis e – a partir então – tornar-se matéria de uma consideração mais apropriada dos órgãos da justiça, da ordem e do encarceramento.

Enfim, quanto à categorização dos delitos realizada pelos equipamentos tradicionais da segurança pública, apenas ressaltaria que nem todos os tipos penais receberão o mesmo tratamento. Entretanto, na possibilidade de se estabelecer alguns nexos causais entre as ações cotidianas e brutais, é possível que a precariedade do projeto punitivo, em forma de prisão

exemplar, converta-se na demonstração da grande eficácia e comprometimento do Estado com a apuração e resolução de questões extremamente importantes no campo social.

Apesar dessa pequena digressão, não foi por esse motivo que me interessei pelas primeiras observações da equipe da UERJ. O que me chamou atenção não tem relação com o possível desdobramento da ação institucional na esfera punitiva. Como ressaltai, este não é um dos objetivos neste trabalho.

Meu interesse é outro. Neste momento, não é necessário criar hipóteses e nem mesmo me antecipar em relação ao que poderia acontecer. A questão é anterior: teórica e metodologicamente, essa categorização de delitos, feita pelos equipamentos de segurança pública, parece lidar com a interpretação e manejo de determinados nexos causais.

Em todas as notificações coletadas pela equipe da UERJ, a ‘causa presumida’ foi oficial e previamente preenchida como homofobia. A partir disso, um trabalho metodológico foi a ‘indexação’ dos eventos. Na atividade de pesquisa, eles foram agrupados em agressão verbal, agressão física, crimes de lucro, violência letal e agressão sexual – uma ‘notável’ reposição dos dados.

Entretanto, menos que a redistribuição acadêmico-penal, o que me parece relevante nesse tipo de procedimento seria a maneira pela qual as correlações entre gênero, sexualidade e os respectivos delitos estariam sendo estabelecidas.

Seria muito simples, por exemplo, identificar uma motivação homofóbica a partir de uma “agressão verbal”. Dentro de um enquadramento clássico, sequer seria necessário algum exercício reflexivo mais elaborado. Bastaria encontrar a vítima do ataque, identificar se era LGBT e simplesmente verificar se a ofensa proferida apresentava contornos inferiorizantes no campo das relações de gênero e sexualidade. Porém, como já ressaltai, o meu problema é que tais cenas não são tão simples.

Novamente, a esse título, é possível citar aquela notificação de tentativa de homicídio ocorrida aqui em Minas Gerais. Um casal de jovens gays foi agredido. O autor deu uma facada em um e murros em outro. Os equipamentos de segurança pública registraram a motivação homofóbica. Em minha perspectiva, considerando as informações no histórico da ocorrência – e ainda que as vítimas fossem gays –, seria um equívoco fazer tal vinculação.

Acredito que a prática esteja relacionada com a nossa política sexual sim. Porém, tenderia a apostar nas vinculações em torno do nosso projeto monogâmico, mas não faria correlações com uma motivação homofóbica necessariamente.

Há diversos limites nos processos de notificação. A correlação causal, muitas vezes pouco criteriosa, é um desses desafios. Acredito que este aspecto, supostamente evidente, precisaria ser melhor considerado em distintas esferas de abordagem.

Seja no campo da segurança pública, seja na esfera das relações de gênero e sexualidade, tenho a impressão de que diferentes grupos de pesquisa compartilham parcialmente este objetivo: a partir de uma abordagem academicamente qualificada, diria que buscam subsidiar leituras e um tratamento mais adequado de determinadas questões.

Em função de diversos fatores, essa é uma tarefa que não me parece ser tão fácil. Nesse sentido, reconheço que não há propriamente um único caminho a seguir ou alguma solução definitiva a ser implementada.

Por levar em consideração esse aspecto, o exercício a que me proponho parece ser relativamente intrincado. Como ressaltai, nós dispomos de dados frágeis. A tal constatação eu apenas agregaria que as nossas modalidades de leitura também apresentam fragilidades similares – e foi justamente considerando essas duas dimensões que escrevi o segundo capítulo desta tese.

Ali, a minha intenção, primeiro, era fazer com que nosso olhar fosse direcionado para as práticas. Mais especificamente, desejava que passássemos a considerar as *situações*. Sendo este o momento inicial, diria que o registro dos eventos seria um segundo passo. A leitura qualificada, um terceiro.

Em relação a essa última tarefa, possuo as divergências mais notórias com as produções acadêmicas que tematizam as relações de gênero e sexualidade. Como destaquei, ao olhar para as práticas de extermínio, eu não trabalho com orientação sexual, com identidade de gênero e nem mesmo com normas de gênero – uma postura que, aparentemente, vai contra toda a minha trajetória nos últimos anos. Agora vou tentar deixar ainda mais explícita essa distinção.

Basicamente, a minha dificuldade reside em visibilizar as correlações entre gênero, sexualidade e experiências cotidianas. De modo mais específico, meu dilema está em entender como determinadas práticas de extermínio poderiam estar vinculadas a lógicas de gênero e sexualidade.

Minhas dúvidas, no entanto, não são propriamente teóricas, elas têm uma base pragmática. Minha aposta é que compreender essas relações poderia nos auxiliar a encontrar algumas medidas preventivas mais eficazes.

De certa forma, consigo notar meu afastamento reflexivo não exatamente pela temática, mas sim quando passo a considerar as respostas sugeridas por aqueles grupos, instituições e pessoas que se envolvem nos mesmos temas e problemas que eu.

Nesse processo, diria que minha análise talvez se dê ao revés. Por suspeitar que as respostas têm sido precárias, procuro tentar entender como elas foram construídas. O que se viu? O que se considerou? O que deixaram de considerar para chegarem a determinadas conclusões?

E as perguntas poderiam ser ainda mais específicas. Quando estamos diante das mesmas situações, quando olhamos para os mesmos registros, temos compartilhado os mesmos objetivos? Ao analisar as mesmas práticas ou os mesmos materiais, temos as mesmas intenções?

Isso deveria ser algo a constatar nas respectivas produções. Entretanto, eu diria que não. Não temos compartilhado muitos pontos. Inclusive, observando o modo como recortam, escrevem, relatam e pensam, tendo a concluir que estamos a fazer coisas distintas. Eu não tenho problemas com isso e – por esses mesmos motivos – não receio fazer apontamentos que possam soar desagradáveis.

Assim, para ser bem direto, farei a crítica novamente: eu não teria ressalvas *a priori*, o meu maior problema são as consequências *a posteriori*. Acadêmicas ou não, a minha implicância com as posições mais consolidadas, especialmente as causais, está relacionada a algo muito sensível e muito concreto.

Em minha opinião, as teorizações causais são fortes para ecoar e referendar uma dada denúncia, mas se mostram precárias e extremamente rasteiras quando a intenção é encontrar alternativas para a mudança de um determinado quadro. Os nomeados crimes de lucro, reindexados pela equipe da UERJ, chamaram minha atenção justamente nesse aspecto. E isto aconteceu por uma razão bem simples: o agrupamento de tais delitos me pareceu o mais curioso em termos analíticos. No texto acadêmico, esse tipo de delito conseguia congrega em torno de si algumas das mais pronunciadas dificuldades de uma certa cadeia reflexiva.

Isso facilitava demais a minha operação, convertia meu exercício intelectual em algo pueril: diante do trabalho alheio, apenas precisava me dedicar a acompanhar como pesquisadores e pesquisadoras tentavam contornar os possíveis problemas visualizados.

Vou trazer a discussão daqui a pouco. No entanto, antes de começar, faria as seguintes perguntas: nos crimes de lucro, o que seria uma motivação homofóbica? Em um crime de lucro, não seria razoável presumir uma motivação econômica? Com qual noção de motivação se está a trabalhar? O que se está a considerar mais especificamente?

A noção de motivação, operada em trabalhos acadêmicos, é a mesma presente nas notificações feitas por equipamentos de segurança pública? Como se faz para chegar a alguns indexadores? Isso é feito através de estudos de caso ou a partir da mera reindexação das

informações obtidas para fins pesquisa? Qual tem sido o objetivo da reorganização dos registros institucionais? Por que essa reorganização é feita? De que maneira a consideração analítica dos casos poderia contribuir para essa tarefa?

São várias perguntas⁴⁹, no entanto, como salientei, agora o diálogo e a discussão está se dando a partir dos trabalhos na UERJ. Em 2006, foi publicado um artigo cujo foco era a violência letal contra travestis no Estado do Rio de Janeiro. Antes de abordarem este tema, disseram algo que me chamou atenção:

Ao longo da análise dos inquéritos policiais e processos, percebemos ser possível agrupar os casos **em três categorias mais ou menos discretas**, utilizando como critérios principais de classificação **a relação entre assassinos e vítimas e a motivação do crime**. A primeira delas diz, grosso modo, respeito aos crimes enquadrados no artigo 157 do Código Penal, relativo ao latrocínio, ou seja, a casos de roubo seguido de morte. Seguindo a classificação proposta por Ramos e Borges (2000), denominamos tais casos “**crimes de lucro**”. Os crimes em que havia indícios de que vítima e assassino se conheciam e nos quais não ficou comprovada qualquer intenção de roubo foram classificados por nós como “**crimes interativos**” e envolviam diferentes tipos de conflito, alguns dos quais no âmbito de relações amorosas. Por fim, a terceira categoria agregava os **casos de execução por arma de fogo** [...]. (CARRARA & VIANNA, 2006, p. 235, grifos nossos)

A partir daí, Adriana e Sérgio ainda fizeram um rápido apontamento em relação ao banco de dados que possuíam: gays compunham a esmagadora maioria das vítimas letais dos crimes de lucro. Travestis, por sua vez, foram as vítimas preferenciais de quase todos os crimes de execução.

Em relação à reorganização das informações, é evidente que se trata de uma estratégia rudimentar. Não é necessário muita diligência para notar que estamos diante de uma tentativa de leitura qualificada sim, mas é a leitura de um banco de dados mais ou menos discreto.

Por isso, sem nenhum receio, diria não estarmos diante uma produção textual que possa ser tomada como uma espécie de projeção estatística mais geral, tampouco se trata de um artigo com alguma imagem sociologicamente mais elaborada dos casos. Com essa perspectiva, as minhas primeiras indagações seriam medíocres: o que esses registros e essas estratégias de leitura dizem? O que nos indicam?

Do meu ponto de vista, as respostas deveriam ficar a cargo das análises em seus respectivos campos e tempos de abordagem. Porém, penso que poderia contribuir minimamente com dois pareceres⁵⁰.

⁴⁹ Cujas respostas podem ser encontradas nas respectivas produções acadêmicas selecionadas neste subtópico. Elas nem sempre são as mesmas, mas estão lá.

⁵⁰ No início deste tópico, ressaltei que as produções da UERJ tinham um horizonte temporal bem específico. Se atentar para esse aspecto é importante. As obras de 2017 e 2006 são distintas em diversos pontos. Entretanto, para

Para mim, de modo geral, esses dados não dizem praticamente nada além daquilo que os movimentos sociais já vêm denunciando há algum tempo: existe preconceito e discriminação contra pessoas LGBT e esse fenômeno não necessariamente atinge a todo grupo de uma maneira uniforme.

Em segundo lugar, em relação à abordagem acadêmico-metodológica, as leituras me colocam alguns desafios bem particulares. Diante desses casos, diante dessas notificações, além de ficar meramente repetindo o óbvio e recitando bibliografia, me pergunto quais poderiam ser as atuais contribuições no campo da pesquisa.

Tentarei ir ao encontro do que me cabe. Imagino que eu possa colaborar com alguma perspectiva teórica, mas, sobretudo, acredito que consiga compartilhar uma alternativa prática. Antes, contudo, é preciso lembrar que não trabalho com perspectivas de vitimização. Não parto do lugar das vítimas.

Na leitura do banco de dados, eu não necessariamente me pergunto quem é a vítima (qual é a sua orientação sexual ou sua identidade de gênero). Previamente, lido apenas com as notificações de homicídios. Essa é uma distinção gigantesca: além de representar uma coleta aberta do material, isso implica que o trabalho analítico será posterior.

Os casos dos “crimes de lucro” são estratégicos para que se note esse aspecto. Quando faço menção a alguma dessas notificações – que não vou analisar – é pura economia de trabalho. Esses eventos estão sendo citados simplesmente porque mostram as minhas diferenças de leitura.

Vejam bem: no reagrupamento dos registros do Rio de Janeiro, o chamado crime de lucro fazia explícita referência ao *latrocínio*, correto? Ao roubo seguido de morte. É possível fazer correlações entre gênero, sexualidade e esses delitos? Essa correlação seria estabelecida prioritariamente a partir da identificação da vítima e da motivação do autor? Sério? Isso não apresentaria grandes limites reflexivos?

Eu não trabalho dessa maneira. No capítulo precedente, ressaltéi que pretendo analisar as *situações*. Pretendo considerar as possíveis vinculações entre *lógicas* de gênero, sexualidade e cenas de extermínio. No entanto, a meu ver, tais correlações não são uma necessidade. Nesse sentido, diria que o fato de uma vítima de roubo (ou mesmo de execução

entrar na crítica, farei vistas grossas a este fato. Caso tocasse nesses detalhes, isso apenas ressaltaria que as considerações feitas à época foram relevantes – mas não acredito haver necessidade dessa reiteração ritualística acadêmica; não acho que seja preciso ficar reafirmando, a cada instante, o valor de alguma reflexão passada. Assim, considerando o meu alvo, apenas bastaria dizer que, do mesmo modo que ocorreu nos anos posteriores, a obra mais antiga da UERJ também apresentava algumas indicações problemáticas sobre os designados crimes de lucro.

intencional) ser identificada por uma determinada orientação sexual ou identidade de gênero, por si só, não torna o evento machista, sexista ou homofóbico. Para mim, esses fenômenos não necessariamente dizem respeito à designada subjetividade, mas estão relacionados com as práticas.

As práticas, as *situações*, precisam ser focadas com rigor. No artigo de 2006, não acho que isto tenha acontecido. Naquele texto, quando se correlacionou a vitimização das “identidades” gays aos crimes de lucro, me pareceu haver uma intenção retórica mais importante: parecia haver o interesse em dar destaque na relação entre “identidades” trans e crimes de execução por armas de fogo.

No artigo, a partir do “perfil” das vítimas, sublinhava-se aspectos ligados a gênero e sexualidade. Mencionava-se, também, questões raciais e econômicas. Em consequência, pelo que entendi, menos que uma explicação simplista de que a homofobia *causa* a morte, colocava-se em evidência a possibilidade de uma análise multidimensional (ou multicausal) do fenômeno.

Pontuava-se que os registros dos crimes envolviam um complexo de questões que precisariam ser analisadas em conjunto – o que, de certa forma, me remetia à questão da vulnerabilidade social, das dinâmicas de precarização da existência, entre outras coisas que – aos meus ouvidos – soam um pouco óbvias.

Enfim, para usar um slogan – e ainda que se trate de apontamentos significativos – não considero ser exatamente uma grande novidade que “grupos” mais vulnerabilizados sejam tomados como a ilustração das vítimas preferenciais em um regime explicitamente assimétrico.

Essa tarefa expositiva é relevante – reconheço. Contudo, apesar de concordar que (por exemplo) pessoas negras, pobres, trans (entre outras) possam experimentar experiências terríveis, quando me vejo diante dessa espécie de consideração acadêmica, eu simplesmente fico perplexo. Soa como se “intelectuais” estivessem tentando pintar um cenário de exceção.

Ouçó como se estivessem a ressaltar as vidas matáveis, mas eu fico espantado. Não entendo tão bem esse ponto de vista. Teoricamente, a tradição dos oprimidos havia me ensinado que esse suposto estado de exceção era, na verdade, a regra geral (BENJAMIN, 1987). Porém, em um momento posterior, tive contato com análises que indicavam entrelaçamentos bem mais problemáticos do que esse excepcional quadro de imagens mal traçadas consegue evidenciar.

Enfim, eu não compreendo muito bem a mera denúncia da miséria humana. Eu não entendo a quem essa informação é direcionada. Salvo nos próprios circuitos acadêmicos, não entendo com quem mais se dialoga. Também não entendo o uso desse enquadre teórico típico.

Além de mostrar o que já se sabe, além de simplesmente dizer o óbvio, o que mais se intenciona?

Esta seria uma das maneiras de indicar por que não utilizo a noção de norma, sejam as de gênero ou as designadas sociais: todas elas – complexas, intrincadas e em muitos aspectos precariamente refletidas – me parecem frágeis quando se está em questão uma modificação prática e pontual. Assim, apenas ressaltaria que vai nessa direção a relevância da diferença entre lógicas de gênero e normas de gênero. Se apenas desejasse mostrar a co-extensividade das múltiplas experiências de opressão ou inferiorização social, bastaria apontar a presença de distintos marcadores em um determinado campo.

Gênero, raça, classe, orientação sexual, entre outros dispositivos podem ser facilmente visibilizados até mesmo nos registros mais ordinários, como é o caso, por exemplo, dos materiais produzidos pelos equipamentos de segurança pública ou das reportagens de jornal. Pintar um quadro multidimensional para “esclarecer” a complexidade dos modos de desolação política não é uma tarefa difícil, e meu propósito não é este. Minha intenção é considerar as cenas. Meu interesse é analítico e metodológico – por isso estou dedicando alguma atenção aos “crimes de lucro” neste momento.

Vamos voltar ao caso da travesti. Um assassinato com mais de trinta facadas. Em uma das versões, o confesso autor – um adolescente de 17 anos – era o agente de programas. A vítima foi morta em função de oitocentos reais.

Este foi um crime de lucro? Obviamente, ele não se enquadraria na definição de crime de execução por arma de fogo. Alternativamente, se seguisse a sugestão da equipe da UERJ, uma possibilidade seria classificá-lo como um “crime interativo”: aqueles que envolvem diferentes tipos de conflito e onde há indícios de que vítima e assassino se conhecem e nos quais não resta comprovada qualquer intenção de roubo.

Como podem notar, essa é uma forma de classificação bem peculiar. O problema da reelaboração acadêmica é notável. E é por isso que estou chamando atenção para o cuidado no tratamento metodológico do material. As possíveis reorganizações dos registros levam em conta que aspectos? Em que medida o trabalho de leitura das ocorrências já não carregaria consigo os próprios problemas do material que se tem nas mãos?

Essas são questões fáceis. Não irei desenvolvê-las, mas posso agregar alternativas: o relato sobre Márcia e José Antônio. A história – mencionada no segundo capítulo – é um exemplo de abordagem mais cuidadosa.

Como sabem, não compartilho as mesmas posições teóricas do pesquisador que me apresentou o registro, mas se atentar para alguns aspectos é relevante. O Efreim Filho possui

conexões com a UERJ. Não utilizei o trabalho ao acaso. Achei o texto ‘legal’. O interesse parecia estar em fazer notar como determinados eventos se interligavam⁵¹.

Ao expor o caso Márcia e José Antônio, notei que o autor tinha alguma proximidade com as pessoas envolvidas. Notei que não se tratava de um simples estudo de caso. De certo modo, ele participava dos eventos. Ele tinha acesso a informações que dificilmente seriam coletadas de outras formas. Considero que houve um bom manejo desse lugar de investigação e pesquisa. Foi algo que parece ter permitido com que ele fizesse apontamentos bem distintos.

Na cena do assalto, por exemplo, foi possível destacar questões agrárias, questões de gênero e questões econômicas. Todas extremamente condensadas em um único episódio. Foi um relato perspicaz – não o suficiente para me fazer descartar os registros mais oficiais. O ‘crime contra o patrimônio’ e a ‘lesão corporal leve’ também foram apresentações dignas de escuta... .

Assim, em síntese, apenas reafirmaria que me interessam essas diferenças de coleta, de registro, de abordagem e de tratamento, mas, por outro lado, pelas considerações teóricas, onde quer que elas se enunciem, não chego a ter muito apego.

No caso do Efrem, por exemplo, sequer me lembro o que ele defendia. Me recordo unicamente que suas proposições ecoavam, bem de longe, alguns apontamentos feitos no campo da reflexão política interseccional. Caricaturalmente, apenas diria que a observação parece ter girado em torno de como um certo quadro normativo assimétrico (e coordenado) é passível de produzir experiências de injustiça e vulnerabilidade social.

É óbvio que reconheço alguma pertinência dessa perspectiva, porém, em vez de trabalhar com vulnerabilidade social, eu prefiro trabalhar com vulnerabilidade política. Sendo ainda mais específico, tendo a operar com a noção de efeitos diferenciais – sejam eles de exposição ou não à vulnerabilidade.

A vulnerabilidade diferencial me parece simples de mostrar. É um fenômeno que fica bastante evidenciado nos crimes de lucro. E foi justamente sua percepção singular que me interessou no texto de 2006: ali foi constatada uma figuração predominante de vítimas homossexuais nos crimes contra o patrimônio.

A homossexualidade, como se sabe, é uma posição inferiorizada no enquadramento binário e heterossexual. Por outro lado, não se poderia dizer o mesmo acerca da riqueza em um enquadramento socioeconômico.

⁵¹ Esta não é uma tarefa qualquer, assim como não é um trabalho tão simples.

Olhar as experiências de latrocínio – seja de homens gays ou não – me faz reconsiderar como algumas lógicas se conectam. As cenas praticamente me obrigam a não apostar em cálculos e correlações causais tão evidentes e simplistas. Na esfera política, manter o foco nesses delitos me diz que, apesar de poder estar localizado em uma posição confortável de um ponto de vista econômico, isso não é necessariamente uma garantia de proteção social. São casos a indicar que contornar o chamado fenômeno de vulnerabilidade não é tão intuitivo assim.

Em determinadas situações, o fato de ser uma pessoa com recursos pode ter como efeito uma maior suscetibilidade ao crime de lucro – inclusive ao “crime de lucro” seguido de morte. Ou seja, em determinadas situações, a riqueza não é propriamente um salvaguardo.

Em determinadas situações, nem mesmo a heterossexualidade é um grande trunfo. Como apontei em capítulo anterior, José Antônio – uma pessoa pobre, um possível pai zeloso, que foi vítima de um crime contra o patrimônio – pode ilustrar isso de modo muito drástico e dramático.

Enfim, mesmo contando no jogo das posições dadas, analiticamente diria que as correlações, os efeitos e as dinâmicas não tendem a assumir um único trajeto. Contudo, o mais interessante não é chegar a tais conclusões. Para mim, mesmo em termos especulativos e abstratos, isso seria bem simples de defender.

O que considero relevante é outra coisa. É olhar mais de perto. É considerar as situações. É olhar caso a caso. Em concreto. Nesse meu exercício, as perspectivas teóricas desempenham um papel coadjuvante. Quando não atrapalham, elas apenas me auxiliam a ler de modos distintos. Neste momento, farei as coisas de um jeito – mas é importante que reconheçam que há outras alternativas disponíveis por aí. Eu não as incorporo, mas as entendo.

Por fim, sinteticamente, deixo aqui as minhas diferenças uma outra vez: teoricamente, não trabalho com identidade de gênero; não trabalho com orientação sexual; não trabalho com normas de gênero; não trabalho com barbárie; não trabalho com vulnerabilidade social. Metodologicamente, não analisarei um grande conjunto de materiais. Lidarei apenas com alguns registros produzidos por equipamentos de segurança pública. Além disso, não estou próximo das pessoas que realizam essa atividade de notificação. Não estou próximo das vítimas. Não estou próximo de autores. Não estou próximo de testemunhas. Não me relaciono com os casos. Não tenho versões alternativas a apresentar. Posso, exclusivamente, alguns poucos dados em minhas mãos. Informações precárias. Meu único exercício será a leitura e a escuta. A minha ação, nesse sentido, é trivial (*trivium*).

Por fim, para exemplificar a abordagem, gostaria de usar um caso que repercutiu na imprensa. “Espantosamente”, os autores, ou a facção criminosa, era constituída pela imagem dos jovens de posse, observem:

Empregada diz que foi espancada por jovens de classe alta no Rio

Roubada, vítima conta que levou chutes e pontapés na cabeça.
Três suspeitos foram presos e 2 estão foragidos;
todos moram em condomínios de luxo. (G1, 2007)

Doméstica foi espancada por bando de classe média [...]

Sirley estava [...] num ponto de ônibus [...] quando um Gol preto parou e quatro homens saltaram. Os agressores puxaram a bolsa [...] e, quando ela caiu, começaram a chutá-la, principalmente na cabeça. Em depoimento, Sirley declarou que chegou a pensar que iria morrer. Os rapazes levaram um celular, R\$ 47 e os documentos da doméstica.

Jovens cariocas justificaram [a] agressão alegando ter confundido
[a] vítima com [uma] prostituta
(O GLOBO, 2007)

Se o registro dos jornais estiver correto e se a versão dos nossos rapazes for confiável, estaríamos diante de uma cena que envolve um “crime contra o patrimônio”, um crime contra a integridade física e lógicas de gênero.

Naquele caso em específico, é possível observar que essas lógicas foram utilizadas pelos autores como justificativa e, possivelmente, como uma tentativa de dar inteligibilidade e legitimidade à prática efetivada. Entretanto, como ressaltai, vou analisar as coisas a partir de outras fontes e outros lugares.

4.2 O registro de mortes violentas intencionais

Não nos surpreende que a história das ciências tenha ocupado, na França, um lugar tão central nos debates contemporâneos, sobretudo na forma particular que lhe deu Georges Canguilhem.

Para dizer rapidamente: a história das ciências se ocupou durante muito tempo (preferentemente, senão exclusivamente) de algumas disciplinas “nobres” cuja dignidade provinha da antiguidade de seu nascimento, de seu alto grau de formalização [...]. Ao centrar o essencial de seu trabalho na história da filosofia e da medicina, Georges Canguilhem voltou-se sobre esta questão, sabendo que a importância teórica dos problemas suscitados pelo desenvolvimento de uma ciência não necessariamente corresponde em proporção direta com o grau de formalização que alcança. Canguilhem fez descender a história das ciências desde a altura (matemática, astronomia, mecânica galileica, física de Newton, teoria da relatividade) até regiões onde o conhecimento é muito menos dedutivo, regiões que têm estado ligadas por muito mais tempo ao prestígio da imaginação e que colocam uma série de questões estranhas aos hábitos filosóficos.

Porém, ao operar esse deslocamento, Georges Canguilhem fez algo mais que assegurar a revalorização de um campo relativamente descuidado. Canguilhem não simplesmente ampliou o campo da história das ciências, mas reformulou a própria

disciplina a partir de um certo número de questões. (FOUCAULT, 2009, p. 49-50, tradução nossa)

E se eu não tivesse que falar na lata?
E se eu não tivesse que gritar?
Ainda ia ter graça me ver sangrar?
(Gabz)

4.2.1 O “Atlas da Violência” e alguns diagnósticos de saúde social

[...] minha área de pesquisa é a Epidemiologia. Nessa condição, trabalho com modelagem numérica e técnicas quantitativas de análise, num campo onde exercitamos uma quase obsessiva busca de rigor, validade e credibilidade. Isto porque uma eventual contrafação ou fraude estatística pode custar vidas, produzir riscos ou aumentar sofrimentos. (FILHO, 2010, grifos nossos)

Eu mencionei que as minhas principais divergências teóricas são com os grupos que tematizam as relações de gênero e sexualidade. Este é um lugar em que me sinto bastante confortável para discutir algumas perspectivas.

Entretanto, estou lidando com essas questões no campo da segurança pública. De certa maneira, isso é um desafio para mim. Eu não tenho muita familiaridade com a pesquisa nesse lugar em específico. Durante minha trajetória acadêmica, a minha área de interesse estava na esfera da educação.

Para contornar parcialmente esta defasagem, precisei adotar uma série de estratégias. Nesses últimos quatro anos, me envolvi com um vasto rol de atividades. Precisei acompanhar, ouvir e ler algumas coisas. Além disso, também entrei em contato com algumas produções mais especializadas.

Iniciei esse percurso por notar que a nossa ‘medicina social’, mesmo com sua suposta boa modelagem, tem fracassado em alguns lugares. Foi um caminho para tentar entender um pouco dessa trajetória. Queria compreender um pouco desses discursos que já estão aí, mas que não parecem remediar exatamente.

Ao fim, por reconhecer a qualidade do trabalho, por visualizar o cuidado e a pertinência dos apontamentos, acabei me dedicando a dialogar com algumas obras do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em especial, me detive a considerar as informações do Atlas da Violência (IPEA; FBSP; 2017, 2019) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019). Através dessas produções, aprendi coisas que desconhecia. E não sei em que medida consigo indicar problemas ou promover alguma discussão.

Nesse tópico, vou tocar apenas em alguns pontos. A partir deles, farei um trabalho metodológico posterior. Será a partir daí que analisarei alguns registros produzidos por equipamentos de Estado.

Gostaria de destacar, primeiramente, as informações trazidas no Atlas da Violência. O meu foco esteve nos apontamentos mais corriqueiros. Do mesmo modo que procedi com os textos anteriores, me concentrei em observar aquilo que era ressaltado em relação ao material analisado.

Nesse percurso, apesar de um certo foco no tema da violência, observei que o principal banco de dados que a equipe tinha em mãos não partia propriamente dos equipamentos de Segurança Pública.

Esta publicação trata de análises alicerçadas nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que traz informações sobre incidentes até ano de 2015. Complementarmente, em alguns tópicos, cruzamos as informações do SIM com outras provenientes dos registros policiais e que foram publicadas no 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do FBSP. [...] Na oitava seção, fizemos algumas considerações sobre a qualidade dos dados sobre **mortes por agressão (homicídios)** do SIM, nas Unidades Federativas. Para tanto, comparamos os registros acerca das **agressões letais** com aqueles das **mortes violentas com causa indeterminada** e com o total de **Crimes Violentos Letais Intencionais**, segundo os registros policiais, conforme publicado no 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do FBSP. (IPEA; FBSP, 2017, p. 5, 6)

Ali estavam sendo consideradas sobretudo as mortes por agressão a partir do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde. Foram analisados todos os casos de agressão? Não. Houve um recorte. Foram consideradas apenas as agressões letais.

Um outro aspecto que me chamou atenção se refere a organização dos dados. Expressamente, eles foram dispostos em três grupos: “mortes por agressão” (lidas como casos homicídios); “mortes violentas por causa indeterminada”; e, por fim; “intervenções legais e operações de guerra”.

Dentro desse enquadramento, é possível notar que a *intervenção letal* praticada, por exemplo, em operações policiais não seria compreendida como um caso de homicídio. Sequer seria classificado como um caso de violência.

Da mesma forma, ainda que houvesse algum indício de violência, nas mortes por causas indeterminadas, ou seja, nas situações em que não fosse possível identificar a *causa* da morte, tais experiências também não seriam consideradas agressões letais e tampouco uma prática de homicídio.

Em uma abordagem comparativa, ao levar em consideração os dados produzidos na segurança pública, a equipe de pesquisa nos chama atenção para alguns problemas desses modos de notificação. Não tocarei nesse tema. As análises estão disponíveis no material citado.

Observando os procedimentos, apenas ressaltaria o aspecto mais óbvio: em relação aos mesmos eventos, é possível produzir diferentes registros. Tal diferença não é necessariamente um problema ou algo que seja preciso uniformizar. Do meu ponto de vista, é apenas uma demonstração do que pode acontecer quando os mesmos casos são lidos e tratados em esferas distintas. É uma demonstração da parcialidade com a qual se opera (e se pode operar).

Assim, o que destacaria se refere exclusivamente a uma certa abordagem institucional. Como citado, na esfera da saúde, alguns eventos foram classificados como “agressões letais”. Por sua vez, no campo da segurança pública, há a perspectiva dos “*crimes violentos letais intencionais*”.

Ou seja, em um campo se fala de agressão, em outro se fala de crime. Obviamente, essa configuração diferencial sugere determinadas abordagens e respostas institucionais bastante específicas. Isso nos indica que, diante do tema da violência, as medidas e as alternativas adotadas podem ser distintas. Podem tomar uma determinada direção na esfera da saúde, assim como podem seguir um outro curso nos equipamentos de segurança pública – especialmente se estivermos falando de casos de homicídio.

É uma consideração óbvia – eu sei –, mas isto não deixou de me despertar interesse: o trabalho desenvolvido no Atlas nos mostra que é possível abordar o tema da segurança; nos mostra que é possível abordar o tema do crime; nos mostra que é possível abordar o tema da mortalidade – e nos aponta que esses tópicos podem ser tratados ou considerados a partir da tônica da saúde, da economia, da estatística, da sociologia, entre outras.

Além disso, caso estejamos pensando em políticas públicas, também é indicado que essas abordagens podem estar minimamente coordenadas – seja em torno da garantia de direitos, do monitoramento adequado de informações, da denúncia de problemas sociais, de projetos de aprisionamento, de propostas de intensificação das leis penais, etc..

Enfim, considero o Atlas um desses exemplos de como o tema da violência ou da segurança – assim como outros tópicos – podem ser permeados por uma multiplicidade de posições. Metodologicamente, apenas destacaria que achei muito curiosa a tentativa de pensar a Segurança Pública a partir de informações disponíveis nos registros da Saúde. Faz muito sentido essa estratégia. É um banco de dados distinto e, em diversos aspectos, melhor elaborado.

Para sintetizar, apenas diria que as discussões são interessantes. Eu não concordo com tudo que foi dito, mas reconheço a qualidade do texto. Consigo notar o cuidado com o tratamento do material. Em certos momentos, inclusive precisei me conter. Tive que parar de questionar, há indicações bem relevantes por lá.

No entanto, para ser franco, não precisaria começar pelo Atlas. Optei por esse caminho em função de um único motivo. Essa estratégia faz aparecer uma série de questões que me são caras e, além disso, torna manifesta uma das principais polêmicas ou insuficiências com a qual estou trabalhando aqui: a perspectiva causal.

No Sistema de Informação sobre Mortalidade, vimos que há um certo agrupamento de casos em torno das “mortes por agressão”. Pode parecer meio tautológico e tolo de minha parte, mas acredito que assim se está a sugerir que essas mortes ocorreram em decorrência de uma agressão. Se está a indicar que a morte, portanto, seria o efeito de um ato [ou de uma *prática*].

A morte seria o efeito? A agressão seria a *causa mortis*? Em termos formais, isto não é um problema? Operativamente, de modo mais concreto, essa tal agressão não seria o mesmo que uma intervenção letal? Se a agressão foi a maneira pela qual a morte ocorreu, ela não seria propriamente um meio? A agressão, assim, não seria uma espécie de *causa instrumental*?

Além de ser possível ampliar a compreensão de alguns nexos causais racionalistas, caso consideremos as experiências dentro desse registro semi-aristotélico, noto haver alguns desdobramentos. Um efeito bastante pronunciado seria a discussão da eficácia dos meios. A discussão em torno de quais meios (ou intervenções) seriam mais ou menos letais. Nesse sentido, por exemplo, poderíamos discutir as agressões por armas de fogo, as agressões por instrumentos perfuro cortantes, agressões sem o uso de instrumentos, entre outras coisas.

Já me acostumei a escutar o que se diz nessa esfera, mas fico me perguntando se insistir nesse circuito reflexivo é relevante para adoção de medidas preventivas. De minha parte, considero que pode ser útil sim – noto este aspecto – mas ainda tenho muitas dúvidas.

O meu maior problema é que não penso dentro desse mesmo esquema. Só estou colocando as coisas deste modo porque me veio à mente o caso do garoto Alex. Do ponto de vista da saúde, consigo concordar que aquela foi uma morte por agressão. Mas será que se tratou de um *crime violento* letal intencional? No campo jurídico, sei que a prática foi considerada criminosa. Houve uma agressão. Houve uma morte. A intenção de matar, no entanto, seria algo a pensar.

Por outro lado, também sei que essa conversa não muda nada em relação ao que ocorreu – isso apenas tenderia a indicar como frequentemente lemos alguns casos. Em minha perspectiva, isto é uma questão: causalidade, motivação e intencionalidade são noções que precisariam ser melhor discutidas. Gostaria de contribuir um pouco com tema, mas talvez não se trate do tipo de reflexão que me acostumei a fazer em aulas de filosofia. Diante de situações

como essas, diante de cenas cotidianas, frente a experiências bem localizadas, tendo a refletir pragmaticamente. E acho que as perguntas poderiam ser outras.

A atribuição causal – seja relacionada ao indivíduo, à sociedade ou aos meios – tem nos fornecido alternativas viáveis em torno de alguns problemas? Será que o uso recorrente dessas ideias não tem obliterado outras modalidades de leitura e outras estratégias de tratamento? Apontar as supostas causas (físicas ou metafísicas) tem efetivamente nos auxiliado diante de alguns casos?

Em função de proporcionar a abertura para algumas dessas discussões é que estou lidando aqui com campo da saúde. No Atlas da Violência, além de haver bons apontamentos, além de qualificarem e retratarem algumas mortes, notei que a equipe de pesquisa se envolveu em uma tarefa de diagnósticos.

O presente documento, [...], possui oito seções centrais. A primeira traz uma análise acerca da evolução dos homicídios nas regiões e Unidades Federativas entre 2005 e 2015. Na segunda seção, analisamos a evolução da taxa de homicídio por município, quando apresentamos a lista das taxas de homicídio em 2015 das localidades com mais de 100 mil habitantes. Na terceira seção, tratamos de um assunto de crucial importância que versa sobre a letalidade policial **e sobre a necessidade de se produzir dados de melhor qualidade pelas organizações de segurança pública. Na quarta, quinta e sexta seções, analisamos a evolução da letalidade violenta contra os jovens, negros e mulheres no Brasil, respectivamente.** A sétima seção é dedicada à arma de fogo e a sua relação com os homicídios nas Unidades Federativas. (IPEA; FBSP, 2017, p. 5 e 6, grifos nossos)

Não vou entrar em todos os pequenos detalhes teórico-metodológicos no relatório – isso me tomaria tempo – apenas vou chamar atenção para um ponto comum dentro dessa abordagem mais restrita.

Como é possível notar, a quarta, quinta e sexta seções são bem específicas. Ali se está diante de uma consideração sobre as vítimas. Cada uma delas foi designada nos seus respectivos tópicos. Falou-se sobre a morte de pessoas jovens, a morte de pessoas negras e a morte de mulheres.

A fim de evitar algumas confusões, irei bem devagar, mas sinteticamente posso ressaltar que a conversa sobre a noção de dispositivo teria alguma relevância nessas abordagens. Quando se observa agrupamento a agrupamento, esse aspecto fica bastante evidenciado.

Primeiro, os jovens. Considerando os números absolutos, constatou-se que a maior parte das agressões letais incide sobre o grupo de pessoas entre 15 a 29 anos. Ou seja, do ponto de vista etário, trata-se de um “achado” importante. Algo que nos permitiria falar em juventude perdida ou mesmo em juventude exterminada.

Metodologicamente, para se chegar a essa informação, me parece ter havido ao menos dois passos. Inicialmente, houve um recorte: foi selecionado apenas o grupo das pessoas

que morreram. Ou seja, diante de uma notificação de agressão letal, a análise recaiu sobre a vítima. Em segundo lugar, houve uma pergunta: quantos anos tinha essa vítima?

Para subsidiar essa operação, me parece que foi feito o uso de uma ferramenta conceitual. Utilizaram um dispositivo-teórico. Por falta de compromisso, vou chamar essa categoria-dispositiva de “idade”.

Assim, vemos que ao usar a “idade” como dispositivo, o conjunto absoluto das notificações de mortes por agressão passou a ter uma configuração mais qualificada. Ou seja, não se tratou apenas de uma contagem de mortos. Com o uso de uma certa perspectiva sobre o “tempo de vida”, as informações passaram a aparecer de uma outra maneira e, estatisticamente, tornou-se visível uma configuração bem específica.

Estaríamos diante de um regime que privilegia quem atingiu o ‘termo de seu crescimento’ e que condena os imaturos ao extermínio? Suponho que não. De todo modo, considerando os números absolutos e diante dos dados evidenciados, é possível constatar uma maior exposição de pessoas jovens às mortes por agressão.

Assim, de um ponto de vista conceitual e metodológico, quanto à noção de dispositivo, neste instante, apenas chamaria atenção para o fato de que essa ferramenta está sendo utilizada para a leitura e exposição de um banco de dados.

Além disso, é possível notar que se trata de uma ferramenta que incide especificamente sobre a vítima. É uma ferramenta conceitual que identifica (ou qualifica) aquilo que poderíamos chamar de sujeito.

É importante pontuar que esta é apenas uma das estratégias de leitura presentes no relatório. Uma ação diferente da adotada, por exemplo, na segunda seção do Atlas. Naquele momento, a equipe trabalhou com os municípios com mais de cem mil habitantes. Ou seja, analiticamente, me parece que o dispositivo-conceitual não incidia propriamente sobre uma pessoa, mas sobre um lugar. Incidia sobre um território numericamente qualificado em termos de contingente populacional. Em um outro tópico, ao se considerar as mortes por arma de fogo, vemos estratégias igualmente diversas. Entretanto, por ora, só queria destacar isto: existem distintas maneiras de leitura, registro e disposição das informações.

Na quinta seção, a equipe trabalhou com recortes raciais. Utilizaram o dispositivo raça|cor. Em consequência, foi possível verificar uma configuração curiosa da nossa democracia contemporânea: estatisticamente, foi constatado que em nosso país as pessoas negras compõem o maior número de vítimas de homicídios.

Pelo que me consta, há quem nomeie esse fenômeno como racismo. Atualmente, inclusive, movimentos sociais estão chamando atenção para um aspecto bem específico nesse campo: o genocídio da juventude negra, pobre e periférica no Brasil.

Sem grandes dificuldades, tais denúncias poderiam ser numericamente, estatisticamente e sociologicamente sustentadas. Uma rápida olhada no Atlas nos fornece indícios nesse sentido. Porém, não vou perder meu tempo insistindo nessa discussão que salta aos olhos, mas que esbarra em nossa capacidade de escuta. Gostaria de fazer um outro apontamento.

Eu não sei exatamente como colaborar com as perspectivas étnico-raciais, mas noto um problema: o termo racismo – por si só – não me parece dar conta da vastidão de questões que se pode tocar. Eu considero essa palavra importante, mas acredito que ela seja insuficiente até mesmo para uma indicação mais superficial da nossa política de extermínio.

Ao se apontar, por exemplo, o genocídio da juventude pobre e negra no Brasil, é possível notar que, além de lógicas raciais, se está a salientar aspectos nacionais, etários e econômicos. Nesse sentido, quando a noção de racismo simplesmente busca sintetizar a existência de um grupo de vítimas expostas à morte violenta, eu não sei até que ponto tal procedimento nos auxiliaria. Fico com a impressão de que talvez se esteja meramente a expor o que já se tem nas mãos.

Em termos analíticos, noto que se está a perspectivar posições de sujeitos. Dispositivamente, se está a considerar quem foi vitimado ou vitimada. Além disso, se está a considerar uma experiência extremamente dramática e muito pontual. Se está a considerar o extermínio físico.

No entanto, ainda que com essa estratégia consigamos mostrar que pessoas negras estejam sendo mais expostas a violência letal, também é possível notar que raça não é a única lógica política em campo. Há outros “marcadores”. Ou seja, “raça” – como expressão de uma categoria sintética (MBEMBE, 2014) – não é suficiente para dar a dimensão das possíveis práticas políticas de extermínio em curso. Assim, mesmo se operássemos apenas com o número de óbitos, seria possível notar que esse enquadramento isomórfico é analiticamente precário – por isso não sei até que ponto o termo “racismo”, por si só, nos auxilia⁵².

Inclusive, se a proposta for apontar um problema que já está denunciado, sequer seria preciso ser um grande especialista no tema das relações étnico-raciais para indicar essas questões. Se meramente utilizarmos o quesito raça|cor para organizar os dados, se utilizarmos

⁵² Fiz um pequeno apêndice para tocar nesse ponto.

essa ferramenta conceitual para contar as vítimas, chegaríamos a uma denúncia bem consistente: olhando para os registros, as mortes podem ser diferencialmente constatadas.

Essa exposição diferencial à letalidade indicaria racismo? Em alguns casos possivelmente sim, mas seria preciso verificar. A meu ver, para chegarmos a essas conclusões, seria necessário um certo tratamento analítico mais sofisticado. Em linhas gerais, o problema é que racismo não se evidencia apenas por esse exercício rudimentar de contagem. Pelo que consegui compreender, o fenômeno é um pouco mais complexo que isso.

Fico imaginando, por exemplo, se as mortes fossem proporcionalmente equivalentes. E se não houvesse essas diferenças quantitativas? Isso significaria que não existe racismo no Brasil? Acho que não. Isso apenas indicaria que, no campo da mortalidade violenta, raça ou cor não seria uma variável significativa nas relações. Porém, isso é apenas uma hipótese. As notificações (ou os “dados”) convergem justamente no sentido contrário dessa minha especulação.

De todo modo, também não sei se essa é uma discussão que me interessa. Há mortes que não se pode contar. No campo da letalidade, frequentemente não me atenho a aspectos quantitativos. E, para piorar, não sei se é uma grande vantagem ter os números a seu favor nesses casos.

Não acho que a possibilidade de contar um grande contingente de corpos negros exterminados seja exatamente um trunfo na demonstração do racismo no Brasil. Quando considero essas produções estatísticas, isso não tende a corroborar com a verdade das minhas possíveis posições teóricas prévias, isso apenas me instiga a pensar em estratégias de mudança.

O alto índice de letalidade tende a me fazer refletir sobre que medidas poderíamos adotar para minimizar essa exposição numericamente configurada. Especialmente, me incita a pensar em alternativas políticas na esfera governamental.

Entretanto, como sabem, o meu tema não está nas relações étnico-raciais. Academicamente, lido em outro lugar. Um território em que vejo ainda mais possibilidades de intensificar as discussões.

Na sexta seção do Atlas, a equipe trabalhou com a letalidade violenta considerando uma vítima bem específica. Assim como em momentos anteriores, para que se visualizasse essa dimensão, também foi utilizada uma ferramenta conceitual muito própria.

Trabalhou-se com a noção de sexo. Mesmo que nem sempre o campo com essa informação fosse preenchido, utilizando este dispositivo teórico, as vítimas puderam ser distribuídas entre dois agrupamentos: o grupo dos homens e o grupo das mulheres. Este aspecto

não está acentuado no tópico em questão, mas a adoção de tal estratégia gera uma imagem bem curiosa.

Considerando esse recorte no banco de dados, é possível visualizar que a maior parte das vítimas das agressões letais se concentra no grupo dos homens. Estatisticamente, eles são a maioria das vítimas. Isso significaria que não existe machismo no Brasil? Não. Isso apenas indica que, comparativamente e em relação à morte violenta, eles estão mais expostos que elas. De todo modo:

Em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Com base nesses dados do SIM não é possível, contudo, identificar que parcela corresponde às vítimas de feminicídios, uma vez que a base de dados não fornece essa informação. (IPEA; FBSP, 2017, p. 36)

Essa consideração é extremamente relevante. Essas quatro linhas estão muito condensadas. Seria possível explorar diversas questões aí dentro. No entanto – como já salientei – vou tocar apenas nos aspectos mais evidentes: em 2015, criteriosamente, foi possível identificar um determinado número de vítimas. Considerando algumas maneiras de morrer – e a partir da categoria sexo – foi possível qualificar e quantificar um determinado “grupo”.

O que me chama atenção nessa produção específica é o fato dessas mortes não poderem ser tratadas como casos de violência de gênero. São agressões letais contra mulheres sim, mas, considerando as informações, não se pode dizer que se tratam de casos de feminicídio. Este aspecto é fabuloso.

A meu ver, isso indica que a categoria sexo, quando incide exclusivamente sobre o sujeito, não é suficiente para um diagnóstico desse tipo. Este exercício rudimentar de qualificação e contagem é uma estratégia precária. Assim, caso se pretenda análises mais elaboradas, é fácil notar a necessidade de um outro trabalho analítico – algo que não é exatamente uma preocupação no Sistema de Informação sobre Mortalidade.

De todo modo, mesmo com estas limitações, me interesso pelo banco de dados da saúde. Ele não deixa de ser relevante simplesmente porque apresenta ou deixa de apresentar uma ou outra questão.

Em relação à morte de mulheres, me parece que um dos problemas mais pronunciados surge porque há uma possível interface de leitura no campo das políticas públicas. Essa discussão é bem explicitada no Atlas. Para resumir, diria que a questão dos assassinatos de mulheres parece ser um caso limite e – o mais grave – alguns equipamentos de Estado tem dificuldades na leitura e notificação dessas experiências. Observem um comentário:

Uma questão que tem chamado muita atenção nos últimos anos diz respeito à percepção de ter havido crescimento nos casos de feminicídios no país.

O ponto principal é que não se sabe ao certo se o aumento dos registros de feminicídios pelas polícias reflete efetivamente aumento no número de casos, ou diminuição da subnotificação, uma vez que a Lei do Feminicídio (Lei no 13.104, de 09/03/2015) é relativamente nova, de modo que pode haver processo de aprendizado em curso pelas autoridades judiciárias.

Se os registros de feminicídio das Polícias podem embutir alguma subnotificação, **em função da não imputação do agravante de feminicídio ao crime de homicídio**, por outro lado, a análise dos dados agregados da saúde não permite uma elucidação da questão, **uma vez que a classificação internacional de doenças (CID)**, utilizada pelo Ministério da Saúde, **não lida com questões de tipificação legal e muito menos com a motivação que gerou a agressão**. (IPEA; FBSP, 2019, p. 40, grifos nossos)

Abrir uma discussão seria muito fácil aqui. No entanto, considerando que o meu foco agora é o que se diz sobre o banco de dados da saúde, isso não tem o menor sentido. Desde o início, o apontamento era explícito: o SIM não fornece informações sobre feminicídios. Além disso, acho que seria possível acrescentar que talvez esses registros sequer consigam fornecer informações sobre violência de gênero.

A atividade realizada é muito mais pontual. Trata-se de um banco de dados que indica quem são as vítimas. A motivação que gera a agressão não é considerada. Ou seja, se fôssemos mais meticolosos e meticolosas em nossas leituras, se escutássemos o que está sendo feito nesse momento inicial, seria possível reconhecer que essas mortes não estão sendo relacionadas à alguma causa específica – esse possível trabalho de “investigação” seria um exercício posterior.⁵³

Não há causa específica designada, mas há articulações significativas. Nesse sentido, para intensificar a reflexão, sugeriria olharmos outros apontamentos dentro do mesmo tópico.

Considerando o banco de dados, e cruzando as informações sobre sexo e raça, foi verificado que as mulheres negras estão mais expostas à violência letal. Para vocês, o que seria possível concluir a partir disso?

Em minha posição, a única conclusão que consigo projetar é simples. Há mais vítimas negras. Isso indicaria racismo? Em alguns casos possivelmente sim, mas essas questões precisariam ser analisadas com mais cautela.⁵⁴

⁵³ Esta notícia saiu na mídia: “Policia civil mata ex-companheira e se suicida em Santa Rosa” (GAÚCHA ZH, 2020). Uma das bases para a reportagem foi um registro policial. Na matéria, foi sugerido algo em torno do feminicídio. No entanto, gostaria que observassem bem: há duas posições identitárias descritas. A cena é complexa, mas há duas pessoas mortas. Há duas vítimas?

⁵⁴ Foi justamente nesta esfera, de um cuidado analítico retrospectivo, o momento em que precisei recorrer aos trabalhos no campo da reflexão política interseccional. Os textos me obrigavam a recordar. Me instigavam a ter mais rigor com determinados temas. Sobretudo nas obras vinculadas ao feminismo lésbico e ao feminismo negro, a diferença na qualidade da leitura era gritante.

Imagine, por exemplo, que continuemos a trabalhar com os dados de assassinatos de mulheres. Hipoteticamente, o que poderia acontecer caso utilizássemos os denominados dispositivos teóricos de uma outra maneira?

Vimos que as notificações da saúde mostram que as mulheres negras estão mais expostas à morte por agressão – fato (registrado!). No entanto, e se esse mesmo procedimento não fosse utilizado apenas para a identificação das vítimas? E se, metodologicamente – desse modo superficial –, dirigíssemos o nosso olhar aos agressores? Que imagem produziríamos?

Se chegamos a um possível “perfil” das vítimas, qual seria, então, o “perfil” dos algozes? Enfim, qual seria o principal grupo de autores caso considerássemos as mortes de mulheres negras?

Eu não me envolvi com essa atividade, mas suponho que não seria muito espantoso se, diante dos dados, chegássemos à conclusão de que os principais agressores fossem homens, negros e pobres.

Através de uma articulação identitária e dispositiva, através das noções de “sexo”, “classe” e “raça”, não me espantaria se chegássemos a configurar a imagem dos homens, pobres, negros, agressores e assassinos. Uma conclusão baseada nos dados e nas evidências que temos em nossas mãos.

Seja em relação às vítimas ou aos agressores, noto a relevância das perspectivas interseccionais precisamente aí. Noto – nos detalhes – um chamado à análise academicamente qualificada dos fenômenos.

Ali não me parece que está em questão apenas a denúncia ou o desenho de um quadro. No mínimo – mais que machismo, racismo ou pobreza estrutural – essas produções estão a indicar a necessidade de outras reflexões sobre o que se está passando. Indicam que a mera consideração acadêmica – teórica ou metodologicamente – superficial das informações não é suficiente. Nesse sentido, perspectivas que simplesmente vocalizam é “preto matando preto”, é homem açoitando mulher, ou outras coisas do gênero ..., são extremamente rudimentares nesse lugar.

Vou iniciar meu caminho adiante..., mas é importante não esquecer: é “necessário que nós nos lembremos, enquanto pensamos criticamente sobre dominação, que todos nós temos a capacidade de agir sob diversas maneiras que oprimem, dominam, ferem” (bell hooks, 2018, p. 170).

Agora imagino que este aspecto já esteja bem mais explícito, a minha atenção vai recair sobre as *práticas* de extermínio físico, mas farei um último apontamento – algo que também pode ser considerado a partir das produções do IPEA e FBSP.

O Atlas da Violência tem sido uma produção anual. Tenho aqui comigo as edições de 2017, 2018 e 2019. Neste último documento, a equipe de pesquisa nos apresentou mais uma seção analítica: a violência contra a população LGBTI+.

Como não vou tocar em todos os pontos, acho que é importante darem uma olhada nas informações. Em relação a esse tópico, a dificuldade operacional da equipe foi evidente. Contudo, ainda assim, chegaram a trazer bons apontamentos, mas não irei me deter nessa conversa – apenas vou chamar atenção para o que é dito logo no início.

No Atlas da Violência 2019, trouxemos esta seção inédita que aborda a questão da violência contra a população LGBTI+. Desde já devemos ressaltar dois pontos centrais. O primeiro diz respeito à gravidade do tema e como, aparentemente, o problema tem se agravado nos últimos anos, conforme evidências que apresentaremos aqui. O segundo ponto diz respeito à invisibilidade desse problema sob o ponto de vista da produção oficial de dados e estatísticas.

Por exemplo, não sabemos sequer qual é o tamanho da população LGBTI+ (o que inviabiliza qualquer cálculo de prevalência relativa de violência contra esse grupo social), uma vez que o IBGE não faz qualquer pergunta nos seus surveys domiciliares sobre a orientação sexual. Por outro lado, as polícias (em geral), nos registros de violência, também não fazem qualquer classificação da vítima segundo a orientação sexual, assim como não existe tal característica nas declarações de óbito. Portanto, torna-se uma tarefa extremamente árdua dimensionar e traçar diagnósticos para produzir políticas públicas que venha a mitigar a violência contra a população LGBTI+. (IPEA; FBSP, 2019, p. 56)

Como provavelmente devem se lembrar, eu havia ressaltado que estamos diante de informações precárias. Considerando a produção “oficial” de dados e estatísticas, a equipe de pesquisa toca nesse ponto ao falar em invisibilidade. A partir daí, citam alguns exemplos de campo e, em consequência, o possível impacto desse problema na reflexão e elaboração de políticas públicas.

Em minha perspectiva, o que se está apontando nesses dois parágrafos introdutórios é banal. Trata-se de uma informação central, e que não foi omitida pela equipe de pesquisa. Para mim, isso é muito relevante do ponto de vista acadêmico – no mínimo, indicia a parcialidade com a qual a obra precisa ser encarada.

Se minha leitura estiver correta, o apontamento é muito sensível: oficialmente, não temos dados disponíveis e isso inviabiliza qualquer trabalho estatístico mais rigoroso. Ou seja, o desafio e os problemas são explicitamente indicados: como produzir estatísticas em um contexto em que não há dados disponíveis? Como produzir esses dados? Como pensar em políticas públicas em um cenário como esse?

Como tenho interesses conexos, achei a ressalva muito relevante. Porém, também não deixei de notar algumas questões dentro dessa abordagem no Atlas. Considerando a forma como vinham operando em outras seções, parece que um dos desafios estava na identificação

das pessoas. O aspecto mais pronunciado, nesse sentido, é a falta (ou mesmo a não utilização) de um dispositivo capaz de qualificar quem (e quantas) são as vítimas LGBTs.

Assim, parece haver a aposta de que, caso a orientação sexual ou a identidade de gênero fossem utilizadas na produção de dados, isso permitiria dispor as informações de um modo mais específico. Isso permitiria, no mínimo, configurar um determinado número de vítimas de uma agressão letal.

Além disso, se esse procedimento teórico-dispositivo fosse incorporado em produções mais amplas, caso fosse utilizado em outros registros, talvez se pudesse chegar a análises estatísticas mais elaboradas.

Enfim, para sintetizar, diria que uma das possíveis questões parece girar em torno da utilização (ou não) de uma ferramenta teórica (dispositivo-identitária) e como isso implica na possível invisibilidade de um problema.

Haveria muitas nuances dentro dessa discussão, mas não vou tocar nesse aspecto. Apenas insistiria no seguinte: mesmo que fosse possível indicar as vítimas LGBTs, isso não necessariamente significaria que as possíveis agressões letais estariam correlacionadas a gênero e sexualidade. Ou seja, a possibilidade de indicar vítimas específicas não implica a possibilidade de um diagnóstico mais elaborado da *situação*. Fazer incidir um dispositivo teórico sobre o sujeito não implica a sua pertinência analítica em outros lugares.

Dito isso, encerro meu diálogo com o Atlas. Ao olhar para essa produção, apenas desejava indicar alguns limites em nossas abordagens acadêmicas, mesmo nas mais especializadas e valiosas.

Ao considerar um determinado banco de dados e as possíveis projeções estatístico-sociológicas, só queria deixar mais explícito que, em alguns aspectos, a nomeada análise não é nada além de uma categorização dispositiva. É tão somente a dupla utilização de uma ferramenta conceitual que, ao ser direcionada para os 'sujeitos-vítima', dispõe as informações de um determinado modo.

Além disso, de maneira um pouco mais sutil, tentei mostrar como um dispositivo teórico-identitário, que incide diferencialmente apenas sobre os sujeitos, pode ser precariamente articulado em torno de noções vago-genéricas de causalidade, motivação, perfil e intencionalidade.

4.2.2 O crime violento letal intencional e o Anuário de Segurança Pública

No tópico anterior, utilizei a base de dados do Ministério da Saúde. Entretanto, como havia ressaltado, esse caminho foi apenas uma estratégia de escrita. O meu foco está nos equipamentos da Segurança Pública. É neste lugar que pretendo atuar. É neste lugar que proporei alguma discussão e, concretamente, será neste lugar onde operarei de um outro modo.

Caso consultem as produções acadêmicas com as quais dialoguei, notarão que há diversas conexões entre elas. O que tenho a destacar continua entre os aspectos mais rasteiros – e acredito que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019) seja uma obra que sintetiza alguns desafios.

A escolha desse material é muito evidente para mim. Nós partimos da mesma fonte primária: boletins de ocorrência elaborados por instituições policiais. A partir dessa base de dados, a equipe do Fórum tende a analisar prioritariamente os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e as Mortes Violentas Intencionais (MVI).

A categoria CVLI inclui homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Em 2015 o ABSP também criou a categoria de mortes violentas intencionais (MVI) agregando [...] vitimização policial e mortes decorrentes de intervenção policial para compreender essa categoria de violência tanto em sua dimensão quanto em sua composição interna e, principalmente, evitar que se eclipsassem os altos números de pessoas mortas pela polícia no país. (FBSP, 2016, p. 10)

Assim como antes, é possível observar que há recortes. Não são consideradas todas as notificações. Há um certo foco nas experiências de letalidade – aspecto que pode ser facilmente constatado logo nas primeiras páginas.⁵⁵ Além disso, durante a exposição, é possível notar que a equipe tem objetivos específicos. Um deles, a meu ver, é o investimento na produção de dados, análises e diagnósticos qualificados:

A existência de dados válidos e confiáveis é indispensável para formular e avaliar políticas de prevenção e redução de homicídios. Além disso, os dados submetidos a critérios de qualidade rigorosos e homogêneos favorecem a comparabilidade internacional. (OPS, 2015, p.3, tradução nossa)

É óbvio que agora não estou fazendo referência à comparabilidade das informações entre distintos países⁵⁶. O apontamento tem um motivo muito mais pontual: alguns desafios que se observam no plano internacional também aparecem, de outra maneira, na análise das notificações elaboradas entre as unidades da federação.

⁵⁵ Em 2018, foram notificados 490.956 casos de veículos furtados ou roubados; 263.067 casos de violência doméstica; 66.041 registros de violência sexual; 112.306 notificações de armas apreendidas, etc.. Quanto às mortes violentas, chegou-se a 57.341 casos – diria que isso indica um grande volume de trabalho nos equipamentos de segurança pública e, ao mesmo tempo, aponta a alta intensidade do recorte analítico do relatório.

⁵⁶ Para uma discussão inicial, consultar FBSP; 2016.

Um dos diagnósticos mais sensíveis é que não há homogeneidade na produção de dados entre os estados brasileiros. No anuário, trata-se de um apontamento muito bem delineado: de modo geral, considerando as mortes violentas, os equipamentos de segurança pública nos fornecem um conjunto de informações precariamente elaboradas e que apresentam diversas falhas.

Por não ser uma questão relevante para mim, não irei considerar tais problemas em todo território nacional. Apenas destacarei as observações feitas em relação ao Estado de Minas Gerais.

Teórica e metodologicamente, é possível sustentar que o estado mineiro apresenta um banco de dados com qualidade intermediária de informações: conceitualmente, as mortes violentas intencionais estão mal organizadas. Além disso, há uma significativa porcentagem de informações perdidas ou mal catalogadas. Por fim, também é possível ressaltar problemas na convergência entre os dados das polícias e de outras fontes oficiais (FBSP, 2019, p. 204).

Apesar de não operar do mesmo modo, consigo visualizar a pertinência dessas análises. Avaliando um outro território geográfico, indícios semelhantes também foram apontados na UERJ. Eu poderia utilizar as informações deles agora, no entanto, por uma questão de conforto, ficarei com alguns exemplos em minha trajetória no NUH – ela toca nos mesmos pontos.

A questão do problema das fontes, ou mesmo da comparação entre os diferentes registros disponíveis, pode ser ilustrada a partir de duas experiências que considere bem significativas.

A primeira está vinculada a trabalhos que realizamos em conjunto: uma das minhas colegas estava pesquisando notícias de homicídios de travestis e transexuais que saíram na imprensa (BARRETOS, 2021). No seu percurso de investigação, ela encontrou uma reportagem sobre um caso de assassinato de uma pessoa trans e nos avisou. Quando procuramos esse evento em nosso banco de dados, ele não estava entre os casos de violência letal registrados pelos equipamentos de segurança pública.

A partir daí, então, consideramos a possibilidade de encontrá-lo nas “mortes por causa indeterminada”. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a busca dentro das notificações de “encontro de corpo”. Porém, ele também não estava lá.

Por fim, com alguma dificuldade, depois de fazer pesquisas por dados pessoais, testemunhas e município onde o fato ocorreu, acabamos encontrando a notificação. Apesar de haver indicativos de uma morte violenta no histórico da ocorrência, o caso foi oficialmente registrado como “outros eventos de defesa social”.

Resumindo: no relato da mídia e de alguns movimentos sociais aparecia uma vítima específica. Na reportagem – e mesmo no boletim de ocorrência – havia indícios de que poderia se tratar de um homicídio. Entretanto, no registro oficial, este caso não apareceu como um crime violento intencional e tampouco como uma morte violenta – ou seja, foi uma falha elementar.

Porém, o pior não me parece ser isto. O problema é que este erro e essa configuração, dentro do fluxo do sistema de segurança pública, têm impactos. Com esse tipo de registro muito peculiar, sem a notificação de uma possível morte violenta, é provável que o caso não receba maiores considerações nas distintas áreas das políticas públicas.

O segundo exemplo que gostaria de utilizar é um pouco mais sutil. Houve um flagrante. Em linhas gerais, no histórico de ocorrência policial, a cena foi descrita como se segue.⁵⁷

O caso começa no terraço de um imóvel localizado em um bairro periférico de um município do interior. Uma travesti estava furtando algumas peças de roupas femininas em um varal. Tais utensílios pertenciam a duas garotas – uma adolescente de 14 e uma jovem de 20 anos. Elas eram irmãs. Ao notarem a movimentação da suspeita, as duas começam a discutir com a fulana e iniciam uma briga pela posse dos bens.

O dono da propriedade, ao perceber o que se passava, entra na história e tenta separar a briga. Segundo o relato, a travesti estava levando a pior na confusão. Com a intervenção, a querela é dissipada e as duas irmãs vão para a casa. Ao chegarem em seu lar, seu pai lhes pergunta o que aconteceu. Elas contam o caso. Ele fica furioso.

Em seguida, o genitor chama um amigo e os dois vão em direção ao local onde tudo se iniciou. Eles procuram o interventor. Ao encontrá-lo, o questionam, o inquerem e começam a discutir. A discussão se acentua.

A partir daí, o amigo que acompanhava o pai das garotas pega um objeto e desfere vários golpes contra o proprietário do imóvel. Ele dá uma série de facadas no agressor de filhas. A polícia foi acionada. O caso foi registrado como tentativa de homicídio.

A cena me pareceu curiosa, mas o que achei mais interessante foi o preenchimento vítima-autor. A vítima foi o proprietário do imóvel. A autoria, por sua vez, foi imputada às duas garotas – tanto a de 14 como a de 20 anos. Além delas, também foram considerados autores o

⁵⁷ Preferi não trazer a notificação *ipsis litteris*. O histórico está muito mal escrito. A qualidade da produção textual neste registro foi uma lástima. Deixo aqui apenas um dos pontos altos: “ao separar a briga para que elas não *machucassem* tal pessoa, e no momento que estava puxando a menor de cima *da vítima*, a blusa da menor rasgou, então elas saíram dizendo: vou em casa e você vai ver quem manda neste morro!”.

genitor e seu “comparsa”. Em síntese: vemos uma situação; um registro de evento; um tipo penal; uma vítima; quatro autores; e um processo de investigação ainda em curso.

Como se pode notar, há fortes indicativos de problemas nos procedimentos de notificação na esfera governamental. Lidar com este aspecto ainda é um desafio. Atualmente, apenas ando observando como isso vem sendo tratado. No campo de pesquisa, gosto de ver as saídas atuais. Há respostas muito bem elaboradas.

Contudo, não sei até que ponto essa questão da informação é um problema para mim. Quando me aproximo desse lugar, apenas concordo que existem falhas. Elas são muito explícitas, mas as minhas reflexões não passam dessa última linha, não elaboro nenhum pensamento mais profundo ou estratégia sofisticada.

Em minha posição, o reconhecimento das possíveis falhas apenas tende a corroborar com aquilo que já destaquei anteriormente: tentar refletir sobre as mortes ou sobre o extermínio levando em consideração exclusivamente *registros oficiais de homicídio* não é a melhor estratégia⁵⁸. Porém, ‘paradoxalmente’, é justamente isto que vou fazer. Vou considerar precisamente esses materiais, só que farei com algumas diferenças. A minha abordagem definitivamente não será a mesma – e talvez implicará em dissensões.

No entanto, ainda que durante o percurso seja possível visualizar discordâncias em certos aspectos, preciso ressaltar que as minhas principais divergências provavelmente decorrem do tratamento metodológico que adotarei, fato que, por si só, não anularia os consistentes diagnósticos já elaborados por aí.

De modo geral, inclusive, há muitas convergências. Eu imagino que as observações do Fórum Brasileiro estejam indo nesta direção: precisamos construir um banco de dados com informações minimamente confiáveis. Eu concordo com esse apontamento. Trata-se de algo que pode ser constatado em qualquer uma das produções acadêmicas que trouxe neste capítulo.

A partir de um banco de dados com informações quantitativamente ou qualitativamente inconsistentes, é fácil visualizar que não só temos uma imagem distorcida sobre números da letalidade, como isso implica em problemas para a reflexão, para a avaliação das políticas de segurança pública e, ainda, para a adoção de medidas preventivas.

Como parte da estratégia de verificação e validação de dados, se requer a existência de um mecanismo ou instância técnica que desenvolva processos de revisão a partir de metodologias que incluam o cruzamento de homicídios, vítima a vítima.

⁵⁸ De um ponto de vista historiográfico, valeria mencionar, por exemplo, o período do governo militar em nosso país. Algumas pessoas foram vítimas de extermínio estatal. Alguns desses casos, no entanto, foram registrados como desaparecimentos. Para mim, esta seria uma forma de refletir sobre as relações entre os processos de produção de dados oficiais e os distintos efeitos que isso poderia implicar – mas esta seria uma outra conversa e já há análises contemporâneas que conseguem contornar parcialmente essas questões, ou seja, não faz falta qualquer consideração que eu venha a ter nesse lugar.

Este processo deverá fazer uso de todas as fontes oficiais e outras possíveis fontes externas. Esta instância deverá contar com a participação de funcionários públicos, acadêmicos e membros da sociedade civil especializados no tema, e formulará, a partir da identificação de inconsistências, ações para melhorar a qualidade da informação. (OPS, 2015, p.3, tradução nossa)

Ou seja, reconheço o valor e a pertinência desse tipo de observação feita tanto pelos grupos que trabalham com relações de gênero e sexualidade como por aqueles que se dedicam à pesquisa na esfera da segurança pública. Nesse sentido, como ressaltai, a minha principal diferença talvez seja de técnica e método.

Em termos gerais, acredito que compreendi o que esses trabalhos estão a indicar. No meu caso, é apenas uma questão de postura e limites. Eu não pretendo mudar o sistema, eu sei que ele apresenta falhas, minha estratégia será simplesmente incorporar tal fragilidade na análise.

Nessa direção, em relação ao tipo de trabalho que implica, por exemplo, a produção do Anuário, a minha distinção seria ainda menor que aquela apontada em relação aos grupos que tematizam gênero e sexualidade.

Aqui se trataria de algo muito mais sutil: ainda que eu também parta de fontes oficiais, o modo como tenderei analisar os registros da segurança pública vai ao encontro de um lugar bem específico. Metodologicamente, vou analisar um campo de preenchimento mais singular, meu olhar será direcionado especialmente para o histórico das ocorrências. Acredito que um breve comentário seja suficiente para dar relevo a essa dimensão mais recortada.

Em um dos tópicos do anuário, há uma discussão sobre as taxas de homicídio no Brasil. Gabriel Feltran comenta algumas variações nos indicadores e, em seguida, propõe um ‘modelo’ de análise.

Como explicar essas variações contextuais e tendências históricas, em um modelo analítico coerente? **Depois de pesquisar homicídios empiricamente, nas favelas de São Paulo**, e numa segunda etapa analisar seus mecanismos de redução, testados em dados secundários, sugeriria aqui a divisão dos homicídios brasileiros em cinco grupos típicos, **pelo critério dos regimes de conflito que eles expressam**:

GRUPO 1: mortes internas ao mundo do crime e às suas redes próximas. Refiro-me a guerras entre facções criminais, a execuções internas a facções ou na disputa de grupos rivais por mercados ilegais, bem como à conflitividade de rua em espaços regulados ou dominados por grupos criminais. Essas mortes são narradas na mídia como ‘acertos de contas entre bandidos’, por vezes ‘brigas de bar’, e quase nunca são esclarecidas oficialmente [...]. Em 2018, esse Grupo de homicídios representa em torno de 75-80% das mortes violentas intencionais, no Brasil, proporção estável nos últimos anos.

GRUPO 2: mortes ocorridas na guerra entre as polícias e o mundo do crime, ou seja, a soma das vítimas da letalidade policial e de policiais mortos. [...]. Juntos, eles totalizam 11,45% do total das mortes violentas intencionais no Brasil, em 2018 [...].

GRUPO 3: feminicídios, ou seja, violência letal contra indivíduos com identidade feminina de gênero, que têm representado em torno de 6-8% das mortes violentas intencionais no país, nos últimos anos. [...].

GRUPO 4: latrocínios, ou seja, as mortes da vítima em situações de roubo. Esses episódios violentos representaram 3,3% das mortes violentas intencionais no país, em 2018, e 3,8% em 2017.

GRUPO 5: homicídios de LGBTs [...], de ativistas e defensores de direitos [...], além de jornalistas [...] e políticos [...]. Essas mortes são reconhecidas publicamente como crimes políticos e de intolerância, diferentemente das anteriores. Podem não ser precisamente contadas, mas a ordem de grandeza apontada por diferentes observatórios desses homicídios, para 2017 e 2018, é de cerca de 1% das mortes violentas intencionais ocorridas no Brasil [...]. (FBSP, 2019, p. 26 e 27, grifos meus)

Com essa tipologia em mente, o autor ressalta que seu esboço interpretativo vai se centrar, especialmente, naquilo que ocorre no Grupo 1. Ou seja, no eixo que congrega o maior número de registros. Caso quisesse assumir essa leitura, diria que meu interesse estaria no grupo 5. Ou seja, eu iria me direcionar para dentro de um grupo cujos casos “podem não ser precisamente contados” e cuja porcentagem, ‘estatisticamente’, seria uma das menores.

Entretanto – como podem imaginar – não vou seguir nessa linha. Apesar de achar bem interessante, não compartilho dessa organização dos dados em específico. Quando entro em contato com os históricos das ocorrências, consigo visualizar alguns problemas nessa possível tipologia.

Não sei se ela expressa propriamente um regime político de conflitos ou se, equivocadamente, apenas expressa o modo tradicional como alguns equipamentos de Estado notificam determinadas situações⁵⁹.

Assim, a única coisa que destacaria agora seria a necessidade de maiores considerações analíticas, mesmo em casos já inscritos em determinados grupos de homicídio. Entretanto, sei que esse destaque é o mais ordinário que poderia fazer. Há consenso aí. Inclusive isso é algo que está explicitamente mencionado no texto:

Em posse de série histórica de dados bastante mais confiável que as de antigamente, vemos as curvas agregadas de homicídio apresentarem padrões tendenciais, em cada estado. Mas quais são os mecanismos causais que explicam esses padrões? Não adianta, nessa busca, centrar-se apenas em documentos oficiais, para produzir correlações de sentido arbitrárias (saídas apenas da cabeça do pesquisador ou gestor) entre as variáveis descritas nos documentos. Para encontrar hipóteses causais não adianta cruzar, por exemplo, taxas de homicídio com as de encarceramento, ou de desemprego, ou de cobertura do bolsa família, ou de demografia, de renda média per capita, de orçamento policial, ou de políticas de segurança específicas. **Tudo isso pode ser muito importante na explicação final, multicausal, mas o contexto em**

⁵⁹ A esse título, podemos pensar, por exemplo, nesta cena: “marido flagra a traição e mata amante da mulher”. Em qual desses cinco grupos este caso poderia ser enquadrado? Seria interessante conversar melhor sobre isso, mas não vou. A discussão seria absolutamente irrelevante. Algo vinculado a sutilezas teóricas que, além de não vir ao caso neste momento, não comprometeriam praticamente em nada essa reescritura acadêmica feita a partir da empiria favelada.

que ocorrem os homicídios analisados precisa ser descrito antes. Porque é esse contexto empírico que nos dará as correlações de sentido relevantes empiricamente, de fato, caso a caso. A base do modelo explicativo deve sair dessas correlações empiricamente observadas. (FBSP, 2019, p. 28, grifos nossos)

Enfim, temos alguns desafios comuns e estratégias distintas de atuação. Embora minha atual preocupação seja em torno da redução de assassinatos que envolvam lógicas de gênero e sexualidade, não faço qualquer objeção com quem se preocupa com a redução de práticas de extermínio em outros campos ou agrupamentos.

Em relação à tipologia sugerida, pragmaticamente, apenas diria que está numericamente e estatisticamente bem circunscrita. Por outro lado, analiticamente, eu teria minhas dúvidas, mas tal questionamento não faz ocasião para a abertura de uma discussão teórica. Não acho que os problemas que observo estejam vinculados necessariamente a uma perspectiva acadêmica.

Acho que a questão pode estar em outro lugar. Da maneira que consigo notar, me parece que uma das fragilidades mais relevantes é a própria incorporação dos registros de mortes violentas como ‘dado’ primário e ‘evidência intelectual’.

É justamente por isso que tenho insistido nesse aspecto mais rasteiro. É precisamente por isso que tenho me repetido tanto ao falar da precariedade das informações e de nossas leituras.

O que estou tentando indicar é que as ‘falhas’ na produção de dados dos órgãos policiais pode implicar, num segundo momento, em fragilidades teórico-analíticas durante a consideração dos problemas. Obviamente, é possível contornar essas dificuldades a partir de uma série de estratégias – algumas das quais já citei aqui.

No entanto, no meu caso, não vou contornar nada. Será uma aposta bem simples e muito fácil de implementar. Só haverá um problema: é muito provável que os meus possíveis “achados” não possam ser comparáveis. Inclusive, deliberadamente, fazendo uso de certos recortes e perspectivas político-analíticas, vou me esforçar ao máximo para que isso não ocorra. Não busco comparações, espero tão somente um melhor tratamento dos casos.

Os eventos mais pronunciados podem ser ditos, podem ser contados, podem ser estatisticamente configurados e sociologicamente analisados. Até as abordagens mais tradicionais conseguem executar essa tarefa sem grandes dificuldades. O problema, porém, é que tais perspectivas não têm sido tão úteis para mim. Portanto, não vou insistir nesse caminho. Simplesmente não trabalharei assim. Serei mais prático. Vou fazer as coisas de outro jeito, mas sem deixar de levar em consideração os apontamentos que ouvi.

5 “Utopias da Justiça”: o registro das práticas de extermínio e a operacionalização de um método de análise

Ao chegarmos ao local – uma mata fechada com certa dificuldade de acesso – constatamos que havia uma vítima. Sem sinais vitais. Ele trajava uma bermuda estampada. Cinza e azul. Calçava uma bota marrom. Aparentava ter 16 anos. Tiros na cabeça, pescoço, rosto e tórax. Não foi possível precisar a quantidade de cápsulas perto do corpo. Era uma mata. Havia muitos arbustos ao redor. Não foi encontrado nenhum tipo de documentação do garoto. Dentro do bolso, alguns guardanapos de papel, uma nota de cinco reais e um cigarro de palha pela metade.

No capítulo anterior, olhei algumas produções da sociedade civil. No entanto, como já anunciei, minha crítica tem como alvo a esfera governamental. O meu maior problema está relacionado à precariedade da atuação de profissionais de segurança pública e sua dificuldade em construir estratégias que efetivamente incidam sobre aquilo que se faz.

Neste capítulo, tentarei tocar nesses pontos a partir dos registros oficiais a que tive acesso. Depois, me valendo de certos recortes, procurarei mostrar como operaria diante dos casos mapeados.

Como já tivemos uma caminhada, imagino que não haverá problemas para acompanhar os raciocínios. Eu tentei ser bem explícito antes, tentei trazer os principais elementos, por isso, agora, não vejo necessidade de maiores explicações.

O processo de escrita deste momento foi construído com apenas dois passos: primeiro, trabalhei com um material mais geral e com a recuperação de alguns debates; em seguida, me dediquei à leitura das cenas mais específicas e fiz uma aposta: entrar nas histórias. Analiticamente, será nessa parte em que utilizarei a noção de *tecnologia* para ouvir e pensar as *situações*, ou seja, a demonstração da estratégia estará no subtópico final.

Durante esta última exposição, sei que podemos caminhar juntos, mas, caso estivesse no seu lugar, teria cautela. Minha sugestão é que se afaste um pouco de mim. Eu preciso da crítica. As cenas podem ser difíceis de ler. Esse meu ato precisa ser julgado com zelo. Há efeitos. Há diferentes problemas e há relatos que não faço ideia do que possa ter acontecido.

Em algumas situações, olhando os históricos, eu praticamente não saberia dizer o que se passou ... e isto é um complicador: seria possível fazer reflexão política em cenários como esses? Seria possível adotar medidas preventivas em um campo em que uma das principais tônicas é o desconhecimento?

Perguntas retóricas – não são difíceis de responder. Se houve êxito na exposição anterior, será fácil notar que, de modo geral, dispomos de informações frágeis mesmo, mas há distintas contribuições que foram deixadas por várias pessoas. Já faz tempo a presença tanto de análises consistentes, como de diagnósticos e propostas muito qualificadas para a resolução dos problemas mais evidentes. Ou seja, mesmo com a precariedade dos dados sistematicamente constatada, há alternativas de aprimoramento elaboradas. De modo geral, portanto, a ausência de saber ou a ignorância não seria o meu parecer aqui. A reflexão política é possível em cenários como esse sim.

Porém, e quando as questões são mais recortadas? Quando o tema é mais pontual, nesses casos a falta de conhecimento se aplicaria? Do meu ponto de vista, também não. A esse título, posso recorrer, por exemplo, a uma das atividades em que me envolvi nesses últimos anos.

No final de 2014, período em que Andréia e Cláudio publicaram um artigo bem interessante, foi criada uma comissão estadual cuja função era atuar no enfrentamento a violações vinculadas à orientação sexual e identidade de gênero em Minas Gerais.

O documento de instituição do grupo de trabalho – a Resolução Conjunta número 193 – envolvia a Secretaria de Defesa Social, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social.

Em função da minha pesquisa e do meu vínculo com a universidade, me propus a participar da referida comissão no início de 2015. Naquele momento, minha intenção já era colaborar com propostas de políticas preventivas.

Logo nos primeiros encontros, ressaltai que gostaria de fazer um trabalho a partir dos dados produzidos pelos equipamentos da segurança pública. Com essas informações em mãos, acreditava que teríamos condições de refletir tanto sobre as diversas experiências de ‘violência’, como sobre o fluxo de tratamento institucional das práticas homofóbicas no Estado.

Eu participava das reuniões, estava disposto a colaborar e queria entender melhor os problemas – inclusive essa experiência seria ótima para a minha tese. Assim, dentro daquele ambiente, em um espaço cuja finalidade era enfrentar, “por meio de políticas públicas, as causas e os efeitos da discriminação e da violência homofóbica”, eu passei mais de dois anos solicitando informações oficiais a integrantes da Comissão.

Apesar das boas intenções e de conversas amigáveis, nenhuma informação nesse sentido me foi repassada. Posso dizer que houve tentativas, porém o grupo não conseguia acessar os dados. Ironicamente, a comissão que foi constituída para tratar do problema não dispunha de informações oficiais sistematizadas.

O que me pareceu curioso foi notar que essa trajetória deficitária na esfera do planejamento e formulação de políticas de segurança pública talvez não fosse algo excepcional. Para mim, naquele lugar, a experiência de Minas Gerais apenas mimetizava explicitamente a dimensão nacional do fiasco.

Veja só. A partir de 2016, além da *motivação* homofóbica, os registros oficiais do Estado mineiro abriram a possibilidade de preenchimento dos itens orientação sexual e identidade de gênero das pessoas envolvidas nos eventos de defesa social. Ou seja, hoje esses dados poderiam ser minimamente acessados.

Dois anos depois da iniciativa, para a confecção do anuário, tais notificações foram solicitadas aos órgãos do Estado. Contudo, assim como ocorreu comigo, os equipamentos governamentais não compartilharam qualquer informação dessa espécie com a equipe do Fórum (FBSP, 2019, p. 86).

Enfim, é possível fazer coro às principais denúncias expostas. Seja em discussões mais gerais ou mais específicas, não se trata de mero desconhecimento. Atuação precária, silêncio, invisibilização, não compartilhamento de informações são eixos explicativos com maiores chances de lastreamento na compreensão dos obstáculos atuais.

Contudo, não vou perder meu tempo com isso, não vou me deter nesses aspectos. Vou utilizar o que tenho em mãos, vou me valer do que está disponível: vou lidar com as notificações de homicídio que foram registradas.

As conclusões a que vou chegar eu ainda não sei, mas uma coisa é certa: deixarei de lado o exercício de contagem de indivíduos. O meu foco será outro. Vou deixar a tarefa matemático-estatística a cargo de quem se interessa por números.

A ferramenta conceitual que estou utilizando incide sobre aquilo que se faz, incide sobre as práticas e não necessariamente sobre um corpo. A partir dessa focalização, consigo visualizar que o alcance da letalidade vinculada a lógicas de gênero e sexualidade é bem extensivo e, por esse motivo, não vejo muito sentido ficar contabilizando as perdas em termos de vida.

Em uma nota de rodapé, mencionei o caso do marido que mata a esposa. Em seguida, ele suicida. Este evento ilustra parcialmente a minha abordagem e meu distanciamento. Naquele registro, foram dois óbitos, porém não me voltei para aquela cena por conta da explícita

exposição do número. Me voltei para a *situação* porque ela envolvia *lógicas* de gênero e sexualidade.

Eu teria um enorme interesse em considerar essas experiências mais de perto. Apesar de típicos, relatos como esses são muito relevantes e precisam ser melhor considerados. Porém, também não vou insistir nos eventos mais evidentes. Se um dos meus objetivos está em identificar cenas de fatalidade que apresentam vínculos com *lógicas* de gênero e sexualidade, diante das experiências mais pronunciadas, não haveria muitas dificuldades. Para mim, seria uma perda de tempo me dedicar a comentá-las. Elas falam por si, bastaria o mínimo de cuidado na leitura, mais nada.

Portanto, caminharei em direção a outros lugares. Vou deixar de lado a insistência na denúncia do óbvio – isso já tem sido feito. Meu interesse estará em casos menos explícitos, um pouco mais desafiadores, que não são tão evidentes; que não aparecem tão problematizados e que não tem um roteiro prévio e fácil.

Os casos difíceis, essas experiências letais, podem ser visualizadas a partir de inúmeros registros. Selecionei a esfera da segurança pública. A violência, os assassinatos e a proteção à vida parecem ser temas relevantes neste lugar. A despeito disso, apesar desse consenso, apesar do reconhecimento da importância do tratamento desses temas, as nossas práticas de extermínio continuam muito expressivas...

Trata-se de um grande problema, mas note: embora eu fale em “práticas de extermínio”, este não é um termo utilizado nos Registros de Defesa Social em Minas Gerais. Os órgãos policiais lidam com homicídios. Institucionalmente, a ação notificada é “matar alguém”.

Se atentar para este detalhe é importante pois indica um dos primeiros recortes com o qual estou operando ao analisar os dados dos órgãos policiais: nesta esfera, há inúmeros registros.

A legislação penal não é uma lista total, mas indica a multiplicidade de ações que poderiam ser institucionalmente consideradas dentro deste lugar. Eu poderia citar, por exemplo, a notificação das práticas de lesão corporal, das práticas de injúria, de furto, de roubo, extorsão, estelionato, estupro, violação sexual, assédio sexual, corrupção de menores, bigamia, curandeirismo, tráfico, etc..

Os equipamentos de segurança trabalham com muitos verbos, ‘matar alguém’ é apenas mais um. Sei que esta é uma observação trivial, que já toquei nesse aspecto em diversos momentos, mas ainda acho que é um comentário necessário. Esse apontamento indica que eu poderia investigar a relação entre lógicas de gênero e várias outras condutas, mas estou optando

em olhar exclusivamente um certo tipo, ou seja, trata-se de um segundo recorte: além de olhar para a segurança pública, estou olhando uma prática muito pontual neste lugar.

Por fim, para tornar a abordagem ainda mais restrita, metodologicamente, vou me valer de outro artifício. Vou usar um dispositivo bem específico. Na análise das práticas de extermínio, utilizarei uma categoria etária: dentre os registros, vou considerar apenas aquelas notificações que envolvam pessoas com até 18 anos.

A escolha dos registros de homicídio envolvendo crianças e adolescentes é estratégica. Esses registros me obrigam a ser cauteloso. São situações que explicitamente inviabilizam análises mais apressadas. São casos que convocam a nossa consideração, a nossa escuta e um tratamento mais qualificado.



5.1 Primeiro passo – incorporação da fragilidade do registro: a notificação de homicídio e sua leitura posterior

Suponho que poderíamos imaginar um mundo em que a comunidade acadêmica e a comunidade de prática não se comunicam, exceto para criticar uma à outra. Poderíamos imaginar um mundo em que a comunidade acadêmica realiza suas pesquisas, mantendo distância adequada do mundo da prática, publicando em periódicos acadêmicos e criticando as políticas de criminalidade do país. Nesse mesmo mundo, poderíamos imaginar uma comunidade de profissionais que cuidam de seus negócios, fazendo o que acham melhor, criticando a indiferença da academia e ignorando os resultados da pesquisa. No entanto, claramente não queremos viver neste mundo - queremos ver alguma interação entre pesquisa e prática. (TRAVIS, 1998, citado em BEATO & SILVEIRA, 2014, p. 15, tradução nossa)

Segundo informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais (SESP), foram registrados 3.817 casos de homicídio consumados em 2017. Esses eventos vitimaram 3.953 pessoas.

São aproximadamente 3800 casos e 3900 vítimas. Há, portanto, um número distinto. Há um número de mortes e um número de eventos. Essa informação é pública e está disponibilizada no site do governo mineiro.

O banco de dados que possuo é mais restrito e recortado. Ele não está disponível para consulta aberta. Os dados me foram encaminhados pela SESP, porém isso ocorreu em função de um convênio de pesquisa entre a UFMG e a referida Secretaria de Estado.⁶⁰

Dentro dessa cooperação institucional, o núcleo em que trabalho fez algumas solicitações. Porém, no meu caso, fiz um pedido muito específico: requisitei acesso aos registros de homicídio envolvendo menores de 19 anos, no período entre 2012 a 2019.⁶¹

Neste primeiro momento, vou trabalhar apenas com o ano de 2017; com pessoas menores de 18 anos; e, ainda, com uma questão inicial bem simples: entre esses casos de assassinatos já reportados, há algum envolvendo lógicas de gênero e sexualidade?

A pergunta é trivial, eu sei. No entanto, se a experiência no estado de Minas Gerais for generalizável, vocês verão que os equipamentos públicos terão muitas dificuldades para dizer ou apresentar algo a este respeito.

Ainda que consigam gerar informações com o recorte de idade, os órgãos governamentais não saberão informar quantos casos de homicídio, que vitimaram crianças e adolescentes, possuíam alguma vinculação com lógicas de gênero e sexualidade.

Se estiver duvidando do que acabei de dizer, faça um teste. Faça essa pergunta aos equipamentos da segurança pública em seu território. Ouça o que o “Estado” tem a nos dizer sobre esse assunto.

Passemos, então, ao banco de informações a que tive acesso: a Secretaria me encaminhou os dados “brutos”. Me foram repassados 638 registros de homicídios envolvendo pessoas menores de 18 anos.

Inicialmente, fiquei um pouco assustado. Se o total de registros no território mineiro era algo em torno de 3800 casos, a partir desse recorte, eu tinha em mãos cerca de 16% das notificações.

Neste momento, porém, acabei recordando que havia feito um pedido um pouco mais rebuscado. Eu não solicitei registros de homicídio envolvendo crianças e adolescentes, eu solicitei notificações onde crianças e adolescentes figuravam como autores e/ou vítimas de assassinatos. Ou seja, os 638 registros se referiam, no mínimo, a duas possibilidades de leitura. A equipe me entregou esses dois bancos separadamente.

⁶⁰ O termo de cooperação tem relação com a minha participação na CEPEF e com algumas pessoas da comissão. Como comentei, eu insisti bastante para ter acesso aos dados. Felizmente, havia algumas pessoas que, além de entenderem o meu interesse, estavam desenvolvendo projetos semelhantes na Secretaria e, a partir daí, se prontificaram a colaborar comigo.

⁶¹ Há diversos motivos que me levaram a fazer essa solicitação pontual, mas não vou comentar esse aspecto exaustivamente. Apenas deixarei alguns indicativos ao longo do texto.

Aquela primeira pergunta, portanto, poderia ter um desdobramento: nos registros em que crianças e adolescentes estão designados como autores de assassinato, algum desses eventos estaria vinculado a lógicas de gênero e sexualidade? Indo em outra direção: nos registros em que crianças e adolescentes estão designadas como vítimas de homicídio, algum desses eventos estaria vinculado a lógicas de gênero e sexualidade?

Ou seja, considerando os bancos que me foram repassados, eu tinha uma dupla possibilidade de configuração analítica. Poderia investigar a autoria de assassinatos envolvendo lógicas de gênero e sexualidade, assim como vítimas de assassinatos envolvendo lógicas de gênero e sexualidade.

Diante dessas alternativas, me vi em dúvida. Analiso todos os casos? Analiso só autoria? Ou analiso apenas a vitimização? Caso analisasse tudo, teria mais trabalho. Porém, se escolhesse algum recorte, sabia que isso teria implicações: os registros e as cenas tendem a exigir estratégias diferenciais de leitura e tratamento. Caso me envolvesse com um ou outro polo, isso precisaria estar muito bem amarrado e seria algo que, obviamente, teria impacto na modulação das discussões.

Entretanto, sendo bem pragmático, sei que a proposta desta tese é singela. Sabia que não precisaria ficar olhando todos os casos para chegar aonde acho que é importante. Se apenas desejava verificar se haveria vinculação entre práticas de extermínio e lógicas de gênero, não haveria necessidade de olhar todas as notificações – ao menos não em um primeiro momento.

Com isso em mente, resolvi lidar com o suposto impasse da maneira que me parecia menos extenuante. Peguei o banco de dados e fui dar uma olhada no volume das coisas. No total, eram 335 casos envolvendo vítimas. 303, envolvendo autores. Bosta (!).

Não consegui escolher. Em princípio e em termos quantitativos, era praticamente meio a meio. Então acabei adotando outra estratégia. Tirar cara ou coroa. Cara, olho para as vítimas. Coroa, olho para os autores. Deu coroa, mas eu me rebelei. A pesquisa é minha e quem decide sou eu, não uma moeda (!). Daí, então, fui ler os casos de homicídio que envolviam crianças e adolescentes como vítimas.

Como pontuado, foram 335 registros. Porém, à medida que lia, este número acabou sendo reduzido. Os 335 REDS que me foram encaminhados faziam referência a 335 vítimas. No entanto, ao considerar os históricos, notei que alguns registros estavam repetidos. Era a mesma história, a mesma catalogação, o mesmo evento.

Eu quase excluí essas notificações repetidas, mas acabei me dando conta que os registros faziam referência a mais de uma vítima. Ou seja, tratava-se de uma situação que havia

vitimado mais de uma pessoa. Por conta disso, achei melhor manter as coisas desse primeiro modo mesmo.

Contudo, acabei excluindo outros casos da minha análise. A partir da leitura do histórico, vi que algumas situações faziam referência à modalidade culposa, a assassinatos não intencionais. Além disso, havia registros em que não era possível afirmar se se tratava de um assassinato ou não. Por fim, também me deparei com históricos incompletos ou que faziam referência a notificações que eu não tinha acesso. Todos esses casos eu excluí sem pesar. Ao final, me vi implicado na tarefa de analisar 315 registros. Trezentas e quinze notificações de homicídio doloso cujas vítimas tinham menos de dezoito anos.

A minha primeira tarefa era banal. A ação consistia meramente em tentar identificar se nesse banco de dados haveria algum caso de assassinato que pudesse estar vinculado a lógicas de gênero e sexualidade.

Para pagar de sofisticado, para não menosprezar esse meu ato, vou fazer aqui um adendo metodológico: acho importante dizer que eu não analisei nenhum caso. Isto mesmo. Eu não analisei casos.

Eu apenas analisei os registros dos eventos. Analisei as informações produzidas pelos equipamentos de segurança pública. A minha ação aconteceu a partir do REDS, foi uma pesquisa mediada por essas notificações. Minha fonte não foi a mídia, não foi a “experiência cotidiana”, não foram os relatos dos movimentos sociais. Não. Nada disso. Eu considerei as produções feitas por órgãos oficiais. Este foi o meu material.

O processo, assim, transcorreu de um modo bastante tranquilo. Primeiro ia constatando que os equipamentos de Estado faziam a notificação de vários casos de homicídios dolosos. Em seguida, ao considerar os históricos desses registros, apenas me perguntava se seria possível reconhecer ali algum vinculado a lógicas de gênero e sexualidade.

Eu queria não ter encontrado qualquer caso. Eu acharia ótimo. No melhor dos cenários, desconsiderando desaparecimentos ou outros eventos de defesa social, talvez a ausência desses registros representasse um indício de que crianças e adolescentes não estavam sendo alvo dessas modalidades de extermínio, mas as coisas não se sucederam exatamente desse jeito.

Após a leitura, a minha resposta é sim. É possível notar os vínculos. No ano de 2017, há mortes de crianças e adolescentes que estão relacionadas a extermínios envolvendo lógicas de gênero e sexualidade. Dentre os trezentos e quinze registros, encontrei dezoito casos vinculados a essas lógicas. Dezoito crianças e adolescentes vítimas em uma tecnologia de extermínio muito determinada e bastante precisa.

Porém, antes de tocar nas situações, preciso compartilhar como cheguei a essa informação. Como disse, eu estava lendo os históricos tentando identificar lógicas de gênero e sexualidade. Era uma tarefa rigorosamente simples. Eu apenas precisava ver se havia ou não a presença de tais lógicas nos registros.

Para me auxiliar na contabilidade, só tinha uma categoria. “Gênero e sexualidade”. Era só isso que me importava. À medida que ia lendo os históricos, se houvesse alguma outra lógica, até estava disposto a citá-la. Se tivesse algo que eu pudesse indicar, o faria, mas não tinha nenhum compromisso com isso – o meu objetivo era outro. Assim, sem muitos afazeres, apenas segui o meu caminho.

Porém, no percurso, fiquei espantado. Eu não esperava. No exercício de leitura, a maior parte dos históricos que considerei não me dava muitos indicativos. Eu não só não identificava lógicas de gênero e sexualidade como não conseguia identificar praticamente nada. Então, diante disso, me vi obrigado a fazer algo a respeito. Me vi impelido a criar um outro agrupamento. Forjei a categoria “informações insuficientes & investigação necessária”.

Não achei a estratégia muito boa, mas ela explicita parcialmente alguns problemas. Do ponto de vista da sua coerência interna, a maior falha da categoria é que ela congrega duas questões distintas. Uma coisa é não haver informações suficientes, outra seria a necessidade de maiores investigações.

Sendo bem honesto, eu via necessidade de maiores investigações em quase todos os casos. Ou seja, esse segundo ‘índice’ não era exatamente uma exclusividade das notificações com “informações insuficientes”, outros registros também apresentavam essa demanda.⁶²

Para quem gosta de relatos bárbaros, vou usar um exemplo. Nesse caso em específico, fiz uma pequena modificação no nome da rua e do perito, mas, de resto, quanto ao relato, era exatamente isto o que estava descrito em um dos históricos que considerei⁶³:

De posse das informações repassadas via 190, comparecemos ao local de vegetação rasteira, ribanceira de um barranco, atrás das residências que ocupam a rua *Pinheiros*. Local íngreme e ermo, onde deparamos com dois corpos, encobertos de arbustos, sendo um masculino e o outro feminino, ambos decapitados possivelmente por instrumentos corto contuso, conforme laudo pericial, e carbonizados parcialmente, os dois corpos também tiveram seus membros superiores e inferiores esquartejados. Não foi possível identificar as vítimas. O local do crime foi devidamente preservado bem como foi acionado de praxe a perícia e Rabecão. Compareceu ao local o *Perito*. Os corpos foram recolhidos para o Instituto Médico Legal.

⁶² E como essa questão é muito grave, ela será abordada detidamente, mas irei bem devagar.

⁶³ Em todos os registros que citar daqui para frente, os dados que permitam alguma identificação mais pessoal serão alterados e deixarei as marcas da minha intervenção em *italico*.

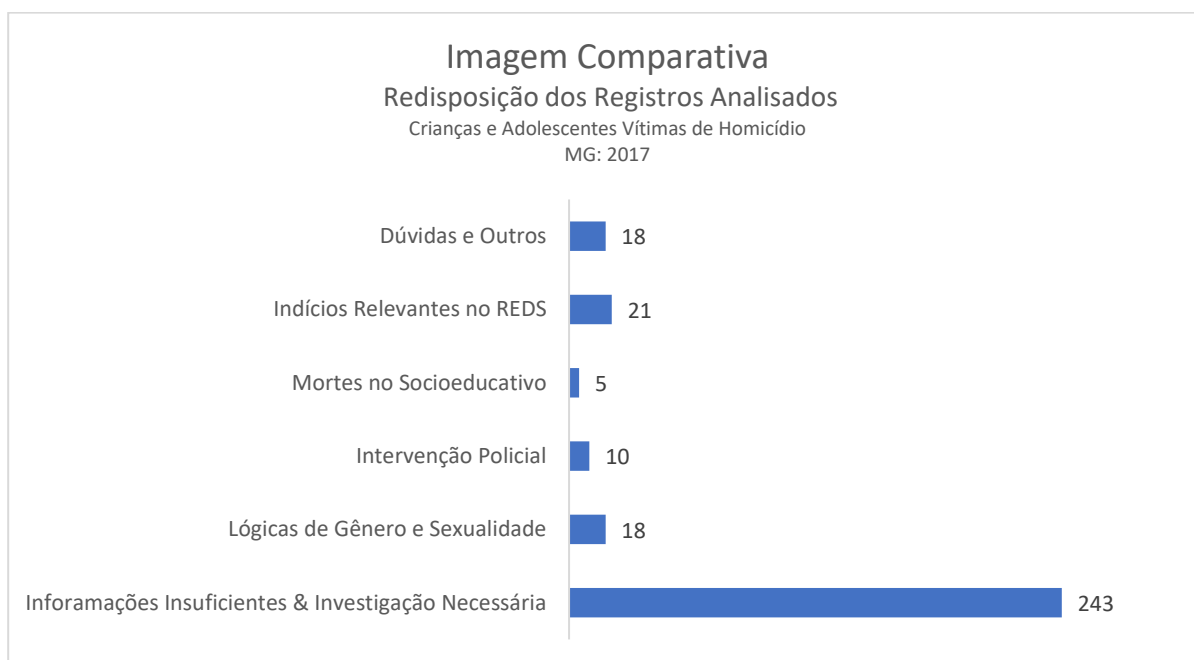
É um registro de homicídio doloso. Foram encontrados dois corpos decapitados, carbonizados e com membros superiores e inferiores esquartejados. Este é um exemplo de registro que, para mim, traz informações insuficientes e indica a necessidade de maiores investigações.

Eu sei que houve uma prática de extermínio. Eu sei que duas pessoas foram mortas. Imagino que o modo como isso aconteceu provavelmente foi violento, mas não consigo notar as possíveis lógicas vinculadas a essa prática.

Ou seja, neste caso, eu vejo a técnica, mas não noto a lógica. Através de um efeito, através da morte de duas pessoas, eu constato uma ação, mas não consigo perceber as lógicas envolvidas em uma situação como essa – ‘barbárie’ (?).

Durante a leitura dos históricos, o meu grande espanto foi ter constatado que a maior parte das notificações de homicídio era semelhante a este exemplar. As informações não me auxiliavam a compreender o que poderia ter acontecido. Foi por isso que classifiquei a maioria dos REDS como “Informações Insuficientes & Investigação necessária”.

Para facilitar essa nossa conversa, criei uma espécie de gráfico. Eu não sei se isso é propriamente um gráfico de verdade. Acho que é apenas uma imagem. É algo que expressa aquilo que encontrei durante o primeiro momento de leitura.



Observem: dentre os 315 registros que tinha em mãos, identifiquei 18 casos de assassinatos de crianças e adolescentes vinculados a lógicas de gênero e sexualidade – esta possível indicação era o meu objetivo inicial.

Porém, durante o exercício de leitura, um outro aspecto que me chamou atenção se refere ao fato de ter considerado que 243 registros apresentavam informações insuficientes. Sendo bem rigoroso, eles não me diziam praticamente nada.

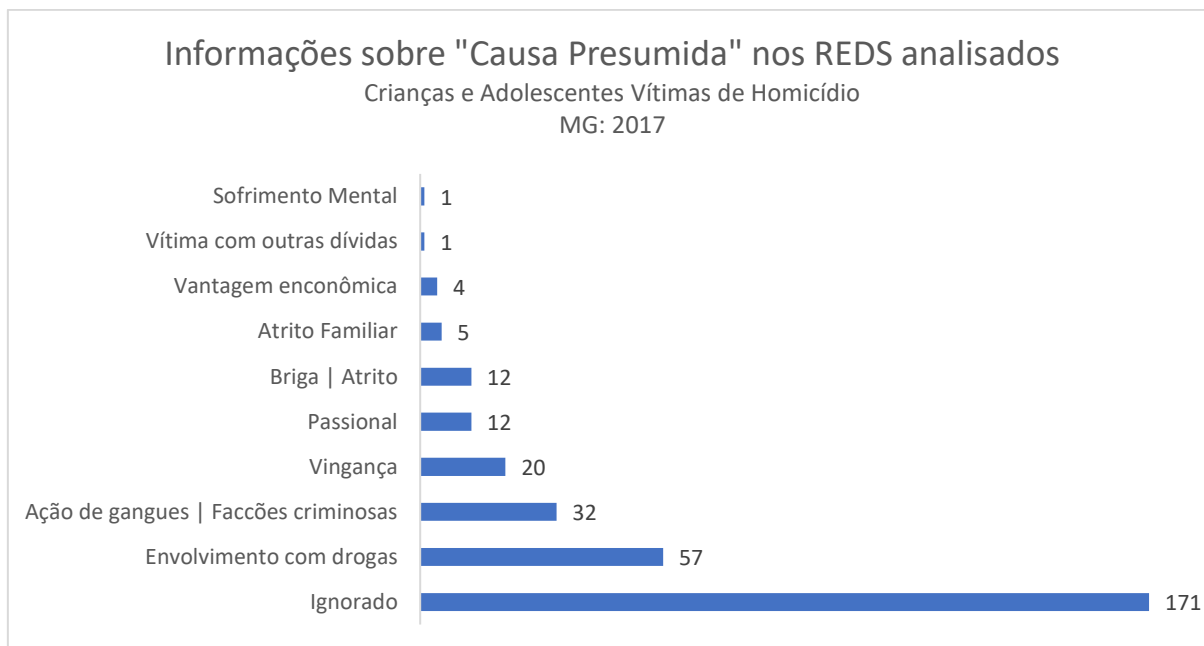
Basicamente, eles apenas informavam que houve um homicídio. Só que isso eu já sabia. Isso era o pressuposto do meu banco de dados. Ou seja, o que me espantava era o fato de 77% dos registros não serem úteis para mim. Qualitativamente, eles não agregavam nada de muito significativo.

Ao encarar essa imagem, uma perspectiva cética se acentuou dentro de mim. Eu comecei a duvidar do que estava fazendo. Esses eram dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Eram informações produzidas por profissionais. São dados utilizados para o planejamento de políticas públicas. Eu considerava inacreditável que eles pudessem ser tão precários. Porém, após a leitura dos históricos, era justamente isso que se tinha configurado em minha ‘alma’.

Então, para lidar com esse possível “paradoxo”, decidi me colocar em teste. Resolvi elaborar um outro gráfico. Um gráfico mesmo. Algo que levasse em conta o modo de reflexão de profissionais da área.

Basicamente, em vez de utilizar o histórico das ocorrências, eu peguei as categorias utilizadas para a tabulação das informações. O desafio era gerar algo com o qual eu pudesse conversar. O desafio era entender como profissionais organizam as informações. Como, sistematicamente, tendem a compartilhar suas reflexões sobre os assassinatos em nosso Estado. O que eles teriam a nos dizer sobre esses eventos, suas dinâmicas, suas causas e “modos” de operar?

A partir dos registros, eu vi ao menos duas possibilidades nessa direção. A primeira – e mais tradicional – seria organizar as informações em torno da “causa presumida”. A segunda – relativamente útil – seria considerar o “meio” utilizado nos assassinatos. Ao final, após um certo diálogo por imagens, acabei ficando um pouco mais confortável com o meu espanto originário. Acompanhem como foi o percurso.



Observem. Eu considerei que 243 registros eram analiticamente insuficientes. Entretanto, quando olhei para as informações oficiais, fiquei um pouco mais tranquilo: em relação aos casos de assassinatos de crianças e adolescentes no ano de 2017, os profissionais da segurança também não faziam ideia do que ocorreu em 54% dos casos no território mineiro⁶⁴. Ou seja, comparativamente, passei a achar que a minha primeira impressão não era tão absurda assim: os dados pareciam mesmo precários.

Antes que iniciemos alguma discussão com as informações oficiais, é importante salientar que esta pronunciada ‘ignorância’ não é propriamente um grande problema em princípio. É necessário ter em conta o trabalho que está sendo realizado pela equipe de profissionais.

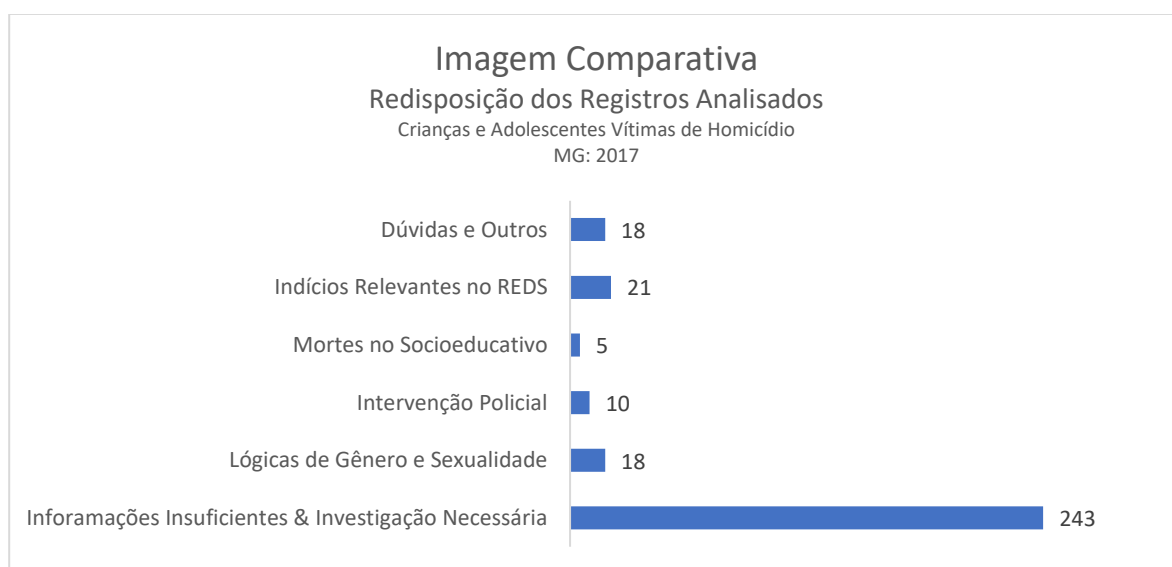
O registro do evento é apenas um primeiro contato com a situação e não me parece muito provável que, diante de um caso, todas as possíveis respostas possam ser construídas logo de cara. Em realidade, o mais plausível é justamente o contrário. Especialmente nas cenas de homicídio, um trabalho investigativo posterior me parece ser a ação mais efetiva para entender o que aconteceu.

O exemplo dos corpos encontrados na mata exemplifica este aspecto. E eu conseguiria apontar pelo menos outros 242 casos em que ocorre a mesma coisa. Ou seja, apenas

⁶⁴ Na elaboração deste último gráfico, dentro do eixo “Ignorado”, incorporei três modalidades de preenchimento: “ignorado”, “outras motivações” e “preenchimento opcional”. O motivo foi bem trivial: notei que, semântica e concretamente, qualquer dessas modalidades cumpria a mesma função: não informar uma possível causa. Entretanto, caso queiram trabalhar com as informações dissociadas, os dados seriam os seguintes: “Causa presumida” foi preenchido com “ignorado” em 101 registros; “outras motivações” estavam presentes em 58 notificações; “preenchimento opcional”, constante em 12.

por um primeiro contato, acho que é perfeitamente compreensível não conseguir compreender tudo o que possa ter se passado. A inteligência tem limites. Experiências como essas costumam exigir um sofisticado tratamento posterior. Imaginar ou exigir que tudo seja explicitado a partir de um registro inicial é um equívoco.

Dito isso, vamos voltar à imagem comparativa que elaborei. As críticas podem começar pelo meu suposto ‘gráfico’ mesmo. Inicialmente, seria possível dizer que ele é uma certa tipologia dos REDS com os quais entrei em contato. Porém, isso não está correto. Ele não é uma tipologia das notificações. É, no máximo, uma tipografia. Uma impressão escrita. Vou me explicar.



São 315 registros. 77% foram desprezados por mim. Ou seja, eu tive apenas 72 históricos com alguma relevância. Destes, eu reconheci lógicas de gênero e sexualidade em 18. Porém, como é possível observar, há outros agrupamentos – e aqui seria necessário explicá-los um pouco melhor, pois eles diferem muito entre si.

Embora vá abordar cada um deles em momentos mais apropriados, acho válido um comentário inicial. O “dúvidas e outros” congrega eventos de muitas questões. Eles apresentam grandes limites na sua interpretação. Ali há alguns casos que colocam em xeque perspectivas acadêmicas, análises dos movimentos sociais e, para piorar, o que eu penso.

“Indícios relevantes no REDS” se refere a registros que considerei muito importantes para a análise dos casos. São eventos onde reconheci um trabalho altamente qualificado realizado por profissionais da segurança pública.

Por fim, quanto ao “mortes no socioeducativo” e “intervenção policial”, imagino que falem por si. São casos de adolescentes que foram assassinados dentro de equipamentos públicos ou pela atuação policial.

Contudo, o que realmente considero importante ressaltar nessa tipografia é que, entre os agrupamentos, apenas um apresenta lógicas mais determinadas, os outros não. À medida que eu for estabelecendo paralelos com o gráfico oficial, este aspecto será altamente tensionado.

Sem delongas, então, vou começar pelos registros mais simples: intervenção policial. Eu localizei 10 vítimas de homicídio decorrentes de ação policial. Em um dos casos, a intervenção letal foi executada por um guarda municipal que reagia a um assalto. Isto não é muito comum, mas inscrevi a cena como uma intervenção policial fora de serviço.

Outro aspecto digno de nota é que, apesar de haver 10 vítimas de homicídio, um único evento está relacionado à morte de três adolescentes. Ou seja, o número 10 refere-se ao número de mortes e não à quantidade de REDS.

Embora não tivesse este objetivo nesta tese, me lembrei do final da guerra do Paraguai e achei importante agrupar esses casos apenas porque esta é uma discussão relevante no campo de estudos sobre segurança pública: estima-se que cerca de 10% dos homicídios no Brasil decorram de intervenções policiais. Nestes casos, portanto, agi sem muita pretensão e não privilegiei necessariamente o reconhecimento de lógicas, me ative apenas à designação profissional dos autores.

Além disso, como é possível imaginar, os históricos desses eventos podem diferir muito entre si. No caso do guarda municipal, por exemplo, o principal enredo se dá em torno da injusta agressão sofrida pelo agente do estado. Ele matou alguém pois reagia legitimamente a uma tentativa de assalto. Em dado momento, o guarda viu a sua própria vida em iminente perigo e atirou.

De maneira parcialmente distinta, no caso que envolveu as três vítimas, o histórico faz referência a uma operação policial para prender uma facção criminosa. No desenrolar do evento, com a situação fugindo um pouco ao planejado, e em resposta a injusta agressão dos infratores, a facção de adolescentes acaba sendo exterminada no estrito cumprimento do dever legal. Um adolescente de 15, um de 16 e outro de 17 anos foram mortos.

Menos que a história, chamo a atenção para esses dois casos por uma razão muito simples. Através deles, é possível visualizar alguns aspectos que fazem referência ao preenchimento final da causa presumida. No registro do guarda municipal, foi designada a causa “vantagem econômica”. Em relação à operação policial, o preenchimento foi feito como

“outras motivações”. Além disso, nos registros restantes, é possível verificar como causa a “ação de gangues e facções criminosas” e o “envolvimento com drogas”.

Eu também li um REDS que fazia referência a uma abordagem policial fora de serviço. Entretanto, como no histórico da ocorrência o soldado informava que não teve intenção de disparar a arma de fogo em direção à vítima, considerei o caso como um homicídio culposo. Este evento, portanto, não entrou no meu banco de dados.

Enfim, o que quero destacar é que se tratam de intervenções policiais com ao menos quatro causas presumidas preenchidas de maneiras distintas. Não há necessidade de maiores considerações agora, o importante é se atentar para este fato: a “causa presumida”, um tipo de informação gerada pelos equipamentos de segurança, precisaria ser tomada com alguma cautela⁶⁵.

Para deixar bem explícita uma diferença e uma polêmica de entrada, basta considerar que eu não trabalho com a noção de “causa presumida”. Este é um campo do REDS. É uma categoria utilizada na tabulação dos dados oficiais da Segurança Pública. Não é um conceito que, particularmente, eu utilize.

Diante de determinadas situações, minha principal ‘modalidade explicativa’ tem relação com a noção de lógica política e não com ‘causa’, ‘motivo’, ‘razão’ ou ‘circunstância’. Analiticamente, não opero com nada disso. Nesse sentido, sequer haveria necessidade de trabalho em relação a mim, eu mesmo já posso adiantar uma das principais críticas que poderiam recair sobre a “imagem comparativa” que construí.

Sendo conceitualmente bem rigoroso, “intervenção policial” não é uma lógica. Esse agrupamento não faz referência ao conceito que estou utilizando. Como havia dito, ali está em foco meramente um ofício profissional.

Ocorre algo semelhante com o agrupamento “mortes no socioeducativo”. Ali não estou fazendo referência a lógica alguma. Nesses registros, eu apenas ressaltai o lugar ou o ambiente onde a prática de extermínio aconteceu.

Mortes no socioeducativo fazem referência a notificações de homicídios dolosos ocorridos em instalações institucionais muito bem determinadas. Não se trata de práticas de extermínio que aconteceram em casas, bares, locais ermos, mal iluminados ou de difícil acesso.

⁶⁵ Por exemplo: se eu não tivesse lido os históricos, não imaginaria que “envolvimento com drogas” estivesse a fazer referência a uma intervenção letal praticada por policiais. Ou seja, apesar de ser um dado que se apresenta como sistematicamente tabulado, seu conteúdo interno admite uma alta variabilidade de sentido – e isso não só na grande categoria “causa presumida” como também dentro das próprias espécies de preenchimento mais recortadas. Se esse comentário estiver soando abstrato, não se preocupe, voltarei a este ponto novamente.

Nada disso. Foram mortes dentro de um equipamento público altamente vigiado e controlado. Um espaço sob a tutela do estado. Um ‘albergue’ para adolescentes que, no passado, agiram em desacordo com a legislação.

Assim como fiz anteriormente, em relação às cinco mortes no socioeducativo, apenas gostaria de dar relevo à designação das causas. Primeiro, as que me chamaram mais atenção. Em uma notificação, a “causa presumida” foi designada como “preenchimento opcional”. Em outra, “ignorado”. Nos demais – os outros três registros – a causa foi “vingança”.

Em relação às mortes no socioeducativo, meu principal apontamento seria o seguinte: na minha perspectiva, “preenchimento opcional”, “ignorado” ou “vingança” não é uma lógica.

Porém, ao menos em relação ao último item, dentro dos registros de ocorrência elaborados pelos profissionais da segurança pública, “vingança” faz referência a uma possível leitura sobre a motivação “subjetiva” do crime.

Na história, o suspeito de autoria estava sendo indagado sobre aquilo que o levou a matar alguém, veja só: “o menor infrator *Vitor* [...] relatou que não teve quaisquer problemas em data pretérita com a vítima”.

A partir desse trecho, ficcionando aqui, imagino que esta tenha sido a interlocução policial: qual foi a “causa presumida” para esse assassinato? Resposta: Vingança! – Ops... não está certo. Veja bem este caso, se ele não tinha qualquer problema pretérito com a vítima, qual seria a suposta causa? Não dá para ser vingança, dá?

– Ammm...verdade. Então vou colocar aqui “ignorado” ou “preenchimento opcional”, tanto faz, talvez essa burocracia não faça muita diferença agora, o mais importante já está feito, o autor já está identificado.

No caso *Vitor*, apesar do preenchimento ter sido feito como “ignorado”, é claro que esse diálogo imaginário é uma brincadeira, espero que não me levem a mal. O assunto é sério. Só usei esse artifício de escrita porque, ao correlacionar o agrupamento “mortes no socioeducativo” com aquele gráfico sobre a “causa presumida”, uma certa informação pode adquirir particular interesse.

Ela é muito básica: dentre os 20 registros de assassinato associados à vingança, 03 deles se referem a práticas que ocorreram em um equipamento de internação. E dentre os 171 registros de causa ignorada, 02 ocorreram neste mesmo tipo de lugar – um ambiente público cuja finalidade está vinculada a propostas de reparação de danos à ordem democrática, à

recuperação e à reinserção social de adolescentes anteriormente envolvidos em atos infracionais⁶⁶.

Ou seja – quando se entrecruza as imagens gráficas – “vingança”, “causa ignorada” ou “preenchimento opcional”, podem ser lidas de outras maneiras. Os termos sistematicamente tabulados na segurança pública passariam a dizer mais que as palavras ali expressas.

E o que ressalto como significativo incidiria justamente aí. Tal como a vingança ou a causa ignorada, “passional”, “briga”, “atrito familiar” e as demais “causas presumidas” não necessariamente geram alguma inteligibilidade qualificada em torno dos problemas que precisamos enfrentar.

A partir da mera leitura dos históricos, a partir do próprio trabalho de registro que profissionais fazem, seria possível indicar esses aspectos. Inclusive, se fosse para fazer um apontamento, acredito que eu seria capaz de sustentar que a reflexão sobre políticas de segurança pública, tomada a partir de uma certa tabulação convencional de dados, mesmo daqueles produzidos por órgãos oficiais, é uma estratégia superficial; explicitamente insuficiente; limitada e, em diversos aspectos, grosseiramente equivocada. No entanto, talvez isso seja meio óbvio – e apenas vou passar de relance sobre alguns desses pontos.

Para me auxiliar nesse exercício de passagem, vou contar com o agrupamento “indícios relevantes no REDS”. Sob esse signo, há 21 notificações em que é possível notar um trabalho mais qualificado produzido por profissionais da segurança pública. Ali, através dos históricos, eu notei muita competência.

São relatos que nos auxiliam a questionar um certo estereótipo de que esse tipo de trabalho é realizado por pessoas toscas, sem habilidade, paus-mandado, cachorros do governo, subordinados, burocratas uniformizados que não enxergam um palmo à sua frente e só sabem cumprir ordens. Não, não é isso. Nesses 21 registros, consegui notar um trabalho bastante sério. Foi por meio dessas boas práticas que consegui reconhecer alguns dos principais problemas que estou trazendo aqui.

Entretanto, apesar de achar que valeria a pena, não vou me deter em minúcias. Vou utilizar essas produções apenas para fazer notar, de modo geral, aquilo que destaquei

⁶⁶ “A Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase) elabora, coordena e executa a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional em Minas Gerais. Entre as diretrizes do órgão estão, além da responsabilização do jovem, o resgate da convivência familiar, o incentivo ao estudo, o fortalecimento dos vínculos comunitários e o estímulo à autonomia por meio da participação social. [...] Os eixos estruturantes adotados pela Suase para a aplicação da internação são família, educação e profissionalização. Assim, além do acesso aos serviços de saúde física e mental e do atendimento jurídico, os jovens ainda participam de atividades culturais, sociais e esportivas, dentro e fora dos centros socioeducativos. Assim, é proporcionando a eles o exercício da liberdade e a convivência com a família, a comunidade e a cidade.”

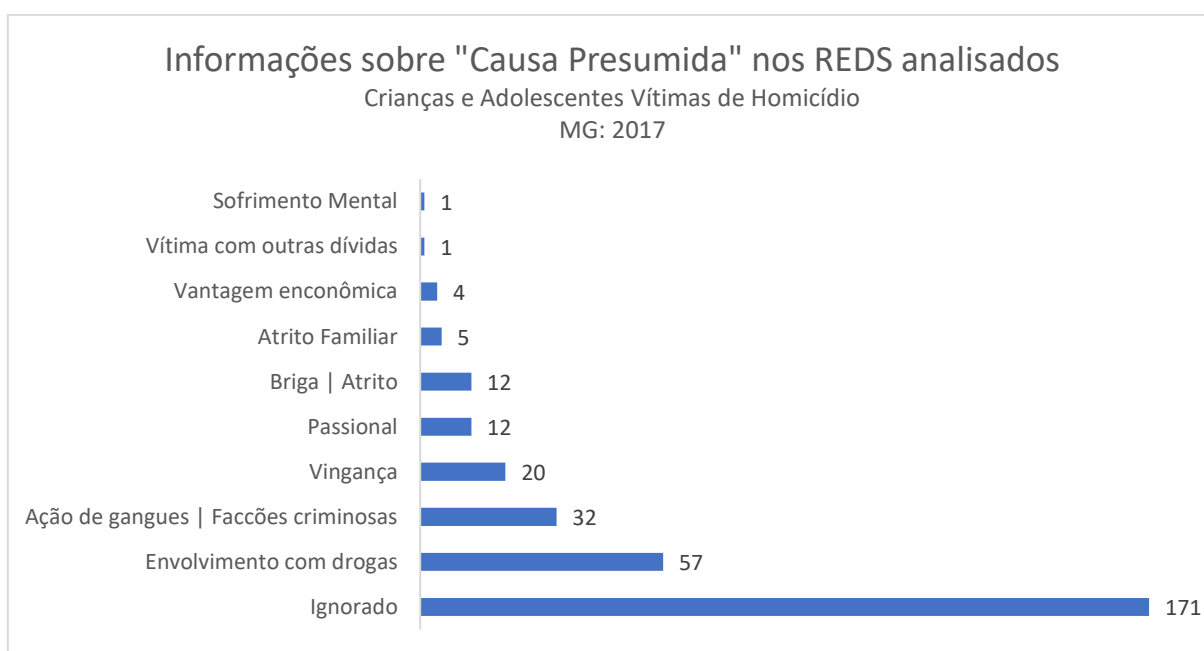
anteriormente. Vou utilizar os registros apenas para continuar a estabelecer uma comunicação entre o gráfico oficial de Estado e a imagem que elaborei.

O apontamento principal já fiz questão de ressaltar. No melhor estilo “autocrítica” estratégica, comentei que quase todos os agrupamentos que criei não faziam referência a lógicas políticas.

Agora, portanto, seria apenas uma questão de constatar a possível pertinência da indicação. Em relação à minha própria imagem, isso é fato: “dúvidas e outros” não tem lógica interna; “intervenção policial”, também não; “mortes no socioeducativo” tampouco. “Indícios relevantes no REDS”, “informações insuficientes & investigação necessária” são ajuntamentos igualmente vazios. Por fim, só restou “lógicas de gênero e sexualidade”.

Se fosse para fazer um chiste, eu elaboraria uma questão de múltipla escolha. Seria algo mais ou menos assim: dentre os agrupamentos que construí, marque aquele que possui alguma lógica. Reconhecendo que somos capazes de leitura e pensamento, acho que não seria muito difícil apontar o grupo correto. Ou seja, em relação à imagem que produzi, acho que as coisas são bem fáceis. Está na cara.

Entretanto, falando sério, eu proporia um outro desafio. No gráfico oficial do estado, entre as “causas presumidas”, me diga qual delas possui alguma lógica. Não precisa retornar às páginas anteriores, vou facilitar para você, veja aí:



Me responda se achar que consegue: analiticamente, quais dessas subespécies categoriais possui alguma lógica?

Confesso que não fui extremamente cuidadoso quanto a essa investigação em particular – e até reconheço que alguns itens tem um certo potencial de indicar determinadas lógicas políticas – porém, como consultei os históricos, vou me dar ao luxo de ser atrevido.

Se a questão fosse direcionada a mim, a resposta seria simplesmente “nenhuma das alternativas indicadas”. E este foi o meu espanto ao lidar com os REDS: na minha opinião, nenhuma das subcategorias expostas nesse gráfico faz referência a alguma lógica interna.

Ao olhar para o histórico dos registros e, posteriormente, ao considerar as “causas presumidas”, fiquei com a impressão de que esses itens, na maior parte dos casos, fazem menção a técnicas, a sentimentos, a relações de sentido extremamente abertas, mas não se referem propriamente a lógicas.

Foi exatamente neste momento que comecei a duvidar do que eu estava propondo e foi neste momento que tentei conversar melhor com os dados oficiais. Não achava possível que esse trabalho realizado pelos equipamentos públicos não tivesse lógica. Isso era impensável para mim. Era como se eu dissesse para alguém..., sabe esses relatórios quantitativos da segurança pública? Então..., vou te falar um negócio, eles não têm lógica. Esses dados oficiais são produzidos sem lógica alguma.

Porém, como não sou dessas figuras mais intelectualizadas, dessas que supõem saberem das coisas, dessas que tem uma fé absoluta em seu suposto conhecimento, não aceitei a minha conclusão inicial. Em vez de atribuir um problema ao trabalho de outrem, procurei refletir melhor. Procurei dialogar e entender os *processos* que estavam relacionados àquela atividade que – para mim – era absurda.

Com esse intuito, vi que considerar a designação da “causa presumida | motivação do crime” poderia ser um caminho para o reconhecimento de possíveis racionalidades acionadas no trabalho dos profissionais.

Só que havia um problema. Esta era outra razão para o meu assombro: o preenchimento desse campo específico não parecia ter critério. Notei que havia várias possibilidades de indicação de uma possível motivação, mas praticamente nenhuma das que foram preenchidas tinha lógica.

A leitura foi tão espetacular que a minha maior perplexidade se dava quando eu conseguia compreender o que se passou no histórico e, além disso, quanto entendia a pertinência da designada “causa”.

Assim, no meio do banco de dados, eu me espantava justamente diante de “históricos” que produziam um sentido para mim e, ao mesmo tempo, para os profissionais. Me espantava justamente diante dos relatos que apresentavam alguma ‘racionalidade

compartilhada’ – e isso ocorreu em apenas 21 eventos. Eles estão no grupo “indícios relevantes no REDS”.

O caso que apresentarei a seguir não está entre aqueles que compõem o meu banco de dados. A vítima tinha 18 anos, ou seja, não se encaixava no meu recorte etário inicial, porém, acho que é uma história válida para um início de conversa.

Conforme relato das testemunhas, o senhor *Paulo* estava bebendo em um bar, certo momento ele se desentendeu com o autor *Henri*, que estava no local e passaram a discutir. Os ânimos ficaram bastantes acirrados vindo as partes entrarem em luta corporal, momento em que a vítima *Carneiro* tentou separar a briga. Neste momento o autor *Henri* pediu para que o autor *Ibraim* matasse a vítima *Carneiro*, que estava interferindo na sua briga. Diante do pedido o autor *Ibraim* apoderou-se de uma faca e efetuou um golpe no tórax de *Carneiro*. Logo após, os autores evadiram em uma motocicleta sentido à *UFMG*. A vítima *Carneiro* foi socorrida por familiares até ao *hospital*, onde o *médico de plantão* constatou o óbito da vítima. O *Perito* se deslocou ao local dos fatos e realizou os trabalhos de praxe.

Basicamente entendi assim: Paulo e Henri brigam. Carneiro tenta separar os dois. Ibraim pega uma faca e atinge o possível pacificador. Caso tivesse que pensar em motivação ou causa, primeiro me perguntaria qual foi o motivo da discussão inicial. O que levou ao desentendimento no bar? Além disso, também tenderia a considerar por que um dos autores achou que deveria interferir de uma maneira tão incisiva. O relato das testemunhas me pareceu pouco curioso. Segundo a versão, Henri manda matar alguém e Ibraim executa? Achei estranho. Não acredito que seja exatamente assim que funcionam os mandamentos.

No entanto, também sei que nenhuma dessas minhas elucubrações alteraria o que aconteceu, escutar um pouco apenas poderia me ajudar a entender melhor o que talvez estivesse em jogo naquele momento. Eventualmente, isso até poderia me auxiliar a compreender alguma razão-sensível naquela situação.

Contudo, a questão não é o que eu penso ou tenderia a pensar, tampouco são os possíveis efeitos de alguma hipotética reflexão posterior. O apontamento agora é mais concreto: naquele registro, a causa presumida foi designada como embriaguez. Não foi briga, não foi atrito, foi embriaguez.

Notem que essa suposta “causa presumida” faz referência a um possível estado alcoólico dos autores. Entretanto, como é possível verificar no registro em questão, não houve qualquer contato com os suspeitos de autoria por parte dos profissionais da segurança pública. O estado de embriaguez foi uma dedução.

Porém, há que se ter calma. Não me interpretem mal. Apesar de ser mera presunção, não considero essa hipótese tão absurda assim. Ainda que não esteja vinculada necessariamente aos envolvidos na situação, imagino que a possível validade da inferência esteja relacionada ao

fato de que o evento ocorreu em um bar. Pessoas costumam beber em bares, isso faz parte da ‘dinâmica’ do ambiente, logo posso presumir que...

Enfim..., eu não faço ideia de por que a “causa” presumida da prática de extermínio foi preenchida como embriaguez, porém há alguns elementos de cena que ajudam a compreender esse registro.

Entretanto, no campo de reflexão sobre segurança e cidadania, o que considero extremamente problemático seria tomar um possível registro sistemático desses casos para se construir políticas públicas. Partir das tabulações produzidas pelos próprios equipamentos de estado, nesse sentido, pode significar assumir inferências operativo-analíticas bem questionáveis. Inclusive agora vou me expressar caricaturalmente sobre este aspecto.

O que me chamou atenção no REDS do bar foi justamente isto: a “causa presumida” foi designada como embriaguez. Sério? Jura que vamos pensar motivações de homicídios dolosos associados à ingestão de álcool? Por que não tabular também a ingestão da porção fritas? Nos bares é muito comum haver batatas. É disto que estou falando quando comento sobre a importância de relativizar minimamente o “valor-verdade” dos registros oficiais.

Relativizar, entretanto, não é descartar. No agrupamento de notificações que considerei mais qualificadas, as informações, de fato, eram relevantes. Ainda que se tratasse de uma atividade extremamente simples, o trabalho foi muito criterioso. Eram registros que não davam muitas margens para essas minhas possíveis ironias.

Através daqueles documentos, de maneira muito concreta, entendi algumas coisas: nos casos de homicídio, a atividade de registro, além de ser uma certa notificação do fato, é um primeiro momento em que geralmente se tenta levantar informações sobre a possível autoria e motivação do crime.⁶⁷

Nesse sentido, num primeiro contato com os eventos de homicídio, diria que as atividades não estão somente vinculadas a um registro da situação. Não se trata de uma simples descrição daquilo que aconteceu ou daquilo que poderia ter acontecido.⁶⁸ Pelo que pude notar, ao incorporar as múltiplas diretrizes de trabalho institucional, boa parte dos profissionais acaba

⁶⁷ Identificar autoria/motivação não é um procedimento generalizável a todos os eventos de defesa social. Entretanto, nos casos de homicídio, essa ação propriamente investigativa costuma ser bastante problemática. Especialmente nas cenas de assassinatos, ela está intimamente relacionada ao fluxo do sistema penal. Integra um amplo rol de procedimentos operacionais padronizados. Em seu conjunto, tais atividades podem ser encaradas como uma maneira dos equipamentos de Estado responderem a determinadas práticas. Através dos REDS mais relevantes, notei que alguns profissionais levam esse trabalho institucional bastante a sério. São pessoas que sabem o que precisa ser feito no momento inicial e, assim, o fazem.

⁶⁸ Caso queira consultar as primeiras medidas nos casos homicídio em Minas Gerais, veja a Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social – DIAO. O código de processo penal também seria outra fonte.

se implicando também em uma descrição que tenha algum potencial utilitário para um tratamento jurídico-penal posterior do caso. Ou seja, trata-se de uma atividade altamente inflacionada em termos de intenções.⁶⁹

Da minha parte, esse tipo de atividade não é necessariamente um problema. É apenas uma constatação. Essa atividade mostra tão somente o que esses profissionais fazem e como fazem. Se eu quisesse pagar de conceitual, só para confundir as coisas, diria que neste caso se trata apenas do aspecto performativo de uma determinada profissão, mais nada.

Porém, meu interesse não é este. Não é confundir nem teorizar no vazio. Meu interesse é outro, é apenas compartilhar um apontamento: a atividade de registro ou leitura de registro é extremamente importante, é uma tarefa que exige cuidado e zelo, pois há efeitos.

Analiticamente, acredito ser possível mostrar a necessidade desse cuidado pelo modo como encaramos e lidamos com determinadas situações. Eu poderia fazer essa discussão de diversas maneiras, mas escolhi um trajeto bem pragmático, decidi conversar sobre esse assunto a partir do modo como profissionais de segurança pública elaboram causas para as práticas de extermínio.

Esse é um assunto que me interessa, mas tenho receio de perder o foco pelo caminho. Então, para não correr esse risco, vou dizer o que tenho a dizer agora e não ao final: é importante ter em conta que uma “causa presumida” nada mais é que um tipo de leitura, abordagem ou tratamento dado a uma cena.

Em relação ao material com que tenho trabalhado aqui, “causa presumida” é somente uma configuração forjada durante a atuação profissional de trabalhadores da segurança pública. É uma imagem construída de maneira muito contingencial e, em que pese sua possibilidade de ser transcrita em forma de gráfico oficial, as possibilidades de reconhecimento das fraturas de sua operação estão fartamente disponíveis. Não há silêncio nesse campo. Não há invisibilidade. Não há ocultamento. Não há nada a desvelar ou revelar.

Vou utilizar alguns exemplos para ilustrar o que acabei de dizer, mas, em síntese, é só isto: nos registros oficiais da segurança pública, uma “causa presumida” nada mais é que um tremendo equívoco lotado de sentidos.

⁶⁹ Eu não sei se o que estou dizendo é uma grande novidade, suponho que não, mas estou dando relevo a esse aspecto para indicar a relevância da minha fonte de análise. Os históricos dos registros são muito preciosos nesse sentido. Eles são capazes de ilustrar o pensamento policialesco de uma maneira bastante explícita. Caso o foco fosse entender como profissionais de segurança pública coletam e produzem informação, ao visualizarmos o quesito “indicação de da autoria” e “motivação do crime”, o enquadramento e a função institucional aparecem com muita evidência – e foi justamente por isso que notei algum sentido naquelas tabulações absurdas produzidas por órgãos oficiais de inteligência e sistematização de dados.

Essa tal categoria, nada irrelevante, é forjada através de inúmeras estratégias. É possível fazer tal operação, por exemplo, conversando com vítimas, inquirindo suspeitos de autoria, indagando “testemunhas”⁷⁰, checando informações e, até mesmo, olhando para o espaço.

Há contextos mais difíceis: num caso de homicídio consumado, sabemos não ser possível coletar a versão da vítima. Diante dessas situações, caso não existam testemunhas ou se não houver a possibilidade de indicar prováveis autores, como fazer para identificar as possíveis causas ou motivações? Além disso, ainda que seja possível falar com as pessoas, caso o relato das testemunhas não seja plausível, o que acontece? Se um provável autor apresentar inúmeros motivos, qual escolher? E se ele não apresentar nenhum, o que dizer?

Na minha posição, diante dessas questões, dessa vontade de saber, eu apenas teria dúvidas ou não teria nada a falar. Se me fosse exigido, e se tivesse à minha disposição uma série de termos e palavras, pode ser que eu escolhesse alguma coisa para apresentar a vocês. Contudo, além de não ser profissional da segurança pública, não trabalho com “causa presumida”. Não me preocupo com nada disso. Em outros termos: estou em um ambiente de pesquisa confortável. Estou desvinculado dessa realidade prática específica - e isso é importante para que entendam o que consigo notar e até onde poderia ir: trata-se de uma posição que não me permite perceber determinados pesos, mas que, ao mesmo tempo, me possibilita tocar mais facilmente em alguns pontos.

Escutem esse trecho. O caso não está no meu banco de dados. A vítima tinha 18 anos e a “causa presumida” foi preenchida como ignorada.

Acionados pelo COPOM, comparecemos no *hospital* onde contatamos a Sra. *Marina* que é mãe de *Daniel*, vítima do homicídio. Segundo ela, *hoje*, quando se preparava para trabalhar, cerca de 5 horas da manhã, observou que o filho, *Daniel*, não estava em casa e ligou para o celular dele. Disse que ligou cerca de 20 vezes, contudo sem sucesso. Após isso, o telefone foi atendido por uma mulher que respondeu dizendo que não tinha notícias boas a respeito de *Daniel*. *Marina* ainda declarou que a mulher informou que *Daniel* estava no beco *Pinheiros*, conhecido como beco do *Pin*, no interior da *favela*. Depois disso, *Marina* disse que deslocou, juntamente com a irmã *Bárbara*, para o local em seu veículo e, ao localizar o filho *Daniel* caído, no local citado, ela, colocou-o no interior no veículo e dirigiu-se para o *hospital*. No *hospital*, *Daniel* foi atendido mediante a ficha 94763-1, médico *Antônio*. Este declarou que foi constatado o óbito de *Daniel* às 6h10min, com perfurações na têmpora esquerda e na escápula posterior esquerda. **Questionamos *Marina* se o filho poderia ter algum envolvimento com o crime ou alguma outra situação que pudesse causar o homicídio de *Daniel*, contudo ela negou qualquer ligação de *Daniel* com atividades delituosas e acrescentou que o filho apenas frequentava a *favela* para**

⁷⁰ Em certos registros, essa primeira inquirição funcionava como se fosse uma espécie de entrevista semiestruturada. Algo semelhante ao que se usa em pesquisas acadêmicas. As perguntas pareciam ser praticamente as mesmas. Porém, preciso ressaltar que não vi o questionário formal. Notei esse aspecto não exatamente por haver questões explícitas no histórico, mas pela semelhança das muitas respostas dadas pelas pessoas que eram indagadas.

ir a bailes funk. Relatou também que não tinha nenhum suspeito de ter cometido o homicídio. Registro para demais providências. (grifos meus)

O que achei interessante neste relato é que a mãe da vítima não soube apontar algum possível suspeito. Notem que ela foi indagada. E, antes disso, houve uma pergunta muito específica: o seu filho poderia estar envolvido com o crime ou alguma outra situação que pudesse *causar* o homicídio?

Por essa pergunta, na perspectiva desses agentes, eu notei que uma possível *causa* para o assassinato é o envolvimento da pessoa com algum tipo de crime. Se isso estiver correto, a cadeia reflexiva é explícita: um crime pode ser a “causa ou o motivo” de outro. Entretanto, o que me pareceu interessante não foi isso, o que me despertou atenção foi outra coisa.

A pergunta estava muito bem demarcada: Marina, você sabe se ele tem envolvimento com “o crime” ou “alguma outra situação” que possa causar homicídio? – oi? Alguma outra situação?

Por que esses profissionais não perguntaram apenas se ela saberia informar alguma possível situação que ajudasse a entender o que ocorreu? Por que fizeram uma menção explícita ao “crime”? A pergunta seria uma disjunção exclusiva ou inclusiva? Algo como: “se for o envolvimento com crime, não pode ser outra coisa”; “se for outra coisa, não pode ser o envolvimento com o crime”. Não se preocupem em responder essas minhas questões, elas têm efeitos, mas este caso não pertence ao meu *corpus* analítico. O meu relevo estaria em outro lugar.

Nesse último registro, vocês viram que os profissionais fizeram a pergunta sobre o possível “envolvimento com o crime” para tentar identificar uma *causa* plausível para a morte da vítima. Agora, entretanto, notem um registro que efetivamente entrou no meu banco de dados:

Durante policiamento no evento denominado "fórró da praça" [...], fomos informados por populares de que acabara de ocorrer um homicídio na via pública, [...]. Deslocamos para o local e deparamos com a *vítima* caída ao solo na posição decúbito ventral e não apresentava nenhum sinal vital. Diante do exposto, fizemos o isolamento do local e acionamos a perícia técnica, [...] o *perito* recolheu 03 projéteis que estavam no solo [...] providenciou a remoção do corpo para o IML [...]. Foram constatados 09 (nove) perfurações [...] costas, [...] ombro [...] omoplata [...] costelas [...] coxa [...] cabeça. Após colhermos informações no local dos fatos, partimos para o rastreamento no intuito de localizar o autor. Fizemos contato com a testemunha [...] que nos relatou que deslocava pela via pública juntamente com a vítima quando foram surpreendidos por um veículo [...] um dos ocupantes do Voyage apontou uma arma de fogo, [...] e efetuou vários disparos [...], o atirador desembarcou do veículo e efetuou mais disparos [...]. **Segundo os familiares e populares, a vítima não estaria envolvida com criminalidade ou qualquer coisa que pudesse apontar a autoria do homicídio.** Contudo, alegam que um indivíduo conhecido por *Justiceiro* [havia ameaçado a vítima ...]. Fizemos contato no endereço citado, porém a casa estava fechada e não localizamos o *Justiceiro*. Outra situação levantada no local, é que a vítima teria comentado com familiares de que sua namorada estaria participando do

jogo denominado "baleia azul" e teria dito que era a última etapa do jogo e eles deveriam morrer [...]. Não obtivemos maiores informações ou identificação dessa suposta namorada da vítima. (Grifos meus)

Através desse registro, é possível notar que o envolvimento da vítima com a “criminalidade” tanto pode tender a apontar a *causa* da morte, como pode auxiliar na identificação da autoria do homicídio. Ou seja, trata-se de algo que parece ter uma dupla função. Neste caso em específico, a vítima foi executada com vários tiros, foram nove perfurações no corpo. Pelos relatos das testemunhas, não foi possível levantar maiores informações em relação ao homicídio. A causa presumida foi preenchida como ignorada.

Ao trazer esses históricos, menos que a discussão dos eventos, estou tentando chamar atenção para a maneira como refletimos sobre os homicídios. No meu caso, como a intenção é pensar ações preventivas, minhas perguntas são muito básicas: “como prevenir assassinatos?”; “isso é possível?”; “de que modos?”.

Por não ter nascido ontem, sei que ao considerar as “causas presumidas” e ao interpretá-las como dados na segurança pública, construímos algumas possibilidades de reflexão. Sei também que essas supostas causas têm sido sistematicamente utilizadas como indicadores associados ao crime. No entanto, eu noto que há um problema nesse campo. O principal deles, a meu ver, é que essa operação não está necessariamente vinculada a lógicas.

Da mesma maneira que aconteceu com a maior parte dos agrupamentos que criei, diria que essas supostas causas – seja o envolvimento com drogas, ação de grupos e facções criminosas, vingança, embriaguez ... – não faz referência a qualquer lógica política.

Eu até entenderia, por exemplo, quando falamos em redução e combate à criminalidade. Porém, como combater e reduzir a vingança, a bebida, a passionalidade, a briga, o atrito, o atrito familiar, entre outras causas presumidas? Assim, se essas palavras efetivamente representarem alguma espécie de índice, me pergunto se isso não seria um limite reflexivo para as estratégias de prevenção.

A minha discussão sobre lógica tende a gravitar justamente aí – nesta esfera de interrogação. No entanto, eu opero em outro campo e a conversa procura se estabelecer de outras formas. Esse conceito que utilizo tem relação com o que se nomeia como inteligência. No meu caso específico, com a possibilidade de elaborar intervenções mais qualificadas via políticas públicas governamentais.

Sem uma perspectiva mais analítica, sem uma abordagem mais minuciosa e cuidadosa – sem uma perspectiva misericordiosa, disse a Grazielle (CMBH, 2017) – não sei se conseguiríamos tratar daquilo que supostamente nos propomos.

Nesse sentido, acredito que se não compreendermos algumas lógicas, a pergunta “como reduzir assassinatos?” torna-se uma questão absurdamente escorregadia. Assim, mesmo diante da relevância do tema, mesmo diante do desejo de sua minoração – e a despeito de alguns esforços concretos – não seria de espantar que as práticas de homicídio continuassem a apresentar uma certa regularidade altamente expressiva.

Através da leitura dos históricos, acho que é possível tocar nesses pontos. Ali a dificuldade reflexiva aparece de uma forma bem explícita – principalmente se o assunto for prevenção.

No gráfico de Estado, por exemplo, há menção a um único evento em que a “causa presumida” é “sofrimento mental”. O registro foi este daqui:

Senhor delegado de polícia, acionados por populares comparecemos ao local do fato onde a testemunha de nome *Júlia* (cunhada) nos franqueou a entrada na residência pois segundo informações havia ocorrido um crime violento na casa. Em tempo, ao entramos no imóvel pelos fundos deparamos com a autora de nome *Isadora* envolta numa corda fixada em seu pescoço já sem vida. Em ato contínuo, fomos para interior da casa onde visualizamos, no quarto do casal, a vítima (filho) de 8 anos de idade com um pano envolto em seu pescoço também desfalecido. Para constar, compareceu o *Dr.* que atestou os óbitos bem como o *Perito* que realizou os trabalhos de praxe. Para constar, a *funerária* fez o traslado dos corpos para o *IML* para serem periciados. Ademais lavrei este para as providencias cabíveis.

Acredito ser possível imaginar o que possa ter levado um policial a preencher este tipo de causa presumida. Porém, analiticamente, será que essa noção está cumprindo o papel tradicional em uma investigação?

Será que aponta uma provável motivação e indicação de autoria? Se estivéssemos em um outro terreno, esta cena poderia ser lida dessa mesma maneira? “Sofrimento mental” é *causa mortis*? Na esfera da saúde, essa vinculação causal poderia ser estabelecida? Para se falar em “sofrimento mental”, não seria preciso o levantamento de mais algumas informações? Seria suficiente pegar um possível diagnóstico médico, articular com uma determinada epistemologia *psi* para, em seguida, forjar uma provável causa?

Além disso, mesmo que a noção de “sofrimento mental” recaia sobre a suposta autora, como isso ajudaria a explicar o que se passou? Como essa “qualidade subjetiva” auxiliaria a entender aquilo que ocorreu? Ao pensar em políticas públicas coordenadas, assumir e trabalhar com essas associações simplistas não seria uma loucura?

No meu caso, acho que não. Ainda que tomasse essa versão como verdade, este episódio também mostraria algumas dificuldades em se operar reflexivamente nos registros em que o extermínio é o evento final. Deixando de lado discussões interdisciplinares, se a hipótese aventada fosse verossímil, caso a cena se encerrasse ali, seria fácil visualizar o limite. Diante

desse evento, não haveria mais um trabalho policial-prisional a ser feito. Vítima e autora já não estão mais presentes. A reflexão, portanto, precisaria ser de outra ordem.

Sei que o caso citado é difícil de encarar. Olhar para uma situação tão concreta e conseguir pensar pode ser bem complicado mesmo. Não me parece simples ver mãe e filho nessas circunstâncias.

Porém, há registros menos desafiadores. No gráfico oficial, ele também é único. A causa presumida foi “vítima com outras dívidas”. Que tipo de espécie categorial seria essa? Além de falar da vítima, o que ela diz sobre o evento? Quais possíveis lógicas lhe são inerentes? Sem referência ao histórico, é possível deduzir algo a esse respeito? De que “outras dívidas” estamos falando? Como uma “outra dívida” poderia implicar em um homicídio doloso? E quais dívidas não implicariam?

Na minha opinião, o documento a que estou fazendo referência é menos desafiador simplesmente porque alguns suspeitos de autoria foram presos. Há versões distintas. E foi ouvida uma testemunha. No fim das contas, apesar das várias motivações possíveis, prevaleceu a “vítima com outras dívidas”.

Em uma das versões apresentadas, o adolescente estava guardando um revólver para o seu parceiro no crime. Dias antes, em uma abordagem policial, a arma foi apreendida. Como era de se esperar, o legítimo proprietário não ficou contente com o desdobramento da ação institucional e resolveu cobrar o produto ao seu fiel depositário. Como o bem não lhe foi restituído, a dívida precisou ser quitada de uma outra forma.

Foi localizado o corpo da vítima “com sinais de violência e disparos de arma de fogo, apresentando perfuração na testa, atrás da orelha esquerda, tórax e costa”. O garoto assassinado tinha 14 anos.

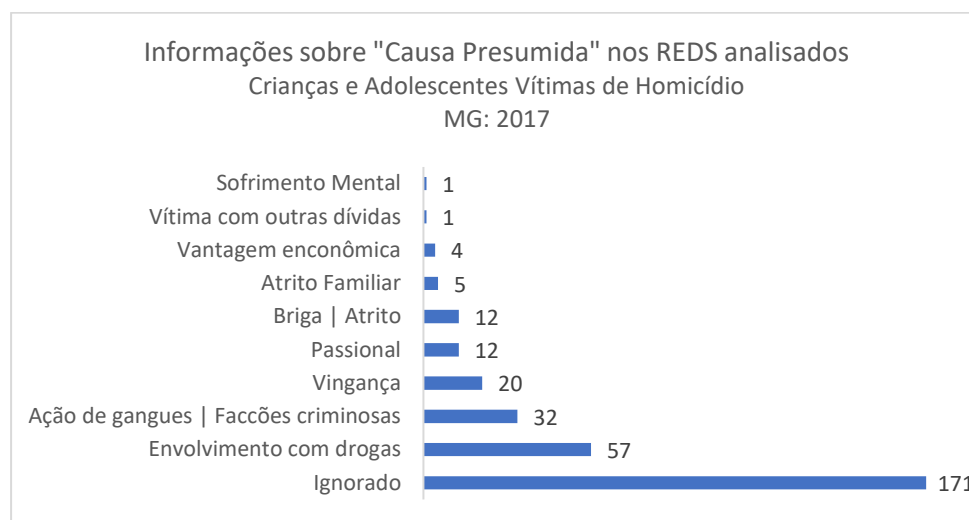
A situação foi um pouco mais intrincada, apresentou outros elementos, no entanto, quando incorporei a descrição da causa oficial, notei a prevalência do enquadramento apresentado a vocês: um adolescente, envolvido com a criminalidade, foi assassinato em função do não pagamento de uma dívida no “mundo do crime”. É uma explicação bem simples e muito intuitiva. Bastaria lembrar que o crime *causa* o crime – ou que o crime pode levar à morte.

Sei que essa hipótese precisaria ser melhor investigada. Entretanto, mesmo que este roteiro mais estabelecido fosse o escolhido, é possível notar que o sucesso de uma política de apreensão de arma de fogo, naquele caso, esteve vinculado ao posterior assassinato do garoto.

Assim, se deslocarmos essa cena para o campo das denominadas ações preventivas, veremos que uma operação policial padrão não necessariamente contempla os possíveis desdobramentos que uma situação pode implicar. Ou seja, a acertada política de redução da

circulação das armas de fogo (no escopo da intervenção policial), concretamente, precisaria ser considerada com outras nuances.

Para continuar e para refrescar a memória, observem uma outra vez:



Já toquei em várias supostas causas. E estou escrevendo demais. Quero adiantar as coisas. Não vou me deter em brigas ou em atritos, sejam eles familiares ou não. Quais poderiam ser os motivos para uma briga? Quais seriam as causas de um atrito?

Mesmo depois de tabuladas, essas formas de preenchimento deixam explícitas suas insuficiências. Para os meus propósitos, bastaria insistir que essa categorização não apresenta lógicas específicas. É uma informação que apenas indica que alguma coisa aconteceu. Indica que em homicídio doloso houve uma briga, houve um atrito e esta foi a causa presumida.

Porém, caso não confiem em mim, posso fazer um suplemento. Posso olhar esses eventos por meio daquelas situações onde foram acentuadas a passionalidade ou a vingança. Além de indicarem um conflito, esses registros também nos apontam que há sentimentos ou paixões que deveriam ser consideradas nas cenas⁷¹.

⁷¹ Um exemplo onde a causa foi designada como passional - há episódios semelhantes em que a designação é "atrato familiar". Nesse registro, as vítimas tinham 03 e 07 anos: "[...] a *Srta. Regina*, hoje, por volta das 09h00min, recebeu ligação telefônica de seu ex-companheiro, solicitando que a genitora deixasse que ele visse as filhas. Ficou acertado entre as partes que *Regina* levaria as crianças no imóvel onde a família convivia antes da separação. Por volta das 10h00min, *Regina* deixou as duas crianças em companhia do ex-companheiro, sendo combinado que as filhas seriam entregues as 15h00min. No horário estipulado, *Regina* retornou ao imóvel e foi recebida no portão pelo ex-companheiro, e logo a retaguarda estavam as duas crianças. O autor pediu que *Regina* entrasse no imóvel, mas de imediato *Regina* recusou; neste instante o autor *Igor* segurou *Regina* pelos braços e sacou uma faca. *Regina* conseguiu se desvencilhar e começou a pedir ajuda aos moradores. [...] Várias pessoas, após escutarem o pedido de socorro tentaram entrar na casa, contudo o portão e porta estavam trancados. Os vizinhos arrombaram o imóvel e adentraram na residência, encontrando as crianças feridas sobre a cama de um quarto."

Tomemos, por exemplo, a causa “vingança”. As situações podem ser bem distintas entre si. Esse sentimento é algo que pode fazer referência a cenas no socioeducativo, a casos em que a vítima foi assassinada depois de denunciar alguém à polícia, pode estar relacionada ao revide de agressões pretéritas e, até mesmo, a um certo contexto de “mata-mata”.

Todas essas coisas, inclusive, poderiam estar parcialmente misturadas. Olhe só: um adolescente foi morto. Antes desse episódio, circulava nas redondezas que ele havia assassinado o tio de alguém. Sem que o caso fosse tratado nas esferas institucionais, e ciente do envolvimento do infrator na morte de seu parente, o sobrinho decide fazer justiça e a vendeta a seu modo.⁷²

Enfim, brigas, atritos, passional, vingança, são registros que tendem a fazer referência a essa generalidade de sentimentos ou práticas potencialmente letais – cenas que vão desde conflitos domésticos, relações entre parentes, brigas por pipas, vidros de carro, postagens depreciativas no *facebook*, revide de ameaças em ambientes institucionais, vendetas, discussões em festas, bares, extermínio de testemunhas de processos judiciais, entre outras coisas que não me preocuparei em estender aqui. Acredito que analisar esses históricos seria uma perda de tempo. Isso apenas tenderia a corroborar o que já comentei antes: uma “causa presumida” nada mais é que um tipo de leitura, abordagem ou tratamento dado a uma cena.

Acho melhor falar de registros mais interessantes. Eles estão em outro lugar. Estão tanto sob o signo “ação de gangues e facções criminosas”, como nas constantes citações ao “envolvimento com drogas”. De modo mais específico, esses casos congregam em torno de si boa parte da noção de briga e atrito. Não é incomum, por exemplo, notar referência a disputas infames entre grupos rivais, assassinatos por supostas dívidas, conflitos por território e pelo comércio de produtos ilícitos, brigas entre facções de bairro, etc..

São enredos curiosos e com pouca preocupação com as lógicas políticas, porém, assim como nos outros históricos, meu grande dilema nesses registros nem chegou a ser esse ponto. Meu espanto com essa espécie de categoria é a flagrante ausência de critério no preenchimento do campo ou na organização das informações.

Inicialmente, por exemplo, eu supunha que ação de gangues e facções criminosas deveria estar associada a “ação de gangues e facções criminosas”, mas vi que não é exatamente

⁷² Poderíamos pensar que esses enredos são clássicos, mas não é bem assim: alguns garotos jogavam futebol na rua. A bola vai em direção a um carro que estava estacionado. A janela do automóvel é atingida e se quebra. Cerca de uma semana depois, provavelmente amargurado pelo dano causado em seu em seu precioso bem, o proprietário do veículo esfaqueia o menor. No histórico do evento, é mencionada vingança e motivo fútil. A causa presumida foi “preenchimento opcional”.

assim. Na maior parte dos casos, diria que não é possível fazer uma associação direta entre as práticas de homicídios dolosos e a ação de gangues e facções criminosas. Definitivamente não.

Na leitura desses registros, inclusive, é importante não confundir a vinculação do evento de homicídio com a vinculação de autoria. Há uma intervenção policial que é um exemplo disso. A causa presumida é “ação de gangues e facção criminosa”, porém os autores do assassinato foram os policiais. No registro, o termo gangue e facção criminosa não fazia referência à equipe de profissionais, fazia referência ao grupo que eles mataram.

Contudo, isso não é uma chave de leitura. É importante não confundir as coisas. Tal como não precisa fazer referência à autoria, nem sempre “ação de grupos e facções criminosas” faz referência a quem morreu. Esse é um aspecto “situacional” e ‘especialíssimo’.

Houve um caso que quase excluí da análise. Quase. Ele chegou até mim porque envolvia um jovem de 18 anos. A causa presumida era ação de gangues e facção criminosa. Acompanhem comigo:

[...] fomos acionados pelo COPOM, [...] um homicídio na rua das *gaivotas* [...] no local indicado pelos populares, deparamos com o corpo já sem sinais vitais [...] o perito constatou 2 (duas) perfurações. [...] os algozes [...], no momento da ação delituosa, atingiram ainda mais 2 (duas) pessoas [...] *Francisca* a avó da vítima [letal] e uma criança de 4 anos. [...] no local dos fatos, populares informaram **que eram dois os autores dos homicídios**, que eles vieram de uma mata [...] e efetuaram os disparos, sustentam que os autores seriam integrantes da gangue *da colina* [...] (grifos meus)

Como ressaltai, neste registro, a ação de gangues não fazia referência às vítimas. No fim do relato, entendi as coisas. As pessoas assassinadas foram um jovem de 18, uma mulher de 69 e uma criança de 04 anos – ambas morreram no hospital. No documento, não há indicativos de que estivessem envolvidas com alguma facção. A associação do caso com uma possível gangue decorre de outros procedimentos.

Segundo o histórico do evento, a equipe policial vinha “de forma sistemática combatendo o crime em suas diversas modalidades naquela região” e era “sabedora da guerra pelo controle da venda de drogas no local”. Entretanto, além “da disputa pelo controle na venda de narcóticos, o ânimo da rivalidade foi majorado, visto que” – isto é a informação colocada pela polícia –: criminosos da região onde o triplo homicídio aconteceu, dias antes, acidentalmente, haviam assassinado a genitora de um dos integrantes da facção rival. Ou seja, eles mataram a mãe do inimigo.

A partir daí, após mostrarem algumas fotos de possíveis suspeitos, as testemunhas fizeram a identificação. Elas explicitamente mencionaram que uma das duas pessoas participantes no evento era aquela indicada pela polícia. E, assim, os profissionais deduziram a vinculação com a gangue da *colina*.

Enfim, dentro desse roteiro, a ação que vitimou Francisca, seu neto e a criança foi associada a um conflito maior. E o que considero relevante neste caso é justamente isso: o histórico é repleto de possibilidades. Faz menção ao tráfico, às facções, ao trabalho policial, ao combate à criminalidade, a investigações em curso, ao conhecido conflito no território; às disputas pelo controle de um mercado ilícito e, obviamente, a toda tragédia diferencial que isso pode implicar.

No caso citado, a causa presumida foi “ação de gangues”. Porém, curiosamente, em boa parte das notificações desse tipo, não seria difícil vinculá-las a um outro marcador cuja perspectiva e registro é muito similar. Escutem um caso. Uma das vítimas tinha 06 anos:

Senhor delegado, comparecemos no endereço em pauta, onde segundo informações via 190, estaria ocorrendo uma troca de tiros. Esclareço que quando chegamos, ouvimos muitos disparos de arma de fogo, oriundos da mata que fica acima do local dos fatos. Posteriormente, quando acabaram os disparos, vimos as testemunhas socorrendo pessoas que foram vitimadas pelos disparos. Ao indagarmos algumas pessoas que se encontravam no local, tomamos conhecimento, de que três pessoas haviam sido alvejadas, sendo, uma senhora e duas crianças. Disseram ainda, que alguns elementos desceram da mata, foram até a escadaria e efetuaram diversos disparos de armas de fogo, na direção das pessoas que se encontravam no local. Em seguida, os autores evadiram para o mesmo lugar de onde vieram, sempre efetuando disparos na direção da escadaria. Que indagamos algumas pessoas quanto as características dos autores, porém, disseram que não tiveram oportunidade de visualizar os elementos. Com apoio de outras guarnições, iniciamos rastreamento com intuito de localizar os possíveis autores. Fizemos contato no hospital local, onde tomamos conhecimento de que a *vítima* de seis anos havia falecido. Segundo o médico de plantão, o mesmo foi atingido por um disparo de arma de fogo na face. Já a senhora Hanna, foi atingida no abdômen, enquanto o bebê de nove meses, *Jean*, foi atingido na coxa. Esclareço que as vítimas que sobreviveram, permanecem sob cuidados médicos. Posteriormente tomamos conhecimento, que esta seria segunda ou terceira vez que os elementos chegavam atirando naquele local, porém das outras vezes, não houve vítimas. No local dos fatos, recolhemos diversas cápsulas deflagradas de calibres, .40, .45 e .380 conforme folha de apreensão. Conversamos com as testemunhas que socorreram as vítimas. Perguntados sobre os fatos, responderam que se encontravam ensaiando no interior da igreja, quando ouviram diversos disparos de armas de fogo, muita gritaria e choro, que ao perceberem que os disparos haviam acabado, socorreram as vítimas. Que não viram ninguém, apenas ouviram os disparos. Diante dos fatos, iniciamos rastreamento com intuito de localizar autores. Posteriormente recebemos denúncias via 190, relatando que os autores dos disparos, seriam elementos do morro do *Aparecida*. E que tal ato, seria para vingar a morte de *Lucas*. Esclareço que o rastreamento continua.

Fiz questão de colocar o histórico completo. Trata-se de um registro de “envolvimento com drogas”. Se tiverem disposição, releiam. Tentem localizar a que exatamente essa causa presumida faz referência. À dinâmica da ação criminosa? Aos infratores que, “pela segunda ou terceira vez”, desejavam *vingar* a morte de *Lucas*? Essa causa faz referência ao contexto? Ao morro do *Aparecida*? Faz alusão ao fato de que as pessoas estavam armadas?

Eu não sei exatamente que vinculação foi estabelecida, mas li tantos históricos dessa espécie que, ao final, acabei assimilando. Acho que compreendi o que se passava. Nos casos de homicídios dolosos, “ação de gangues” ou “envolvimento com drogas” pode fazer referência a tudo isso ou a nada disso. Foi simples entender.

Daí, como não tinha mais a fazer ou a considerar, durante o percurso de leitura, acabei me dando conta da palavra associação ou envolvimento. Efetivamente, são termos bastante operacionais.

Eu, por exemplo, confesso que ficava chocado ao notar a quantidade de vezes que “envolvimento com drogas” era preenchido. Na maior parte dos eventos, não percebia nada diante dos históricos. Não entendia como “envolvimento com drogas” poderia causar a morte de alguém e tampouco como poderia auxiliar na compreensão dos casos.⁷³

Foi somente a partir daí que notei algo: “envolvimento com drogas” não é envolvimento com tráfico de drogas. A vítima de 06 anos, lá no morro do Aparecida, não estava envolvida com o tráfico e nem com as drogas.

Era isso. Eu estava lendo errado. Eu estava buscando coerência, estava buscando lógicas. Buscando motivações e, em último nível, até procurando algumas causas. Porém, não se tratava disso. O material que eu estava analisando era apenas uma notificação. Era o modo como os profissionais da segurança pública operavam. Era o modo como olhavam para uma determinada situação e a registravam. Não era nada além disso.

Por excesso, o caso “drogas” exemplifica este aspecto muito bem. Sem sinais vitais, o corpo de um garoto foi encontrado nas ruas. Havia maconha em seu bolso. Causa presumida: “envolvimento com drogas”. Familiares informaram que a vítima usava a substância. Causa presumida, “envolvimento com drogas”. Alguém foi esfaqueado perto da ‘drogolândia’. Causa presumida, “envolvimento com drogas”. Em um bairro periférico, uma execução por arma de fogo. Causa presumida “envolvimento com drogas”. Em geral, era isso que faziam.

Obviamente, nem sempre essa estratégia foi rudimentar. Havia históricos melhor elaborados. O trabalho não foi tão precário assim. No entanto, as dificuldades também estavam lá. Mesmo nos melhores registros, havia questões. Em certas notificações, notava que a “droga” realmente estava presente e eu concordava que poderia ser um indicativo. Porém, me questionava sobre o modo.

⁷³ Só faria um destaque: há usos muito especiais dessas noções. Encontrei um bem interessante, mas excluí o caso do meu banco de dados. A vítima tinha 16 anos. Não se tratou de um homicídio. Segundo a versão mais provável, a morte estaria associada à overdose. Uma cena de “envolvimento” com drogas.

Tomei conhecimento, por exemplo, de brigas entre facções rivais pelo controle comercial de um determinado mercado ilícito. Esses eram casos que eu conseguia entender. Havia um conflito muito bem especificado. Havia vítimas, autores, informações de testemunhas e investigações preliminares muito bem dispostas, mas essas eram apenas algumas situações. Só que existiam outras.

Em um histórico, por exemplo, o usuário solicitou o produto, mas não chegou a pagar a mercadoria. R\$20,00. Ele foi assassinado. Ele tinha 16 anos. Eu considero que esse valor é baixo, mas pode ser uma grana difícil de conseguir nessa idade, principalmente se não houver mesada. Causa presumida, “envolvimento com drogas”. Em outro relato, o beco era muito conhecido nas imediações. Os alvos também. As testemunhas afirmaram que provavelmente foi algum desentendimento relacionado ao tráfico. Um menor foi assassinado. Três disparos no irmão do suposto traficante. O garoto tinha 13 anos. Causa presumida, “envolvimento com drogas”.

Esse é um aspecto que não se deve desconsiderar. É algo que vi no trabalho policial. Em alguns registros, a causa presumida era retirada das falas das testemunhas. A informação era colhida a partir das falas de populares. Algumas pessoas resistiam, é verdade. Olha, policial, ele usava drogas, mas isso não é motivo para terem matado. Ele era um bom garoto, policial, não se envolvia com coisa errada, era uma pessoa muito querida por aqui. Não, policial, eu acho que ele não tinha envolvimento com drogas, eu não sei por qual motivo mataram o menino.

Seria possível continuar esse debate, porém eu acabaria entrando em um outro assunto, e este não é o meu objetivo. De modo geral, ao passar superficialmente por esses eventos, o que gostaria de destacar era apenas a existência de uma incitação no questionamento sobre o possível envolvimento com crime e, em segundo lugar, a falta de critério no preenchimento de certos campos.

No mais, mesmo em relação às 89 causas insistentemente pronunciadas, apenas insistiria que a fragilidade da atribuição causal, motivacional e circunstancial é muito evidente. Vejam por si⁷⁴.

⁷⁴ “Em atendimento à ocorrência onde um indivíduo teria sido alvejado por disparos de arma de fogo, comparecemos na rua *Pinheiros* onde deparamos com a vítima caída ao solo aparentemente sem sinais vitais. Foi acionado o *SAMU*, que constatou o óbito. Compareceu também o *perito* que constatou 2 perfurações por arma de fogo, sendo uma na região nasal e a segunda na região da nuca; recolheu ainda um projétil que se encontrava ao lado do corpo. Em sequência, compareceu a *funerária* que removeu o corpo. Faço saber, que quando da chegada da polícia militar, o autor já havia evadido. Era grande a aglomeração de parentes e vizinhos sendo necessário isolar o corpo. Como a vítima era menor de idade, foi qualificada sua *genitora/representante*, que relatou ter ouvido comentários de populares que não se identificaram que o suspeito seria um morador da mesma rua conhecido como *Igor*, e que teria evadido em um veículo Chevette cinza, contudo, este não foi localizado. Registro

Feito isso, acho que agora posso ir direto aos pontos. Vou comentar por que me dediquei a este desvio. Eu vi três fragilidades. A primeira estava nas páginas do Anuário. Gabriel Feltran propôs uma tipologia dos homicídios. Ele dividiu os assassinatos em cinco grupos.

GRUPO 1: mortes internas ao mundo do crime e às suas redes próximas. Refiro-me a guerras entre facções criminais, a execuções internas a facções ou na disputa de grupos rivais por mercados ilegais, bem como à conflitividade de rua em espaços regulados ou dominados por grupos criminais. Essas mortes são narradas na mídia como ‘acertos de contas entre bandidos’, por vezes ‘brigas de bar’, e quase nunca são esclarecidas oficialmente [...]. Em 2018, esse Grupo de homicídios representa em torno de 75-80% das mortes violentas intencionais, no Brasil, proporção estável nos últimos anos.

Para mim, isso não é uma tipologia dos eventos de homicídios ou das práticas de extermínio. No máximo, seria uma tipologia das notificações na esfera da segurança pública. Contudo, analiticamente, é importante notar que parte dos registros oficiais não têm lógica. Ou seja, ali não se trataria propriamente de uma *tipologia* – seria, mais rigorosamente, uma *tipografia*.

Nesse sentido, ainda que esteja de acordo com a importância de realizar trabalhos empíricos que se impliquem na descrição dos contextos onde ocorrem os homicídios (FSBP, 2019, 28), também penso ser relevante o adensamento reflexivo dos processos de escritura compartilhada das possíveis ‘imagens modelo’.

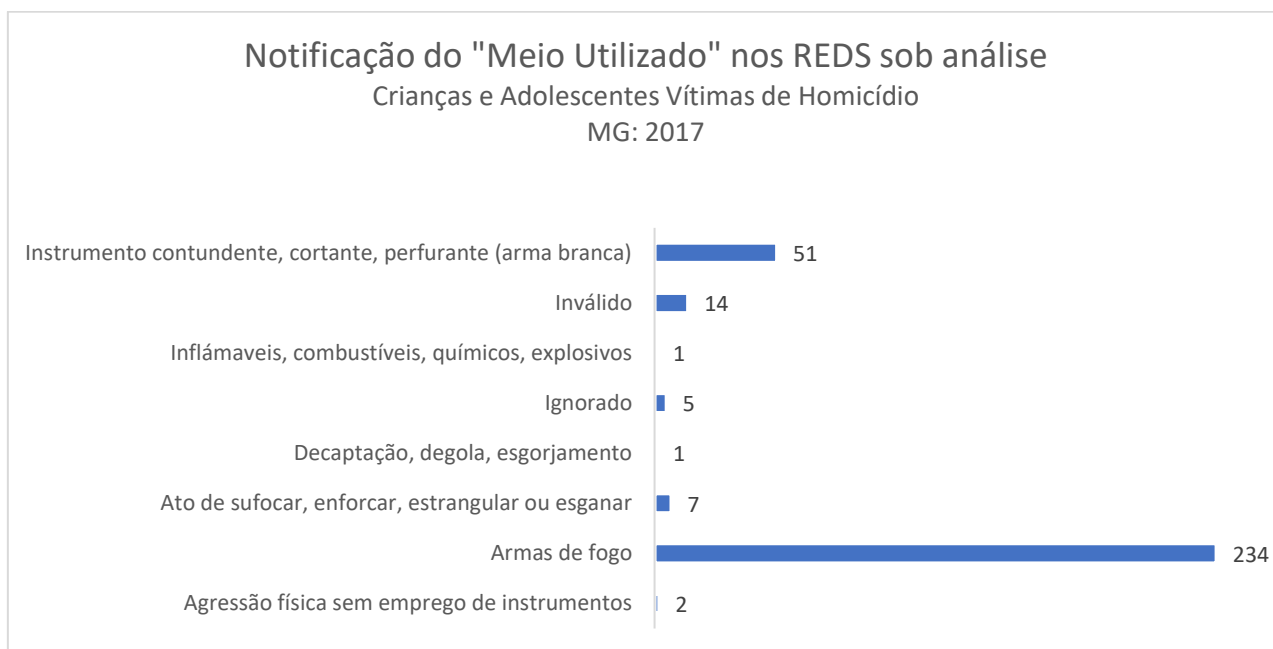
Se a proposta fosse minha, sendo mais fiel ao trabalho dos profissionais, tenderia a relacionar as informações de outros modos. Produziria imagens espelho. Construiria gráficos-reflexos a partir do que eles mesmos elaboram. Nessa direção, ao menos em relação aos assassinatos de crianças e adolescentes, diria que no meu possível “Grupo 1” as mortes não estariam associadas a este imaginário “mundo do crime”, e sim àquilo que é literalmente descrito como “ignorado”.

Sob esse agrupamento, observaríamos que ele abarca 54% dos casos. É isso que os registros mostram. Esta é uma imagem rigorosamente forjada através dos dados de Estado. Algo construído a partir daquilo que profissionais da segurança pública tomam como “causa presumida”. Ou seja, sobre boa parte dos homicídios dolosos, não parece haver muito o que dizer oficialmente.

Outra razão para esse meu desvio também se refere a algo frágil, mas neste caso o apontamento se vincula a um trabalho da UERJ. A partir da ‘recategorização’ dos dados, a

e material apreendido a vossa apreciação; as demais viaturas seguem em rastreamento.” Causa presumida: “envolvimento com drogas”. A vítima tinha 17.

equipe de pesquisa correlacionou as “identidades” trans aos crimes de execução por armas de fogo. Entretanto, observem essa imagem:



Dentre os 315 registros de homicídios dolosos que considerei, em 74% dos casos o meio utilizado foi “armas de fogo”. Em função disso, diria ser um pouco precipitado fazer uma correlação entre uma determinada identidade de gênero e tal modalidade instrumental de execução. Ainda que eu possa estar equivocado – já que não considerei um banco de dados muito amplo – acredito que essa possível associação correlativa precisaria ser repensada: no designado “mundo do crime”, ou mesmo nas intervenções policiais, quando o tópico são os homicídios dolosos, a execução por armas de fogo tende a aparecer como um dos meios mais recorrentes. Ou seja, não me parece haver uma ‘transespecificidade’ na exposição a esse tipo de letalidade material.

Por fim, apenas mencionaria uma cena que fiquei em dúvida. Eu imagino que tenha havido alguma falha no preenchimento. A idade da vítima era “0”. Iria excluir o registro do meu banco de dados, era muito óbvio que não se tratava disso. Porém resolvi manter. Pode ser um caso relevante para a equipe de pesquisa da UFMG. Eu consultei: apesar dos cuidados metodológicos adotados, o registro do evento não está presente entre os números do relatório preliminar de 2020. Não entendi muito bem por que o documento não chegou às nossas mãos.

Dentro da minha questionável categorização, não agrupei esse REDS em “lógicas de gênero e sexualidade”. Ele faz parte do “dúvidas e outros”.

Segundo a testemunha *Ernesto*, *este* estava retornando de um sítio, localizado no município de *Diamantina*, no momento em que recebeu ligação do autor, que é seu

amigo, dizendo que "ele (autor) tinha feito merda e que era pra ele (testemunha), retornar para casa". Ao indagar sobre o que teria acontecido, o autor respondeu-lhe que tinha matado uma pessoa e que iria suicidar-se. Ao chegar no local, a testemunha escolheu não entrar no imóvel e acionou a polícia, por meio de ligação ao sistema de emergência policial.

De imediato após o anúncio do fato, deslocamos ao local e encontramos o autor, do lado externo da casa, com alguns ferimentos. Narrou-nos que, durante a madrugada, encontrou-se com a vítima, numa via pública, nas imediações da via *impresa*, que é **travestir** e realiza "programas sexuais". Após combinarem o programa, foram até a sua residência e, durante a noite consumiram substância entorpecente, sendo cocaína; posteriormente vieram a desentender-se e começou uma briga; que a vítima o agrediu na cabeça com um martelo, com mordidas pelo corpo e outras pancadas e, pra se defender, conseguiu retirar da vítima o martelo e repeliu as agressões, vindo inclusive repelir as agressões com o mesmo martelo, o qual era utilizado para atentar contra a sua integridade física; contudo as agressões por parte da vítima não se encerraram. **Em certo momento, conseguiu jogar o seu agressor ao solo e começou a estrangulá-lo e apenas parou no momento em que ele desmaiou.** Vendo que a vítima não apresentava algum movimento e, após refletir sobre o fato, ligou para o amigo. **Não soube dizer o nome ou alcunha dela.**

Acionamos o SAMU e compareceu a *ambulância*, equipe composta pelo *médico*, e mais dois integrantes, que constatou o óbito; informando que a morte tinha ocorrido por aproximadamente mais de 06 (seis) horas, devido a rigidez cadavérica e o livor mortis, presentes no cadáver.

Conduzimos o autor ao instituto médico legal, onde foi atendido sob a requisição pericial 2017-0989 e, posteriormente o levamos à UPA onde foi atendido sob a ficha 90980. Teve o autor lesões nos braços, tórax e cabeça.

Compareceu o *Perito*, que realizou os trabalhos que lhe são pertinentes e recolheu o instrumento do crime e constatou duas lesões contundentes abertas na cabeça da vítima. Não foi encontrado nenhum documento ou objeto que pudesse identificar a vítima. Também compareceu o *rabecão*, que realizou traslado do cadáver. Durante o atendimento da ocorrência, **a testemunha informou que o autor passa por problemas psicológicos e que veio residir em sua casa a pedido de parentes dele.** (Grifos meus)

5.2 Segundo passo – consideração do histórico: *situações de extermínio e seu possível vínculo com lógicas de gênero-sexualidade*

O fato que me horrorizou foi ver um soldado matar um preto. O policial deu-lhe voz de prisão; ele era da roça, saiu correndo. O policial deu-lhe um tiro. A bala penetrou dentro do ouvido. O soldado que deu-lhe o tiro sorria dizendo:

– Que pontaria que eu tenho!

Com o pé, ele movia o corpo sem vida do infausto e dizia:

– Ele deve ser baiano.

Eu fiquei pensando nos baianos que eram obrigados a deixar a Bahia porque lá não chove e serem mortos pelos policiais. Será que ele tem mãe? Quem é que vai chorar por ele? Ele não brigou, não xingou, não bebeu pinga. Não havia motivos para matá-lo. Quando o delegado chegou, olhou o morto, e mandou sepultá-lo. E tudo acabou-se.

(Carolina Maria de Jesus, 1986, p. 112)

Em contato com familiares, esses nos informaram que a *vítima* era uma pessoa pacífica; que não era de seu conhecimento se esse jovem possui desafetos e/ou problemas de relacionamento. Também não nos foi informado se a *vítima* era envolvida com drogas ou outras ações ilícitas.⁷⁵

Em todos os registros que considerei, a *prática* notificada foi um homicídio doloso. Todos os documentos fazem referência a essa *técnica*. Fazem referência ao ato de matar. Entretanto, na consideração dos eventos, não me parece suficiente dizer que houve um assassinato, que houve uma morte, ou que alguém tenha efetivamente morrido.

Ao refletir sobre medidas preventivas, olhando as *práticas* de extermínio, suponho ser importante um passo a mais. Me parece necessário considerar melhor aquilo que aconteceu. Assim, caso desejemos conversar e compreender minimamente o que está em jogo, me parece importante analisar a *situação*.

Como sinalizei, farei essa operação a partir do enquadre da *técnica*, da lógica e dos efeitos. Avaliando retrospectivamente, considero que foi um processo simples: ao pegar os REDS, selecionei aqueles casos que relatavam a morte de alguém. Ou seja, metodologicamente, selecionei as notificações em que um dos *efeitos* foi o extermínio.

Nesses mesmos documentos, é possível visualizar que as mortes foram executadas de diferentes maneiras – tiros, facadas, pauladas, enforcamentos são exemplos em cada caso – e é isso que eu estou chamando de *técnica*. Na história do garoto Alex, a *técnica* foi a surra.

Ao considerar os eventos, ressalto que não estava trabalhando com a noção de violência. Ela não me era útil. No meu trabalho analítico, não fazia diferença qual adjetivo estava associado a uma *técnica* letal. Se o resultado morte fosse alcançado com uma corda, com um empurrão, com um pontapé, com gasolina, isso não fazia diferença para mim.

Posso imaginar que essas palavras soem frias, mas esse exercício de indiferenciação foi alcançado de uma maneira bem específica: não é que a maior ou menor percepção de gravidade seja irrelevante. Não é que não afete. Não é que a briga, o xingamento, a pinga, a cor ou o (significado do) motivo seja indiferente.

O ponto é outro: apenas fiz um recorte para análise. Selecionei casos de homicídios para pensar. Se a morte de alguém foi percebida como violenta (ou mesmo legítima), esse não era o meu ponto.

O REDS que abre este tópico ilustra o que quero dizer. Ali é possível visualizar que alguém foi morto. Além disso, é possível observar que as pessoas diziam se tratar de um jovem

⁷⁵ REDS não incorporado à análise. A vítima tinha 23 anos. O autor, 0. Instrumento, arma de Fogo. Motivação, ignorada.

pacato, que não tinha problemas de relacionamento, que não se envolvia com drogas ou com outras ações ilícitas. Ainda assim, a vida dele foi encerrada. Com uma arma de fogo.

Trata-se de um documento que relata um efeito e uma técnica específica. Porém, do ponto de vista da análise, esse registro não me diz muita coisa. No trabalho analítico, minha preocupação não é apenas com a técnica ou com o efeito. Não é apenas com o ato de matar ou com o corpo estendido no chão. Por isso, torno a repetir: o mais importante é considerar a *situação*. É relevante *ler* o que foi notificado e tentar compreender como, quando e ‘se’ essas práticas poderiam ser concebidas como *tecnológicas*.

Dentro dos registros de ocorrência, uma das possibilidades nesse sentido é a consideração do histórico dos eventos. Operacionalmente, se trata de uma estratégia precária, o relato é mediado pela perspectiva de determinados profissionais – mas esse material é o que temos oficialmente, não vejo como, sozinho, contornar essa questão. Ou seja, apesar de frágeis, são registros dos equipamentos de Estado – e será para esse lugar que vou olhar.

Para começar exemplificando, a primeira notificação que trarei é de um caso em que as informações são “insuficientes e a investigação é necessária”. Não considerei que este histórico envolvesse lógicas de gênero e sexualidade, ele não foi contato na minha estatística:

Compareci no IML e comuniquei ao delegado de plantão o estado da vítima/sem vida, e aguardando o relato do médico de plantão, *Dr. Fin*, este informou que a vítima teria falecido por estar com diversos traumas. Diante do fato, repassei novamente a situação ao delegado de plantão e conduzi o autor a sua presença para as medidas cabíveis.

Esse, literalmente, foi o inteiro teor do relato. A possível agressão foi sem empregos de instrumentos. A motivação, “ignorada”. Na tabulação dos dados, indicaram vítima de “sexo” feminino.

Diante da pequena extensão do histórico, num primeiro momento, apenas liguei os pontos: uma mulher foi assassinada por um autor. Apressadamente, pressupus que talvez se tratasse de um caso de feminicídio. Contudo, ao considerar a idade, fiquei em dúvida. A vítima tinha um ano.

No universo de pesquisa, este registro me mostrou que era preciso ter cautela, precisão e rigor. Primeiro, ele me fez reconhecer que, diante das dúvidas ou da falta de significado, eu frequentemente recorria às informações tabuladas.

A partir de então, metodologicamente, diria que o relato me obrigou a tentar considerar o histórico mais de perto. Me compeliu, assim, a não ficar estabelecendo nexos de sentido relacional sem que houvesse indícios mais consistentes no próprio campo de preenchimento que eu estava a considerar.

Analicamente, ele me fez recordar que, apesar de alguns corpos estarem catalogados como masculinos ou femininos, isso não necessariamente diz respeito a uma determinada *situação* de extermínio. Ou seja, este caso me fez recordar que um determinado ‘dispositivo’ teórico-conceitual, ao incidir de modo exclusivo sobre a designação do ‘sujeito’, não é propriamente uma ferramenta ‘diagnóstica’ da ação social.

Além disso, neste relato em específico, considerando a idade da vítima e apenas aquilo que foi descrito nas quatro linhas, ele também me fez recordar que dificilmente essa cena seria interpretada como um caso de violência contra a mulher. Me fez recordar que “sexo”, caso seja um dispositivo de subjetivação, não apenas leva tempo para produzir seus efeitos verdade, como, em determinadas circunstâncias, é uma categoria estritamente relacional.

Há um outro REDS que aponta para isso. Foi um evento bastante dramático. Um caso retratado na mídia. O registro não é similar, mas coloca em pauta essas mesmas recordações. O meio utilizado foi “inflamáveis, químicos e explosivos”. Há relatos sobre quatro vítimas femininas menores de 07 anos. O episódio foi noticiado pela imprensa como “o massacre de Janaúba”.

Em relação a essa história, eu não só teria dificuldades em reconhecer lógicas de gênero e sexualidade, como teria receios em dizer que se tratou da morte de mulheres. As pequenas vítimas tiveram uma designação a partir do sexo sim, mas para a consideração do caso, não sei se o uso do dispositivo identitário seria relevante analiticamente.

Um segundo registro, descrito logo abaixo, intensifica essa conversa em uma outra direção. Ele interroga a pertinência do nosso sistema de informação oficial. Em minha leitura, a notificação foi agrupada no “dúvidas e outros”. Ou seja, mais um caso que não entrou nos meus cálculos.

O “sexo” é feminino. Há uma relação de parentesco entre a vítima e o possível autor. Dentro da abordagem metodológica da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, a articulação dessas duas informações possivelmente geraria um número para os casos de feminicídio no Estado. A vítima tinha 11 anos. A motivação, “ignorada”.

Compareceu a este *batalhão*, o Sr. *Antônio*, relatando que seu funcionário, *Henrique*, [...] pediu que deslocasse até a *cidade* e acionasse a polícia militar; pois o Sr. *Davi* havia entrado em contato com ele [...]. *Henrique* percebeu que o Sr. *Davi* (autor) estaria com algumas lesões bastante visíveis no pescoço [...].

De imediato deslocamos até a residência do Sr. *Davi*, sendo recebido pela Sra. *Juliana*, que nos relatou que o Sr. *Davi* saiu de casa por volta das 11:30hs com a vítima, sua filha, *Carolina*, de 11 anos, em sentido o alto da *colina*, alegando que iria com a menor para poder passar a leitura do relógio para a CEMIG, sendo que só no alto da *colina* é que eles conseguem sinal telefônico para realizar chamadas. Tendo ele retornado por volta das 14:00hs, sem a menor, e no momento em que foi questionado pela esposa sobre o paradeiro de sua filha; ele disse que ela havia ficado

para trás. E logo em seguida ele se lavou e trocou de roupas vestindo uma camisa listrada e uma bermuda bege, e evadiu do local tomando rumo ignorado.

Diante das circunstâncias começamos a procurar a vítima, foi mobilizada toda a população do *entorno* no intuito de localizar a menor. Tendo ela sido encontrada a aproximadamente dois km no alto da *colina*, local indicado pela família onde eles deslocam para fazerem ligações, caída ao solo de barriga para cima e já sem os sinais vitais. O local é de difícil acesso; compareceu *a perita*, que após realizar os trabalhos de praxe, e em contato com o *delegado de plantão*, liberou o corpo para a *funerária*. A vítima apresentava concentrações sanguíneas no rosto e hematomas. **A família foi retirada da zona rural e trazida para a cidade para a casa de familiares. Foi feito contato com a assistente social do município, Sra. Ana Paula, para que pudesse dar assistência (apoio) à família.** Segue rastreamento no intuito de localizar o autor. (grifos meus)

É óbvio que não estou operando com feminicídio aqui. Nessa *situação* – que me soa bastante dura – optei por este registro porque ele faz referência a uma delicadeza policial. Não me recordo de ter visto este aspecto em algum outro histórico.

Lidar cotidianamente com o tormento; presenciar e testemunhar o flagelo – relatar casos e mais casos de infelicidade e infortúnio – não me parece ser uma atividade muito agradável, mas há quem realize. O que aconteceu naquele lugar não tenho certeza se é um procedimento operacional padrão, mas é bastante sensível. Além de fazer o seu trabalho de praxe, a equipe policial parece ter tido um singelo cuidado – um pequeno gesto, é verdade – mas confesso que gostei da medida.

Por estarmos parcialmente distantes, é possível que nos esqueçamos que se tratam de cenas de assassinatos e que há muitas relações em jogo. Levar a família da garota até a cidade, deixá-los junto de seus parentes e, além disso, contatar a assistente social para dar apoio naquele momento difícil, me pareceu uma ação pontual, mas extremamente importante.

Por que tocar nesses pontos? Simplesmente para dizer que era isto que eu fazia: quando não notava a presença de lógicas de gênero e sexualidade, eu continuava observando para tentar entender o que se passava. Dava continuidade tanto para me certificar de que não via lógicas de gênero e sexualidade em todo e qualquer documento, como para tentar compreender de que modos aquelas histórias estavam sendo produzidas, registradas e tratadas. Sem me relacionar diretamente com as pessoas, essa foi minha estratégia e movimento de aproximação. Entrei na cena.

Dito isso, agora acho que posso seguir com o meu caminho. Vou te mostrar como funciona parcialmente o meu ouvido. Vou me dirigir aos relatos que ‘envolvem’ lógicas de gênero e sexualidade.

Entre as 315 notificações, consegui identificar 18 registros de homicídios vinculados a essas tais lógicas. Eu sei que já escrevi demais. Não acredito que seja necessário apresentar todo o conteúdo dos históricos.

Também não acho relevante citar todos os casos. Agir assim apenas aumentaria ainda mais o volume de leitura. Além disso, o que está em questão é o método de análise. A qualidade da ferramenta conceitual é que precisaria ser testada – e não propriamente o número que produz.

No histórico de agora, a vítima foi um garoto de 12 anos. Sexo: masculino.

[...] Contatamos a Senhora *Cristina* (mãe da vítima) que nos relatou que possui um relacionamento afetivo com o Autor *Francisco* há aproximadamente 14 meses e que *Francisco* constantemente faz uso imoderado de bebidas alcoólicas e por qualquer motivo discutia com a referida e, às vezes, a agredia. Entretanto, na data de hoje especificamente, o autor havia comparecido ao imóvel onde reside a família e onde, até então, também residia o autor, com o intuito de apanhar alguns pertences (botijão de gás e chuveiro) e ir embora, pois segundo *Cristina* o casal decidiu por se separar, tendo *Cristina* permitido o acesso de *Francisco* ao interior da casa com essa finalidade, porém, o autor apresentava sinais de ter ingerido bebidas alcoólicas, bem como se apresentava bastante agressivo. Tendo em um dado momento da partilha dos bens se desentendido com *Cristina*, tendo começado, a partir daí, uma intensa discussão que evoluiu para agressão física contra *Cristina*, que sofreu empurrões e solavancos por parte do autor, o qual não se ateve somente as agressões vindo a se apoderar de uma faca de cozinha e desferido alguns golpes, contudo, sem atingi-la, momento em que os filhos de *Cristina*, os adolescentes *Júlia e Patrick* [...] intervieram no intuito de auxiliar sua mãe a não ser atingida [...] *Patrick*, apesar de possuir desenvolvimento mental incompleto, o que culminava em um certa dificuldade de locomoção, interveio no socorro de sua mãe, ocasião em que sofreu um golpe na altura do tórax, na linha do coração, ferimento este que o vitimou fatalmente.

Apesar de merecer maiores ponderações, considere que o evento principal estava vinculado a lógicas de gênero e sexualidade. O conflito entre *Cristina* e *Francisco* me parece estar permeado por essas lógicas. Quanto à ação de *Patrick* – eu não tenho certeza – talvez envolva outras racionalidades, mas, de todo modo, incorporei esse histórico ao meu agrupamento. Não sei se seria importante mencionar, mas a *Júlia* também chegou a ser atingida. Ela levou três facadas e foi atendida pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Se compreenderam o processo analítico – se tiverem conseguido escutar o que acabei de dizer – notarão que separei os eventos. Esse caso teve o efeito morte, mas houve outros também. Essa ocorrência apresenta múltiplas consequências. Uma delas foi o extermínio. Outra foi a agressão da filha. Analiticamente, estou ouvindo *situações* conexas.

Conseguí visualizar um evento principal e alguns desdobramentos que lhe estão associados. Porém, não há ordens de grandeza. A ação é conceitual. Ainda que eu esteja utilizando uma determinada ferramenta teórica para separar as coisas, este episódio é um só. Há vários acontecimentos, mas apenas uma cena.

A letalidade é um efeito que nos chama atenção. Neste caso, ela foi contingente. Patrick não parecia ser o alvo. Sua morte não era necessária, mas aconteceu. Cheguei a ler trabalhos acadêmicos que designavam esse tipo de evento como circunstancial. Em tom explicativo, era como se a vítima estivesse no lugar errado, na hora errada, em meio à confusão. Seguindo esse mesmo enquadramento, também notei indicações semelhantes na inteligibilidade militar, mas nomeavam essa adversidade como efeito colateral. Não é preciso mencionar que ficava chocado com essa maneira de pensar. Acadêmico-militar.

Portanto, espero que não confundam as coisas. Apesar de entendê-la, não é assim que analiso. Meu processo aqui foi outro: a lógica de gênero foi utilizada tanto para compreender as relações afetivas entre Cristina e Francisco como, em diversos aspectos, para ler as formas de organização de um determinado espaço social: neste caso, o doméstico-familiar.

Apenas para exemplificar, vou mostrar essa operação divisiva de outro modo, mas agora privilegiando a categoria sexualidade. Contudo, não deixem de observar que, caso não presumisse se tratar de uma *lógica* política, não conseguiria compartilhar o que possivelmente se passou. Não seria possível partilhar essa versão.

A vítima tinha 17 anos. Foi considerando a ação da garota que construí a hipótese.⁷⁶

Acionados pela *Solicitante* senhora *Beatriz*, segundo ela chegaram em um veículo 04 rodas (sem maiores dados) três homens encapuzados, um alto e dois de estatura mediana, trajando blusa de frio, se identificando como policiais e pedindo insistentemente para abrir a porta, não sabendo a solicitante identificar os autores do delito.

Logo após os autores entraram na residência arrombando a porta da sala e encontraram a vítima *Arthur* dormindo com sua namorada *Isadora*, os autores foram até *Arthur* e desferiram várias facadas, tendo os autores evadido tomando rumo ignorado. [...]

Segundo *Beatriz*, no momento da ação dos autores, ouviu também dois disparos de arma de fogo, sendo que a menor *Isadora*, ao intervir na ação acabou sendo vitimada, entrando em óbito no local dos fatos. [...]

Foram encontrados vestígios no local do crime sendo: 02 celulares, 01 pedra de crack, 01 bucha de maconha, 01 lâmina de faca e 01 cabo da faca, todo material apreendido pela perícia técnica, que, após os trabalhos, liberou o corpo da vítima para a *funerária*.

Eu fiquei com muitas dúvidas em relação a esse registro. Pelo relato, o alvo parecia ser o Arthur. No entanto, ao intervir na ação, Isadora também acaba sendo vitimada. Ela tinha 17 anos. Se estava em risco, por que interferiu? Lembram-se do caso Márcia e José Antônio? Lembram do que aconteceu com o garoto? Recordam-se da noção de tática?

⁷⁶ Não se esqueçam: eu afirmei não ser possível acessar a versão da vítima. Em um caso de homicídio consumado, acho que isso não tem jeito. Esse registro, portanto, não integra o meu agrupamento privilegiado.

Eu não conseguiria dizer ao certo, não investiguei demais, mas presenciar seu namorado sendo esfaqueado e não fazer nada a respeito é uma hipótese que talvez me ajude a compreender o que se passou. A razão seria sensível. Isadora gostava do Arthur. Se isso fizer sentido, diria que teríamos no mínimo dois eventos conexos neste caso também. Ainda que ausentes no início, no segundo momento seria possível notar algumas lógicas de gênero e sexualidade.

Assim, se levarmos em consideração todo o registro, o paralelo com o evento anterior é óbvio: tentar explicar uma *situação* apenas por meio de relações diretas (ou indiretas) é uma abordagem francamente insuficiente. Ainda que os momentos possam ser analiticamente considerados, o que os vincula (ou os separa) não é exclusivamente uma relação de efeito, contiguidade, causa ou circunstância. Há lógicas políticas presentes em campo.

Sob esse aspecto, se a intenção for construir medidas preventivas mais qualificadas na esfera da segurança pública, diria que compreender essas lógicas seria um passo relevante.

Reflitam comigo: nos dois casos houve uma intervenção letal. Nos dois episódios, alguns profissionais das políticas públicas atuaram postumamente, mas o problema que estou tocando é anterior. O desafio está em intervir preventivamente.

Se considerarmos o momento do evento, Isadora, Patrick – ou Luiz Carlos Ruas – não tinham muitos repertórios além daqueles que possivelmente empregaram durante o conflito. Mas vou repetir: isto não é a minha questão. Isto foi o fato.

A questão não é o que as vítimas fizeram e que fim levaram, a questão é aquilo que eventualmente os equipamentos de Estado poderiam ter feito. A questão é o que se pode fazer no campo das políticas públicas.

Na esfera de Estado, como atuar de uma maneira eficaz para que cenas como essas sejam minoradas? Diante da fatalidade, tentada ou consumada, acredito que buscar compreender as lógicas vinculadas às *práticas* de extermínio seria o mínimo a fazer.

Uma outra história: a criança tinha 10 anos. Instrumento, arma de fogo. A cena começa com um jovem tatuador apagando uma letra na virilha de uma garota. O namorado não aprova a ação e decide tomar uma medida em relação ao ultrajante profissional. Ele vai até a casa do artista, chama pelo seu nome. E atira. (Pá!). O alvo principal não é atingido, mas um menino morre.

Vitimização colateral? Dolo eventual? Qual era a real intenção do autor? O que o movia? Qual era o seu *animus agendi*? Da maneira que analiso, ainda que essas perguntas gerem implicações no fantástico mundo jurídico, isso não altera praticamente em nada o evento que se passou. São questões que me parecem muito mais vinculadas a uma certa vontade de

saber, faculdade de julgar e vontade de prender, ‘dosimetricamente’ milimetrada. É uma pena em forma de pensar.

Mas vamos continuar, o tempo está se esgotando. Há um prazo determinado para defender esta tese. O alvo tinha 17 anos. Ele foi alvejado por disparos de arma de fogo. Se a versão da testemunha for plausível, seria um caso que envolve lógicas de gênero e sexualidade. Ou seja, este também foi um REDS que entrou no meu agrupamento.

Fomos informados pela *Testemunha* que relatou o seguinte fato: estava em companhia de seu *namorado* em sua motocicleta e, ao aproximar de sua residência, estacionou o veículo em uma garagem nas proximidades; que dois homens "encapuzados" [...] efetuaram vários disparos [...]. Relatou ainda que seu ex-companheiro *Plutão* lhe disse que se ela não ficasse com ele não ficaria com mais ninguém, podendo o crime ser passional ou disputa de tráfico de drogas. Conforme REDS: 2017-005-001 [...].

“Passional” não é exatamente uma lógica, mas tudo bem. A questão não é esta, o que me parece interessante é que realmente o evento pode ser associado a outras questões. Há uma operação policial ali. Há a inserção de outros elementos. Neste caso, além do relato da testemunha, houve a colocação de uma hipótese bastante plausível, aventada documentalmente. A investigação é necessária.

De maneira contingente e similar, esse tipo de trabalho desempenhado pela polícia também me levou a colocar outro registro no lógicas de gênero e sexualidade. Primeiro, houve a incitação do discurso do tráfico. Logo em seguida, a indagação sobre outras situações. A garota tinha 15 anos. Seu corpo foi encontrado queimado à beira de uma estrada.

Em diálogo com os profissionais da segurança, o pai da garota afirma que “ela estaria com um indivíduo de nome *Tales*, que seria traficante e residiria no bairro *da Biqueira*”. A informação não procedia.

Posteriormente chegou ao nosso conhecimento que a vítima é ex-namorada de um indivíduo de nome *Mateus*, residente do *Rio Triste*, e que ele poderia ser o autor. Novos levantamentos foram realizados e, contando com apoio do comando tático, levantamos o endereço do menor.

Nesse segundo momento, o menor é inquirido. Ele afirma que matou a garota. Houve uma discussão pelo telefone. Ela o depreciava e falava mal de sua atual namorada. Eles resolveram se encontrar e conversar. Ela o agrediu com um estilete e ele revidou com um soco. Não vou continuar o relato, o final da história vocês já sabem. Termina na estrada.

Vamos a outro registro?

Segundo a testemunha, o corpo estava com a parte frontal voltada para cima e totalmente despido. No local constatamos que o corpo já apresentava rigidez cadavérica e sinais de violência. Acionamos imediatamente a *perícia*. Após os trabalhos de praxe fomos informados que a vítima apresentava sinais de estrangulamento e algumas escoriações no braço e perna esquerda.

A garota nua tinha 15 anos. O trabalho preliminar dos policiais levanta distintos suspeitos. Há algumas versões. O namorado. Um ex-namorado. E talvez um rapaz de nome *Uriel*. Em seu conjunto, o relato traz lógicas de gênero e sexualidade. Entretanto, se o objetivo for encontrar o possível responsável pelo homicídio, diria que o caso não está solucionado, maiores investigações seriam necessárias.

Nem todos os registros apresentaram essas sutilezas ou dificuldades. Havia tramas mais amarradas. Versões muito plausíveis. Com suspeitos identificados, relatos de testemunhas, documentos oficiais, alvos certos, um enredo clássico e fechado.

Apuramos que a vítima era ex-namorado de *Karina*, REDS 2096-0014, e que *Mick* e *Tyson* estavam disputando entre eles quem iria ficar com ela, sendo esta a possível motivação do crime.

Dentro desses grandes roteiros, encontrei de quatro a cinco registros que faziam referência a lógicas de gênero e sexualidade. Os históricos apresentavam elementos distintos entre si – inclusive quanto à posição das vítimas. Em alguns casos, a fatalidade incidia sobre o atual namorado. Em outros, numa espécie de reviravolta trágica, quem morria era o antigo companheiro. Basicamente, foram retratadas histórias de amor, paixão, rejeição, vingança e morte. Heterossexualidade, monogamia, crime e castigo. Era uma série absurda de conflitos entre adolescentes, especialmente entre garotos.

Porém, o que me espantava era a idade da galera. As vítimas – masculinas ou não – eram muito novas. Tudo parecia girar em torno de uma configuração de casal muito estranha. Se fossem adultos, eu entenderia. As pessoas que atingiram o termo de seu crescimento são sujeitos que se relacionam, que pensam, falam, expõem suas posições, explicam como é o mundo e como deveria ser uma política sexual.

No entanto, quando via isso ocorrendo entre vidas de 15 a 17 anos, ficava tudo muito esquisito. De fato, os conflitos entre adolescentes pareciam algo muito próximo do contexto adulto, mas eu realmente não conseguia entender este atrito em mentes e corações tão jovens.

Numa época em que eu me interessava só por Política, não seria difícil diagnosticar a *situação*. Eu daria respostas. Utilizando *slogans* mais clássicos, chamaria tudo isso de horror, barbárie ou, de maneira mais elaborada, tentaria vincular as questões ao grande tópico da desigualdade. Correlacionaria todos os eventos em uma espécie de ordem sócio temporal mais ampla. Colocaria tudo em forma de chave interpretativa. Daí, sem pestanejar, diria que esses fenômenos retratariam os campos de extermínio da desigualdade.

Contudo, ao olhar os históricos, quando considerava as *práticas*, notava não se tratar impropriamente de desigualdade, e sim de racionalidades bastante específicas: lógicas de gênero e sexualidade. Apesar de efeitos diferenciais, a presença dessas categorias de pensamento e sensação - com um sentido muito preciso e muito bem determinado – é notória.

Apontar os aspectos mais pronunciados não seria difícil, tenho casos típicos aqui comigo: um garoto que mata a sua namorada grávida ou a história de um casal que esfaqueia alguém. Pelo que consegui entender, no segundo relato, um adolescente mexeu com a namorada do outro. Possivelmente ele cobiçou a mulher alheia. Foi uma cena regulamentar, mas, apesar de poder investir aí, penso que não é um caminho necessário.

Neste momento me parece uma perda de tempo insistir nos casos “modelo”. Eles fazem parte do agrupamento que construí sim, mas não agregam muito além do óbvio. É preciso caminhar na análise.

Nesse sentido em específico, quando a questão é a reflexão no campo das políticas de segurança pública, noto registros mais complicados. Como não sou jornalista, vou te poupar dos detalhes e dos números cortantes, mas escutem este caso. Uma das vítimas tinha seis anos.

Sr. delegado, fomos empenhados pelo COPOM [...] e de acordo com uma denúncia anônima havia ocorrido um homicídio que vitimara duas pessoas, sendo mãe e filha. Chegando ao local, fizemos contato com o irmão e tio das vítimas respectivamente [...] ele relatou que recebeu um telefonema da escola onde sua irmã trabalha dando conta de que a mesma não tinha comparecido ao trabalho nos últimos dois dias. [...]

Segundo informações de familiares, o motivo do crime seria passional uma vez que a irmã estaria se relacionando de forma não oficial com um cidadão. Contudo, não há informações sobre o nome e tampouco da veracidade da autoria.

A testemunha indica lógicas de gênero e sexualidade. Diante de um primeiro contato, a escuta policial relativiza a fala ali mesmo no documento. Especialmente se considerarmos as possíveis implicações na esfera jurídica, me parece um procedimento válido. Realmente há que se ter cautela. Achei ‘interessante’.

Contudo, relativizar não é desconsiderar. Ou seja, ainda que reconheça a necessidade de investigação posterior, coloquei esse registro dentro do grupo que estou a ressaltar aqui nesta tese.

Curiosamente, acho que os profissionais também fizeram a mesma coisa. Apesar de terem relativizado a questão, a “causa presumida” foi preenchida como passional. No entanto, sem a indicação da autoria ou dos possíveis vínculos entre vítima e autor, não tenho certeza de como essas informações seriam analiticamente processadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Na elaboração de seus relatórios consolidados, este seria um caso

de violência doméstica? Violência contra mulher? Violência contra crianças? Femicídio? Como a informação desse homicídio seria sistematicamente qualificada?

Da maneira como opero, seria um pouco mais fácil responder. Não tenho grandes preocupações em ressaltar o ambiente onde o evento ocorreu ou tampouco como as vítimas foram sexualmente classificadas. Indico apenas que o registro faz referência a uma *situação*. Faz referência a lógicas de gênero e sexualidade. Trata-se de um outro modo de leitura e configuração do evento. É uma estratégia mais simples – é fato –, mas que não deixa de ser igualmente parcial.

Nos registros de homicídio, um limite que não sei se pronunciei se dá, por exemplo, em relação aos casos em que não há relatos de testemunhas e onde todas as pessoas envolvidas morreram. Diante dessas cenas, consegui reconhecer algumas dificuldades do trabalho de notificação e dedução policial.

Qualitativamente, vi que fazia muito sentido apontar a “ignorância” ou mesmo “informações insuficientes” em determinados eventos – algo que não necessariamente representa um óbice para reflexão, apenas indica a necessidade de tratamentos posteriores.

Incluí o próximo REDS no meu agrupamento analítico. O relato mostra um pouco desse tipo de dificuldade e o meu caminho (mais pragmático) para a organização das informações:

[... fomos solicitados a comparecer] na fazenda *da Esquina*, zona rural de *Vista Alegre*, onde teria ocorrido um duplo homicídio seguido de suicídio, [...] observamos que na cozinha da casa encontrava-se em decúbito ventral o corpo de *Belmiro* e do lado esquerdo do cadáver encontrava-se uma faca tipo peixeira [...] e um celular quebrado; preso à sua mão esquerda, uma corda usualmente utilizada em serviços diversos de natureza rural agrícola. Do lado direito do corpo de *Belmiro*, na saída do banheiro da casa, encontrava-se em decúbito dorsal o corpo de *Tatiana*, 16 anos de idade, enteada de *Belmiro*, envolto em uma toalha, [... testemunhas colocaram a toalha em] *Tatiana* uma vez que ela estava completamente nua. Dando prosseguimento, foi observado que na ante sala estava [...] um machado [...]; no quarto do casal, estava estirado, com parte do corpo em decúbito dorsal na cama e com as partes inferiores no chão, o cadáver de *Margarida* (companheira de *Belmiro*).

Do que pudemos apurar, a jovem *Tatiana* bem como *Margarida* sofreram agressões letais provenientes de arma branca [...] o corpo de *Belmiro* apresentava uma perfuração na altura do peito, lado esquerdo, proveniente de instrumento cortante.

Em conversa com um dos irmãos de *Margarida*, [...] ele] nos informou que *Belmiro* era uma pessoa que ora trabalhava ora não trabalhava, contudo de boa índole, não tinha inimizade com ninguém. Há uns dois meses atrás ficou sabendo [...] que *Belmiro* estava molestando a enteada *Tatiana*, que quando saíam de motocicleta ele parava no meio do caminho e além de passar-lhe as mãos mostrava para ela os órgãos genitais. Em dado momento, compareceu no trágico cenário do crime o senhor *Levindo* [...] e] declarou que há um tempo atrás deu carona para *Belmiro*, *Margarida* e *Tatiana* e o assunto que surgiu após a carona foi que a *Tatiana* comentou com sua filha que *Belmiro* a convidou para morarem juntos e recentemente ele deu um celular caro de presente a *Tatiana* (tal aparelho quebrado, caído ao lado do cadáver de *Belmiro*) o que

causou ciúmes por parte da mãe *Margarida*. [...] Cabe salientar que os materiais acima citados (faca e telefone celular) foram recolhidos pela perícia técnica.

O episódio apresenta muitos elementos. Poderia abordar cada um deles nos mínimos detalhes. Porém, ao agir assim, ao rerepresentar as coisas de outros modos, não tenho certeza de quais poderiam ser os efeitos sobre você. Como se trata de uma prática de extermínio, acho que possivelmente causaria muita dor e bastante pesar.

Portanto, em vez de trabalhar com a “sonata ao luar” ou com o “prelúdio em dó maior”, preferi ficar com o registro oficial mesmo. É mais simples. Apesar de não explorar algumas possibilidades de leitura, escrita e afetação, essa modalidade de relato institucional me parece ir direto ao ponto. É uma forma comunicativa mais burocrática. É uma escrita profissional interessante. É organizadora. É objetiva.

Eu costumo comparar esses registros, por exemplo, com a ‘estrutura’ de um trabalho acadêmico – “tema. problema. objetivos. método. análise. considerações finais”. É burocrático sim, mas não é ‘essencialmente mal’ ou irrefletido.

Nesse último histórico, por exemplo, a dimensão mais padronizada é muito curiosa: os policiais mencionaram uma solicitação de comparecimento e fizeram uma primeira descrição do que encontraram pelo caminho. Em seguida, há a elaboração da primeira hipótese enquadrada em tipos penais. Por fim, vemos o levantamento de algumas possíveis histórias. Ou seja, é uma forma que facilita a disposição das informações e, além disso, vai direto ao ponto.

Ali, como se pode notar, há uma versão indicativa de um duplo homicídio, seguido de suicídio. Ainda que o evento possa ser um pouco mais intrincado, caso essa grande hipótese se configure, o trabalho propriamente jurídico-penal termina. Caso encerrado.

Se considerarmos esse aspecto em específico, analogamente seria possível notar algumas coisas. No meu trabalho gráfico, naquela imagem que compartilhei, é fácil visualizar que a montagem dos agrupamentos tinha finalidades pragmáticas também: comunicação, reflexão e indicação. Em meu exercício de leitura e organização dos dados, agi como profissional. Tinha uma tarefa a realizar.

Nesse sentido, ao menos no campo das indicações, posso dizer que não indaguei demais. De maneira muito prática, não me perguntei propriamente sobre a veracidade ou não da trama, sobre a complexidade ou não das histórias. A única ação a que me detive foi apenas a de indicar se um determinado histórico fazia (ou não) menção a lógicas de gênero e sexualidade.

Diria que os fatos, a verdade, o real, a linguagem, o imaginário, a física ou a metafísica do sujeito e da sociedade não foi propriamente objeto da minha atenção. Ao trabalhar

com esses documentos, não tinha qualquer pretensão de tocar nessas questões e tampouco entabular alguma discussão supostamente mais ‘profunda’. A minha ação acadêmica foi trivial.

O exercício era meramente olhar para o registro e tentar identificar aqueles que estavam vinculados a lógicas de gênero e sexualidade. Realmente algo muito simples, mas profissionais da segurança não fazem isso. Fazem outras coisas. Mas olhar para os registros e pensar em gênero e sexualidade como uma lógica política, isso acho que não fazem.

Se estiverem duvidando do que acabei de dizer, solicite essas informações às Secretarias de Segurança Pública. Perguntem quantos casos de assassinatos podem estar associados a lógicas de gênero e sexualidade. Duvido muito que terão algo mais criterioso a apresentar.

Em Minas Gerais, no ano de 2017, apenas em relação a vítimas menores de idade, eu consigo apontar no mínimo dezoito REDS. Com distintos alvos, distintas histórias e diferentes efeitos. Compare isso que escutei, que posso apontar e mostrar, com aquilo que os órgãos oficiais são capazes de dizer e oferecer.

O escândalo, dentro dessa conversa, é que estou trabalhando com fontes do Estado. Estou considerando a mesma base de ‘dados’. Informações muito precárias, com muitas mediações, mas o exercício analítico foi tão simples que nem precisei tentar contornar problemas para fazer notar algumas coisas.

Contudo, não me interpretem mal uma outra vez. Apesar desse tom “crítico”, apesar da atividade ser realmente muito simples, não é absolutamente ingênua. É algo que exige níveis mínimos de competência e escuta política. Eu sei que há profissionais da segurança pública que conseguiriam realizar essa atividade informativa, mas isso não é feito de modo sistemático. Parece que é mais fácil organizar as coisas em torno de alguns tipos penais e múltiplas causas presumidas do que realizar essa tarefa.

Por fim, para não parecer tão insensível com as dificuldades operacionais na esfera do funcionalismo público. Vou compartilhar um certo dilema que me apareceu. Eu disse ter dificuldades em relação aos registros em que não há testemunhas ou onde todas as vítimas morreram. Efetivamente, essas são notificações complicadas de agrupar. Porém, há uma outra circunstância cujo processo analítico parece ser igualmente desafiador. Não exatamente pela falta, mas pelo excesso discursivo.

Há casos onde a possível autoria é identificada. Algumas pessoas explicam a história – confessam o crime –, outras não. Entretanto, há registros em que os desafios são um pouco maiores. O alvo tinha 14 anos.

Acionados, comparecemos ao local onde foi localizado o corpo da vítima conhecido como "Mino", com sinais de violência e disparos de arma de fogo, [...] durante o atendimento da ocorrência policial, foi informado através de denúncia via 190 que os autores ainda estariam na *cidade* e que a envolvida conhecida como *Clara* [...] tinha conhecimento e detalhes do crime e dos autores. Após deslocamento até a residência da envolvida, esta, na presença de um *Cabo e um Soldado*, confirmou que auxiliou na localização do corpo da vítima [...] e que, *em determinada data*, conversou com "Mino" na *quebrada*, e este lhe perguntou: "*Clara*, o Plínio e o Tom estão me chamando para fazer um assalto na *fazenda*, o que você acha? Eu vou ou não?"; *Clara* disse para "Mino" não ir, pois poderiam fazer "casinha" para matar ele.

Ainda segundo relato da envolvida, nesta data, ao encontrar o infrator *Tom*, este lhe confessou que havia matado a vítima "Mino".

Diante dos fatos, foi feito rastreamento e localizado o autor *Plínio*, o qual, também na presença dos militares da equipe de inteligência, confessou que matou "Mino" juntamente com *Tom* porque estava sendo ameaçado de morte por ele e porque "Mino" estava tendo um relacionamento amoroso com a namorada de *Tom*.

O infrator *Tom* havia fugido *para outra cidade*, onde foi localizado e apreendido. Também foi localizado a arma de fogo, que supostamente foi utilizada no crime de homicídio, na residência do menor infrator *Caíque*. A senhora *Eleonara*, mãe do menor infrator, franqueou a entrada da guarnição, que localizou dentro de uma gaveta no quarto de *Caíque* um *revólver Taurus* [...] tendo esta entregado espontaneamente aos militares.

O autor *Plínio*, na presença do *Tenente*, do *Aspirante* e do *Soldado*, declarou que o infrator conhecido por "*Dadinho*" foi o mandante do crime de homicídio que vitimou "Mino", por motivos de uma dívida de uma *arma de fogo* que foi apreendida pela Polícia Militar com o autor conhecido por "*Cipó*" este ano, arma esta que pertencia a *Dadinho*, mas estava sob os cuidados de "Mino" e também porque "Mino" estava causando intriga entre *Dadinho* e *Plínio*. Diante dos fatos foi realizado a prisão do autor *Plínio* e *Tom*, não sendo possível localizar o mandante e infrator *Dadinho*.

Este é o caso da "vítima com outras dívidas". Há um indicativo da testemunha. Há uma certa imagem corroborada pela polícia e, além disso, há versões entre um só autor. Essas histórias não necessariamente se correspondem e podem fazer referência a diversos elementos. Daí que eu acabei ficando em dúvida. Fiquei pensando se não deveria ter feito outro caminho.

Em vez de pegar os REDS das vítimas, eu poderia ter olhado os registros considerando a fala dos infratores e das infratoras da lei. Poderia ter tentado auscultar suas possíveis confissões. Talvez, assim, o meu banco de dados pudesse estar mais completo.

Dessa maneira, eu poderia fazer menção não só aos casos de pessoas que morreram, mas aos registros daquelas que acionaram, incorporaram ou citaram determinadas lógicas de gênero e sexualidade para tornar inteligível a execução de uma determinada *prática* de extermínio. Será que deveria ter seguido a moeda? Será que foi um erro eu ter me rebelado?⁷⁷

⁷⁷ A resposta é não. Na verdade, antes de iniciar este subtópico, eu já tinha lido todos os registros. Vítimas, autores e o *escambau* a quatro. Li tudo que dispunha. Só não apresentei os dados em conjunto porque não me pareceu necessário. Inicialmente, eu até possuía a intenção de abordar a autoria, mas isso estava vinculado ao contexto de 2017. A discussões em torno da redução da maioridade penal e algumas coisas que ouvia sobre "ideologia de gênero"; "a vida das crianças" e "o perigo travesti". Iria recortar a análise de autoria para fazer uma conversa nessa

Como não escreverei mais sobre esse assunto aqui, fiquem com uma cena. Ela indica alguns problemas e diferenças nos bancos de dados. Analisem *per si*. É um registro de autoria. Os elementos principais estão dispostos. O caso envolvia armas de fogo. A polícia conseguiu identificar os suspeitos do assassinato. No relato, apareceram as palavras ‘celular e proprietário de uma loja’. Achei estranho. Olhei rapidamente para idade da envolvida. 14 anos. Como ela poderia estar configurada como autora? Pensei que se a indicação estivesse correta, o caso não faria o menor sentido. A motivação era vingança. A exemplo daquele caso que envolvia o furto de roupas, imaginei que a tabulação oficial estaria muito equivocada. Porém, continuei a leitura. E foi simples. Quando terminei, compreendi o que se passou:

[...] No decorrer da ação policial o *Sargento* foi desacatado pela menor *Juliana*, que o ofendeu com a palavra de baixo calão "polícia pau no cu". Diante do fato, a menor infratora foi apreendida e conduzida até esta delegacia [...].

Era um registro de homicídio doloso. No decorrer dos *phatos*, a pequena autora de desacato incidental foi capturada pelo ‘histórico’ de uma ocorrência alheia. Achei irônico. Mas não faço juízos morais. Vi episódios semelhantes no mundo adulto.

Se eu fosse um grego de Atenas – ou se quisesse parecer intelectual universitário – usaria alguns termos de alto *calhão*: falaria na existência de um ‘*pathos-logoi*’ no evento relatado. Porém, não sou tão antiquado. Nem trabalho com isso. Analiticamente, quando me deparo com *situações* desse tipo, apenas observo que o sentimento de ofensa policial, e do policial, tem lógica. Ela é muito explícita. Consegue escutar?

Se não conseguir, posso ser didático: através do funcionamento organizado de algumas lógicas é possível compreender um evento. Uma vez que estejam conceitualmente elaboradas, num nível mais analítico, essas lógicas se mostram muito eficazes para a inteligibilidade política das cenas sociais. São ferramentas intelectuais que podem auxiliar no reconhecimento de determinadas técnicas de fazer ‘justiça’ e ‘injustiça’.

A depender das questões que se tem em vista, o uso de tais ferramentas tem o potencial de abrir espaço para repertórios reflexivos e, nessa brecha, nesse segundo momento, há possibilidade de utilizar essas lógicas em eixos menos ordenados por campos ou jogos de ‘dominação’.

linha. Queria inspecionar esses temas tão em voga na época. Queria testar os limites discursivos da “sensação de segurança” e da “ameaça sexual”. Porém, o ano mudou e alguns enquadramentos sociais também. Abandonei esse percurso. De todo modo, caso estivesse sob inquérito, até posso dizer que daria para apontar as coisas juntas sim. Não seria muito complicado. A única ressalva é que o foco na autoria traz dilemas bem específicos. Tenho, por exemplo, sete REDS onde a idade do autor/autora é “0”. É pouco provável que isto esteja correto. Um apontamento simples – reconheço –, mas eu gastaria muita *tinta tóxica* indicando os outros diversos problemas mais sérios que notei no sistema de informação. De todo modo, apenas para satisfazer a curiosidade de quem gosta de números, eu poderia indicar a quantidade de registros totais diferencialmente contabilizados. Poderia. Sim. Se eu quisesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se o aprisionamento do debate sobre a violência [...] em uma discussão circular. São sempre os mesmos autores e pesquisas que são convocados há décadas, gerando uma sensação de paralisia do pensamento. Trata-se de tentar catalogar os fatos, os feitos, os desvios e encontrar medidas de proteção e contenção. Aparentemente, todas as respostas são fracas e continuamos, década após década, envolvidos nos mesmos dilemas. Com o intuito de não ficarmos paralisados diante dos impasses dos debates atuais, resolvemos trabalhar com uma pergunta que consideramos chave: "há alguma coisa que pode ser feita agora?". (SCHILLING, F.; ANGELUCCI, C. B, 2016, p. 703)

Escreverei essa última parte ao revés. Vou lembrar minha ação mais pragmática e, uma vez que ela esteja colocada, abrirei alguma discussão em torno das questões ‘teóricas’ pelas quais passei.

Inicialmente, minha preocupação, meu tema e minha pergunta girava em torno da nossa matabilidade cotidiana, regulamentar, ‘violenta’ e evitável. Após me aproximar da descrição dos casos, me propus uma tarefa simples, útil, sensível e estritamente aplicável.

O que poderíamos fazer para reduzir alguns assassinatos que envolvem *lógicas* de gênero e sexualidade? O que poderia ser feito para obstar algumas *técnicas* de extermínio? Conceitualmente, essas eram as minhas indagações intelectuais.

Eu fiz recortes. Pontuei que minha área de interesse estava nos equipamentos governamentais. Eu não queria saber o que ‘você’ pode fazer; ou o que ‘eu’ posso fazer; ou o que ‘nós’ podemos fazer. Meu olhar estava nas políticas e procedimentos no âmbito do Estado.

Porém, não estava considerando a esfera da educação, da saúde, do trabalho, da cultura..., não, nada disso. Meu foco foi a segurança pública. A pergunta, sob esse aspecto, era muito direcionada: o que profissionais da segurança pública poderiam fazer para reduzir homicídios que envolvem lógicas de gênero e sexualidade?

Depois do que escrevi, imagino que não irão se surpreender com a superficialidade da minha resposta. Ela é básica. O que essas pessoas poderiam fazer? No mínimo, poderiam registrar melhor os casos de assassinato. Isto não tem sido feito de uma maneira adequada no sistema de informação oficial.

Quanto a este aspecto, portanto, não tenho muito a dizer. Pensando na redução da letalidade associada às relações de gênero e sexualidade, a minha única demanda para esse grupo de profissionais seria simplesmente que notificassem melhor essas modalidades práticas

de extermínio. Estou demandando somente um pequeno gesto de cuidado e responsabilidade no ato de registro ou no compartilhamento das informações.

Essa seria uma tarefa difícil? Não. Boa parte do trabalho já está feito. Pessoas muito gabaritadas já desenvolveram uma categoria analítica capaz de lidar com esse tipo de fenômeno. Já desenvolveram uma ferramenta conceitual estritamente aplicável neste campo. Seria apenas uma questão de usar a *lógica* na escuta, na leitura e na produção dos dados. Essa não é uma atividade complicada.

Eu me esforcei ao máximo para impor dificuldades. Quando escolhi olhar para o extermínio de crianças e adolescentes, isso foi apenas uma maneira de testar a viabilidade, a pertinência e o possível alcance da categoria analítica. Se tivesse olhado o mundo dos adultos, provavelmente teria sido muito mais fácil.

Nós sabemos que o gênero pode ser operacionalizado como uma tecnologia de extermínio. Os relatórios dos movimentos sociais e de grupos da sociedade civil indicam algo nesse sentido. Reportagens de jornal e dados oficiais de Estado também apontam histórias nessa direção. Ou seja, se considerássemos apenas as pessoas maiores e capazes, já teríamos algumas possibilidades de evidenciar e tratar os aspectos mais pronunciados. Porém, apesar da importância, não quis pesquisar esse lugar e esses alvos mais audíveis.

Eu precisava testar a categoria, queria ver seus limites, então procurei esferas onde ela teria menos legitimidade e menos possibilidade de sucesso explicativo: fui trabalhar nos marcos disposicionais da infância e da adolescência.

O raciocínio foi simples: se a categoria tiver relevância para a escuta e compreensão de *situações* mais difíceis de ler, possivelmente também será útil para os casos mais fáceis. Vocês viram. Eu fiz o teste. E, ao menos para mim, a categoria se mostrou uma ferramenta conceitual bem mais sofisticada que aquelas utilizadas na gestão e na produção estatal das informações. Porém, é preciso ter cuidado. É importante não tirar conclusões precipitadas: o fato de ter algum potencial analítico e, inclusive, de estar teoricamente melhor elaborada que outros “marcadores”, não significa que os atuais indicadores precisariam ser substituídos.

Correlacionar gênero, território, idade, raça, cor, entre outros elementos continua sendo uma possibilidade. A meu ver, o desafio estaria em utilizar esses instrumentos em uma atividade reflexiva sobre a nossa política governamental e nossos processos de extermínio. Não se trata, portanto, de substituir ou abandonar o que já temos. A questão não é essa, a questão é o uso, por isso não toquei em muitos e variados aspectos. Não tenho essa habilidade. Apesar de deixar alguns ecos e rastros ao longo do texto, deliberadamente me impliquei em uma

abordagem mais restrita. Escolhi uma análise muito pontual. Como disse, me envolvi em uma tarefa simples, útil, sensível e estritamente aplicável.

Foi uma tarefa rigorosamente trivial. Não fiz nada demais, apenas olhei alguns históricos de ocorrência policial e me perguntei se os eventos poderiam ter alguma vinculação com lógicas de gênero e sexualidade. Foi apenas nisso que me impliquei. Usei uma categoria analítica pronta e, com ela, li algumas informações disponíveis.

Depois de lidar concretamente com a minha questão, depois de me deparar com alguns problemas muito pontuais e depois de realizar o procedimento, acabei notando que estava envolvido em um objetivo ousado – talvez ‘utópico’: notei que aquele exercício metodológico banal era um mecanismo apto a categorizar determinadas *práticas* de gênero e sexualidade no sistema de coleta de dados da segurança pública.

A hipótese, a demonstração e a conclusão estão dadas: se esse procedimento for feito, se essa técnica de leitura for implementada, trata-se de uma estratégia que tanto pode subsidiar o acompanhamento e a avaliação das políticas de segurança pública, como pode contribuir para a construção mais apropriada de indicadores de violência.

Assim, de um ponto de vista teórico, prático e específico, estou defendendo algo muito sensível: com a noção de tecnologia – e em especial com a operacionalidade da categoria analítica gênero –, é possível pensar maneiras mais efetivas de contribuir para a redução de assassinatos ou, no mínimo, seria possível fazer o acompanhamento mais qualificado de determinadas formas de violência letal.

Considerando a precariedade da área e o fiasco do sistema de registro atual, é possível notar que abordagem de gênero é muito melhor que aquelas que se encontram por aí. Para gerar informações com inteligência, para entender que tiro, porrada, bomba e prisão não são exatamente as técnicas que precisamos em determinadas situações, a utilização do gênero como uma categoria política é bem menos rudimentar. Se a perspectiva for a produção de informações relevantes para a formulação de políticas de segurança, direitos e cidadania, trata-se, de uma ferramenta conceitual útil e significativamente mais expressiva.

- **Preenchimento de campos específicos, “motivação delitiva” e leitura tabulada dos registros de homicídio**

Apesar de não ter trabalhado com “orientação sexual” ou “identidade de gênero”, gostaria de fazer um breve comentário: os movimentos sociais têm solicitado o preenchimento

desses campos nos registros da segurança pública. De modo geral, não faço qualquer objeção a essa demanda. Entretanto, vejo desafios.

Nos casos de homicídio, ao lidar com algumas experiências, notei que preencher a identidade de gênero não seria tão difícil, porém, quando a questão é a orientação sexual, isso pode ser um complicador. Cheguei a perceber algo nesse sentido quando tive informações sobre uma pessoa bissexual que havia sido assassinada. Diante de uma vítima sem vida, o preenchimento desses campos pode se tornar algo relativamente embaraçoso. Contudo, em outros tipos de registro de ocorrência, reconheço que o preenchimento dessas categorias dispositivas pode chegar a ser relevante sim.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar se refere ao item “motivação” do crime. Apesar de ter insistido nas fragilidades de sua construção e preenchimento, noto que ainda é uma categoria importante para vários grupos de pesquisa. Observo que ela tem sido tratada como uma espécie de indicador mínimo. Porém, nos casos de homicídio que envolvem lógicas de gênero e sexualidade, ressalto que a designação identitária das pessoas envolvidas e o mero contato inicial com o evento não são suficientes para uma exposição de motivos com algum grau de confiabilidade técnica.

Assim, para que se possa deduzir ou compreender melhor as relações, seria crucial um processo de estudo posterior dos casos. Seria necessário um acompanhamento mais detido dos eventos. Sem isso, passar a inferir fenômenos mais amplos – seja através de posições teórico-apriorísticas ou mesmo através da visualização de dados tabulados – pode levar a equívocos bem pronunciados.

Nesse sentido, em um possível processo de leitura analítica, apenas ressaltaria a necessidade de rigor e cuidado. É preciso ser um pouco menos ligeiro diante da dor dos outros. É importante ter em vista que um crime de homicídio é uma cena que pode ser desdobrada. A morte de alguém é um evento relacional. É uma situação. É algo que pode ser lido. E, mesmo que o foco seja evidenciar o grande e bruto horror, é fundamental não esquecer de todas as práticas que estão condensadas nessas cenas terríveis – é importante não nos esquecermos das pequenas manifestações politicamente partilhadas em nosso extenso cotidiano.

- **Utopia, distopia e economia reflexiva de um movimento**

Se tivesse seguido o meu planejamento inicial de escrita, provavelmente teria feito alguma discussão mais apropriada no campo da reflexão democrática atual. A partir de uma certa noção de gênero, iria entrar numa conversa cabulosa sobre política, igualdade,

democracia, técnica e sensibilidade. Entretanto, não agi assim. Alterei o projeto. Apesar do meu fascínio por esses temas, notei que havia aspectos mais específicos que precisaria tocar. Além das demandas que me foram feitas, como estava pesquisando segurança pública na esfera de Estado, resolvi deixar a possível densidade de lado, abandonei minha utopia e me apliquei em um papo reto. Uma conversa na lata.

Talvez eu tenha sido um pouco sutil, mas a parada é a seguinte: prisão não é remédio. É outra coisa. É uma técnica governamental absurdamente cara e uma aposta explicitamente ineficaz diante de algumas situações.

Tem gente que faz questão de ler obras sobre abolicionismo penal ou direito penal mínimo para apontar essas coisas. Eu entendo, mas meu problema não é com a elaboração teórica do punitivismo ou com a justificação da repressão, minha questão é com o uso dessa gramática pelos movimentos sociais. Quando observo alguns desses discursos em lugares supostamente progressistas, humanitários e emancipados, percebo que a minha posição é relativamente ‘destópica’.

Empenhados pela sala de operações, comparecemos à rua *do Fato, na zona rural*, onde deparamos com a vítima *Laurentino* caído do lado de fora de sua residência, na beira da cerca, coberto por um lençol de cor branca, na posição de decúbito ventral.

Fizemos contato com as testemunhas, *Nicole* e *Ricardo*, que relataram que a vítima fatal estava de posse de um facão [...], que discutia/xingava sua esposa, *Ângela*. Afirmaram também terem presenciado o momento em que o Sr. *Laurentino* utilizou o facão para desferir dois golpes que atingiram sem causar ferimentos as nádegas da sua esposa. Ao perceber que sua mãe estava sendo agredida, o autor *Caíque*, no intuito de impedir a continuidade das agressões que seu pai promovia contra sua mãe, apoderou-se de um pedaço de madeira [...].

A *Perícia* constatou que a vítima estava com traumatismo craniano com perda de massa encefálica e não apresentava os sinais vitais. [...]

Caíque foi localizado nas proximidades do local do fato, não ofereceu resistência, sendo o menor infrator apreendido [...]. Segundo o autor, estava em sua casa momento em que *seu pai* começou a discutir com sua *mãe* [... escutou] seu pai golpeando sua mãe, apoderou-se de uma barra de ferro e desferiu dois golpes da cabeça da vítima, os quais a levaram a óbito. Ante o fato, o menor infrator foi apreendido, sendo ele informado sob seus direitos constitucionais e conduzido ileso [...]

O caso é bem simples. Diante de uma cena de violência ‘doméstica’, o filho acaba matando seu genitor. *Caíque* tinha 15 anos. Vocês, movimentos sociais (!), revolucionários, antissistema, que estão na vanguarda do pensamento político, que frequentemente vocalizam o grande valor simbólico de uma conquista, fiquem com um pouco desta economia reflexiva: a resposta prisional não é preventiva.

A prisão é uma ação posterior. Ao menos em tese, a prisão só ocorre depois que o crime foi praticado. Entendem? A prisão só acontece depois do crime, depois que o delito foi

cometido. Olhem o caso do Caíque. Ele foi preso. A situação era complexa, mas é fácil observar a falha do placebo prisional.

Cenas de extermínio envolvendo lógicas de gênero e sexualidade tornam essa discussão e diagnóstico bastante explícito: a teoria da prevenção geral é indolente. Portanto, se quiserem colaborar com perspectivas punitivistas, que seja, só não contem comigo para engrossar o coro de vocês..., eu trabalho em outro lugar e não tenho a menor preocupação em fazer parte desse tipo de movimento.

- **Biopolítica, necropolítica e relações de gênero e sexualidade.**

Este é um dos motivos pelos quais não queria entrar numa discussão sobre biopolítica e necropolítica: acho essas noções relativamente fracas e pouco delimitadas conceitualmente. Se fosse para falar alguma coisa, eu só criticaria.

Eu retrocedi por um motivo muito simples. Esses termos – mesmo que rudimentares – ainda têm dado margens para falar de alguns assuntos extremamente relevantes. Eu notei isso. Só que não vi as coisas a partir dos astros acadêmicos. Notei isso no relatório dos assassinatos trans.

O movimento trans está pedindo para que paremos de matar. Estão pedindo, por favor, para pararmos com isso. Para que essa solicitação tivesse um peso maior, para que este pedido tivesse outras possibilidades de escuta – talvez com alguma esperança de que o problema pudesse ser reconhecido – o movimento reuniu algumas produções acadêmicas. Não foi um levantamento sistemático, não me pareceu uma coisa muito profissional, mas foram atrás de algo. Reuniram produções bibliográficas brasileiras. E algumas delas falavam de biopolítica e necropolítica. Ao avaliar o material com algum cuidado, achei a discussão muito precária.

Eu bati o olho e meu coração partiu. Eram debates extremamente frágeis, mas de certo modo eram obras que foram valorizadas pelo movimento trans. A aposta parecia ser que aquela conversa acadêmica talvez pudesse contribuir para a redução dos assassinatos.

Biopolítica. Necropolítica. 179 mortes registradas. Em diversos níveis, achava a discussão horrível. Mas eram palavras que permitiam a conversa. Então retrocedi. Decidi não criticar. Não silenciar. Quis contribuir.

A partir daí, fiz o que pude. Peguei o Foucault. E fui extremamente temerário. Falei absurdos acadêmicos. Agi do modo mais excessivo que vinha à minha mente. Insanidade. Loucura. Mas é que também gostaria de fazer um pedido a essas pessoas com quem tenho alguma afinidade.

Críticos. Acadêmicos. Pessoas que se reconhecem nesse campo. Que falam do lugar alheio. Que se envolvem com o tema da biopolítica | necropolítica. Se vocês acham essa discussão relevante, se consideram esse tema importante, por favor, façam isso melhor. Tem pessoas fora da universidade acreditando em vocês. Elas estão juntando cacos. E acreditam que o debate universitário pode ajudar nesta tarefa. Não estou pedindo que joguem neste assunto o seu coração, mas, no mínimo, tentem dar ouvidos. Por favor, arrisquem um pouco mais de qualidade nessas produções bibliográficas. Se o trabalho de vocês for ruim, isso não vai contribuir para os relatórios. E o problema que a geral está denunciando é muito grave.

Mas, enfim..., tenho limites também. Perco a paciência assim que noto a falta de cuidado. Não gosto de ladainhas, não vou ficar insistindo, só dei algumas dicas caso desejem investir sua inteligência aí – mas ..., sendo bem franco, não ligo a mínima se vão me escutar ou não. Não quero debater com vocês. Vi seus autores de referência. Reconheço seus gigantes. E minha questão é outra: são as lógicas de gênero e sexualidade. Os efeitos e sua efetividade.

- **Interseccionalidade, política e igualdade**

Há alguns anos fui apresentado às ideias, às propostas e às práticas do Jacotot. Essa experiência teve um relativo impacto sobre mim: acabei reconhecendo a capacidade de qualquer pessoa para exercer o pensamento e para participar da construção partilhada de um mundo comum. Por sorte, ao mesmo tempo em que lia essas coisas e que tinha contato com as palavras, também tive ao meu lado pessoas que me demonstravam a possibilidade desse exercício.

Nesse caminho, a lição aprendida foi muito importante: minha perspectiva é irremediavelmente limitada e parcial. De certo modo, tentei lidar com essa constatação da melhor maneira que consegui. Porém, reconheço que fiz apagamentos. Especialmente, não acho que fiz jus às perspectivas interseccionais. Eu queria ter trabalhado com essas posições de uma maneira mais adequada, mas não consegui.

Agora, então, farei um pequeno reparo: apesar de ter olhado para outras categorias políticas, eu não me apliquei em um trabalho interseccional. Eu queria ter operado com interseccionalidade, queria ter aproveitado todas as contribuições que esse campo me proporcionou, mas não consegui trabalhar com essa perspectiva por uma série de fatores.

Neste momento, apenas ressaltaria aquilo que ficou bastante explícito durante o meu exercício de pesquisa: pensamento interseccional não é uma prática reflexiva passível de ser executada por um sujeito solitário. Isoladamente, não consigo pensar interseccionalidades.

A reflexão interseccional tem outros parâmetros. Por mais títulos que se possa ter – possuir, incorporar ou somatizar –, a perspectiva interseccional exige mais a pensar.

A perspectiva interseccional parece exigir não apenas uma capacidade singular e abstrata de inteligência, é um tipo de reflexão que precisa ser efetivada e produzida em conjunto. Isso me inspirou durante um tempo – foi o que me fez não dar centralidade total a determinadas categorias, foi uma posição que me obrigou a desfocar –, contudo, se efetivamente eu tivesse trabalhado com interseccionalidades, acho que vocês teriam lido uma outra tese.

APÊNDICES

- **Quando machismo e racismo se encontram: uma questão contemporânea para os movimentos sociais históricos...**

A primeira vez que a vi foi em 2009. Eu tinha acabado de entrar no NUH. Eu era mais um estagiário num projeto chamado “Educação Sem Homofobia”. A equipe de coordenação nos enviou um e-mail: deveríamos participar de um evento no Conselho Regional de Psicologia. No núcleo, isso era nomeado como atividade vivencial. O evento foi no final de janeiro, era uma ação para marcar o dia nacional da visibilidade trans. E a Mirella estava presente.

Ela foi uma das palestrantes. Ela estava perceptivelmente nervosa. Era visível que aquele não era um ambiente com o qual ela tinha muita familiaridade. Ela lembrava as primeiras vezes em que eu fui obrigado a falar em público. Um horror. Parecia ser uma situação bem desconfortável. Mas fora o nervosismo, tive uma boa impressão. Não me lembro exatamente sobre o que ela falou, mas achei interessante sua presença ali. Foi um ato que me chamou atenção... me fez recordar que a minha vida, com raríssimas exceções, quase não foi compartilhada com pessoas trans.

Oito anos mais tarde, a despeito do que eu gostaria, Mirella foi encontrada em seu apartamento. Havia sinais de violência. Seu rosto estava machucado. Seu sorriso estava comprometido. Disseram que ela levou um mata leão. O golpe final que não a deixou respirar.

Eu fui ao velório. Cheguei durante a tarde. Não sabia exatamente aonde ir. Perguntei na portaria. Eles não sabiam quem era Mirella. Este nome não estava lá. Eu entendi o problema. Mirella era um registro que não constava na carteira de identidade, mas acabei achando mesmo assim. Havia mídia. Havia pesar. Havia indignação. O clima era triste. Ela era negra. Aos 39 anos, Mirella foi enterrada no mesmo cemitério que o meu pai, no mesmo lugar do Rafael.

Como essa experiência foi notificada no Sistema de Informação de Mortalidade? Houve uma morte. Houve um assassinato. Procedimento operacional padrão: um número foi produzido.

Mas havia uma diferença. A Mirella era trans. Oficialmente, o registro não foi feito levando em consideração esse aspecto. Se eu estiver correto, a Mirella deve ter sido tratada como mais um número a compor as estatísticas da mortalidade (negra, masculina). A partir do uso da categoria sexo, produzimos um registro muito próprio.

Do ponto de vista estatístico oficial, não há contagem das mortes ou mesmo dos assassinatos de pessoas trans. Não há sequer o registro das vidas trans. Em um caso ou outro, essa é uma contagem que sistematicamente não se faz. É um pensamento que governamentalmente não se disponibiliza.

Sem a categoria negro, é possível mostrar desigualdade racial? Sem a categoria mulher, é possível mostrar a desigualdade de gênero? Sem a categoria trans, o que tem sido impedido de mostrar? O que se ganha e o que se perde nesse processo? Em que lugares a reflexão é intensificada? Em que lugares é relegada?

Quando racismo e machismo se encontram, é compreensível supor que haja vítimas preferenciais. Mas isso é pouco. Isso já tem sido dito há muito tempo. Para mim, dentro da produção hegemônica, o problema nem é este. O problema não é indicar que espécies de pessoas estão sendo vitimadas. Isso é importante dizer. Mas minha questão não é esta.

A questão é como se está articulando esse parecer vitimológico a conclusões evidenciadas por macro-dados: “o perfil típico das vítimas fatais permanece o mesmo: homens, jovens, negros e com baixa escolaridade.”

Tentar mapear a suposta ‘desigualdade’ a partir de um esquema generalista pouco cuidadoso implica nisto: na produção de uma modalidade de leitura que simplifica o registro das experiências ao mesmo tempo de nos fornece uma gramática coerente, bem-intencionada e extremamente frágil frente aos desafios que temos. Eu não tenho problemas com a fragilidade, mas ela precisa ser melhor considerada. Ela não precisa ser apagada em nome da razão objetivadora.

Pessoas trans têm sido assassinadas. Na denúncia desse fenômeno, travestis e transexuais têm feito questão de apontar o machismo e o racismo como intensificadores de letalidade. O movimento trans tem vocalizado as injustiças e as assimetrias nessas outras esferas.

Mas agora eu pergunto: os movimentos negros (ou os movimentos feministas) tem dado atenção e ouvidos ao extermínio trans. Esses movimentos sociais tem colaborado com essas vozes?

Temos falado em letalidade, assassinatos e genocídios. A questão que coloco aos movimentos sociais é simples: nesse campo de extermínio, desde o primeiro momento, algumas mortes sequer chegam a ser contadas de maneira adequada.

As nossas denúncias tem sido uma forma de conhecimento que apresenta um erro na aritmética das vidas. Um erro no próprio registro e modo de contagem. Em nosso modo de expor a dor, a fatalidade e a violência, usamos enquadramentos e categorias que não levam em

consideração algumas experiências. Dentro do nosso registro tradicional, algumas vidas (ou algumas mortes) dificilmente podem ser discutidas. Nós não temos feito uma contagem adequada. Nosso governo não tem dado ciência a fatos como os que aconteceram a Mirella.

Assim, movimentos sociais históricos, gostaria que tentassem me responder algo: uma morte que sequer é contada é uma morte que importa? Uma morte que não é registrada adequadamente, é uma morte que importa? “Se uma dada posição não chega a ser contabilizada como vida, que significados têm a sua morte?” Por que vocês não falam das experiências trans? Elas falam de vocês...

- **Quinta-feira: 20 de novembro**

Eu estava em uma reunião da CEPEF. O investigador de polícia me pergunta se eu fiquei sabendo do caso da Walkiria.

– Ah, não! Mais uma (?) – pensei.

Fiz duas ou três perguntas e respirei aliviado. Não haviam matado. Ela ‘apenas’ levou alguns socos e recebeu alguns pontos no queixo. Foi apenas mais uma cicatriz. Ufa.

- **Coisas de doutorado ...**

A proposta era simples. Eu deveria explicar meu problema de pesquisa para ‘um’ extraterrestre. Achei aquilo muito engraçado. Com certeza isso não seria possível, mas me pareceu divertido tentar:

No planeta onde moro, nós – os seres humanos – temos vários problemas para vivermos juntos. Nós não nos entendemos muito bem. Uma das consequências desse desentendimento tem sido algumas *práticas* de extermínio.

Nós, literalmente, temos nos matado – e isso dos mais diferentes modos. É um pouco chato... e um pouco triste ... mas umas das coisas que faço é tentar entender essas relações mórbidas.

Eu tenho feito isso a partir de um foco específico: algo que eu tenderia a chamar de gênero. Você já ouviu falar sobre isso?

No meu planeta, é comum pensarmos que o gênero é uma forma de classificação das pessoas e de organização da sociedade, mas eu estou achando que gênero é uma técnica de extermínio – é uma forma de fazermos morrer. E é isso que eu queria pensar melhor...

- **Nota preliminar: ...**

Corpo de travesti é encontrado boiando no rio Arrudas (2017)

REFERÊNCIAS

Notícias, entrevistas e documentários...

ALMEIDA, Silvio. **Você Sabe o que é Necropolítica? | 08 Minutos**. 2021.

ALBA & RedNotebook. **Agamben: a democracia é um conceito ambíguo**. Atenas. 2014.

BARBIERE, Luiz Felipe. **Moro diz que violência doméstica é causada por 'defeito cultural' e 'ânimo criminoso'**. G1. Brasília. 2019.

BOM DIA BRASIL. **Travesti é assassinado a facadas no meio da rua no interior da Paraíba**. 2011.

BUTLER, Judith. **Violencia de Estado, guerra, resistência: por una nueva política de la izquierda; Las categorías nos dicen más sobre la necesidad de categorizar los cuerpos que sobre los cuerpos mismos**. Argentina: Rústica. 2011.

CMBH [Câmara Municipal de Belo Horizonte]. **Seminário: Pela Vida das Juventudes**. Comissão Especial de Estudo - Homicídios de jovens negros e pobres. Belo Horizonte. 2017

DEURSEN. **Brasil Tem Mais Assassinatos que Todos Estes Países Somados**. Brasil. 2017.

EFE. **Brasil Lidera Número de Mortes de Travestis e Transexuais, aponta ONG**. Brasil. 2014.

ESTADÃO. **Corpo queimado em canalial é de rapaz morto pela mãe por ser gay**. Sorocaba 2017.

ESTADO DE MINAS. **Corpo é encontrado sem cabeça e carbonizado em BH**. Minas Gerais. 2018.

FILHO, Naomar de Oliveira. **Educação superior em Lula x FHC: a prova dos números**. Brasil. 2010.

FOLHA. **Com ajuda de companheira, mãe mata e esquarteja filho de 9 anos no DF, diz polícia**. Salvador. 2019.

FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.

G1. **Agressores de ambulante no Metrô diziam 'vamos matar', diz travesti**. São Paulo. 2016.

G1. **Empregada diz que foi espancada por jovens de classe alta no Rio**. Rio de Janeiro. 2007.

G1. **Mulheres passam o dobro do tempo dos homens com tarefas domésticas, aponta IBGE.** Rio de Janeiro. 2017.

G1. **Travesti diz que foi agredida dentro de ônibus em Aracaju.** SERGIPE. 2014.

GAÚCHA ZH. **Policia civil mata ex-companheira e se suicida em Santa Rosa.** Rio Grande do Sul. 2020.

GELEDÉS. **Homem é suspeito de tentar estuprar filha lésbica para fazê-la 'virar mulher'.** Tocantins. 2016.

GELEDÉS. **Travesti é assediada, ameaçada e agredida em ônibus em Aracaju.** Brasil. 2014.

LEMOS, Thiago. **Professor universitário é encontrado morto e amordaçado dentro de casa.** Belo Horizonte, 2015.

MAS E SE?. **#14 Biopolítica.** Entrevista com Marco Antônio Sousa Alves. Entrevistadores: Deivide Ribeiro e Igor Viana. 2019

O DIA. **Pai acampa em frente ao MP em busca de justiça para o filho.** Rio de Janeiro. 2015.

O GLOBO. **Doméstica foi espancada por bando de classe média da Barra em junho de 2007.** Rio de Janeiro. 2007.

O GLOBO. **Menino teve fígado dilacerado pelo pai, que não admitia que criança gostasse de lavar louça.** Rio de Janeiro. 2014.

O TEMPO. **Dez eleitas.** Mulheres ocuparão só 12,98% das vagas na Assembleia Legislativa de MG. Minas Gerais. 2018.

OLSSON, Goran Hugo. **Concerning Violence.** Sweden; U.S.A.; Denmark; Finland; 90'. 2014.

ONU. **Brasil fica em 167º lugar em ranking de participação de mulheres no Executivo, alerta ONU.** Brasil. 2017.

PASSOS, Úrsula. **Sem medo de fazer gênero:** entrevista com a filósofa americana Judith Butler. 2015.

PORTAL PE10. **Imagens mostram momento em que travesti é assassinada na Orla de Palmares.** Pernambuco. 2017.

PRECIADO, B. Paul. **La heterosexualidad es peligrosa.** El País. 2019.

RAGUSA NEWS. **Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro.** Entrevista com Giorgio Agamben. Scicli. 2012.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. **Tráfico Sexual – entrevista.** Cadernos Pagu, Campinas – SP. 2003.

TAYLOR, Astra. **Examined Life: philosophy is in the streets.** Zeitgeist Video. New York. 2008.

TV SUPER. **Travesti de Manhuaçu é assassinada em Caratinga.** Caratinga. 2018.

VEJA. **Menina é apedrejada até a morte em Foz do Iguaçu.** Brasil. 2014.

ZAJDERMANN, Paule (Direction). **Judith Butler, philosophe en tout genre.** Et Associés & ARTE France (Production and Diffusion). France, 2006.

Outras Produções...

ADORNO, S. **Crime, justiça penal e desigualdade jurídica:** as mortes que se contam no tribunal do júri. Revista USP, Dossiê Judiciário, n.21, 1994. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. **La inmanencia absoluta.** In: GIORGI, Gabriel & RODRÍGUEZ, Fermín (Compiladores). **Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida.** 1ª Ed.. Buenos Aires: Paidós. 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios.** Tradução de Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó, SC: Argos, 2013. pp 55 – 73.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo.** *Outra travessia:* revista de literatura, n. 5. Ilha de Santa Catarina, p. 9-16, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos:** homo sacer, iv, 2. São Paulo: Boitempo, 2017.

ANTRA [Associação Nacional de Travestis e Transexuais]. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017.** Brasil. 2018.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro.** 17. ed. São Paulo: Geração, 2016.

ARENDT, Hannah. **Da Violência.** In: **Crises da Republica.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém:** um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARISTÓTELES. **A política.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BARROS, José D'Assunção, **História cultural e história das idéias.** Cultura [Online], vol. 21, 2005.

BARRETOS, Dayane do Carmo. **O que resta ao corpo: disputas de sentidos em textualidades sobre assassinatos de travestis e transexuais.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2021.

BATISTA, Nilo. **Só Carolina não viu: violência doméstica e política criminal no Brasil.** S/D.

BEATO, Cláudio; SILVEIRA, Andréa Maria. **Effectiveness and Evaluation of Crime Prevention Programs in Minas Gerais**. *Stability: International Journal of Security & Development*, 3(1): 20. 2014.

bell hooks; ET AL. **Otras Inapropiables: feminismos desde las fronteras**. *Traficantes de Sueños*, 2004.

bell hooks. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2013.

bell hooks. **Feminismo: uma política transformacional**. In: BAPTISTA, Maria Manuel (Org.). **Gênero E Performance: Textos Essenciais 1**. 1a ed – Coimbra: Grácio Editor, 2018.

BENJAMIN, Walter; ROUANET, Sergio Paulo. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORRILLO, Daniel; **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Organizadores). 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BUTLER, Judith, **O que é a Crítica?** Um ensaio sobre a virtude de Foucault. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 22. São Paulo: USP, 2013.

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Routledge, 2006.

BUTLER, Judith. **Mecanismos Psíquicos del Poder**. Teorias sobre la sujeción. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Júlia. **Normas de Gênero e Sistema de Justiça: construção e regulação das identidades de gênero em processos penais**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2019.

CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Silvia; LOPES, Paulo Victor Leite; TOTA, Martinho. **Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. **“Tá lá o corpo estendido no chão...”**: a violência Letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16 (2): 233 – 249. 2006.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores**. Ed. Prometo Libros. Argentina. 2004.

COSTA, Nicole Gonçalves da. **Do disque denúncia ao call center**: os limites do Disque 100 para a realização da denúncia de violência contra a população LGBT. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2016.

EFREM FILHO, Roberto. **Mata-mata**: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

ESPOSITO, Roberto. **Bios**: biopolítica e filosofia. Edições 70. Portugal. 2010.

FBSP [Fórum Brasileiro de Segurança Pública]. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2019.

FBSP [Fórum Brasileiro de Segurança Pública]. **Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 2ª Ed. 2019a.

FBSP [Fórum Brasileiro de Segurança Pública]. **Projeto**: pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário. 2016.

FLAUZINA, Ana. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Dissertação de Mestrado em Direito, UNB. 2006.

FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da; MONTEIRO, Elisa. **Ética, sexualidade, política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **La vida: la experiencia y la ciencia**. In: GIORGI, Gabriel & RODRÍGUEZ, Fermín (Compiladores). **Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida**. 1ª Ed.. Buenos Aires: Paidós. 2009.

FREIRE, A. T. F. **Michel Foucault e o Problema da Racionalidade**. Revista Inter-Legere, v. 2, n. 24, p. 193-216, 1 maio 2019.

GUIMARÃES, J. L. C.. **Motivações do crime segundo o criminoso**: condições econômicas, interação social e herança familiar. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. V.8, p. 112-131, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, Etnicidade e Trabalho**: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher. 1979.

HARAWAY, Donna, **Gênero; para um dicionário marxista**: a política sexual de uma palavra. Campinas, Cadernos Pagu: 2004.

HARAWAY, Donna, **Saberes Localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu: 1995.

IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]; FBSP [Fórum Brasileiro de Segurança Pública]. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro. 2017.

IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]; FBSP [Fórum Brasileiro de Segurança Pública]. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo. 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. Edição Popular, 1960.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: Unesco, 2009.

LAURETIS, Teresa de. **Tecnologia do Gênero**. Indiana. University Press. 1987

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

LEVI, PRIMO. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Revista Arte e Ensaios, n. 32. 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P.. **O que se escreve no Brasil sobre Segurança Pública? Uma revisão da literatura recente**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 12, p. 14-46, 2018.

NOGUEIRA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. 1. ed. - Rio de Janeiro : Pallas : Biblioteca Nacional, 2014.

NUH/UFMG [Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais]. **Inquéritos Policiais: Travestis e Transexuais em Minas Gerais**. 2018.

NUH/UFMG [Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais]. **Registros de Homicídios envolvendo LGBTs no Estado de Minas Gerais**. 2020.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis. 16(2):440, 2018.

OPS [Open Society Foundation]. **Protocolo de Bogotá: sobre calidad de los datos de homicidio en América Latina y el Caribe**. Bogotá: 2015.

PRADO, Marco Aurélio Máximo.; FREITAS, Rafaela. **Travestilidades em diálogo na pista acadêmica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara Dias. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

RANCIERE, Jacques. **El filósofo y sus pobres**. 1ª ed. – Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarimento; Buenos Aires: INADI, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento: política e filosofia; tradução de Ângela Leite Lopes**. — São Paulo: Ed. 34, 1996.

- RANCIÈRE, Jacques. **Política, polícia, democracia**. 1 ed. Santiago: LOM Ediciones; 2006.
- REY PUENTE, Fernando. **Os sentidos do tempo em Aristóteles**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 1998.
- RIBAS, Jéssica; ROJO, Sara. **Investigação e emancipação: 'um sol amarelo'**. Conceição/Conception Revista do Programa de Pós-Graduação Em Artes da Cena, v. 2, p. 1-12, 2014.
- RIBEIRO, L. M. L.; LIMA, F. M.; MAIA, Y. C. “**Fluxo e tempo do sistema de justiça criminal: uma análise dos casos de homicídios dolosos arquivados em Belo Horizonte (2003-2013)**”. Belo Horizonte: Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, 2017.
- RIBEIRO, L. M. L.; ROCHA, R. L. S.; COUTO, V. A. **Nas malhas da justiça: uma análise dos dados oficiais de indiciados por drogas em Belo Horizonte (2008-2015)**. Opinião Pública, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 397–428, 2017.
- RODRIGUES, Heliana Barros Conde. **A história oral como intercessor: por uma dessujeição metodológica**. Estudos e pesquisas em psicologia. Ano 10, n.1, p.190-203. 2010.
- RUBIN, Gayle. **O trafico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Edição S.O.S Corpo. 1993.
- RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade**. 2012.
- SANTOS, DIEGO PREZZI; RODRIGUES, R. C.; CARNIO, H. G. . **Biopolítica e filosofia em Roberto Esposito: considerações introdutórias**. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. ahead of p, p. 1-25, 2017.
- SAPORI, L. F. **A administração da justiça criminal numa área metropolitana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 10, n° 29, p. 143-157, 1995.
- SCHILLING, F. & ANGELUCCI, C. **Conflitos, violências, injustiças na escola? Caminhos possíveis para uma escola justa**. *Cadernos de Pesquisa*, 46. 694-715. 2016
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2 jul./dez. 1995.
- SINGER, Peter, **Philosophy and Public Affairs**, vol. 1, n°. 1. 1972.
- SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- THERBORN, Göran. **Los campos de exterminio de la desigualdad**. 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: fonde de Cultura Económica, 2015.
- UNODC [United Nations Office Drugs and Crime]. **Global Study on Homicide 2019**. Vienna, 2019.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.